

O BRASIL NAÇÃO  
VOLUME I  
Manoel Bomfim



O BRASIL NAÇÃO  
VOLUME I  
Manoel Bomfim

Prefácio: Cecília Costa Junqueira





Os Correios, reconhecidos por prestar serviços postais com qualidade e excelência aos brasileiros, também investem em ações que tenham a cultura como instrumento de inclusão social, por meio da concessão de patrocínios. A atuação da empresa visa, cada vez mais, contribuir para a valorização da memória cultural brasileira, a democratização do acesso à cultura e o fortalecimento da cidadania.

É nesse sentido que os Correios, presentes em todo o território nacional, apoiam, com grande satisfação, projetos da natureza desta Biblioteca Básica Brasileira e ratificam seu compromisso em aproximar os brasileiros das diversas linguagens artísticas e experiências culturais que nascem nas mais diferentes regiões do país.

A empresa incentiva o hábito de ler, que é de fundamental importância para a formação do ser humano. A leitura possibilita enriquecer o vocabulário, obter conhecimento, dinamizar o raciocínio e a interpretação. Assim, os Correios se orgulham em disponibilizar à sociedade o acesso a livros indispensáveis para o conhecimento do Brasil.

*Correios*



O livro, essa tecnologia conquistada, já demonstrou ter a maior longevidade entre os produtos culturais. No entanto, mais que os suportes físicos, as ideias já demonstraram sobreviver ainda melhor aos anos. Esse é o caso da Biblioteca Básica Brasileira.

Esse projeto cultural e pedagógico idealizado por Darcy Ribeiro teve suas sementes lançadas em 1963, quando foram publicados os primeiros dez volumes de uma coleção essencial para o conhecimento do país. São títulos como *Raízes do Brasil*, *Casa-grande & senzala*, *A formação econômica do Brasil*, *Os sertões* e *Memórias de um sargento de milícias*.

Esse ideal foi retomado com a viabilização da primeira fase da coleção com 50 títulos. Ao todo, 360 mil exemplares serão distribuídos entre as unidades do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, contribuindo para a formação de acervo e para o acesso público e gratuito em cerca de 6.000 bibliotecas. Trata-se de uma iniciativa ousada à qual a Petrobras vem juntar suas forças, colaborando para a compreensão da formação do país, de seu imaginário e de seus ideais, especialmente num momento de grande otimismo e projeção internacional.

*Petrobras - Petróleo Brasileiro S. A.*





Apresentação	xiii
Prefácio – Cecília Costa Junqueira	xv
Prefácio do autor	5
Adsequência	8
PRIMEIRA PARTE – SEQUÊNCIAS HISTÓRICAS	28
Capítulo I – Os frutos do 7 de Setembro	29
§ 1 – A “túnica” e a nossa Dejanira	29
§ 2 – O Bragança ao natural...	31
§ 3 – O lusitanismo triunfante	40
§ 4 – Ataque à soberania nacional	43
§ 5 – Os motivos da dissolução...	47
§ 6 – Desvenda-se o plano...	54
§ 7 – A reação de Pernambuco	59
§ 8 – O caminho para o trono de Portugal	68
§ 9 – O verdadeiro pacto de família	70
§ 10 – A segunda investida para a reunião...	75
§ 11 – D. Pedro IV	79
§ 12 – O partido português	84
Capítulo II – A reação da nacionalidade	
§ 13 – O Brasil constitucional de Pedro I	92
§ 14 – Os marqueses e o respectivo Senado	97
§ 15 – O governo da marquesada...	105
§ 16 – A propaganda dos republicanos	111

§ 17 – Moderados... porque eram oportunistas...	114
§ 18 – A Assembleia de 1826	120
§ 19 – Incompatibilidade – entre o Império e a nação	125
§ 20 – O novo malogro	130
§ 21 – Revolução deve ser revolução...	135
Capítulo III – O novo malogro	140
§ 22 – A insânia da sensatez	140
§ 23 – Moderados: conservadores; exaltados: republicanos...	149
§ 24 – E o malogro dá em confusão...	155
§ 25 – A política da degradação – 1831-38-40...	157
§ 26 – O Padre Feijó	161
§ 27 – De Olinda, por Vergueiro e Holanda, a Montezuma	166
§ 28 – Evaristo e a turma – de Montalegre a Vasconcelos	173
§ 29 – Regresso ao senado dos marqueses	184
§ 30 – Confessa-se o fracasso do 7 de Abril	189
§ 31 – O triunfo sobre Feijó	192
Capítulo IV – O definitivo Império do Brasil	198
§ 32 – O choco do parlamentarismo	198
§ 33 – Um lance de liberalismo – “Quero já”	203
§ 34 – A crosta que se refaz...	208
§ 35 – Os valores na crosta	215
§ 36 – A glória da insinceridade e da mentira	223
§ 37 – “Conciliação”... para o usufruto...	228
§ 38 – Parlamentarismo – sobre-constitucional e representativo	231
§ 39 – A choldra dos partidos – sobre a Nação abandonada	237

Capítulo V – O acervo do Império	244
§ 40 – Já é corrupção...	244
§ 41 – O exclusivo da honestidade	248
§ 42 – Pedro II	253
§ 43 – O moderador, pessoal e absoluto	263
§ 44 – Involução e reação	270
§ 45 – Centralização, para expansão da ignorância pública	276
§ 46 – E a ignorância pública expande-se...	283
§ 47 – O Império brasileiro faccioso no Prata	287
§ 48 – O crime contra o Paraguai...	295



A Fundação Darcy Ribeiro realiza, depois de 50 anos, o sonho sonhado pelo professor Darcy Ribeiro, de publicar a Coleção Biblioteca Básica Brasileira – a **BBB**.

A **BBB** foi formulada em 1962, quando Darcy tornou-se o primeiro reitor da Universidade de Brasília – UnB. Foi concebida com o objetivo de proporcionar aos brasileiros um conhecimento mais profundo de sua história e cultura.

Darcy reuniu um brilhante grupo de intelectuais e professores para, juntos, criarem o que seria a universidade do futuro. Era o sonho de uma geração que confiava em si, que reivindicava – como Darcy fez ao longo da vida – o direito de tomar o destino em suas mãos. Dessa entrega generosa nasceu a Universidade de Brasília e, com ela, muitos outros sonhos e projetos, como a **BBB**.

Em 1963, quando ministro da Educação, Darcy Ribeiro viabilizou a publicação dos primeiros 10 volumes da **BBB**, com tiragem de 15.000 coleções, ou seja, 150 mil livros.

A proposta previa a publicação de 9 outras edições com 10 volumes cada, pois a Biblioteca Básica Brasileira seria composta por 100 títulos. A continuidade do programa de edições pela UnB foi inviabilizada devido à truculência política do regime militar.

Com a missão de manter vivos o pensamento e a obra de seu instituidor e, sobretudo, comprometida em dar prosseguimento às suas lutas, a Fundação Darcy Ribeiro retomou a proposta e a atualizou, configurando, assim, uma nova **BBB**.

Aliada aos parceiros Fundação Biblioteca Nacional e Editora UnB, a Fundação Darcy Ribeiro constituiu um comitê editorial que redesenhou o projeto. Com a inclusão de 50 novos títulos,

a Coleção atualmente apresenta 150 obras, totalizando 18 mil coleções, o que perfaz um total de 2.700.000 exemplares, cuja distribuição será gratuita para todas as bibliotecas que integram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e ocorrerá ao longo de três anos.

A **BBB** tem como base os temas gerais definidos por Darcy Ribeiro: O Brasil e os brasileiros; Os cronistas da edificação; Cultura popular e cultura erudita; Estudos brasileiros e Criação literária.

Impulsionados pelas utopias do professor Darcy, apresentamos ao Brasil e aos brasileiros, com o apoio dos Correios e da Petrobras, no âmbito da Lei Rouanet, um valioso trabalho de pesquisa, com o desejo de que nos reconheçamos como a Nova Roma, porém melhor, porque lavada em sangue negro, sangue índio, tropical. A Nação Mestiça que se revela ao mundo como uma civilização vocacionada para a alegria, a tolerância e a solidariedade.

*Paulo de F. Ribeiro*  
Presidente  
Fundação Darcy Ribeiro

## Manoel Bomfim, o educador revolucionário

O Brasil necessita de uma revolução. Uma reviravolta social que ponha o destino da nação nas mãos do povo, acabando com a eterna espoliação das riquezas nacionais por políticos corruptos e viciados e por uma oligarquia egoísta que acumula capital explorando os trabalhadores. *É preciso educar o povo*, pois somente tendo acesso a uma educação formadora de pensamento crítico os brasileiros ficarão conscientes de seus direitos civis e hão de lutar por eles. Não há república ou democracia efetiva sem povo educado. Educação não pode ser tão somente uma palavra-chave pronunciada por políticos em palanques, visando a votos. Precisa ser entendida em toda a sua profundidade e buscada como meta através de um programa reformador que dignifique a profissão de professor e acabe com a ignorância da massa oprimida.

Essas ideias, que poderiam ter sido redigidas hoje por qualquer brasileiro preocupado com os rumos futuros do país, foram defendidas no final da década de 20 pelo historiador, pedagogo e jornalista sergipano Manoel Bomfim em seu livro *O Brasil nação – Riqueza da soberania brasileira*, o último de uma trilogia da qual também faziam parte as obras *O Brasil na América* e *O Brasil na História*. Foram escritas pouco antes de o autor morrer, em 1932,



de câncer, no Rio de Janeiro, com a paixão ou o desespero de quem estava sumamente cansado de assistir o Brasil seguir por um caminho equivocado, com erros e privilégios se sucedendo desde o início da colonização. Do ponto de vista de Manoel Bomfim, o melhor seria que o país enterrasse para sempre sua história no passado, e se dirigisse para um novo destino, no qual o povo finalmente tivesse uma vida digna, trabalhando em seu próprio benefício e deixando de ser roubado iniquamente pela classe dirigente perversa.

Terminado de ser concebido em 1928, *O Brasil nação* só seria publicado em 1931. Por isso, antes que fosse ao prelo, além de um prefácio, Manoel Bomfim fez questão de escrever também um posfácio, explicando que a revolução que acabara de ocorrer no país, a de 30, não tinha nada a ver com a que propusera em seu livro. Se com a ascensão de Getúlio haviam mudado os homens e militares à frente do poder, na realidade, acentuava Bomfim, não ocorrera uma mudança de peso na oligarquia dominante. Com isso, muito provavelmente a grande reforma educadora ainda não seria feita, já que a classe dirigente, pelo que tudo indicava, continuava a não ter interesse algum em se despojar de suas benesses. E assim como não haveria uma profunda mudança educacional, não deveriam ocorrer uma reforma agrária e uma alteração significativa nas relações de trabalho, pondo fim às injustiças vigentes no país.

Não, a revolução de 30, a que se iniciara com o movimento tenentista nos anos 20, não era, de forma alguma, a que ele preconizava. Estava seguro de que ainda não havia chegado a hora da grande mudança social que apagaria de vez todos os vestígios da moléstia que atingira o país desde a chegada de D. João VI, a qual dava o nome de “infecção bragantina” e que corroera a moral dos políticos, ministros e autoridades ao longo do primeiro e do segundo Império e também da República, em seus primórdios. O que o Brasil precisava era de uma revolução que partisse do povo,





nos moldes da mexicana. O que talvez fosse uma utopia, mas por que não sonhar?

Para chegar a estas conclusões, mesmo dizendo que o passado tinha de ser esquecido para sempre, Manoel Bomfim, em *O Brasil nação*, como bom adepto do materialismo dialético, faz seu leitor passear detidamente por toda a história brasileira, desde a Independência até a Proclamação da República e a República Velha, a fim de provar que, na realidade, o que vivemos, após o decantado grito no Ipiranga, não passara de uma espécie de marcha da insensatez. Debruçando seus olhos críticos sobre tudo o que acontecera na ex-colônia portuguesa no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o historiador descrente poupa pouquíssimas personagens ou eventos que marcaram a evolução política do país. Pois em nenhum momento, diz ele, mesmo os que costumam ser considerados revolucionários ou libertadores, como a Independência, a Abdicação de D. Pedro I em 1831, a Abolição ou a República, o Brasil teria se livrado desta infecção perversa, imposta inicialmente por uma metrópole em ruínas, enfraquecida moral e economicamente, e, posteriormente, por homens já nascidos e formados no solo pátrio, mas que ainda mantinham em suas cabeças a mesma mentalidade “coimbrista” carcomida.

Foi-se o Bragança português, ficou aqui o Bragança carioca, bem-intencionado, culto, amigo de sábios, e mesmo assim a exploração dos pobres pelos ricos continuou. Os mandantes na Câmara e províncias seriam, segundo ele, uma casta ou “marquesada” que nunca descuidou de seus próprios interesses. E se a abolição indubitavelmente foi uma grande conquista, ela veio tarde, tardíssimo, tendo sido o Brasil a última nação do mundo ocidental a se liberar dos vergonhosos grilhões da escravidão. Quanto à república, foi farsesca, pois não há república e democracia em pleno funcionamento quando o povo permanece “escravizado” em sua ignorância.



Chega a ser duro ler *O Brasil nação*. Duro porque muito do que o autor diz neste livro magistral ainda está em vigor. Como provam as estatísticas, ainda somos um país extremamente injusto e povoado por ignorantes. Livramo-nos do analfabetismo quase que em sua totalidade, mas a educação continua sendo pífia. Quando se fala em qualidade de ensino, costumamos ocupar os últimos lugares em rankings internacionais. Em todos os capítulos deste livro de mais de 600 páginas, são poucas as horas de remanso, aquelas em que Bomfim não tenciona ou puxa as orelhas de quem o lê, já que o compêndio deve ter sido escrito com os nervos à flor da pele, tamanha a raiva, a dor cívica, sem falar na própria doença inclemente do escritor, que consumia seu corpo fatigado, mas não o impediu de escrever praticamente até o último suspiro.

Muito provavelmente devia se sentir obrigado a encher folhas e folhas com seu conhecimento histórico e seu pensamento agudo, sabendo ser inadiável a tarefa de nos deixar seu urro de professor e escritor em estado de choque. Ou de um social-comunista preocupado com os miseráveis, cujo coração impregnava-se de horror ao parar para pensar nos detentores de poder, monotona-mente corrompidos. Devido à sua visão rebelde, apesar de muito bem informada e construída, por muito tempo Manoel Bomfim ficaria esquecido em nossa historiografia, até ser resgatado nos anos 80 pelo antropólogo Darcy Ribeiro, que o considerava um pensador originalíssimo e com ele dividia a preocupação com a educação do povo brasileiro.

A realidade é que Bomfim não deixa pedra sobre pedra em nossa história. Nada se salva, e quase ninguém. Nem mesmo o bondoso, bem-intencionado e cultivado Pedro II, a respeito do qual traça um perfil inclemente. Em sua torre de marfim, fazendo pesquisas científicas, lendo e escrevendo poemas, Pedro II, do seu ponto de vista, apesar de ser um homem sério, modelo de nobreza e de equidade no que diz respeito a gastos perdulários, teria, no

entanto, por certo comodismo ou inação, auxiliado a prolongar a escravidão e, se não roubava ou desviava recursos da União em benefício próprio, nada fazia contra os que prevaricavam. Ou seja, o imperador estudioso não tinha as mãos sujas, mas deixava que seus marqueses e ministros, conservadores ou liberais, as sujassem, vendendo cargos e empregando seus familiares. Pois se o Brasil teve alguém que prestasse, alguém que fosse digno, esse alguém não era um político. Longe disso. Na opinião de Manoel Bomfim, apenas os poetas, salvo raríssimas exceções, encarnaram com pureza a alma brasileira romântica, generosa, revolucionária.

Sim, aos poetas, tudo. Aos políticos, nada. Manoel Bomfim tinha muito carinho e admiração por Gonçalves Dias, Alvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Alencar, Machado de Assis, Macedo e Raul Pompéia. A seu ver, os poetas e escritores da segunda metade do século XIX foram os homens que criaram a noção de nacionalidade em nossa pátria aviltada. Não há nação digna deste nome, aliás, sem poetas de valor, que tenham cantado a pátria, sua natureza, seus heróis populares, e sonhado com dias melhores. E nós os tivemos, felizmente. Somente em sua longa e cuidadosa análise sobre nossos líricos, o historiador abandona o tom vociferante e nos deixa respirar, embebendo-nos de poemas. Além de revelar que também tinha uma alma de poeta, capaz de se emocionar com a beleza de rimas e versos. Talvez por isso fosse dono de verve tão indignada. Homens que trazem a poesia no coração costumam perder a cabeça diante de injustiças.

Quanto aos homens de ação, em seu panteão estão apenas os que fizeram as revoluções. Os que acreditaram em liberdade e república muito antes de ser criado, em 1870, o Partido Republicano de Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva. Eis os seus heróis: Tiradentes, Pedro Ivo, Frei Caneca, Francisco José do Nascimento. Todos os insurgentes dos movimentos de 1817, 1831, 1842 e 1848 e os jangadeiros do Ceará, que acabaram com a escravidão antes de



1888. Nutria certa simpatia também por José Bonifácio, Feijó, José do Patrocínio, Floriano Peixoto, seja pela sabedoria política, seja pela dedicação à pátria ou retidão de caráter. De resto, os homens políticos, a seu ver, costumavam ser uma choldra só. Tanto os ministros retóricos e aristocratas, que tiveram o poder nas mãos durante o segundo Império, como os abolicionistas de última hora ou os militares positivistas que fizeram a República, pregando ordem e progresso em meio ao caos. Tão viciados quanto os do passado, os dirigentes do novo regime político, eleitos por uma minoria alfabetizada, fariam com que o povo tivesse saudades de D. Pedro II e de sua moralidade.

Mas deixemos que o próprio Manoel Bomfim nos exponha seu pensamento. Sintamos um pouco seu pulso de historiador sem papas na língua, deixando que nos revele como via o Brasil através de sua própria escrita:

A infecção bragantina, fazendo inclinar os destinos desta pátria, deixou-a em indefinida servidão política. Colônia, Império ou República, o Brasil tem sido o repetido espojadouro de mandões. Substituem-se as designações, para mais inveterada conservação da miséria, pois que capitães-generais, capitães-mores, governadores e presidentes são, em essência, a mesma coisa. Trinta e sete anos de mentida República tem sido, apenas, acentuação da injustiça e do despotismo, agravados em prevaricações e mais torpezas de dinheiro. Tem-se a impressão de que, já agora, é impossível organizar legítima democracia com tais dirigentes, feitos numa tradição política definitivamente pervertida. Não há realidade de autonomia local, como não há compreensão do que seja liberdade. Sucedem-se os homens, mudam-se as rubricas, e eles não saem do arcaísmo político – governo-domínio- usufruto- privilégio- opressão e espoliação...

Apesar de todo o seu antibragantismo, Manoel Bomfim admitia, porém, que, no tempo de D. João VI e, sobretudo, no de D. Pedro II, houve uma preocupação com a educação, que teria feito florescer no Brasil uma vida intelectual autônoma, capaz de gerar reivindicações de independência e separatismo e mesmo revoluções. Tudo rolaria ladeira abaixo, no entanto, na República, período em que a ignorância seria mantida intata, se é que não crescera ainda mais:

Tudo computado, se se coloca o Brasil de 1840-1888... em face do mundo, verifica-se que a nação involuiu, pois que aumentou a distância entre a frente de progresso dos outros povos e aquela em que nos encontrávamos ao findar o século. Sufocada pela metrópole bragantina do século XVIII, era a colônia-Brasil a parte mais retrógada do mundo americano, mais do que as colônias de Castela, onde já havia a imprensa... Com todo o vírus de podridão em que existia, o governo de D. João VI fez com que o Brasil tivesse uma vida intelectual própria, com desenvolvimentos sociais e políticos de tal monta que, dez anos passados, todos reconheciam ser impossível reduzir a nação brasileira, já exuberante em manifestações suas, à antiga condição subalterna, de colônia.

E Bomfim continua, explicando o inexplicável:

Resultou daí a independência – marca falseada desde logo, renegada depois pelo próprio príncipe que a explorara... Pouco importa; lançado a viver, o Brasil resiste a todos esses males e injúrias; expande-se e floresce, num vigor que, por ser essencialmente político, nem por isso deixa de ter acentuados efeitos intelectuais, jurídicos e sociais. É a

portentosa reivindicação de 1826-31, até os lances decisivos de 7 de abril. A persistente crosta bragantina não pôde ser esfoliada, e, refazendo-se, quase anulou os efeitos de 1831. Contudo, tal era o vigor do Brasil de então, que aquela revolução amesquinhada, sonogada, traída, ainda teve poder de realizar as únicas verdadeiras liberdades do regime constitucional...

De onde provinha este inusitado vigor? Da educação, é claro... pois, como informa Bomfim, “foi naquela instância de formação que se criaram as escolas superiores, como se desenvolveu e apurou o estudo das humanidades, por sobre um bem concebido esforço de instrução primária. E havia estímulo para organizarem-se institutos como o Histórico e Geográfico”. Ao longo do segundo Império, porém, a educação continuou discricionária, balbuciante ou só para eleitos:

Desprezava-se ignominiosamente tudo que diz com a verdadeira elevação mental, econômica ou social de uma nação. Não havia instrução popular, nem profissional, nem centros de cultura desinteressada. Tudo se resumia na continuação das célebres escolas régias, trôpegos colégios preparatórios, e as três escolas de intelectualismo técnico – Medicina, Direito e Engenharia. Quando se pensa nas necessidades efetivas daquele Brasil de 1850-1890, cheio de vigor e ansioso de progresso, a condição em que o Império o mantinha era realmente infame e desgraçada. O imperador tomava parte em sessões do Instituto Histórico, assistia aos concursos das escolas superiores, disqueteava com os sábios europeus... e isto devia bastar como preparo intelectual e formação industrial dos milhões de brasileiros...



O resultado desta política educacional para privilegiados, segundo Bomfim, foi terrível: “... ao cair o Império, letrado e liberal, apenas 2% dos brasileiros sabiam ler e escrever. Na própria corte, somente 9 mil crianças frequentavam escolas primárias oficiais; havia um ano, apenas, que fora devidamente regulado o funcionamento da primeira escola normal para a formação de professores primários”. Alguns anos antes da Proclamação da República, em 1880, Félix da Cunha chegaria a afirmar que “toda a instrução primária estava reduzida à leitura elementar, às quatro operações e à cartilha da doutrina cristã”. Ou seja, o país continuava a ser “o reino do obscurantismo, cuidadosa e sistematicamente cultivado. Todo o incentivo ao pensamento não passava de uma repetida mentira, para a perpetuação da ignorância, reduzida a massa da população a hordas ignaras...”

Dentro deste quadro, chega a ser um milagre que, em meados do período bragantino, o Brasil ainda tenha conseguido ter vida inteligente. E conceber poetas:

País onde, até 1808, não havia imprensa, e que, mesmo em 1820, só via imprimir-se o que era do gosto de D. João VI; nação em que, até então, não se reconhecia sequer a necessidade de estudar e conhecer a própria natureza; num Brasil assim formado, é milagre que a inteligência não tenha de todo desaparecido, uma vez que a proclamada independência consistiu em entregá-lo à mesma gente dirigente, nas mesmas formais tradições políticas. No entanto, foi bem o contrário disso: passadas as vicissitudes do replantio do império bragantino, logo em 1840-50, o Brasil ilumina-se de um pensamento próprio, vibrante porque é sentido, profundo, humano – a nossa poesia lírica, com valor bastante para abalar a alma da nação...



Foram os poetas, muito mais do que os políticos – como já afirmei aqui – que, na opinião de Bomfim, ajudaram a criar, com os seus versos, um sentimento de nacionalidade. O mesmo ocorrendo em todos os países do mundo: sem poetas não há nação, ou alma nacional. “Na formação de um povo, a última expressão é a do pensamento, cuja primeira manifestação é a poesia. Toda nacionalidade ao afirmar-se procura definir-se em cantos poéticos”. Daí o amor que Bomfim mantém pelos poetas “romanticamente patriotas”. Cada um deles – Gonçalves Dias, Alvares de Azevedo, Castro Alves, Casimiro de Abreu, ou Fagundes Varela – dera o melhor de sua alma ao amor da terra mãe e das suas tradições.

Outro milagre, observa ainda o historiador sergipano, é a misteriosa força do povo, que mesmo aviltado produz, mantendo o país em funcionamento, em vez de se suicidar. Mas o obscurantismo teria de acabar. A educação de qualidade, despertadora de consciências, teria de ser para todos, nem que fosse por meio de uma revolução social-comunista. Esse foi o último sonho de Manoel Bomfim:

Concretamente; para evitar o desastre, temos que agir sobre as novas gerações, robustecendo-lhes o corpo, e, sobretudo, apurando-lhes as energias do pensamento, desenvolvendo-lhes o caráter em lucidez e poder de vontade, para a solidariedade da ação. Tanto vale dizer, há que educá-las, como o exigem as condições do mundo moderno, ainda que, para tanto, seja preciso refazer a ordem política. Pois não é verdade que precisamos sair desta vida de moleza, espasmos e insuficiências, por si mesmo incompatível com a renovação de ânimo, e todo esforço útil e vencedor? Higiene, instrução, método, ardor social, preocupações políticas, consciência moral, ideias... tudo isto, de que tanto



carece o brasileiro, só a educação lhe pode dar. Será a própria renovação nacional. Quem o contestará?

Ninguém, ninguém pode contestar, nem mesmo passados mais de 80 da morte do historiador e educador. O Brasil já não é mais o de 1930... muita água se passou por debaixo da ponte. Mas a educação, tristemente, continua sendo uma grande ferida aberta. E a classe dirigente ainda é cega e espoliadora, agarrando-se a seus privilégios “bragantinos”.

O utópico e paradoxalmente tão realista Manoel Bomfim nasceu em 8 de agosto de 1868 na cidade de Aracaju. Formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1890, tendo sido nomeado médico da Secretaria de Polícia em 1891. Ao se casar com Natividade Aurora, se mudaria para Mococa, no interior de São Paulo, visando a clinicar. Teve dois filhos, Aníbal e Maria. Como a menina faleceria com apenas um ano e dez meses, o pai, desiludido por não ter conseguido salvá-la, abandonaria a medicina. Voltaria então para o Rio, onde se dedicaria aos estudos sociais e à educação, ministrando aulas particulares de Português, Ciências e História Natural. Além disso, escreveria artigos para jornais e fazia revisão de provas tipográficas.

Em maio de 1896, é convidado pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro para ocupar o cargo de subdiretor do Pedagogium, instituição governamental que tinha a função de coordenar e controlar as atividades pedagógicas do país, funcionando como um centro estimulador de reformas e de melhorias para o ensino público. Em março de 1897, Bomfim seria nomeado diretor-geral do órgão.

Em agosto de 1907, tomou posse como deputado federal, pelo estado de Sergipe, substituindo o então deputado Oliveira Valadão, que havia renunciado ao cargo para ocupar o de senador da República. Bomfim exerceu seu mandato até dezembro de 1908. Tentou a reeleição, mas não teve êxito. Com isso, deixou

para sempre a política, voltando-se exclusivamente para a produção intelectual, jornalística e literária. Além da trilogia *O Brasil nação – Realidade da Soberania Brasileira, América Latina, males de origem*, e *O Brasil na História*, escreveria livros sobre educação e psicologia, como *Cultura e Educação do Povo Brasileiro* e *Noções de Psicologia*.

Também deixou livros didáticos destinados ao curso primário e ao ensino médio, tendo escrito, juntamente com Olavo Bilac, três obras que marcaram a formação inicial de várias gerações de brasileiros: *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias*; *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias* e *Através do Brasil, livro da leitura para o curso médio*.

Morreu no Rio aos 64 anos, em 1932, deixando-nos como legado frases, que infelizmente, ainda ecoam como válidas: “Somos uma nação ineducada, conduzida por um Estado pervertido. Ineducada, a nação se anula; representada por um Estado pervertido, a nação se degrada”. As lições que nos são ministradas em *O Brasil nação* ainda se fazem eternas. Torcemos para que um dia caduquem. E que o novo Brasil sonhado por Bomfim se torne realidade.

**CECÍLIA COSTA JUNQUEIRA** É JORNALISTA E MESTRE EM LITERATURA BRASILEIRA PELA UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

O BRASIL NAÇÃO  
VOLUME I  
Manoel Bomfim



*À glória de*

*CASTRO ALVES*

*Potente e comovida  
voz de revolução*



## PREFÁCIO DO AUTOR

*“Lança o teu Ato, a tua Palavra, no Universo sempre em vida,  
sempre em trabalho: é o sêmen que não pode perecer...”*

(Th. Carlyle, *Sartor Resartus*)

**E**ste livro, que fecha uma série destinada a estudar as condições feitas à nação brasileira – *O Brasil na América, O Brasil na História*, sendo o desenvolvimento de um mesmo pensamento, quebra, no entanto, a perspectiva social e política antes projetada. Não foi mais possível devisar os destinos desta pátria nos plainos da normalidade. Os conceitos, intensos e sentidos sobre o futuro, romperam o dique da ordem preexistente, como a despedaçar muralhas de cativeiro, e, em condensação penetrante, passaram ao novo modo de conhecer e julgar a sorte do povo brasileiro.

Quando a vida em meditação já se estende por muitos decênios, a consciência ansiada, a inteligência jamais satisfeita no conhecer o que interessa; quando, mergulhados no fluxo do pensamento geral, somos por ele arrastados, reagindo a cada impressão nova, haurindo o ensinamento por todos os veios de onde ele venha; aceita-se, finalmente, o conceito bergsonianiano, e que já o era de C. Peice, de W. James, de Fechner: que a verdade é uma condensação de experiência, e o conhecimento tem de ser surpreendido diretamente, rapidamente, no transmutar das coisas. O estudo propriamente dito, quando muito, dará o método, ou a atitude que nos permite alcançar o conhecimento na fugacidade do seu transluzir.

Há, no entanto, que só o afeto predispõe para essa condensação de experiência em que se institui a verdade. Por isso mesmo,

todo legítimo pensamento, antes de ser pensado, foi sentimento-desejo, em projeção para a vontade. Compreenda-se o brasileiro, senhor do seu pensamento, e que, em face do momento, não pode ser um cético, nem se resigna ao desinteresse: dá conceito ao que sente, rompendo com as fórmulas correntes, para afirmar a indispensável renovação. E examina, então, as doutrinas políticas como expressão abstrata de movimentos sociais, variando de valor em função dos mesmos movimentos. É quando se impõe a verdade: as doutrinas de ordem soberana, intransigente e definitiva, são aberrações. Envelhecendo, morre-nos o ardor revolucionário – quando ele é feito de insofrida ambição; morre-nos, talvez, a confiança na própria ação; mas o conceito – condensação de experiência tem mais razão, e é mais seguro. Do caráter, vai-se o que valia, apenas, como processo de extensão pessoal, e tudo que assim se perde, destaca o cerne da convicção com que se encara o destino, e que já é fidelidade do indivíduo a si mesmo. E explica-se que não sejam da velhice as abdições morais, nem os perjúrios desclassificadores.

Como não chegar às afirmações que concluem estas páginas?

Assisti, se bem que obscuro humilde, a todas as lutas, transes e contendas da implantação do regime republicano, para ver, logo, ao cabo de um decênio, largarem-se os homens à ceva bruta, que, fossada, foi a lameira onde desapareceu o pouco de brio dos dirigentes. Sistematizando, apenas, os feitos: que requisitório a fazer contra o mundo todo dos governantes – personagens, métodos, concepções, efeitos e resultados!... Não poderia, porém, ser tal o intuito de quem só quer, do passado, a lição que aproveite ao futuro. Assinale-se, tão somente, para dar medida à extensão desses efeitos: a mudança de regime teve longa e profunda repercussão sobre a mentalidade dos políticos... Em que consistiu essa repercussão? Eliminou as poucas e esparsas noções de um desenvolvimento moral. Foi um aspecto da vida que desceu absolutamente



das consciências dirigentes. Foi rápida a queda, e, da infância, o regime passou a uma senilidade de vícios, fortes, porque eram, e são, coesos e completos, como processos: opinião e ação conjuntas, pensamentos e caracteres em inteira harmonia – a harmonia indestrutível dos apetites.

Uma república deve ser conduzida na política de caracteres definitivos, senhores dos seus destinos, e que não possam descer. Ora, isto como nos governamos e a obra de criaturas temerosas, antes de tudo, de serem descidas, que nenhuma fez uma subida no seu esforço. E tanto que, consagrada indiscutivelmente a República nestes últimos vinte anos, vimo-la definida na inteira degradação dos costumes políticos. Já nem importam os nomes, que eles não modificariam esse parecer. Contudo, ensinaram muito, esses vinte últimos anos: tudo que se poderia aprender, de um mundo totalmente podre. Foram de crise no Ocidente, foram a ultimação do regime já definido. Aprendi, então, como os nossos dirigentes são incapazes de compreender e realizar a democracia, como temem a liberdade, que nunca conheceram; aprendi como se mostra a degradação de uma classe por definição de escol; como se organiza o Estado para a exclusiva injustiça, até a torpeza e o roubo; como é preciso não ser honesto, nem sincero, nem apto... Vi como evolui a corrupção, como se consagra a infâmia e a ignorância, como é livre o poder para atentar contra as mais humanas das tradições brasileiras – a da bondade e compaixão... E, assim, se fez o esquema das qualidades precisas a um político para ser estadista na República brasileira...

Houve a inevitável reação, ao menos para a coragem de dizer o que me pareceu necessária verdade.

Rio de Janeiro, julho de 1928.

**A**rcaísmo do Estado. Numa sociedade humana, todo progresso é expressão da direção que a leva. Por isso, a contenda política se faz para a conquista da mesma direção, em esforços que são, quando legítimos, outros tantos movimentos de propaganda, no sentido de modificar a orientação condutora. Se chega o momento da indispensável revolução, para que esta seja eficaz, deve fazer-se a substituição integral das fórmulas diretoras e do respectivo pessoal. Então, se queremos saber o que vale efetivamente a atualidade de uma nação, basta-nos aferir o valor dos seus dirigentes. Aí está a história mostrando-nos que, em todos os tempos, as grandes crises políticas são deficiências dos governantes, assim como as verdadeiras crises sociais são retardamentos e anquiloses das classes dominantes, emperradas, degradadas, mentecaptas, já incapazes de realizar, e, até, de compreender as novas formas de vida, com as concomitantes necessidades. Agora mesmo: o Ocidente, a que pertencemos, depois de ter sido, por milênios, o condutor da ascensão humana, parece nem mais saber conduzir-se. Perspectiva de um mundo a esboroar-se, onde não é a crise franca de desorganização, é o manifesto declínio. Por toda parte, a ação dirigente resulta num desesperado esforço de frenagem, quando não o desatino de naufragos, agarrando-se perdida-mente ao que têm à mão, e que é a mesma pervertida e absoluta organização social em que se encontraram, ao tomarem feição na vida política.

O homem já subiu em espírito, e apurou as respectivas energias, o bastante para assenhorear-se dos seus destinos, e, em plena consciência, fazer, com a perfeita solidariedade, uma vida de justiça cordial, realmente humana. Assim o faria, se os dirigentes para aí o levassem. Mas, está verificado, nessa função de governantes, as mentalidades não evoluem para a justiça; moldam-se nas tradições do Estado primitivo, quando os grupos nacionais deviam viver em luta brutal, matando para não morrer. Então, as melhores virtudes e os melhores talentos usavam-se em defender a comunidade contra as agressões constantes, e, com isto, distribuíram-se as sociedades em duas classes quase isoladas – dominantes e dominados: os que trabalham e **produzem**; os que defendem, e, assim, deviam dirigir, embora vivendo parasitariamente da produção dos primeiros... Hoje, a direção social não precisa mais ser defesa brutal, em ataques e lutas... O Homem compreendeu a vida, e quer concentrar a ação em bem ajustar-se à natureza onde vive, em bem solidarizar-se no grupo de que faz parte.

Destarte, a direção tem de ser, principalmente, para a produção – os meios e processos condizentes com essa cordial solidariedade... Deverá ser assim, que é a aspiração essencial em todos que não ficaram nos instintos primitivos. Seria assim a direção dos grupos nacionais, se as tradições políticas não se tivessem pervertido, nesse regime de Estado que só sabe existir como poder de opressão, para obrigar os dominados, a massa proletária, a fazer a produção em proveito dos dominantes, tudo arranjado num arcaico aparelho político e administrativo que, dentro de cada nação possuída pelo capitalismo, torna a paz dependente da autoridade dos dirigentes, e, de nação para nação, do precário equilíbrio da força militar em cada uma delas, força de que os mesmos dirigentes são os donos.

Dessa mentalidade passada, imposta ao presente, saiu a última **grande guerra**, catástrofe suprema para a humanidade,

multiplicados desastres e perdas, das quais as menos importantes foram as de valor material. Toda a espécie humana foi alcançada pelos efeitos do conflito-voragem, em que se esgotaram as forças econômicas, e se subverteram grandes ideais, alguns já em parte realizados. Ora, tudo isto foi devido à incapacidade mental, e à barbaria moral dos governantes, a serviço da ganância capitalizante. Nos últimos decênios, não havia quem contemplesse o mundo, com alma para sentir e compreender as necessidades humanas, sendo capaz de sobrepor-se aos míseros interesses das políticas dominantes, e que não visse o Ocidente a caminhar para o terrível desastre. A política da paz armada, inspirada ainda no **si vis pacem** do Romano; essa política tornava inevitável a apavorante desgraça. Mas não o compreendiam assim os dirigentes, por toda a Europa. Certamente retrógrados, evidentemente ineptos, eles procediam como se a monstruosa luta, de cinquenta meses de devastação e extermínio, fosse o destino necessário da civilização.<sup>1</sup> Os mais adiantados: o Inglês a arrogar-se o **domínio dos mares**; o Germano a reviver o ideal do bárbaro que suplantou Roma; o Francês a sonhar **revanches** e hegemonias... esses, que pretendiam altear o facho da civilização, todos porfiaram em acumular os elementos e motivos de inevitável conflito.

---

<sup>1</sup> É legítimo acreditar que esses três Estados quiseram decididamente a guerra: a Alemanha – como processo para chegar à hegemonia do mundo; a Inglaterra – para suplantar de vez a Alemanha, que se preparava para arrancar-lhe o decantado cetro dos mares, e procurou a oportunidade de fazê-lo com o concurso de mais de meio mundo; a França – porque lhe parecia indispensável uma vitória sobre a vencedora de 1870, e só esperava o momento de envolver a Rússia no conflito. Ninguém contesta, hoje, que a viagem de Poincaré à Rússia teve esse intuito. De todo modo, é inegável que se, a 1º de agosto, de 1914, a Inglaterra houvesse categoricamente declarado à Alemanha que entraria na guerra contra a própria Alemanha, o conflito não se daria. Mas Lord Grey não o fez: esperou que a guerra se acendesse, e a Alemanha não mais pudesse recuar, para defender-se. E quando o Teuto reconheceu o supremo perigo a que se expusera, era tarde. Daí o seu furioso despeito contra os ingleses; daí o ódio publicamente proclamado, oficialmente cultivado, contra a Inglaterra e confessado no *Gott straffe England*, emoldurado em todos os lares...

No entanto, travada a luta, tudo veio demonstrar que nenhum dos promotores dela, políticos ou profissionais da guerra; nenhum tinha ideia, nem da extensa destruição em que ela se faria, nem da sua duração provável, nem, menos ainda, dos pavorosos e eficazes processos que se aplicariam. As possibilidades técnicas e os recursos industriais eram os da portentosa atualidade científica. Os governantes, porém, procederam como se não contassem com isto, porque agiam com almas de outras eras. Não previram, nem computaram com visão de futuro; apenas reanimavam o passado. E, por isso, anunciaram uma coisa, e o que aconteceu foi inteiramente diverso e novo, mesmo para os titulados na arte de matar. As estratégias, táticas, e consequências foram desenvolvimentos do acaso...<sup>2</sup> Para encontrar mentalidades capazes de prever o que seria essa guerra científica foi preciso ir aos puros letrados, sem nenhuma função de governantes. Quanto a estes, depois de tornar inevitável a luta, deixaram-na alastrar-se, sem nenhum poder de limitá-la, sempre à mercê das conjunturas, para vê-la terminar de forma que, exausto todo o mundo, não houve triunfadores; o grande vencido, absolutamente rendido, foi o menos abatido... Houve, porém, aproveitadores. Porque o fato dominante, no mundo atual, é a capitalização, a grande desgraça serviu para abreviar a transmutação das reservas, em favor, necessariamente, dos mais vigorosos e mais técnicos dentre os capitalizadores. A guerra fez

---

2 Eram todos os empenhados na luta velhos Estados guerreiros, e não houve um só que não procedesse com indiscutível inépcia: os alemães com a sua guerra submarina; os ingleses com a campanha dos Dardanelos; os franceses com os inúteis e custosíssimos ataques a modo do de *Chemin des Dames*; os russos com a estúpida e mal conduzida ofensiva que os levou à formidável derrocada dos lagos Masurios... Por todos eles, a direção mental se fazia no espírito daquele coronel, de que Wells nos dá notícia... “Anda o mundo de esporas, viaja de esporas nos trens, passeia de esporas, pensa pelas esporas...” Os generais aceitaram a contragosto os tanques e todas as invenções para as quais tinham destes comentários – *Que pena que o inventor (dos tanques) não empregue a sua imaginação em qualquer coisa de melhor!... (Novas armas, para Velhas... 1916).*



derivar para os Estados Unidos 3/5 do ouro que enriquecia o velho mundo.

Com povos praticamente solidarizados, apesar da estreiteza de espírito, os dirigentes das nações em luta, no desenvolvimento desta, foram obrigados a reconhecer a insuficiência, estupidez e monstrosidade de muitas normas antigas, e a adotar outras, bem contrastantes, em franca oposição com as ideias em cujo nome eles existiam. É assim que, como condição para economia de energias, boa distribuição de recursos, e facilidade metódica de produção, foi feita a socialização dos principais recursos, a fiscalização superior do consumo, a unificação oficial dos transportes. Finalmente, tudo que tinha influência social houve que ser socializado. A realidade de uma situação exigente demonstrou qual o verdadeiro regime da produção e distribuição, numa sociedade que deseje apurar e coordenar os seus recursos e as suas energias.

Resultaria um grande bem dessa desgraça suprema, se a completa demonstração se tivesse aproveitado. Não o foi, porém, e tudo, agravado na própria desgraça, voltou ao regime de sempre, no reforço de um capitalismo refeito em voracidade, adestrado em racionalização. Não o foi porque, numa fórmula de política realmente humana e socializada, a função dos dirigentes tem de ser, ao mesmo tempo, orientação de fins e capacidade técnica.<sup>3</sup> Ora os profissionais dirigentes não têm outra capacidade se não essa mesma – de manter o Estado nas formas arcaicas, que lhes permitem viver da posição privilegiada e exploradora em que se acham. Num regime em que administração política e direção social fossem misteres de competência, com vantagens reais para a comunidade, não haveria lugar tais governantes, fora do tempo, infensos às práticas da verdadeira e necessária solidariedade

---

<sup>3</sup> Lessing, secretário do representante dos Estados Unidos em Versalhes, diz, com todas as letras, que Lloyd George patenteou, ali, uma angélica ignorância, não só de economia política, mas da mais rudimentar geografia...



humana. Mentalidades presas a uma tradição incompatível com a vida atual, fingiam a crença monstruosa – de que a guerra, atualmente, pode ser escola de exaltação das virtudes sociais e morais,<sup>4</sup> no entanto, liquidada a triste façanha, são os primeiros a proclamar que, por toda a parte, com esta guerra, declinaram os caracteres e animalizaram-se as gentes. – Oh! Sim! Mas, em parte nenhuma foi mais sensível a queda moral que neles mesmos. Vínhamos de uma quadra caracterizada pela fragilidade e inconstância política dos homens, o esfrelamento dos chamados partidos, a desconsideração, o acanalhamento dos respectivos militantes, com o afastamento, enojados, dos mais honestos e capazes para serem estadistas. Agora, na miséria dessa liquidação das formas antiquadas, o que se vê é o assalto descarado ao Estado, para o uso de empresas financeiras, servidas pelo despotismo reles e grosseiro de velhos generais, ou de generais de fancaria, improvisados para o fim desse mesmo assalto.

Então, no Ocidente possuído por essa tradição política, com os dirigentes que se perpetuam, de tal sorte se dispõem os fatores sociais que, finalmente, o progresso só aproveita ao mal, para agravação da miséria de sempre. Senão, vejamos. Tivemos a hedionda catástrofe de 1914 porque os dirigentes das grandes potências, para manter a paz, só confiavam na capacidade de matança. E a guerra, que não puderam evitar, tirou da ciência todo um requinte de destruição e morticínio. Quem tinha visão para os horizontes

---

4 Para a França, a virtude foi produzir a fome permanente de um povo inteiro, o russo, com o inexorável bloqueio a que levou os outros aliados. Para garantir os juros dos seus *rentiers*, fez *sofrer fome*, literalmente, a sábios de consagração universal, como Pawlof e Manuchin, condenados a cultivar as batatas de que se nutriam, sem papel onde registrassem as descobertas com que continuam a enriquecer a ciência. Nessa política de desdouro, os sucessores dos homens de 1889 alimentaram, contra o governo socialista da Rússia, todas as facções reacionárias e czaristas que ali se armaram. Já oficialmente reconhecidos pelo governo francês, subsidiados e alimentados pelo dinheiro francês, eram, afirma Wells, *verdadeiros salteadores, sem nenhum ideal...*

humanos, assim como compreendia ser inevitável a guerra entre os Estados superarmados, logo percebeu que desencadeada a luta, com os recursos em uso, não era possível vitória franca para nenhum dos partidos. Eles, porém, na essencial carência de julgamento, nada compreenderam, e porfiaram no batalhar, até a extenuação e o esgotamento. Não houve verdadeiro triunfo a assinalar, mas sacrificaram-se dezenas de milhões de homens válidos, estiolaram-se as gerações em formação, malnutridas, fatigadas ao espetáculo da guerra sem mercê, queimaram-se montanhas de riqueza feita, ao mesmo tempo que se suspendia o curso da vida econômica nas principais nações do mundo. Chegou, por fim, o momento de voltar à vida pacífica, e de atender às formidáveis necessidades de recomposição: refazer a atividade econômica, bem ajustando aí os depauperados, os malferidos, os adolescentes viciados no convívio da luta, os destreinados do trabalho pacífico e útil, tudo isto de forma a reconstituir os tesouros consumidos e a levar as novas gerações a um regime realmente humano. O progresso científico, o treino do sacrifício imposto pela guerra, permitiriam obter tudo sem maior dificuldade, desde que houvesse dirigentes capazes. E foi isto o que faltou, ainda mais sensivelmente do que dantes. Tanto que a situação mundial piorou infinitamente. Todo o esforço de reconstituição econômica se fez como se fosse o caso particular de cada uma das empresas industriais, na exclusiva preocupação da margem de lucro. Para um mundo esfaimado, economicamente desorganizado, em lances de penúria por muitas partes, toda a produção e a respectiva distribuição, se fizeram estupidamente subordinadas aos balançetes das empresas geradoras de dividendos, empenhadas privativamente em produzir pelo menor preço possível, para vender pelo mais caro, em quantidades cada vez mais copiosas, qualquer que seja a utilidade efetiva do produto. Então, apurou-se a técnica numa mecanização à **outrance**, racionalizaram-se os processos,



**standarizaram-se** os tipos... para chegar ao monstruoso resultado: dez anos depois de finda a luta, quando se procura a forma de ajustar a liquidação da guerra, e ainda são sinistramente patentes os claros abertos pelos cinco anos de morticínio, o mais angustioso problema do Ocidente são os 16 milhões dos **sem trabalho**, de par com o crescente amontoado dos **stocks**. Quer dizer: há superprodução, agravada de subconsumo, pois que se encontram, em todas as grandes nações, milhões de esfaimados, sem meios de adquirir o necessário a uma subsistência comum. Com isto se faz que a política mundial se engloba no que eles chamam enfaticamente de conquista de mercados, e que consiste, praticamente, em dominar extensões cada vez maiores de povos fracos, para obrigá-los a trabalhar e comprar aquilo que convém aos grandes industriais. É o colonialismo, em que transborda o imperialismo das nações rapaces, hoje mais potentemente armadas do que nas vésperas da hedionda catástrofe.

Na pequenez que lhes é própria, a essa grande estupidez de política econômica respondem os dirigentes brasileiros com a sua **valorização do café**: para uma produção que aumenta constantemente, eles instituíram o remédio de reter as safras, empatando aí formidáveis capitais, com o que se encarece desmedidamente o produto, mas que determina um ilusório monopólio, para permitir impor um alto preço de venda. Resultado: subiu o preço, diminuiu o consumo, ao mesmo tempo que os países rivais na cultura do café aumentaram a produção, beneficiados pela valorização brasileira. Ao cabo: perderemos o relativo monopólio de que gozamos, condenamos o país a uma crise gravíssima nas suas relações econômicas, apurando, apenas, um fabuloso prejuízo de milhões de sacos de **café retido** sob os juros do **financiamento**...

**Há castas espirituais.** Os dirigentes dessa política formam uma casta, instituída sob a pressão de necessidades que desa-

pareceram, desde que a inteligência, bem nutrida na ciência, multiplicou os recursos, e as vontades se disciplinaram para apurar a produção e sistematizar a distribuição. Infelizmente, porém, quer a natureza que as castas não progridam: são o que são, e, por isso, têm de desaparecer, com as condições que as criaram. Vêm daí as grandes crises da humanidade socializada: quando, na evolução dos espíritos, a sociedade já avançou bastante, os respectivos dirigentes não podem mais corresponder a essas novas condições, a respectiva classe-casta tem de ser substituída, uma vez que não sabe renovar a mentalidade para ajustar-se ao momento. E como a velha casta resiste, a substituição exige um esforço especial, verdadeira luta de renovação. O Ocidente, e, com ele, o mundo todo, está num desses momentos. Sucedem-se as revoluções e lutas, sem maior resultado, porque, transigindo, ou resistindo, os dirigentes conseguem manter-se, refazendo-se nas tradições essenciais, sem modificação sensível das respectivas gentes. É o que se nota agora mesmo. Terminada a guerra, que eles armaram e não souberam conduzir, voltaram à ação política de sempre, e, senhores exclusivos dos respectivos Estados, coube-lhes tratar a paz, e organizar as condições da nova existência das nações, combalidas, esgotadas. Foi quando se mostraram no que realmente valem: infinitamente abaixo do que esperavam os mais inveterados pessimistas. A paz que eles fizeram foi maior desgraça que a própria guerra. Todos os males se agravaram, para que, agora, o mundo pareça, mais do que nunca, votado à miséria pela afrontosa exploração dos que trabalham. Aproveitando a natural exaustão de heroísmo, após 51 meses de sacrifícios; explorando as paixões inferiores e bárbaras, que a vida em combates torna toleráveis; abusando da força material e do poder que as necessidades da guerra lhes deixaram em mãos; eles se apressaram em riscar todos os resultados que as experiências socializadoras patentearam, voltaram sofregamente às formas de política administrativa e diplomática que lhes são

necessárias, e só pensaram em anular o pouquíssimo que, de bom, os transe da guerra lhes impuseram.

Num mundo dividido em vencedores e vencidos, para estes não houve mercê. Mais do que na guerra crua, os princípios de humanidade foram condenados. Com a derrota, como consequência necessária e legítima, a voragem da guerra eliminou os regimes políticos já condenados. Foi-se o tzarismo, foi-se o caezerismo... mas os dirigentes dos vencedores não permitiram que tais movimentos fossem realmente redenções. Na mentalidade de espoliadores verdugos, gozando torpemente a vitória, os estadistas das grandes potências tudo fizeram para reduzir o mundo aos seus interesses baixos, de pura espoliação. Unidos para combater, no repartir dos despojos, ei-los vis salteadores, largando-se uns dos outros, deixando ao ridículo a pobre liga de nações que fizeram. Isolaram-se nos seus covis, para recomeçar mais tarde a diplomacia secreta, cada um no esforço ignóbil de abocanhar o melhor pedaço, na partilha das indenizações, dos mandatos e protetorados... A Inglaterra retalha continentes, para catar e guardar poços de petróleo, e só pensa, como futuro, manter o seu aparelho de força sobre os mares: a Itália deu voz a todos os despeitos, até acabar na redenção fascista, bem simbolizada no negrume da blusa uniforme, e na organização militar dos dominantes; a França, tonta da vitória, sob a fórmula de democracia aceita ter o Estado mais reacionário da Europa atual, e pertence a estes quatro intuitos: tirar da Alemanha o máximo do que ela produza, a título de indenizações, recuperar os empréstimos feitos à Rússia tzarista, cercar-se de satélites que garantam o prestígio de grande potência, e arredondar o seu império colonial – com Marrocos e Síria. Desta sorte, a nação que só teve razão contra o alemão porque declamava contra o militarismo prussiano, veio a ser o país mais militarista e imperialista do continente europeu, e, com o prestígio de uma vitória que foi de muitos, está agravando a situação

de toda a Europa, como o fazia a Alemanha nos piores dias das pretensões prussianas.

Note-se: a política dos dominantes europeus envenena assim a vida social, ao mesmo tempo que os conceitos correntes nos condenam, a nós outros, como bárbaros e incultos. No entanto, bastou o desequilíbrio da guerra, e, na Alemanha, multiplicaram-se os covardes assassínios políticos; na Itália um torvo condotierismo de gozadores espezinhou justiça e liberdade, e toda a farandulagem da gasta democracia para fazer-se o polícia de todos os privilégios capitalistas; na Espanha, um levantamento sem brilho ostentou e ostenta a soldadesca contra o pensamento. E, de par com isto, por toda parte, nos que venceram, a vitória é explorada como força e como saque em proveito dos dirigentes; nos que perderam, os efeitos da derrota são deixados exclusivamente à massa dos já explorados. De tal sorte naquele mundo, desgraçado pela constante política dos dirigentes, o mal se agrava e se exaspera em egoísmo feroz, inexorável, de gozadores, em quem a guerra desatou todas as peias.

**Dirigentes... malfeitores...** é uma evolução infalível, em todo regime, desde que a respectiva classe se consolida. Eis a razão por que, em todos os grupos nacionais, as lutas político-sociais têm sido, sempre, para afastar os que, como uma casta, vêm a privilegiar-se nas funções de governo, já convertido em exploração. Os ataques às instituições estabelecidas são, de fato, respostas a reações, porque as mesmas instituições, como os regimes estabilizados, só existem e só têm significação como emanção dos espíritos que se imobilizaram para conservar e permanecer. Então, são essas próprias mentalidades, no seu modo de ser, que devem ser combatidas e renovadas. Daí, a relativa superioridade dos regimes democratas, apesar do paradoxo em que se realizam. A superioridade vem da facilidade de renovação, do pessoal



governante, e das possibilidades de iniciativas. Com isto, evita-se a perversão conservadora, em que decaem e se corrompem todos os outros regimes políticos. O paradoxo está na própria qualidade do pessoal que a maioria escolhe. Dir-se-ia que a eleição escolhe e apura no sentido do pior. Por quê? Porque a maioria não pode ser de ótimos critérios, mas da mediania rasa. Além disto, para captar os sufrágios da mesma maioria, os candidatos têm de recorrer a processos que correspondam a esse critério raso, com recursos que lisonjeiem os respectivos gostos. Nada disto é escol, e isto é assim, mesmo nos países em que se respeita religiosamente a **verdade eleitoral**. Nos outros, onde só há ficção tudo não passa de conluio, tudo não passa de porcaria.

A democracia afasta um pouco o grande mal, mas não o elimina e não dá a forma definitiva de direção política. Nos modos correntes de organização social, a função de direção e de orientação é, praticamente, uso do poder político-administrativo como meio de vida; a classe governante se congrega em agrupamento de interesses entrelaçados, e que, forte pela situação que alcançou, vai levando a nação no sentido desses interesses. O Estado resume e encarna a coerção, mediante a qual o interesse dos dirigentes explora o país e os povos. A renovação do pessoal se faz, apenas, no agrupamento deles, os políticos, sempre possuídos de uma mesma mentalidade geral, com inteira solidariedade de destinos. A incorporação, aí – a entrada para o agrupamento dos governantes, equivale à adoção dessa mentalidade e à aceitação da respectiva equivalência moral e mental. O indivíduo se faz político, e se propõe a dirigente, em esforços de quem procura fazer a sua situação pessoal na vida, como o candidato a médico, engenheiro ou burocrata... com a diferença que estes têm de realizar a sua pretensão em apurar a competência e os recursos técnicos, ao passo que o pretendente a governante há de fazer a sua situação pessoal entregando-se ao agrupamento, dissolvendo a inteligência na

mentalidade geral dele, quebrando o caráter, para ceder em tudo que se exige, numa solidariedade de destinos e de transigências.

O Estado atual, coercitivo aparelho de força, remanescente desse passado em que a nação só podia existir entregue a um grupo capaz de defendê-la pelas armas, e que, por isso mesmo, impunha o seu mando sob o nome de ordem; o Estado, assim, realiza-se numa política que é de fato conquista e exploração do poder. As crises violentas, as lutas armadas entre as ações, foram substituídas pelos processos de conquista eleitoral. E, como permanece a essência exploradora; como a política é, praticamente, para uma coligação de interesses, vencem e prevalecem os que melhor se ajustam a essa coligação de interesses, com os recursos subsidiários para cortejar os baixos instintos demagógicos, para a conquista da popularidade. No íntimo dos grupos, como melhor recurso, há a insídia, o perjúrio, a penúria de caráter... todo o preciso para manter-se em vedeta um renome, quando os critérios flutuam, quando o pouco de inteligência se esvai no gargarejo de uma ideologia de feitor, e, oscilantes, variam os motivos de prestígio. Destarte, é natural que, muitas vezes, seja escolhido o pior. O caso vale mais do que simples lamentações, e pede as reações precisas para redimir a vida social, eliminando as castas políticas em que ela se perverte.

O tempo já fez a sua obra: para nações conscientes dos seus destinos, num mundo implicitamente solidarizado, com a posse do poder científico, quando a guerra é a exceção detestada, pede-se ao Estado alguma coisa mais do que a aptidão coercitiva. Por isso, instituíram-se os serviços gerais: o apuro das energias naturais a boa formação das capacidades pessoais, a defesa dos organismos... Mas, com a política que é de índole nos dirigentes, tais serviços organizam-se, de fato, no interesse deles, e são novos campos e motivos de proveitos para eles. Finalmente, a política tradicional, em formas democráticas, converte os dirigentes em maus apóstolos,

que precisam cultivar intensamente todos os motivos baixos, em que os ânimos se aviltam, a ponto de aceitar-se a direção dos que só podem viver da exploração. **Tas d'avachis, menés par des coquins...** era a legenda de um cartaz revoltado, com o intuito de desiludir o povo francês da política tradicional, num momento de eleições. Sem ser um julgamento, ele dizia muita verdade, a esse respeito. A bem considerar, os desfechos das conquistas eleitorais oferecem-nos, muita vez, esse aspecto de desbriados, explorados por velhacos e canalhas.

Se o Estado fosse, como deveria ser, a organização eficiente das energias gerais da Nação, a política seria, apenas, a fórmula inteligente de solidariedade, na realização dos serviços públicos, onde explicitamente se refletiriam as necessidades gerais e as aspirações permanentes. Quando estas páginas chegarem a conclusões, serão explícitas nessas mesmas afirmações, para, desenvolvidamente, mostrar como numa política, conscientemente humana, se podem harmonizar para satisfação completa e justa, os interesses individuais e as necessidades gerais. O pretenso antagonismo que por aí se aponta é invenção dos dirigentes, que o exploram, para justificar a inexorável tirania com que sacrificam a felicidade dos indivíduos, e os mais preciosos direitos pessoais, aos interesses do Estado, de que eles se fizeram senhores. Na realidade das condições naturais, nada justifica que, em oposição à consciência do indivíduo, tenha ele de opor-se à coletividade, e a ela seja sacrificado, quando essa coletividade é um mero conceito, pura virtualidade, que só existe na consciência dos indivíduos. Acontece, porém, que se dentro da coletividade, uma classe se organiza para dominar o resto da nação, subordinando-a aos seus interesses, não de repetir-se as exigências e exações, por parte da classe dominante, já antagonica com o perfeito desenvolvimento das outras gentes, que formam o povo propriamente dito. Há antagonismo, mas é, apenas, esse mesmo, entre a existência da

nação, como solidariedade de interesses e necessidades, e a forma de organização social em que os dirigentes, incapazes de uma ação realmente produtora, têm de existir como parasitas, e, que, por isso, armam-se em dominadores, para viver na exploração do resto da nação.

No caso dos dirigentes brasileiros, encontramos-os tão abaixo da função, que a situação já vem a ser de alarme. Conhecemo-nos mal, julgamo-nos mal desviados por essa direção incapaz e criminosa, de si mesma retida por estultos preconceitos, peiada numa ideologia que nem ao cretino convenceria, alheia à realidade do resto do mundo e do próprio Brasil, e que, assim, nos leva aos trancos de cego desorientado e que já desistiu de conhecer a rota em que prossegue. A que estalão de vida corresponde, hoje, a nação brasileira, como pensamento, distribuição de justiça, padrão moral organização de trabalho, valor econômico, efetividade de poder, acúmulo de riqueza?... Pouco, infinitamente pouco, e esse mesmo pouco, disforme. Por quê? No íntimo dos motivos, a razão é sempre... Vejamos.

A lucidez e o apuro da consciência humana são propriedades relativamente recentes. Tal se reconhece se interpretamos devidamente o passado, mesmo nos períodos históricos. A própria filosofia grega: são jorros esparsos, de espíritos potentes, mas que ainda não se apossaram devidamente de si mesmos, para análise lúcida e nutrida, indispensável às construções ideais harmônicas e completas, como em Hegel, ou Kant, ou Rousseau... Nunca terá havido mais patentes fulgurações de gênio a iluminar a sabedoria do que naquele mundo – de Heráclito a Plotin, culminando em Aristóteles; e tudo se tracejou em esboços ou puras formalísticas, porque tudo assentava num pensamento realmente incompleto, uma vez que lhe faltava a intensidade de consciência refletida, em que se iluminam as filosofias modernas. E assim se explica que o domínio explícito do homem sobre a vida e a socialização



solidária da espécie sejam concepções absolutamente modernas. São aspectos mentais derivados diretamente dessa plena extensão e intenso poder de consciência, que permitem ao homem examinar, em múltiplas possibilidades e desenvolvidos fins, as condições completas da sua existência. Com isto, assenhoreou-se ele dos próprios destinos. E como a essência da psique humana é ser social, ei-lo que tenta, lucidamente, determinadamente, a plena realização social – a solidariedade pela justiça...

Seria tão fácil, uma vez que a compreendêssemos!... Fácil, se não estivera a civilização dividida entre exploradores e explorados, pois tanto vale dizer – dirigentes e dirigidos. Em verdade, aqueles dizem-se representantes de cada grupo nacional prendendo-o aos seus interesses, no entanto, têm destinos à parte, tão à parte, e tão distintos, relativamente aos destinos dos explorados e dirigidos, que finalmente se acham em oposição, com desenvolvida luta. Por toda parte, os dirigentes encarnam uma tradição própria, em filiação direta da barbaria guerreira, e que, assim, ficou distante das legítimas aspirações humanas, alheias às necessidades mais frisantes da vida moderna, no que não é dinheiro, automóvel e telefone. A humanidade evoluiu, subiu de valor, menos nos governantes. Se tivéramos uma escala para tal aferição, verificaríamos que, antissociais, vis, incapazes, eles não correspondem, talvez, nem a 10% do valor que deviam possuir. Se se guardasse a mesma relação de mérito – entre as exigências da função e a qualidade das gentes, dada a situação do Brasil no círculo das nações, o valor absoluto dos seus dirigentes seria apenas computável. Pensemos agora que, mesmo num cotejo relativo, o desvalor dos nossos governantes é infinitamente mais acentuado. Se as cifras fossem expressão bastante para tal complexidade, poder-se-ia garantir: não valem 10% dos outros, que só cobrem 10% do que se pede a respectiva função. Não há nação, a não ser o Portugal dos Braganças,

nem mesmo a infame Rússia tzarista, cujos dirigentes sejam tão demonstradamente incapazes e improbos como os desta terra.

Por isso, chegamos a essa inexplicável situação de miséria – por sobre a abundância, a frescura e a pujança de energias quais são as do Brasil. Há maravilhosas condições naturais, o povo é bom; há atividade, trabalha-se; há desejo de progresso, há produção, há riqueza... E tudo se esvai, tudo se resolve no deplorar de uma irremediável e renovada falência, espetáculo de espanto e repugnância: monstruosa lepra, em que apodrecem as carnes palpitantes de vida, num organismo de pleno viço, e que tanto cresce e se refaz, como se consome no esfacelo dos tecidos mortificados. Portento é em vida, no entanto, este Brasil! Nasce, e é, desde logo, votado à gula dos dirigentes mais vorazes e torpes, em que se degradou um heroísmo torvo, gerado em mercancia. E o milagre se repete, pois é milagre que subsista uma nação sugada, por dentro e por fora, retida, anulada em todos os seus bons impulsos, aviltada sempre pelos que a representam, feita na atividade má, e na ignomínia do trabalho escravo, devorada, em vez de ser dirigida... e que, apesar de tudo, cresceu, e trabalhou, e produziu, num trabalho que deu para todos que a exploram...

Indaguemos, agora: **donde vieram**, que valem **os que conduzem esta pátria?**

Antes que uma nação exista em plena vida, tem que ser edificada. Como foi feito o Brasil? Por quem foi edificado?... Qualquer que seja o valor dos materiais usados, as normas e os destinos da nação dependem essencialmente dos ânimos orientadores e dos processos em realização. Achamo-nos incorporados nesta pátria; perscrutando-lhe os veios do passado, e eles nos trazem diretamente até a miséria do presente. Sobre a energia renascente de gérmenes vivaces, a deprimente influência de uma direção que foi, desde logo, contaminação, estiolamento, corrupção irresistivelmente operante, diabolicamente perversa, porque vem de cima.



Recebendo, em fatalidade de herança, o que de útil pudesse haver na alma portuguesa, o Brasil teve de herdar a tradição e as normas dos dirigentes dali; e a sorte de uma nação feita com a direção de tão mesquinhos governantes, teve de ser o fermentar de misérias, em que se resume a nossa vida nacional. O Brasil, dispensado de conquistar a sua independência, foi, por isso, levado a guardar a infâmia do Estado Português, e a degradação dos seus governantes.

E o mal parece não ter cura. Por toda parte, o regime atual do Estado é, já o vimos, não só arbitrário e corruptor, mas egoísta, antieconômico, incoerente e injusto. Aqui, estes vícios essenciais se agravam na universal insuficiência, intelectual e moral, do mundo político, continuador direto dos fugidos de 1808, e que repetem, até hoje, a mentalidade e os intuitos com que aqueles aqui se acoitaram. Contemplemo-los: nos mais alevantados de inteligência, o pensamento é a pulhice literatada, indigesta, sem influxo de realidades, nem critério de ciência; a vontade, mera avidez de apetites grosseiros, mesquinhos, ou o empenho de glórias, de popularidade, no fogaréu efêmero. E a nação, desamparada, vê passar, assim, as sucessivas gerações de governantes – sem fé, sem segurança de pensamento, sem relação de estímulo com as necessidades reais do país, sem possibilidade de concorrer para uma perpetuidade brasileira. Superficiais, vazios e desbriados, seriam mendigos, numa sociedade de verdadeira seleção humana. A obra que lhes sai das mãos, e que exigiria união de espíritos, convergência de esforços, é, finalmente, o que se pode produzir numa cooperação tirada da falsidade, o interesse vil, a charlatanice, para a proteção da incompetência e desonestidade.

Na realidade, monarquia ou república, o Brasil sempre foi a senzalaria anti-higiênica, de uma oligarquia degradada, ontem incompetente, servil hoje, podre e rapace, inepta e torpemente gozadora. Os grandes lances nacionais, festanças patrióticas, sem heróis, sem iluminados, sem chama de ideal... Nem sinceros,

sequer... Independência, pelo **fico** de José Clemente... Abdicação, pelo batalhão do imperador... para Hermetos, Vasconcelos e Araújo Limas... E, 1817... 24...? Lampejos de fogo fátuo... Domingos Martins, Feijó, Floriano?... Amostras do que poderíamos ser, se a crosta purulenta não mantivesse a ulceração. Deu-se a marcha fatal: a evolução para a repugnância exaustiva do presente, a infecção de um paul na treva. Da política, venha de onde vier, só se tem para nota o que é vileza, estupidez, sem-vergonhice, em tal forma que, apesar de tudo não pode haver, aqui, maior desgraça, para maior crime, que um levante de redenção política: toda a turbacão de uma luta facciosa, com a permanência da reconhecida miséria dos homens. É a política eficaz, somente, para perpetuar o Brasil nas condições de ser dominado, entorpecido, devorado... pelos profissionais da governança.

Essa política, eles não na fazem num programa meditado. Seriam incapazes, como inteligências involuídas, de uma forma de ação lucidamente sistemática. Vão pelo puro instinto; mas, como todo instinto, é, o deles, uma atividade perfeita, para o determinado fim. Tão perfeita como o instinto da varejeira... Como fim de toda a vida, têm o ideal, apenas – a prosperidade material, a afirmação em riqueza, a expansão da força... Como achar, então, sinceridade, coragem moral, pundonor, e os mais valores humanos?... Só têm visão para o que reluz, e, por isso, aceitam como fins os mais precários dos meios, e a eles se escravizam. Não refletem, sequer, quando se lhes diz que ordem material, poder, riqueza, força armada... não impediram que ruíssem grandes impérios quando os dirigentes se degradaram nessa corrupção em que eles pululam.

Até agora, neste levantar do assunto complexo a que se entregará o pensamento da obra, não houve documentação explícita, nem demonstrações em sequências desenvolvidas, se não o traçar dos conceitos necessários para que os espíritos se ajustem

no plano que será o dos capítulos coordenados até a necessária conclusão. Quando não se pretende fazer erudição; quando, ao assunto, não convêm os processos impassíveis e tépidos dos registradores, o mais honesto e legítimo é deixar que o pensamento vá ao termo da ideia, que assim não haverá ilusões. Apanhando os antecedentes históricos da nação brasileira, seguindo-os até a atualidade, temos, por eles, a explicação de toda a miséria que nos acabrunha, e em que se confirma uma herança onde o péssimo já ameaça suplantar as grandes virtudes com que o Brasil se anunciou ao mundo.

PRIMEIRA PARTE  
SEQUÊNCIAS HISTÓRICAS

§ 1 – A “túnica” e a nossa Dejanira

Desde que se manifestou em qualidades próprias, o povo brasileiro demonstrou possuir os dons essenciais para ser uma nação – espírito de união, solidariedade patriótica, cordialidade nas relações internas; mas, ao mesmo tempo que o seu valor se afirmava, a pressão do Portugal degradado o anulava politicamente, da mesma sorte que a sua voracidade lhe amesquinhou as energias produtoras. Não houve colônia que tanto sofresse das condições de governo em que se achava, ao tornar-se soberana e livre. Depois de ter sido, durante quase dois séculos, carne viva para a varejeira lusitana, o Brasil acabou incluindo na sua vida o próprio Estado que, de lá, emigrara, na plenitude da ignomínia bragantina.

Todavia, sob a pressão das necessidades imediatas – de ter para comer, aproveitando-se bons instintos do povo, o país, ainda que abandonado de qualquer direção válida, fez alguma coisa na sua evolução industrial. Fora desse progresso, absolutamente espontâneo, a nação continua a vida de regime colonial apoucado, tirânico, espoliador, com uma classe de dominantes inteiramente divorciada da massa dominada. E assim se acha, cada vez mais distanciado do que convém à vida moral, política e mental do mundo moderno. Como não reconhecer que em tudo isto há, tão somente, a persistência de antecedentes? Mais presos a esses antecedentes do que a qualquer túnica infecta – covarde represália

de vencido, sofremos e sufocamos, sem outra perspectiva de cura que a de arrancar a infeção com as carnes contaminadas. Que é que, nos últimos transes, tivemos a herdar, desse Portugal que nos conduzia? Uma realidade política e social que era, de fato – a opressão, a corrupção, a ignorância... as finanças de puros tributos, o arbitrário seródio na administração, o sultanismo governamental, a delapidação dos orçamentos... Pois não é isto mesmo o que temos como vida pública? E o motivo é sempre o mesmo: a péssima qualidade dos dirigentes, em carácter e inteligência. Perscrutamos, e o veio de ignomínias e misérias nos leva àqueles dias em que os heróis de Pernambuco tiveram de macular o seu patriotismo, pondo-o ao serviço do Bragança, que, em mentiras e traições, os levara, até entregá-los aos Felix Machado e Bacalhau, como o descendente entregou os de **dezessete** ao birrenegado Mayrink. Daí por diante, a política dessa descendência de governantes tem sido um crescendo de infâmias, para um regime de Estado que só pode subsistir entorpecendo a Nação, para, assim, dominá-la e absorvê-la.

Quem o contestará? O que se passou para o Brasil com D. João VI, se medrou, foi – abafando, mentindo, infectando, oprimindo, dissolvendo as boas energias sociais, desfigurando as formas naturais e salutaras da Nação, deixando sobre elas as suas estratificações de misérias, estratificações que nos cobrem até hoje. Quem negará que os governos passam sobre o nosso Brasil, no mesmo cortejo de mentiras, abjurações, extorsões e despotismos, em que viviam os torpes dirigentes das épocas de D. João V e D. Maria?

Administração incapaz e perdulária, infame quando se aquieta, rapace e corrupta quando intenta fazer qualquer coisa; política de ineptos e desbriados, desmoralizando-nos em face do mundo que pensa e que trabalha, fingindo, estupidamente, grotescamente, uma fisionomia que não é a nossa, querendo desfrutar situações que não souberam preparar, pretendendo ser o que não somos,



nem nos convém ser, sem saber, mesmo, o que somos, nem o que, de fato, nos convém. Liberdade, democracia, opinião... justiça, saber... necessidades essenciais à vida de uma nação moderna, são, aqui, motivos de repetidas mentiras, mentiras que nem mais se mascaram, mentiras absolutamente desajustadas às condições em que se continua o mecanismo de um Estado que, nas mãos dos que o exploram, são desabusados processos e instrumentos de extorsão e domínio contra a realidade da Nação. Independência, emancipação, soberania... para que tal conseguíssemos, devera ter havido, no Brasil, uma substituição de gentes bem mais radical do que no resto das Américas. Mas, infelizmente, nem verdadeiros levantes, desenvolvidos e gerais, nem isto poderia haver: os antecedentes os anulavam. As revoluções que houve, vencidas, deram ocasião a uma agravação de tirania; vencedoras, foram para mais acentuado domínio desses mesmos em que fermentava a miséria anterior.

## § 2 – O Bragança ao natural...

O Brasil, feito soberano nas grosseiras tramoias do filho de D. João VI, teve de consumir o primeiro decênio de vida autônoma em debater-se, no atoleiro a que o atiraram a título de libertá-lo. E é por isso que, se rebuscamos os **comos** e os **porquês** da nação brasileira, devemos insistir ainda nos processos e atos do príncipe embusteiro a quem nos entregamos, seguindo-lhes os efeitos até que, em 1831, cai, pela gangrena, o que já era esfacelo. Esses longos nove anos patenteiam a miséria política do Brasil inoculado de bragantismo. Se não fora a dolorosa depressão, resultado da peçonha que nos embebia; senhora dos seus sentidos, a nação, desde logo, o teria eliminado, porque o filho de Carlota Joaquina não tinha, nem a coragem nem o talento necessários para o inteiro efeito da maquinação que urdira. Houvesse nele qualquer valor

de estadista, e teria construído um Estado forte e eficaz, pois que se fez o chefe de um povo na sua crise de juventude e de liberdade. Em vez disto, Pedro I foi um tampo sobre o Brasil que se erguia. Foi, apenas, um Bragança. Faltava-lhe tudo que distingue o estadista heroico do simples aventureiro velhaco. Drummond, apesar dos afagos com que era tratado, sente, ao seu contato, a natural irritação, e fala-nos da sua **doentia vaidade**... Seria o menor dos defeitos efetivos. Mais patente e maléfico, ainda, era a inveterada deslealdade, mal disfarçada em versatilidade. Traía porque vivia para os seus interesses e apetites, e tinha de mudar com eles. Sem maior virtude para usar de outros meios, pertencia a ambição que se alimenta de traições. Nem verdadeiros ideais políticos, nem propósitos de homem de Estado, nem vigor de convicções. O próprio Sr. Pereira da Silva teve de reconhecer – que muito custou ao Príncipe Real aceitar a independência. E a significação que o seu curto critério dá àquele **juramento firmado com o próprio sangue**. Em verdade, D. Pedro não aceitou a independência: serviu-se dela... O português, Sr. A. Viana, é mais conciso: “Em 21, todos desconfiavam dele...”<sup>5</sup> Como não ser assim? Os seus manejos entre a tropa brutalmente constitucionalista e os bisinhos brasileiros, eram grosseiros demais. Não foram desde logo repelidos porque uma soldadesca bêbada e uns revolucionários ingênuos, ou canalhas, não teriam lucidez para tanto; mas foram percebidos, e despertaram suspeitas. O pai, se fosse capaz de compreender qualquer coisa, seria o único a compreendê-lo. Em 10 de dezembro, ele, o príncipe, escreve: “... a tropa está unida e muito obediente; ela tem-se feito merecedora de que eu participe a V. M. o quanto ela é aferrada à Constituição e à causa nacional...”; e, a 14 de março, ei-lo a afirmar: “Desde que a divisão auxiliadora saiu, tudo ficou tranquilo e perfeitamente aderente a Portugal; mas

---

5 A *Emancipação do Brasil*, Lisboa, 1922, pág. 63.



sempre conservando um grande rancor a essas cortes...” Tal rancor é, sobretudo, o deles – Braganças, pai e filho. E, com isto, ele ainda colhia o resultado de iludir os tolos dos brasileiros levados a aceitá-lo como recurso contra a estupidez dos liberais portugueses.<sup>6</sup>

Até então, em qualquer das suas manifestações, só há expressões contra a independência do Brasil. E de pouco antes, a declaração já referida, escrita com o próprio sangue – de preferir a morte a consentir em que o Brasil se separe... Agora, em março e abril, todo o seu esforço é para identificar o Brasil com o Portugal fiel aos Braganças: “... os laços que uniam o Brasil a Portugal, e que eram de retrós podre, se reforçaram com amor filial à mãe-pátria...” E como esse é o seu verdadeiro motivo íntimo, ele se apresenta como fator da mesma união: “... qualquer outro modo que fosse o meu procedimento, a união do Brasil a Portugal, que maneiras delicadas ainda podem conservar, estaria provavelmente acabada...” A **maneira delicada** vem a ser a insídia com que ele, por meio dos Ledo e José Clemente, se insinua no ânimo dos independentistas. Nessa forma, aparentemente, ele mudou; mas, na realidade, continua fiel aos seus interesses. Em agosto, nas vésperas da viagem que acabaria no Ipiranga, lá está notada a realidade dos seus intuitos: “Tomei o partido que os povos (brasileiros independentistas) desejavam... sem romper, contudo, os vínculos da fraternidade portuguesa, harmonizando-se com decoro e justiça **todo reino unido de Portugal-Brasil** e os **Algarves**, e conservando-se debaixo do **mesmo chefe** duas famílias...” Se na sua alma pousou um ideal, foi esse – o reino unido, cabendo-lhe, desde logo, a melhor parte desse mesmo reino. Há um outro momento, em que ele explica as aparentes preferências pelo Brasil: “No Brasil é que está a riqueza, o poder...” E lisonjeia o **forte e rico**; pouco importa toda a glória de

---

6 Varnhagen aceita e repete este conceito publicado em 1824: que D. Pedro não se sublevara contra o governo de seu pai, mas sim contra as cortes. (*Hist. da Independência*, pág. 343).

um Portugal histórico; ele dará preferência ao Brasil: “... os estados independentes como o Brasil (escreve ao pai, em 19 de junho de 1822), nunca são os que se unem aos necessitados e dependentes. Portugal é, hoje em dia, um estado de quarta ordem e necessitado, por consequência, dependente...” Nunca houve inimigo vencedor, que mais duramente falasse ao vencido: Portugal é que se tem de humilhar para com o Brasil, “e não o Brasil para com Portugal, que é necessitado e dependente... e deve procurar, por todas as formas, os meios de se conciliar com o Brasil...” Nessa mesma carta, que é verdade íntima, pois que ele, Pedro I, a destinava exclusivamente para uso do pai: nela está a essência dos seus intuitos: fundar aqui um império luso-brasileiro, cabendo ao Brasil, pelos motivos já ditos, a primazia, com a residência da coroa. Como o pai já estava com os pés na sepultura, que lhe mandasse o mano Miguel:<sup>7</sup> casá-lo-ia com a filha, para dar-lhe, mais tarde a regência de Portugal. Foi o que, em desespero de causa, intentou fazer em 1827.

O brasileiro de José Bonifácio cortou o cordão umbilical da sonhada união, e D. Pedro não pode, nunca mais, refazê-la, apesar de que por ela insistisse, ao longo de toda a sua aventura americana. Já o assinalamos: o talento não lhe dava para mais lúcidos desenvolvimentos de ação. A realidade do seu caráter se impôs, no fim de tudo, e ele, que teve as condições históricas mais propícias, na grandeza de dois mundos, acabou reduzido à insignificância do próprio valor: generosamente alijado do Brasil, grosseiramente apupado nas ruas de sua última capital. L. F. da Veiga não hesita em dar, no seu livro, um capítulo com o título – A dobrez de D. Pedro... No desenvolvimento das páginas, ele transcreve palavras

---

<sup>7</sup> “... deixe o mano Miguel vir para cá, seja como for... os brasileiros o querem ao pé de mim, para me ajudar a servir no Brasil, e a seu tempo casar com a minha linda filha Maria...” (perdeu-se uma nova edição de D. João VI...) Nessa carta é que Pedro I diz as coisas acima citadas, assim como sustenta, a pé firme, que o pai lhe disse o célebre – *antes seja* para ti...: “Eu ainda me lembro e me lembrarei sempre do que me disse, dois dias antes de partir, no meu quarto...”



de brasileiros, que, em 1821, já desconfiavam formalmente de sua participação em o nosso movimento de libertação. Os sucessos vieram dar razão aos suspicazes de então. Um historiador português, o Sr. Constâncio, ao referir-se às razões alegadas para a dissolução da Constituinte de 1823, é categórico: “Estas falsas e ridículas asserções a ninguém convenceram e só mostram a insigne injustiça e ingratidão de um príncipe, que proscrevia e caluniava aqueles mesmos que, havia tão pouco tempo, o tinham colocado no trono...”<sup>8</sup> O próprio José Bonifácio, com todo o seu bragantismo, foi também levado a suspeitas, logo em começo de 1823. É o Sr. Drummond quem o afirma, ao mesmo tempo que dá o explícito das mesmas suspeitas, segundo as confidências do amigo: “O imperador me enganava, afetando a maior franqueza e intimidade. Esta dissimulação era natural e habitual, ou inspirada de longe e de fora? Como poderia um homem sincero suspeitar tais horrores, em um jovem fogoso e inexperto?”

Em Pedro I, combinavam-se os dois motivos: insídia natural e insinuações de longe. De fato, contra ele, nada podia a franqueza sincera do pobre do José Bonifácio, a quem faltavam, mesmo, as mais triviais das qualidades para a obra de politicagem, em face de um Bragança. Chegaram ao gesto de 7 de Setembro, mas, cada um dos dois lhe deu significação diferente, e como Pedro I ficou sendo o senhor definitivo, tentou dar ao ato o desenvolvimento a que o destinara. Daí as atitudes que, finalmente, se tornaram suspeitas ao brasileiro. E é assim que, a 23 de outubro, já aclamado

---

<sup>8</sup> *História do Brasil*, II, 345. – Outro português do tempo, o Sr. Xavier Monteiro, debuxa-o nestes epítetos: “... vazio de experiência, arreatado pelo amor da novidade por um insaciável desejo de figurar, vacilante em princípios, incoerente em ações, contraditório em palavras, a quem... a prevaricação e inteireza, inteligência e impostura, constituição e despotismo, pela facilidade com que as aprova e rejeita, são coisas ou indiferentes, ou indistintas, ou desconhecidas...” (discurso de 1º de junho de 1822 nas cortes). Pouco antes, em carta íntima ao cunhado, Palmela diz dele, príncipe “... deixa-se rodear e aconselhar por má gente...” (*Vida de Duque de Palmela*, I, 376).



**imperador** do Brasil, ele, D. Pedro, tem para o rei de Portugal efusões de respeito e de dedicação que não são, somente, as de um filho, mas as de um súdito, pressuroso em mostrar que a fidelidade jurada se mantinha: “Com a independência, tenho assegurado um asilo certo para a nação portuguesa.”<sup>9</sup>

Com Pedro I, o bragantismo se afinou nas suas qualidades essenciais. Referindo-se a um dos momentos da sua política, diz o mesmo Drummond: “É sabido que o imperador, para salvar a Joaquim de Oliveira Alvares (seu ministro, servil), nada poupou, nem mesmo a própria dignidade. Prometeu, solicitou, corrompeu, chegando a ir pessoalmente procurar e falar aos deputados”.<sup>10</sup>

De fato, para satisfação dos seus motivos pessoais, ele não atendia ao que pudesse ser dignidade ou decência. Por ocasião da dissolução da Constituinte, participava, em pessoa, das diligências – para as prisões dos deputados brasileiros. Nessa crise da

---

<sup>9</sup> Aqui está o fecho da carta de outubro, de 1823: “Tenho a honra de ser com todo o respeito, de vossa majestade, filho muito afetuoso, e que como tal lhe beija a sua real mão...” Afora a competição, a respeito do exercício do poder no Brasil, sempre houve perfeito acordo entre a ação do Príncipe D. Pedro e a do pai. Conta Gervinus (*op. cit.* t. X, 251) que, em fins de 1821, de acordo com a Santa Aliança, presidida pelo sogro de D. Pedro, D. João VI enviou ao Rio de Janeiro o Marquês de Anjeja, para combinar com o filho uma ação definida no sentido de afastar o Brasil das mesmas cortes. Por isso mesmo, o governo austríaco, com todo o seu absolutismo, sempre teve condescendências para com o D. Pedro, constitucionalista. O Marquês de Resende, inteirado nas tricas diplomáticas, explica o caso. Tratava-se do reconhecimento da Independência – de um Brasil constitucional, e a Áustria auxiliou o governo imperial do Brasil: “A Áustria se convenceu, mediante a carta de D. João VI, apresentada por mim, que o imperador estava agindo de boa-fé (no sentido dos interesses legitimistas) e da boa inteligência que, apesar dos atos oficiais, exigidos pela situação, sempre existiu, em segredo, entre eles e, por isso, se reuniu à Inglaterra para obter uma reconciliação patente entre os dois estados.” (M. de Resende, *Eclaircissements Historiques*, t. XXII, 39).

<sup>10</sup> *Anotações*, 146. – O mesmo Drummond informa que Domitila tinha sido de um criado de Pedro I. Armitage, com toda a sua britânica circunspeção, assinala: “A conduta do imperador para com a Imperatriz era a mais dura; assevera-se que até lhe dera pancadas...” (*Hist. do Brasil*, trad. Ega, pág. 126).

nacionalidade, nenhum português foi mais lusitano e **corcunda**. Verificaremos, em tempo, que esse foi o momento em que se patenteou estarem os dois, pai e filho, acordes, para a façanha de **reunir** os dois povos numa mesma coroa. Mas, o espírito nacional foi mais forte que toda a insídia. Armitage, que não é nada lisonjeiro para o Brasil e os brasileiros, di-lo categoricamente: “A tentativa de reunir o Brasil a Portugal, seria o sinal de uma revolução em todo o país”. Se é verdade que Pedro I não teve, nunca, a coragem de dar o golpe, em compensação, desde logo, tudo preparou neste sentido. É o mesmo Drummond quem o assinala: “... dada a reação de 1823, todos os serventuários do paço eram portugueses...” Os secundários brasileiros que por lá andavam, mais secundários se tornavam, na nenhuma importância que tinham. Os verdadeiros íntimos do imperador eram os três, da rafameia portuguesa – Gomes da Silva “O Chalaça”, João Carlota e Plácido. A brevidade e a sujice dos nomes dizem bem que espécie de almas neles havia. Uma das taras de Pedro I, como no antepassado Afonso VI, era a vulgaridade e a grosseria suja das gentes de sua privança.<sup>11</sup> Chulamente presunçoso, dando, em portuguesismo, o que lhe faltava de verdadeiro talento, o embusteiro constitucionalista de 1821, uma vez, entronizado, foi o tipo acabado do Bragança – péfido, absorvente, inexorável tirano... Mas faltou-lhe coragem para dar à tirania um caráter franco, relativamente leal...

O servilismo da nossa história multiplicou esforços para fazer de Pedro I um tipo cavalheiresco, ou, pelo menos, um valente. As primeiras sugestões, nesse intuito vêm do tom impulsivo com que a **libido** de Carlota marcou a fisionomia do Príncipe Real, e

---

<sup>11</sup> *V. nota à pag. 35* – Plácido fora ajudante de cozinha, e os companheiros não eram de melhor extração. Doentamente vaidoso, dava-lhe a presunção, em Pedro I, para cotejar com atletas profissionais, e ostentar valentia. Certa vez teve garbo em ir buscar a fazer voltar imediatamente, de bordo de um dos navios de Cochrane – dinheiro de presas feitas em navios portugueses.



sobretudo do contraste – entre os arremessos de um jovem e a miséria definitivamente acovardada, apavorada, de D. João VI. Ao seu lado, Pedro I, tinha que parecer um valoroso; mas, na realidade, toda a sua vida no Brasil é inteiramente falha – de verdadeira valentia. Por isso mesmo, acabou numa fuga. A abdicação de 1831 não foi uma rápida depressão de ânimo, e, menos ainda, um gesto de superior desistência, em vista do bem.<sup>12</sup> Foi, sim, a acovardada retirada de quem, depois de repetidas tentativas, nunca teve a coragem de dar combate decisivo, e recuou, sempre, ante a perspectiva da revolução de que nos falou Armitage... Para abrir o caminho à **reunião**, dissolveu a Constituinte brasileira, a força armada. No entanto, ostensivamente à frente da tropa, a sua ação pessoal, no caso, em vez de lance valente, foi ignóbil exploração de uma mentira: intrigou os batalhões, convenceu-os, de viva voz – de que a Assembleia tinha planos contra o exército e contra o trono. Então, avalentonado com a soldadesca que o seguira, teve garbo de injuriar os eleitos da nação brasileira, chamando a Constituinte de **perjura**. Não tardou que fosse conhecida a mentira, e, agora, ante às primeiras manifestações de reprovação, ele se desdisse das mesmas injúrias, repetiu explicações, deu satisfações, apressando-se em prometer uma constituição, discutindo-a desde logo, não esquecendo de assegurar – que, previamente, a submeteria ao juízo e à aprovação das municipalidades... A mesma tropa que, pela mentira, fora levada de São Cristóvão às portas da Assembleia, e, teve, em 1824, para tomar-lhe contas da traição tramada contra a Nação, quando sentiu que ele intenta lusitanizar explicitamente o Brasil **independente**. E, mais uma vez, Pedro I se agachou, recuando miseravelmente, como ainda recuou em

---

12 Notaremos, no momento oportuno, os depoimentos de Drummond e de Barbacena – de como, bem antes de 7 de abril, já Pedro I estava decidido a abdicar, isto é, a ir-se do Brasil, com receio de que o enxotassem.



1826, como cedeu e recuou diante das insolências de Roussin, se bem que tivesse o apoio da nação inteira, caso houvesse nele ânimo para dignidade e resistência.<sup>13</sup>

Note-se que, para ter os meios de afrontar a nacionalidade brasileira, desde 1823, o filho de Carlota Joaquina armara milícias mercenárias – os seus célebres alemães, a que juntou, para mais garantia das ambições pessoais, o chamado **batalhão do imperador**. De nada valeu: a fanfarronice do falso valente logo se patenteou, e, pouco a pouco, o público brasileiro lhe tirou o prestígio, das *penas* grudadas em 1822. Em 1830, quando não se previa, ainda, o 7 de Abril, já Pedro I era tratado com afrontoso desrespeito. O comentário de Armitage, que a tudo assistiu, não deixa dúvida. Em Minas, a sua pessoa ia e vinha como um rebotalho de poder, de que ninguém fazia caso. Barbacena atesta que foi nesse momento, que ele, o imperador, mostrou a decisão de abdicar.

Por que se cercou Pedro I de milícias estrangeiras? Porque fazendo uma política pessoal, nunca pôde sair do portuguesismo originário. Armitage condensa toda essa política no conceito, tantas vezes citado: “Desde a dissolução, nunca soube ser brasileiro...” Foi, mesmo, a propósito da abdicação, que ele chegou a tal conclusão, depois de haver assinalado: “... a confiança (da nação brasileira) que até então nunca soubera granjear...” Entre um conceito e o outro, o historiador tem ocasião de fazer compreender a necessidade do 7 de Abril. É quando, havendo admitido que a vida privada de Pedro I era escandalosa, a administração péssima, e o jornalismo francamente sedicioso, faz a reserva essencial: mas nada disto foi a causa da reação de 1831, se não “uma causa de que nunca se fez menção: que ele nunca soube ser brasileiro”.<sup>14</sup>

13 A Câmara dos deputados foi explicitamente contra a política de submissão às exigências dos franceses: “Apesar da resistência do Corpo legislativo, o imperador por si resolveu mandar entregar os navios, e prometeu indenização das perdas até o fim do ano seguinte.” (Melo Moraes, *op. cit.*, 59.)

14 *Op. cit.*, págs. 190, 205, 209, 220.

### § 3 – O lusitanismo triunfante

Curto de inteligência, falho de sentimento brasileiro, Pedro I não compreendeu a extensão dos feitos ligados ao ato que lhe fora ditado por José Bonifácio, e julgou poder voltar atrás do gesto do Ipiranga. Uma vez aclamado e coroado, considerando-se definitivamente empossado no domínio do Brasil, tratou de voltar, com ele, ao seio do seu Portugal, para a reconstituição do sonhado **Império Luso-brasileiro**.<sup>15</sup> Para tanto, despediu os Andradas, passou por um ministério de transição, e, finalmente, fez o seu definitivo governo com Vilela Barbosa, o mesmo que viera completar a **missão de Rio Maior**, encarregado da parte íntima e essencial dela. O intuito confessado da mesma missão era restabelecer a autoridade de D. João VI, no Brasil, por um acordo com o já imperador, seu filho. Chegará o momento de verificar a verdade desta asserção; por ora, sigamos o desenvolvimento dos atos em que se definiu a política própria de Pedro I: abateu os Andradas, pôr no governo o homem exclusivamente feito em Portugal ulcerado de lusitanismo – Vilela Barbosa; dissolveu a Constituinte brasileira, prendeu e desterrou os principais representantes da nacionalidade, e deixou o selo indelével do bragantismo na felonía com que se esforçou por entregar ao governo português, já refeito em absolutismo, os próprios homens que o elevaram ao poder.<sup>16</sup> Vistos à distância, no preconceito de

15 Para Pedro I, o gesto do Ipiranga fora uma *figa* às cortes, suas inimigas. Quinze dias depois do “Independência ou Morte”, na carta de 22 de setembro, é que ele passa descompostura de arriero nas cortes – infames deputados. Nessa data, ele tem este arrote, que é característico: “... digo a essa cáfila sanguinosa (as cortes), que eu, como príncipe-regente do Brasil...”

16 É o caso do “Lucania”, navio que transportou José Bonifácio e os companheiros, quando desterrados, e que devia entrar no Tejo, afim de que o absolutismo português, já *refeito*, se apoderasse dos patriotas brasileiros, e os julgasse como rebeldes, para satisfação de todo o seu despeito. O comandante normal do navio, porque era brasileiro, foi mudado, como quase toda a guarnição,

que se tratava de uma fase revolucionária, levamos a agitação dos dias seguintes à Independência à conta da turbacão natural da quadra. Puro engano: 1823 não foi crise lógica, decorrente dos sucessos anteriores; a situação era de paz interna (à parte a politização Ledo-José Bonifácio), e o que se possa considerar crise foi preparado e provocado pelo imperador. Desde que os Andradas, tomando a sério o 7 de Setembro, acentuaram uma política um tanto hostil ao Portugal – com quem estávamos em guerra; desde esse dia, que Pedro I mostrou a verdadeira significação da sua política. Concluindo o capítulo dado a esses fatos, Armitage anota a verdade: “E quando a força das circunstâncias tenha obrigado o governo a outorgar uma constituição, um princípio retrógrado prevalecia na maior parte dos atos administrativos... a tendência a favor dos portugueses era manifesta.” Chalaça, que dá o verdadeiro sabor à crise, fornece, nas páginas que mandou escrever, o melhor comentário da situação: “... que a portuguesada era a parte melhor e mais útil da população do Brasil... —... que essa mesma portuguesada, ostensivamente em oposição ao Brasil, sempre defendeu o imperador, sua única salvação...” Note-se, em todo o longo arancel, o Conselheiro Chalaça fala como criatura inteiramente estranha a esta pátria.<sup>17</sup>

Conhecida a verdadeira significação do ato de 12 de novembro (a dissolução), houve, imediatamente, uma tão sensível conde-

---

substituída por portugueses completos. O navio levava instruções escritas – que se dirigisse para o porto francês, do Havre; mas o comandante, o português Barbosa teve instruções secretas, verbais, como o confessou perante testemunhas – para ficar em frente ao Tejo, até ser aprisionado. O imediato, que não estava no segredo da miséria de Vilela Barbosa, resistiu às mesmas ordens; o fato se tornou conhecido; o navio, finalmente, entrou num porto de Espanha, graças à intervenção do representante inglês, amigo de José Bonifácio, a coisa foi evitada. Quem o conta, documentadamente, é Drumond. (*Anotações*, pág. 76.)

17 *Memórias* oferecidas à Nação brasileira, sob o nome de Francisco Gomes da Silva (Chalaça), que pagou 30 libras esterlinas a Rodrigo da Fonseca Magalhães, para que as redigisse...

nação da política imperial, que Pedro I se agachou atrás das já citadas explicações, e fez garantir aos presos que asseguraria às suas famílias os meios de subsistência... apesar disto: “... as mães lamentavam os filhos, as esposas censuravam os maridos, as irmãs desprezavam os irmãos, que tinham trazido ramos de café nas barretinas no nefasto dia 12 de novembro, pondo em perigo a Independência, em proveito de uma facção odiosa”. Estas são referências de quem assistiu aos fatos, e participou deles, sendo, no entanto, monarquista e bragantista. Armitage, que alcançou todos os comparsas, na continuação da mesma política, atesta a impopularidade de Pedro I, desde esse mesmo dia. Homem de Melo, vindo decênios depois, tão monarquista que foi dobrado em **barão**, teve de render-se à verdade, e, para dar conceito de justiça, quanto ao primeiro reinado, reproduz Armitage: “O ato violento, da dissolução da Constituinte, repercutiu dolorosamente em todo o primeiro reinado... Nunca mais se atou o laço rompido da confiança nacional... Sete de Abril é o resultado de 12 de Novembro.”<sup>18</sup>

Para ter ideia do quanto foi antinacional a política que levou o imperador a dissolver a Constituinte, basta ponderar em que o ministério seguinte ao dos Andradas, constituído por homens reconhecidamente bragantistas e chegados ao lusitanismo, como Nogueira da Gama e Carneiro de Campos, mesmo assim, esse não quis ter a responsabilidade do ato, e foi preciso que viesse um Vilela Barbosa. Nesse momento, a atmosfera de brasileiro era aquela que se condensava na propaganda de Cipriano Barata, quando propunha se deportassem todos os portugueses – “figadais e constantes inimigos do Brasil”. Tempos afora, é este o sentir em que se reconhecem os ânimos brasileiros. Quarenta e cinco anos depois, porque em coração e em pensamento é uma

---

18 *A Constituinte perante a História*, pág. 49 – José Roberto, o pulha e covarde marechal português de dezessete, foi feito Marquês da Praia Grande, senador, grande do Império de Pedro I, eis a independência por ele realizada.

afirmação de nacionalismo, José de Alencar, apesar de qualificado em conservador, reclamará intransigentemente contra as pretensões do lusitanismo: “O Brasil não há de esquecer o que deve às suas origens americanas...” Então, muito bem se explica – que o golpe na nacionalidade brasileira fosse consagrado como vitória da portuguesada do Rio de Janeiro, que iluminou as fachadas, ao mesmo tempo que eram presos e perseguidos os deputados mais representativos da mesma nacionalidade: Montezuma, os Andradas, José Joaquim da Rocha, Belchior Pinheiro, Muniz Tavares, Henrique de Rezende, Carneiro da Cunha, Martiniano de Alencar, Almeida Fortuna, Xavier de Carvalho...<sup>19</sup> Para melhor expressão do fato há que: a brigada destacada pelo imperador para cercar a Assembleia, foi comandada pelo português – brigadeiro Lazaro. De fato, o comandante-general naquela façanha, de tão formidável valentia, foi o próprio Pedro I. Assim o contam todos os historiadores inteirados do caso, desde o mesmo Armitage, até o **caramuru**, Sr. Abreu Lima. Nem é preciso esforço de demonstração, porque, no seu manifesto de 16 de novembro, Pedro I confessou: que foi quem fez reunir a tropa em São Cristóvão para vir contra a Assembleia.

#### § 4 – Ataque à soberania nacional

A Assembleia Constituinte, de 1823, foi a primeira expressão da soberania brasileira. Dadas as condições de formação política do povo, com dois séculos, quase, de degradação bragantina, era impossível que a nação brasileira se mostrasse, desde logo, um primor em realizações democráticas. Já assinalamos a miserável condição em que se via o Brasil-colônia, até os seus últimos dias: fechado no ambiente podre, e ao mesmo tempo nulo, do Portugal

---

<sup>19</sup> Vilela Barbosa também arvorou um dos ramos de café da Domitila.

da decadência. Não podia haver, para os brasileiros, nem escola de democracia, nem meios de cultura intelectual. Clérigos e juristas de Coimbra eram as raras formas de pensamento que se ofereciam para conduzir o país. Tal foi a **Constituinte**. Ora, num país onde o político é, apenas, o harmonizador dos meios e recursos nacionais com as correntes de opinião (tal acontece na Inglaterra), e que esses meios e recursos são organizados e apurados por especialistas e técnicos de valor; ainda aí, se a política é conduzida exclusivamente por juristas, admite-se que há, nisto, um grande mal, porque, para a realização e distribuição da vida moderna, a mentalidade do jurista é a menos própria. Considere-se, agora, no que eram as condições do Brasil de 1823, e reconhecer-se-á: que uma assembleia de juristas de Coimbra era, sem dúvida, inábil e contraindicada para a função de organizar a nação. Era esse o grande defeito da Constituinte. Mas, dado que não havia outros, e não fora admissível organizar o Brasil senão com brasileiros, essa mesma assembleia deve ser considerada excelente, porque continha, evidentemente, o melhor da mentalidade brasileira, já consagrada.<sup>20</sup> Acusava-se, neles, um grave defeito: eram, quase todos, homens velhos, da pior velhice, porque não tinham experiência política, visto que o regime corrente não na dava, nem eles possuíam, mais, o ardor da idade, grande elemento numa obra revolucionária. De todo modo, não mereciam, certamente, o tom de desprezo com que são tratados nas páginas do Sr. Pereira da Silva, e, sobretudo, nas de Armitage. “À parte os Andradas, não havia na Constituinte, indivíduos acima da mediocridade...” Nesse tom peremptório, o historiador caixeiro fulmina a Assembleia brasileira, onde havia, além dos mesmos Andradas, Araújo Lima, Carneiro de Campos, Montezuma, Muniz Tavares, Xavier de Carvalho,

---

20 Para um total de menos de cem deputados, havia, na Constituinte, 48 juristas, 19 clérigos e 7 militares.

Araújo Viana... No entanto, se se formula a questão: **Que lei contraria às normas jurídico-sociais, ou alheia à moral decretou a Constituinte?** Nenhuma, responde, com toda razão, Austríliano de Carvalho: “A pátria livre e independente era o seu alvo.”

É bem de ver que o valor da Constituinte de 1824 não pode depender do conceito de quem, nem tinha o talento, nem a cultura, nem os motivos d’alma, em que o julgamento moral se eleva. Não serão os doestos, ou os louvores de um Armitage que consagrarão a nossa primeira Assembleia nacional, mas o valor de dignidade com que ela procedeu, no momento da provação, em face do imperador antibrasileiro. O próprio Armitage foi obrigado a reconhecer – que os deputados constituintes se portaram com toda a dignidade e absoluta correção, sem um pestanejar de covardia, sem um momento de concessão à força covarde que os atacava. Inermes, e cercados pela tropa arrogante, abandonados pelo ignóbil presidente cúmplice do imperador, os deputados permaneceram nos seus postos, em atitude de justo protesto, até que a realidade das baionetas e dos canhões lhes fechou as portas, depois de vinte e quatro horas de sessão permanente. Cumpre notar, em crédito dos deputados, que, na presença de tão iminente perigo, não mostraram pusilanimidade, nem vacilação: pelo contrário, pelo exemplo, com a exortação, animavam-se reciprocamente, e, ao raiar do dia seguinte, viu-se que nem um se havia retirado.<sup>21</sup> Aproveitado para meirinho na dissolução da Constituinte, o lusitanófilo Vilela Barbosa foi ao ponto de injuriá-la: “Estou vendo aqui o mesmo que vi em Lisboa”, disse ele, de dentro do lacaísmo com que se apresentou à Assembleia.<sup>22</sup> Ora, no que se refere ao

---

21 Armitage, *op. cit.*, págs. 57 e 63.

22 Sentia-se tão imutavelmente português – Vilela Barbosa, que, em 1831 quis voltar para a sua pátria com o imperador deposto; este é que o intimou a ficar, pois que o instinto lhe dizia quão útil poderia ser ainda essa infecção, que se aproveitará para a *maioridade*. Pedro I negou-se a levá-lo, com a alegação

proceder da generalidade dos deputados, a comparação foi injuriosa mentira.<sup>23</sup> Os constituintes brasileiros, sempre respeitosos para com o príncipe, responderam-lhe, no entanto, com toda a hombridade, até o último momento, ao passo que os famosos **liberais das cortes de** 1820, antes fanfarrões nos insultos à coroa, desde que esta se dispôs a dar-lhes o golpe, mal pressentiram o perigo, dobraram-se miseravelmente, tão covardes como na véspera haviam sido arrogantes: “Em Portugal, as cortes mal viram o rei retirar-se para Vila Franca, cinco a seis léguas de Lisboa, dissolveram-se a si mesmas, deixando um protesto que bem poucos assinaram, e cada um dos seus membros foi procurar pôr-se a salvo, ou na fuga, ou na comitiva do rei” (A. Viana). Vilela Barbosa teria sido um destes. A única identidade a notar-se nas duas situações é a sua miséria d’alma: deputado **constituente** por parte **do Brasil**, dada a dissolução, ele se acomodou perfeitamente ao subsequente inexorável absolutismo, como, antes, se identificara com aquela atmosfera antibrasileira onde não puderam ficar os brasileiros de essência – Lino, Antonio Carlos, Feijó... E porque ali permaneceu, radicalmente lusitano, foi logo aproveitado pelo absolutismo português, em missão secreta junto ao embusteiro que se apoderara do Brasil: representando Portugal, onde tinha ofícios e funções públicas; mandado para tecer a **reunião** do Brasil a Portugal, ele passou, sem transição de alma, a ministro de um Brasil que estava oficialmente em guerra com o Estado que nele se

---

de não querer suportar a carga por mais tempo. Mas Paranaguá insistia: “Só lá poderei viver, agora, porque lá tenho a minha aposentadoria...” (Carta do ministro austríaco Daiser, publicada no *Jornal do Commercio*, de 1913.)

- 23 Houve algumas raras exceções, no proceder digno dos deputados de 1823: intimado a dar por dissolvida a Constituinte, cujo presidente era, então, Maciel da Costa, irmão uterino de Justiniano J. da Rocha (mas por obras de outro cônego); o futuro Queluz não admitiu, sequer, a proposta dos outros deputados para um protesto verbal: abandonou tudo, e correu ao paço, a comunicar o fim da empreitada... Vê-se-bem que havia diferenças essenciais entre os dois cônegos fecundantes.



representava... Naquele preamar de ilogismos e incoerências, essa escolha é como fulguração de lógica...

### § 5 – Os motivos da dissolução...<sup>24</sup>

Dado que D. Pedro I não era um mentecapto, como se explica o ataque direto, impiedoso, contra os brios da nação brasileira, dissolvendo-lhe a primeira assembleia, voz necessária da sua proclamada soberania? Foi tão grave a injúria que, finalmente, incompatibilizou-o, ao príncipe, com o Brasil. No viver da Constituinte nada houve que parecesse ameaça ao trono, nada que pudesse, sequer, despertar suscetibilidades, mesmo num soberano de direito divino, quanto mais em quem se elevara – pela **unânime aclamação** dos povos. Vindos de todas as correntes políticas – desde Silva Lisboa, até Martiniano de Alencar e Custodio Dias, os deputados timbraram sempre em mostrarem-se adesos da monarquia, com a dinastia adotada, e intransigentes **propugnadores da ordem**. Quando as tropas já marchavam para cercar a Assembleia, em face do último ofício do governo, e onde este dizia que os oficiais tinham exigido a eliminação de certos deputados; quando já se votava a mudança da Assembleia para fora do alcance das tropas sediciosas; mesmo então, se um Carneiro da Cunha, tradicionalmente liberal e irredutível na defesa dos seus direitos, protesta veementemente contra o atentado, as suas próprias palavras são, no entanto, demonstrações de moderação:

Muito doloroso me é que o governo de Sua Majestade respondesse de semelhante forma, tomando por pretexto dos movimentos das tropas as publicações de dois periódicos!

---

24 Medite-se no conceito de Varnhagem: “Depois da dissolução, era o imperador o árbitro único dos destinos do Brasil...” (*História da Independência*, 320.)

Como é possível...? Não se tem lido no **Diário do Governo** tantas doutrinas perturbadoras... incendiárias e que menoscabavam o corpo legislativo e a dignidade desta Assembleia; mas o governo não se embaraçou com isto, e... respondeu que, como havia liberdade de imprensa, era livre a cada um expor a sua opinião... Falemos por uma vez claro: este não é o motivo dos acontecimentos de que somos testemunhas; outros existem seguramente, e eles aparecerão. O que é de todos sabido, é que temos conservado com o poder executivo toda a prudência necessária, dado exemplos de moderação, que talvez não se encontrem em outras assembleias, e mostrado por sobejas provas a nossa adesão à pessoa do Imperante... Não era de esperar que do sábio governo de Sua Majestade saísse uma tal resposta...

Carneiro da Cunha ainda volta à tribuna, e mais nitidamente formula as suas dúvidas, sem sair do tom de sobranceiro comedimento:

Que quer dizer chamarem-se a um lugar todas as tropas, e serem chamadas por aquele que mereceu o voto unânime da nação para seu chefe? Isto indica alguma pretensão e põe em desconfiança os cidadãos pacíficos... é falta de prudência atacar assim a Assembleia na pessoa dos seus deputados, quando ela tem marcado sempre as suas deliberações com o cunho da moderação...!

Isto já foi à última hora, do próprio dia 12 de novembro. A pretensão máxima, da Assembleia taxada de incendiária, e isto quando viu de perto a ameaça, foi de que se retirassem as tropas ameaçadoras para dez léguas longe, afim de que pudessem continuar os trabalhos legislativos.



Como se explica, pois, o brutal ataque? No momento apontaram-se como motivos: satisfações ao rancor dos lusitanos, afrontados pela política nativista dos Andradas, despeitos da imperial comborça contra os mesmos Andradas, pruridos de autoritarismo de um príncipe malcriado... Anos depois, toda a documentação à vista, Homem de Melo formula a extravagante teoria: “A Constituinte foi sacrificada ao sedicionismo das tropas... Tropa, em grande parte composta de portugueses, assumiu arrogantemente uma atitude hostil à Constituinte... É a esse crime militar...” Antes, o historiador havia consignado a definitiva verdade: “Em vez de emaranhar-se na discussão de teorias abstratas, ou de arrogar-se uma ditadura suprema como poder constituinte, a Assembleia, dando exemplo do mais admirável bom senso e maturidade política, concentrou seus esforços no empenho de dar ao país uma nova organização política e administrativa...”. E foi por isso que o embusteiro a aniquilou, se bem que, para isso, tivesse de amotinar a tropa, convertendo-a em odiento instrumento da sua miserável política. Basta a circunstância de ter sido ele próprio **quem dirigiu as manobras dos batalhões** contra a Assembleia, e de que não apareceram os nomes dos oficiais reclamantes... para que se verifique, desde logo, a exclusiva responsabilidade imperial, por motivos exclusivamente seus. Depois de açulados os Lapas, para que a soldadesca acedesse em sustentá-lo contra a Constituinte, Pedro I afirmou que os deputados se dispunham a uma reação contra o trono e o exército, e por isso, como **ofendido** e **ameaçado**, ele se atirou a doestos contra a Assembleia nacional, injuriando-a como **perjura** e **anárquica**... Não se passaram 24 horas, e os sinceros, dentre os soldados, descobriram que haviam sido vítimas de um embuste. Foi tal o efeito dessa descoberta que, embora senhor absoluto da situação, Pedro teve necessidade de retificar as suas primeiras afirmativas, numa nova proclamação, a

que se seguiu outra, onde ele literalmente se desdisse das injúrias primeiras.

Não. O motivo da dissolução da Constituinte não poderia ser um simples motim de tropas, mas a absoluta divergência – entre os interesses brasileiros, que a inspiravam, e os interesses lusitano-bragantinos, corporificados no imperador. O verdadeiro motivo, imediato, encontra-se na própria obra, sã, da Assembleia de 1823. Toda aquela crise foi uma grande torpeza, agravada na essencial estupidez dos que a conduziram. Por isso mesmo, ficou patente o corpo de delito do crime: a Constituinte estava a fazer uma obra política não condizente com os planos de **reunião** e despotismo de Pedro I, e este eliminou-a, antes que ficasse acabada e conhecida a constituição. Nem é preciso qualquer esforço de exegese para chegar a essa conclusão. Homem de Melo, que, por haver bem estudado o caso, é um decidido e entusiasta defensor da obra dos homens de 1823, deixou, na obra que lhes consagrou, a exaustiva e completa demonstração. Só lhe faltou enunciar a fórmula conclusiva. Nem era necessário. Em longas páginas, ele pôs, lado a lado, os **itens** das duas constituições – o projeto organizado pela Assembleia nacional em grande parte já aprovado, e a carta atamancada pelos dez serviçais do príncipe. E aí se vê, sem hesitação possível, que a constituição outorgada em 1824, ao Brasil, reproduz formalmente o projeto da Constituinte, com, apenas, estas três diferenças sensíveis: **a)** foi eliminada a disposição<sup>25</sup> que proibia explicitamente ao imperador – aceitar a **coroa de Portugal**, para acumulá-la com a do Brasil; **b)** foi eliminada, também, a disposição que fazia da Cisplatina, apenas, um estado federado ao

---

<sup>25</sup> Art. 157 da constituição da Assembleia: “Se o herdeiro do Império suceder em coroa estrangeira, ou herdeiro de coroa estrangeira suceder no Império do Brasil, não poderá acumular ambas as coroas, mas terá opção, e optando a estrangeira se entenderá que renuncia à do Império.” Tal explícita proibição foi eliminada na constituição imposta em 1824.



Brasil, inteligente fórmula ideada por José Bonifácio, e que teria, talvez, resolvido dignamente o caso do Sul;<sup>26</sup> **c)** ampliou-se desmesuradamente o poder do trono e do senado vitalício, ao mesmo tempo que se podavam atribuições importantes da Assembleia dos deputados. Para completar a obra, elevou-se o poder do imperante, sob a forma de **poder moderador**, sobre os outros poderes, e cercearam-se, destarte, liberdades essenciais num regime representativo e democrático. Para completa demonstração bastará pôr em confronto quatro ou cinco disposições da constituição discutida na Assembleia e da que foi **outorgada** em 1824.<sup>27</sup>

---

26 Art. 2º da constituição da Assembleia: “Compreende (o Império) as províncias do Pará... e, por federação, o Estado Cisplatino.” Escamoteada esta disposição, ficou, o citado artigo 2º, em forma que assimilou, de modo categórico, a Cisplatina às províncias históricas do Brasil.

27 A constituição da Assembleia dizia: “Os poderes políticos são três: o legislativo, o executivo e o judiciário... estes poderes são delegações da Nação, e *sem essa delegação qualquer exercício de poderes é usurpação*”. Esta restrição foi podada na constituição de 1824. “Nunca haverá discussão de leis em segredo...”, dizia outro artigo da constituição da Assembleia, e que foi eliminado também (art. 47). “Nenhuma autoridade pode impedir a reunião da assembleia”, outro artigo eliminado e que não aparece na constituição de 1824 (art. 54).

O artigo 55 da constituição da Assembleia dizia singelamente: “O imperador pode adiar a assembleia”, disposição que foi ampliada no monstruoso artigo 101 da constituição de 1824, nos seguintes termos: “O imperador exerce o poder moderador, prorrogando ou adiando a assembleia geral, e *dissolvendo* a câmara dos deputados nos casos...” E daí saiu toda a mentira e falseamento da política do Império...

Dizia o § 1º, do artigo 80, da constituição da Assembleia: “É privativa da câmara dos deputados a iniciativa dos projetos sobre impostos, os quais não podem ser emendados pelo senado, mas *somente aprovados ou rejeitados...*”, restrição eliminada na constituição outorgada.

§ 3º do art. 91: “É privativa da câmara dos deputados – Fiscalizar a arrecadação e emprego das rendas públicas...”, disposição eliminada.

Arts. 114 e 115 da constituição da Assembleia: “O imperador é obrigado a dar ou negar a sanção em cada decreto de lei, expressamente dentro de um mês... E se não o fizer dentro do prazo, nem por isso deixarão os decretos da assembleia geral de ser obrigatórios...”, disposições que foram substituídas, nos seguintes termos (arts. 66 e 67 da constituição outorgada): “O imperador dará ou negará sanção em cada decreto, dentro de um mês... se o não fizer dentro do prazo, terá o mesmo efeito, como se expressamente negasse

No interesse da política imperial bragantina, multiplicaram-se e consagraram-se elogios à Constituição de 1824, como monumento de sabedoria e liberdade política. E a monstruosa mentira ainda hoje se repete, de par com a justificação e o aplauso franco ou tácito, do próprio crime contra a soberania brasileira. Varnhagem, na sua impavidez contra a verdade, começa afirmando: “... havia poucas simpatias pela constituinte” (283). Rio Branco, o barão, não tem o desembaraço de Varnhagem, mas não é menos esforçado: dá, a uma carta de Baependi, sentido que ela não tem, e, não contente, ampara-se ao prestígio de Feijó, fazendo força de argumento com uma banal diatribe do bom do padre para com os Andradas, seus inimigos. Feijó aplaude a política de Pedro I

---

sanção...” Assim, a disposição da constituição da Assembleia foi formalmente contrariada...

Art. 121: “... as alterações que de futuro se fizerem na constituição, são independentes de sanção...” suprimido na constituição de 1824.

Mesmo artigo, § 3º: “São independentes de sanção os atos resultantes do exame sobre o emprego da força armada pelo poder executivo...”, e que foi substituído na seguinte forma: “Ao poder executivo compete privativamente empregar a força armada como bem lhe parecer...” (art. 148 da constituição de 1824).

Art. 130 da constituição da Assembleia: “Não podem ser eleitores (§ 2º) – os criados da casa Imperial... (§ 5º) – os brasileiros nascidos em Portugal se não tiverem 12 anos de domicílio no Brasil...” Tudo isto foi suprimido na constituição de 1824.

Art. 153 da constituição da Assembleia: “O atual imperador... reinará para sempre enquanto estiver no Brasil...”, substituído pelo seguinte: “O atual imperador... imperará sempre no Brasil.” (art. 116 da Constituição de 1824).

Art. 179 da constituição da Assembleia: “Não podem ser ministros de Estado... os brasileiros nascidos em Portugal e que não tiverem doze anos de domicílio no Brasil e não forem casados com brasileiras...” Suprimido.

E assim foram suprimidos os artigos 191, 196, 197, 202, 205, 206, 207, 208, assim como o final do 209 que asseguravam garantias formais aos Brasileiros.

Ao mesmo tempo, a constituição da Assembleia criava milícias com oficiais eletivos, e distribuía o emprego das forças armadas (arts. 227 a 246), de sorte a evitar a sua pressão sobre a política da Nação. Tudo isto foi suprimido, como o foram as disposições que mandavam haver “escolas primárias em todos os termos e ginásios em todas as comarcas, e estabelecimentos para catequese dos índios, emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e industrial”.

contra esses adversários; mas diz categoricamente: “... Quanto melhor seria que o ex-imperador não tocasse na constituinte!...” Enquanto isso, Bernardo de Vasconcelos, que será o organizador e a alma da política conservadora contra Feijó: no **manifesto de 1827**, chama a dissolução de “funestíssimo acontecimento, com que exultaram os nossos inimigos...” Nesse intervalo – de Feijó a Paranhos, Monsenhor Pinto de Campos infamou a Constituinte, para contracanto da sua apologia do imperador expulso em 1831. Por tudo isto, nos seus dias áureos, Saldanha Marinho acentuou: “Até hoje, os absolutistas condenam a constituinte.”<sup>28</sup>

De fato, tudo que se tem repetido em detrimento dos constituintes de 1823, é, não só mentira, mas crime expresso contra o Brasil. Aí estão os textos de cujo confronto resulta a verdade irrecusável: da constituição adotada pela Assembleia, nenhuma disposição foi modificada, substituída ou suprimida – no sentido de mais liberdade, ou de maior bem para a Nação. Sob o unto de liberalismos vazios e desconexos, a Constituição de 1824 foi a forma própria para iludir a situação política do momento, mantendo, em essência, toda a aparelhagem do regime anterior, e com a qual o Bragança continuava a ser, praticamente, o senhor do Brasil. A constituição da Assembleia reconheceu o mal da antiga distribuição política e administrativa do país, distribuição em que se congregavam os interesses da metrópole – no subordinar a antiga colônia; reconheceu-o, e, taxativamente mandava **fazer novas divisões** e subdivisões: ao mesmo tempo assentava a vida política na autonomia das comarcas. Assim, teríamos evitado que, hoje, o país estivesse enfeudado nos dois grandes estados, que o desfrutam, como Lisboa desfruta o Brasil do século XVIII. Em vez disto, a Constituição de 24 conservou a distribuição como nos dias coloniais, apenas admitindo, pro-fórmula, a subdivisão das províncias.

---

28 *A Política do Rei*, pág. 100.

O vazio dos liberalismos grudados à Constituição de 1824 patenteia-se na vida do segundo Império, fachada de liberdade, para uma política de incapacidade, asfixia e corrupção.

### § 6 – Desvenda-se o plano...

Bem inteirado nos processos e nos efeitos da política de 1823, Homem de Melo não pôde calar os conceitos:

O ato violento da dissolução repercutiu dolorosamente em todo o reinado do primeiro imperador. As prisões e o degredo, as devassas... as execuções militares... a consternação geral que assaltou a nação, podiam ser poupados. Nunca mais se atou o laço rompido da confiança nacional. Os acontecimentos têm uma lógica fatal e tirânica: 7 de Abril é o resultado de 12 de novembro... A geração da independência estava reabilitada. Ainda uma vez, a magnanimidade da índole brasileira obteve este desenlace consolador nessa grande crise do nosso passado.<sup>29</sup>

É um juízo em abstrato. Os aspectos concretos da política, assim condenada, foram deixados em silêncio. Homem de Melo não quis ver o ostensivo triunfo do lusitanismo a quem se entregava, então, a Nação brasileira, como não quis ver o plano delineado de riscar o 7 de Setembro, fazendo-se a formal **reunião** com Portugal. A verdade é que, com o golpe de 12 de novembro, o ânimo brasileiro estremeceu, na perspectiva de restabelecer-se o absolutismo, e fazer-se a junção com a antiga metrópole. Falava-se abertamente numa coisa e noutra. “Desde 1824, quando os absolutistas recebiam franca proteção, principiou no público o receio...” Armitage,

---

<sup>29</sup> *Op. cit.*, pág. 49.





traslada, nestes termos, o que no seu tempo se dizia quanto aos patentes intuitos de Pedro I. E continua: “... os portugueses do Rio de Janeiro, tanto os realistas como os sectários das extintas cortes, exultaram com a dissolução. Eles haviam contemplado com desgosto a convocação da Assembleia, e aplaudiram a sua dissolução”.<sup>30</sup>

Cortistas ou não, o momento era deles, e a política ostensiva se fazia como o retrocesso ao lusitanismo explicitamente manifestado no pessoal que a aplaudia e com ela se identificava. Cometida a grande proeza da dissolução, os portugueses notórios embandeiraram as fachadas e deitaram luminárias, em cujos reflexos, nas noites de 12, 13 e 14 de novembro, os varapaus derramaram-se pelas ruas a pedir a cabeça dos brasileiros apontados como amigos do Brasil. Para completar a obra contra os Andradas e os seus amigos, abriu-se uma devassa, na qual foram ouvidas 81 testemunhas, sendo brasileiras apenas 16. Até esse momento, havia ainda um grande número de portugueses que não tinham aceitado a Independência; mas com o gesto contra a Constituinte convenceram-se de que não tinham motivos para continuarem de lado, e aderiram francamente a Pedro I. De 1822 para 23, a política de personalismos, embustes e transigências deixara o Brasil desarmado para uma reação imediata. Apesar disto, o imperador se sentiu de tal modo fora da corrente nacional, e tão incompatibilizado com a Nação, que teve de se fechar inteiramente na portuguesa. Drumond atesta: “A política imperial consistia em armar Portugueses e desarmar Brasileiros.” E Armitage comenta

---

<sup>30</sup> *Op. cit.*, págs. 60, 66 e 70. Drumond, *op. cit.* págs. 23, 83, 41, e 97. Armitage, contemporâneo dos acontecimentos, e todos os outros publicistas da época, inclusive Justiniano (*biografia* de Nogueira da Gama, Marquês de Baependi), desse modo explicam a retirada dos ministros no ato da dissolução. O caso passou em julgado, e o próprio Varnhagen assim o conta: “Carneiro de Campos e Nogueira da Gama, desanimaram, e pediram demissão, no dia 10 (de novembro)... Os ministros da Marinha e da Justiça resistiram em assinar o decreto da dissolução...” (*História da Independência*, págs. 289 e 297).

o fato: “O engajamento de portugueses naturalmente suscitou a desconfiança dos patriotas”. Era bem vivo, ainda, na generalidade dos brasileiros, esse ânimo patriótico, tanto que, no momento de dar o golpe, os Carneiro de Campos e Nogueira da Gama, apesar de serem feitoras do Estado português, não tiveram coragem de afrontar os brios nacionais, e preferiram deixar a vez a Vilela Barbosa, de quem o lusitanismo tudo podia esperar: “O imperador logo se lembrou de Vilela Barbosa...” diz Varnhagem, com toda a boa intenção. Ficou, para fazer companhia ao futuro Paranaguá a desfaçatez de Ferreira França, que, com o português Oliveira Barbosa, já havia referendado o decreto de dissolução.

Vilela Barbosa, o meirinho da dissolução, já o notamos, era a criatura que, mesmo depois de 7 de setembro, mesmo depois de declarada a guerra entre o Brasil e Portugal, preferira ficar em Lisboa, vivendo dos cargos que ali tinha; criatura que só em agosto de 1823, na qualidade de servidor do Estado português, aceitara de vir ao Rio de Janeiro secundar a ação do Conde do Rio Maior – promover a reconciliação oficial dos dois Braganças, e realizar a decorrente **reunião** dos dois Estados. Foi o que se disse francamente na ocasião, pois que não se achava explicação para a vinda do renegado,<sup>31</sup> cuja presença no Rio de Janeiro despertou viva animosidade nos patriotas que o conheciam de Lisboa. Drumond, escrevendo em 1861, quando nada mais restava da situação viva em 1823, mas em plena pujança da política refeita com o mesmo Vilela Barbosa em 1840; Drumond refere que, por si mesmo, não queria acreditar nos intuitos imputados ao executor da dissolução:

---

31 “Nas cortes, Vilela Barbosa não se distinguiu senão pela oposição que fez aos projetos de separação do Brasil, e pela defesa de Portugal, pretendendo recolonizar e tiranizar o Brasil. Chegou ao excesso de dizer num discurso – que tinha vergonha de ter nascido no Brasil, e que tal era a sua raiva que estava pronto, ainda que velho, a marchar, ainda que fosse a nado com a espada na boca para castigar os degenerados brasileiros que queriam a separação, e obrigá-los a voltarem à salutar união com Portugal...” (*Anotações*, Drumond, pág. 71).

Mas em Lisboa, Manoel José Maria da Costa e Sá, na confidência da amizade, certificou-me do contrário, mostrou-me cartas de Vilela Barbosa escritas do Rio de Janeiro, dando conta das entrevistas que tivera com o Imperador, José Egídio, Barão de Santo Antonio, Luiz José de Carvalho e Melo, e outros, e da dissolução da constituinte, que me tiraram todas as dúvidas que eu queria nutrir a respeito de Vilela Barbosa.<sup>32</sup>

A verdade está com os conceitos de Drumond.

A viagem-missão de Vilela Barbosa coincide com a de Francisco José Vieira e o Conde do Rio Maior, enviados ao Brasil, por D. João VI, em deputação oficial, para fazer a reconciliação com o filho, na fórmula do sonhado Império Luso-brasileiro. O primeiro dos deputados fora ministro de Estado, do Brasil, com D. Pedro quando regente; o segundo servira, muito tempo, como camareiro, do Príncipe Real, e era tido por criatura de confiança. O Bragança de Portugal já estava integrado no absolutismo: haviam desaparecido as **cortes**, execradas e malsinadas por D. Pedro, pelo que acreditaram, lá, que a reconciliação seria muito fácil. Mas a pressão da opinião brasileira foi tal, que o imperador não teve coragem de receber oficialmente os emissários portugueses; **pro-fórmula**, foi deixada fechada a correspondência. Mas, toda gente o soube, e Armitage o repete: Pedro I teve conferências secretas com o seu antigo camareiro. Era Ministro Carneiro de Campos, que se inspirava, no caso, nos conselhos de José Bonifácio; não havia, ainda, um ano de Independência, e foi preciso contemporar: D. Pedro fingiu que repelia o recado... Um ano depois, o seu confidente de então o prestimoso Barbacena, dizia ao amigo Corte-Real: “O imperador fazia tudo o que D. João VI desejava (pois era evidente que conservava a plenitude dos seus direitos, mas reconhecia que

<sup>32</sup> *Op. cit.*, págs. 67 a 72.

não o podia fazer para vender o Brasil para sempre”.<sup>33</sup> Esse mesmo Barbacena, apesar de todas as suas taras, afirmava que – entrando para o governo depois da dissolução salvara a **Independência**.<sup>34</sup>

Para completa demonstração da insídia, há o fato de que, coincidindo com a missão Vilela-Rio Maior, vários políticos brasileiros receberam cartas de certos personagens da política portuguesa – empenhando-se por que se fizesse a sonhada **reunião**. Havia, por exemplo, em Lisboa, um parrelha de Vilela Barbosa, o Dr. Aguiar, natural do Rio de Janeiro, mas que voltara com o rei, e estava inteiramente feito com os interesses portugueses (tão entrado neles, que, dizem, foi quem envenenou D. João VI); o Dr. Aguiar, antigo amigo do Conde da Barca, muito da confiança do Barão de Santo Amaro, escreveu a todos os seus amigos, grandes e influentes, no Rio de Janeiro, a favor da **reunião**. Foram, tais amigos, os mesmos – Santo Amaro, Carvalho e Melo, e outros das entrevistas e conferências de Vilela Barbosa. Finalmente, o Aguiar também veio ao Rio, logo depois da dissolução.

Por tudo isto, admite Armitage que, em certos momentos (1824), a Independência pareceu **perdida, ou vão simulacro**. Os próprios historiadores portugueses (um senhor Souza Monteiro) reconhecem que, nessa crise, a política de D. Pedro era a da reconciliação com o pai e os portugueses.<sup>35</sup> A mais legítima expressão dessa política, em que se amesquinhava o Brasil, nós a temos na carta de D. João VI, ao filho, imperador do Brasil, apresentando-lhe o inglês Stuart, que, finalmente, ditou a fórmula da reconciliação,

33 Biker, *Tratados*, t. XII, 241. Palmela também atesta – que D. Pedro “faria tudo, quanto dele dependesse, para aceder às vistas do seu augusto pai, mas os brasileiros, não lho consentiam.” (*Despachos*, t. I. 278). Barbacena é formal: “Bastaria que os brasileiros se convencessem de que o imperador inclinava para Portugal, e se subtraíam ao seu domínio.”

34 Drumond (*Annt.*) afirmou que recebeu de Barbacena essa confiança. Ele a publicou, sem que o contestassem.

35 *História*, t. VIII, 38.



consagrada no tratado de **reconhecimento**: “Confio, pois, que conhecendo os teus verdadeiros interesses e aqueles dos povos sujeitos à coroa de que és legítimo sucessor, não desprezes esse oportuno meio de pôr termo às dissensões que tantos infortúnios têm produzido e não menos dano.” Foi – **dito e feito**: D. Pedro I aproveitou o oportuno meio oferecido; fez as pazes de reconhecimento: dando ao pai o que esse lhe pedia; recebendo dele, solenemente a soberania sobre o Brasil, que os ingênuos brasileiros lha haviam dado a reinar; pagando a seu augusto pai, a bom preço, a independência que o ânimo dos brasileiros havia tornado irrevogável.

### § 7 – A reação de Pernambuco

Fecha-se, com a dissolução, um entreato, da longa farsa – A Independência do Brasil. Segue-se o 4º Ato – Reconciliação oficial no domínio dos Braganças, ato que se abre com a revolução republicana de Pernambuco. Finalmente os homens da **Confederação do Equador** foram esmagados. Com isso, acreditou o imperador ter obtido o preciso para chegar à **reunião**, que se não poderá realizar em 1823. De fato, por todo aquele tempo, não houve outros intuitos nos que conduziam a política oficial do país. A própria campanha do Sul amortece. Dissolve-se a Constituinte para afastar a cláusula da incompatibilidade das duas coroas... Mas, ato contínuo, reagem os democratas pernambucanos: agora é preciso dominá-los e afastar a nova dificuldade. Depois, far-se-á a sonhada paz do **reconhecimento**, em termos que permitam insinuar a **reunião**: o rei de Portugal fala como indisputado soberano do Brasil, e passa ao filho e sucessor a mesma soberania, conservando, contudo, a qualidade de imperante do Brasil. O zelo nacional dos brasileiros não permitirá que o tratado de reconhecimento se refira ostensivamente aos direitos do imperador do Brasil – à

coroa de Portugal. Mas tal silêncio não os destruía (assim pensava Canning), e foi de toda evidência que o legítimo herdeiro e sucessor imediato de D. João VI contava investir-se no gozo dos seus direitos portugueses, uma vez chegada a oportunidade...<sup>36</sup>

É honra de brasileiro reconhecer que, desde a reação contra o holandês, Pernambuco dava o tom nacional a esta pátria. A vitória do portuguesismo contra os revolucionários de 6 de março ainda não suplantou o brasileirismo dos pernambucanos, tanto que, já o notamos, tramada a Independência de 1822, logo se voltaram para ali os politiquinhos da capital, certos de que obteriam pronto e eficaz concurso em prol do que eles apresentavam como causa nacional. Lembre-se a carta do Príncipe Real, a 9 de novembro de 1821: "... em Pernambuco não querem saber de portugueses... é a província que há de dar o exemplo às demais..." Armitage vem confirmar o conceito: "Em Pernambuco, onde o espírito de independência era mais forte do que em nenhuma outra cidade do Brasil..." Esse mesmo historiador não pode deixar de notar que as medidas empregadas para dominar o movimento de 1817 criaram radical incompatibilidade entre o patriotismo pernambucano e toda a política portuguesa. E tudo demonstra a verdade da observação. Já em 1821, as manifestações dos representantes de Pernambuco eram formalmente contra a unidade inteira de Brasil-Portugal. Nas cortes, o modesto e recatado Muniz Tavares foi o primeiro, ou o único, a falar em absoluta independência. Quando se multiplicavam os doestos e as ameaças dos Borges Carneiros, ele propôs a retirada das tropas portuguesas que sujavam as províncias brasileiras, acusando-as de "terem sido a causa de todas as

---

<sup>36</sup> Pedro I nunca deixou de contar com a coroa de Portugal ao lado da do Brasil. Quem o atesta é o insuspeitíssimo Chalaça, nas suas *Memórias...* escritas depois que daqui partiu, muito depois da dissolução: "... o imperador abraçou a causa do Brasil com risco de perder uma coroa que herdara dos seus antepassados..." Quer dizer, ele não a considerava perdida, e se a perdesse era a contragosto.

desordens ocorridas... se elas aí continuassem, chegariam, talvez, os brasileiros a **declarar** por uma vez a sua independência...” Ao transcrever, em grifo, essas palavras, Varnhagem mostra que, “a ameaça proferida em Lisboa, produziu eco no Brasil”.<sup>37</sup>

Por tudo isto, a política dos independentistas do Sul, tinha certeza de achar decidido apoio em Pernambuco: “No Rio contava-se muito com Pernambuco para resolver a situação”. Mas, apesar de tudo, não foi coisa fácil, devido às justas e longas prevenções dos pernambucanos contra o trono dos Braganças. Eram, aqueles republicanos, bem próprios a prever o que seria o governo do continuador dos últimos reis portugueses. No surto da liberdade, sem mais dificuldade, eles enxotaram Luiz do Rego, e elegeram uma junta governativa, sob a presidência do **dezessetista** Gervasio Pires Ferreira, e este, tanto se concentrou nas suas legítimas desconfianças contra o Príncipe Real – por ser português, que deu ocasião a que os independentistas do Rio lhe estranhassem o procedimento, averbando-o de adversário. No entanto, é o próprio Drumond, que lá esteve, quem desmente a acusação: “Os pernambucanos não precisam que os estimulem para irem adiante: pelo contrário, se alguma coisa temos a fazer é puxar para trás”. Assim se explica que só a 1º de junho de 1822, tivesse a província de Pernambuco reconhecido a autoridade do príncipe regente, D. Pedro. Mas, quando se deu a adesão, foi sob a direção formal de Gervasio, com a colaboração de revolucionários fidelíssimos, como José de Barros Falcão.<sup>38</sup> Continuando a narrar a sua

---

37 *Op. cit.*, 172.

38 Este caso dá lugar a que o homem da *Fundação*, sempre indiferente à realidade, venha apresentar Gervasio como infenso à independência do Brasil, insinuando-o como possível partidário das cortes de Lisboa. E torcendo o episódio de 1º de junho de 22, afirma que o povo de Pernambuco se revoltou e obrigou a junta – de Gervasio, a aderir à Independência (Caps. I e IV, do t. 3). Varnhagem, como toda a linhagem dos historiadores bragantistas, inclusive o Barão do Rio Branco, é constante na má vontade contra Gervasio e os seus correligionários. Chega ao ponto, Varnhagem, de contar o caso de 1º de junho



intervenção, Drummond dá o completo testemunho da honestidade política e o intransigente brasileiro de Gervasio:

Gervasio... havia tomado parte nos acontecimentos de 17... preso e posto em processo perante a terrível alçada de Bernardo Teixeira, emudeceu na prisão, e tal foi a constância do seu caráter que, apesar do mais duro tratamento, nunca traiu o propósito... Não era nada afeito a Portugal, mas também não queria decidir-se pelo Rio de Janeiro: temia que a regência do Príncipe deparasse em absolutismo. As suas ideias concentravam-se na república de Pernambuco, na Confederação do Equador. Manoel de Carvalho... seguia Gervasio nas mesmas ideias... os pernambucanos, de um caráter tão nobre que duvidar deles seria um atentado contra o bom senso...

Contudo, entregue o Brasil a essa política em que o Bragança era a independência, a atitude patrioticamente desconfiada de Gervasio e as reservas de Paes de Andrade pareceram oposição à libertação do país. Isso mesmo levou o governo do Rio de Janeiro a forçar a mão na intriga política, dividindo as gentes dali,

---

e a intervenção de Vasconcelos de modo inteiramente diferente do que se lê no mesmo Drummond, tudo isto no intuito de deixar mal a Gervasio. Rio Branco, que bate a mesma tecla, é, no entanto, obrigado a deixar a nu o historiador da *História Geral*, que fez todo o seu trabalho servindo-se, apenas, das informações dos portugueses, e vai a ponto de afirmar que Gervasio havia recebido a 17 de fevereiro um aviso – para tomar providências em favor do Brasil, e que a isto se negou, quando o mesmo aviso foi firmado no Rio, nesse dia 17 de fevereiro. Toda a insistência de um e de outro serve para patentear quanto eram justas as desconfianças de Gervasio, contra a independência que se tramava em benefício do Bragança. Partidário das *cortes*, Gervasio!... e quando as intrigas de José Bonifácio armaram Pedroso contra os republicanos do Recife, Gervasio veio recolher-se ao Rio de Janeiro! De caminho, é apanhado pelas tropas partidárias das cortes, na Bahia, preso e mandado para Lisboa, onde o processam, e donde ele só pôde voltar quando as mesmas cortes se dispersaram, afugentadas pelas tropas do infante...



atirando uns pernambucanos contra os outros, dando prestígio e força aos mais detestados pela sua sabujice junto ao trono; entregando os destinos da gloriosa província a políticos odiados, como Paes Barreto, ou brasileiros apóstatas, como Paula Mayrink. Para melhor preparar a situação, que permitiria intervenção análoga à de 1817, destacam-se para a heroica província comandantes d'armas prepotentes, grosseiros sargentos como Pedroso, ou reles intrigantes e espiões, como Alexandre Ferreira. E começam, para Pernambuco, os dias agitados e tristes, que vêm ter à revolução, com a **Confederação do Equador**. Nunca bem aderentes ao Bragança, os pernambucanos, excitados pelos golpes da insídia imperial, deram sinais de definitivo descontentamento desde que tiveram notícia da **dissolução**, e que viram o Brasil inteiramente nas mãos dos instrumentos do portuguesismo. A linguagem do **tiphis pernambucano** (do genial Frei Caneca), e do jornal de Cipriano Barata; o procedimento dos espoletas de Pedro I, que prendem a este jornalista, arbitrariamente, quando já eleito deputado à Constituinte; isto dá bem ideia dos motivos em que se agitavam os pernambucanos, e o fermentar revolucionário-democrático em que estava a província. É, ainda, Armitage quem formula o melhor conceito, por imparcial, quanto à realidade do sentimento pernambucano:

A cidade do Rio de Janeiro e as províncias circunvizinhas haviam se sujeitado à dissolução violenta da Assembleia Constituinte sem demonstrações de insubordinação, mas em Pernambuco manifestara-se um espírito muito diferente. A causa da Independência não havia recebido ali o cunho de ficção, faltando-lhe a presença de uma corte extravagante e aparatosa; e por isso tinha produzido raízes mais profundas na população... Os habitantes de Pernambuco haviam-se feito célebres pelo seu espírito democrático...

vencidos em 1817, eles pegaram em armas de novo contra Luiz do Rego e haviam expulsado as forças portuguesas sem auxílio estranho...<sup>39</sup>

Foi contra a província, assim definida, que a política bragançina, definitivamente patente com Vilela Barbosa e Clemente Ferreira França, teve de travar a luta mais viva depois do golpe de 12 de novembro. E ressuscitaram, então, o ferrenho afidalgado Paes Barreto, antigo membro da junta de Recife, falho para a função, incompatibilizado com o sentimento republicano em que se conduzia o Pernambuco de Frei Caneca e os mais remanescentes de 1817. Finalmente, o morgado do Cabo reconhece que deve afastar-se, e o Rio de Janeiro recorre ao birrenegado Mayrink Ferrão.

A tudo isto – dissolução, imposição de tirania, Pedroso, Mayrink, Paes Barreto... responderam os pernambucanos elegendo presidente da província a Paes de Andrade, genuíno democrata. Os instrumentos do trono replicaram: prisão de Paes de Andrade... ação de Lacerda Falcão... Antes, mesmo, da ostensiva revolução, veio a representação dos eleitores da província: “... a desconfiança não pequena em que se acham os habitantes desta província pelo extraordinário acontecimento... de 12 de novembro (dissolução), receando o restabelecimento do antigo e sempre detestado despotismo a que estamos dispostos a resistir corajosamente”.<sup>40</sup> Em julho, Paes de Andrade é peremptório:

Brasileiros! Unamo-nos e seremos invencíveis... Reuniu-se a Soberana Assembleia, e... vimos o Imperador postergando os mais solenes juramentos, e os mesmos princípios que lhe deram nascimento político, autoridade e força,

---

<sup>39</sup> *Op. cit.*, pág. 81.

<sup>40</sup> R. I. H. G., 3º trim., pág. 124.

insultando caluniosa e atrozmente o respeitável Corpo que representava a nossa soberania... Não é preciso, brasileiros, fazer a enumeração dos nefandos procedimentos do Imperador, nem das desgraças que acarretamos sobre nossas cabeças, por haveremos escolhido, enganados ou preocupados, tal sistema de governo e tal chefe do Poder Executivo... Salta aos olhos a negra perfídia, são patentes os reiterados perjúrios do Imperador... a nossa ilusão ou engano, em adotarmos um sistema de governo defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes. As constituições... são feitas para os povos, e não os povos para as constituições... O sistema americano deve ser idêntico...

Um fato a destacar: os revolucionários da República do Equador, em nenhum momento atentaram contra a unidade nacional. Empenhavam-se, com o mesmo ardor, pelo Brasil inteiro, e compreenderam bem o verdadeiro motivo da dissolução – evitar a constituição a votar-se na Assembleia, onde se estabelecia a intransigente independência do Brasil, ao mesmo tempo que se prevenia todo excesso de poder para o imperante, e as possibilidades da centralização opressora. Em carta oficial, do primeiro momento, Manuel Paes o diz:

... O passe injusto do Imperador em mandar bloquear esta província de Pernambuco com o perverso intuito de nos fazer jurar à força d'armas um projeto de constituição em que a todas as luzes se abre a entrada para concluir o insidioso fim da intentada união (com Portugal), deve exacerbar os espíritos mais tranquilos...<sup>41</sup>

---

41 *Doc. da Conf. do Equador*, págs. 124 e 125.



Drummond, sempre monarquista e bragantista, apesar de tudo é peremptório – em reconhecer a intransigência dos pernambucanos em preferir a revolução a qualquer transação com o Império corrupto, do filho de Carlota Joaquina: “... eu não podia contribuir para demover certos influentes de Pernambuco, do propósito em que estavam de preferir a revolução a qualquer acordo amigável...” Note-se: isto ele o verificou ali mesmo, nos próprios dias seguintes à dissolução. Quarenta anos depois, quando já não há sombra de dissentimentos, escrevendo a esse Drummond, Melo Moraes dá o seu atestado de historiador:

O golpe de Estado de 12 de novembro de 1823 foi tão desastroso que originou, em continuação, os movimentos revolucionários de 2 de julho de 1824 em Pernambuco, com ramificação nas Alagoas; o de 25 de outubro do mesmo ano, na Bahia; a perda da Cisplatina, em 1825; o movimento de 7 de abril de 1831, em todo o Império; o de 14 de abril de 1832, em Pernambuco; o de Pinto Madeira, no Ceará, e sucessivamente...

explicitamente citando todas as agitações e protestos armados até a revolução de 1848 em Pernambuco.<sup>42</sup>

É óbvio, que a rápida ressurreição de **dezessete** não poderia resistir aos recursos de forças e de insídia, de que dispunha o Império de 1824.<sup>43</sup> A traição por um lado, a ferocidade por outro, a inexpe-

42 *Op. cit.*, págs. 135 a 139.

43 O próprio Varnhagem condena a execução, em 1824, de figuras secundárias, nada ameaçadoras para o Império (*op. cit.*, pág. 437). Quanto aos executados do Rio de Janeiro, Ratcliffe, e os companheiros, esses mereceram o ódio pós-tumo, e uma segunda execução, por parte do omissor monarquista Barão do Rio Branco. No entanto, na época, e nos decênios seguintes, o caso – a ferocidade contra os inócuos revolucionários, Ratcliffe, Metrovitch e Loureiro provocou generalizada e piedosa indignação dos brasileiros. *O Brasil Histórico* (t. I, da 2ª série) publicou as peças do processo sob o título inconfundível “O



riência pelo outro, e até o acaso, deram a vitória ao Bragança e lhe reforçaram transitoriamente a situação, com o triunfo de Lima e Silva, ajudado pelo inglês mercenário – Cochrane. O representante britânico, na Bahia, chegou à infâmia de entregar à justiça imperial o refugiado Gervasio de Pires Ferreira.

Repetem-se, então, os castigos – vinganças do bragantismo covarde e mau: foram assassinados 17 brasileiros dos apanhados pelas forças de Lima e Silva, julgados e executados pelo feitor português Andrea. Repetiam-se, até, as frases parvamente bestiais e cominatórias de Rodrigo Lobo. Era governo a abjeção de Clemente Ferreira França, a completar Vilela Barbosa, e aquele baixou um aviso com vistas à esquadra em operações nas águas de Pernambuco: “... não admita convenção alguma ou capitulação,

---

assassinato jurídico de João Guilherme Ratcliffe, Loureiro e Metrovitch, no dia...” Então se soube: como o imperador insistiu junto aos juízes; como se esperou pelo perdão até a última hora; na falta desse, almas compassivas foram a Pedro I, chegaram a procurá-lo em casa da comorça, que se prestou a levar os emissários até junto dele; como o imperador se fechou num quarto, não respondendo a ninguém até que viu estar passada a hora da execução... Tudo isto, não porque Ratcliffe ameaçasse a ordem no Brasil, mas porque estava restabelecido o absolutismo em Portugal, e que Ratcliffe fora um dos decididos adversários do mesmo absolutismo. O governo de D. João quis que ele fosse suprimido e o governo do imperador a isto se prestou. Sales Torres Homem, que chegou a Visconde de Inhomirim, disse-o, sem reboço, com as veemências ataviadas do tempo: “Após a devastação militar (campanha Lima e Silva Andreas), vem a procissão dos carrascos, patíbulos e vítimas. Sedento de vingança, o príncipe invade o santuário da justiça, para exigir as cabeças de seus súditos: insta, roga, ameaça, seduz; mas um resto de consciência dos juízes... trepida ante o remorso de enviar à morte cidadãos... Então, compondo, como Tiberio, o gesto e o rosto, ele fala dos constrangimentos de sua alma, exalta a própria clemência, e, se reclama a pena capital, é para ter a glória de comutá-la... O embuste decide o juiz; a morte está na sentença; o traidor não perdoa; o cadafalso funciona; e a nódoa indelével e eterna do assassinato jurídico de Ratcliffe negreja na frente imperial... Enquanto os bons brasileiros gemem e se consternam, os cortesãos, os lusitanos, os inimigos e os desertores da bandeira da nação, exclamam, exultando de júbilo: – Venceu a causa da ordem; a anarquia e a rebelião foram suplantadas; o trono do imperador está salvo! – O trono foi salvo, isto é, que dessa época, data a sua perda; o sangue dos mártires subiu à presença de Deus pedindo justiça; a consciência pública ofendida jurou vingança; e o 7 de Abril veio cumprir o juramento”. (*Libelo do Povo*).

pois que não se deve dar quartel a rebeldes.” Finalmente, a ferocidade era mais nos instrumentos do Executivo, convertido em carrasco, do que mesmo nos que apanhavam os rebeldes e os julgavam. Lima e Silva, tão apressado em executar os primeiros, reconheceu que devia voltar a aspectos humanos, e chegou pedir o perdão dos dois últimos condenados Martins Pereira e o americano Rodgers. A miséria de Clemente Ferreira França, a serviço do príncipe português, foi inflexível. Não houve indulto, nem mesmo para aqueles que haviam lutado pela Independência, de que se aproveitara o imperador. Houve, até, vítimas executadas, depois reconhecidas inocentes. O mesmo Drummond, irmão do ajudante de ordens de Luiz do Rego, fecha nestes termos o seu comentário: “o ano de 1825 será gravado como funesto: o sangue brasileiro foi derramado por delito de opinião em Pernambuco”.<sup>44</sup>

## § 8 – O caminho para o trono de Portugal

Dominado, **duas vezes mutilado** para que perdesse importância, o Pernambuco tradicional e republicano foi profanado, enxovalhado, a ponto de que ali se abriram tendas de ostensivo absolutismo – as famosas **colunas**, apostolado ou clube, para maior firmeza do trono bragantino, e propagar, e pedir, o puro **legitimismo**. Antes de chegar a tão **propícios** resultados, tratou o imperador de ajustar as coisas com o seu Portugal. A Inglaterra, usufrutuária do velho reino, albardante da casa de Bragança, ia servir de muito: ia resolver a questão a contento dos dois lusitanismos, e que, de fato, era para a satisfação dos próprios interesses

---

<sup>44</sup> No Recife, o cabido todo, formado, de cruz açada, seguido das confrarias, foi pedir ao presidente que sustasse a execução da sentença de Andrea. E, nada se conseguindo, chegou a vez de serem os carrascos mais piedosos do que os feitores agaloados: não se encontrou carrasco para o suplício da força, e tiveram de fuzilar Frei Caneca.

ingleses. Mantendo o Brasil jungido a Portugal, mantendo-o na casa de Bragança, o Inglês trabalhava para si. José Bonifácio, brasileiro apesar de tudo, teve, desde logo, a justa impressão dos manejos britânicos, quando de Londres lhe ofereciam um empréstimo – de que se tiraria um milhão de libras esterlinas, para pagar a Portugal o **reconhecimento**. O velho Andrada repeliu a oferta, e guardou a penosa lembrança, que ressumbra nas linhas das suas cartas íntimas. Passam-se os tempos, e foi isto mesmo (pelo duplo do primeiro preço) o que finalmente se fez.

O reconhecimento da Independência por Portugal, condição imposta pela Inglaterra para que o Brasil pudesse entrar para o rol das nações soberanas, foi arranjado ostensivamente entre o governo inglês e o português. Tal arranjo se arrastou por longo tempo, e deu trabalho aos respectivos empreiteiros;<sup>45</sup> mas não é que a substância dele fosse difícil de achar, senão que, por tão pérfido e indigno, o ajuste, e tão vis os interesses em jogo, houve que, laboriosamente, procurar-se a forma menos asquerosa para apresentá-lo à luz do dia. Não chegando a bem alcançar toda a repercussão da miséria, o Sr. Pereira da Silva insere estas linhas de verdade:

Jorge Canning opinou contra a continuação da guerra entre o Brasil e Portugal, e insinuou ao governo de D. João VI que era preferível tratar amigavelmente com o do Rio

---

<sup>45</sup> O grande ministro inglês, que mexeu nos destinos de todas as grandes nações da Europa, e influiu na reorganização do mundo após Napoleão, teve de notar – “que Portugal sozinho deu-me mais trabalho, nos dois últimos meses (julho e agosto de 1824) do que razoavelmente se deveria esperar, em meio ano, da parte de todas as cortes da Europa”. Esta queixa dá bem ideia das complicadas misérias a que ele tinha de atender (*Correspondência* oficial de Canning). No entanto, Canning não tinha necessidade de fingir reverências para com um Estado que havia vivido, durante anos, no domínio ostensivo dos ingleses. Dois anos depois, ele mesmo demonstrou o pouco caso, quando mandou os 5.000 homens de Clinton ocuparem de novo o país português, sob o pretexto da revolta dos miguelistas.

de Janeiro, e reconhecer a independência do novo Império, com a condição de se conservarem as duas coroas na dinastia de Bragança, e de se reabrirem relações comerciais vantajosas entre os dois povos...<sup>46</sup>

O Sr. Oliveira Lima, com todo o seu pesado critério, chama Portugal, muito a sério – protetorado inglês... Todo o seu livro, escrito na intenção, evidente, de fazer do **reconhecimento** um belo esforço da diplomacia presidida pelo gênio de Canning, deixa evidente isso mesmo: que tudo foi ditado pelo inglês, consultados, apenas, os motivos portugueses, até nas simples veleidades. O Brasil estava independente; era irreduzível na sua separação... Ninguém o compreendeu nem o demonstrou melhor do que o mesmo Canning. No entanto, entregue a nação brasileira aos interesses vis do Bragança, o inglês não teve necessidade de contar com ela, e fez o seu **arranjo** falando, a nós, como se estivéramos nas suas mãos; falava ao Brasil para impor as exigências de Portugal: “O Brasil tem que ser reconhecido por Portugal, em primeiro lugar; não posso ser indiferente a uma guerra com Portugal, que é meu aliado – Cesse a guerra!...” Portugal, com isto, ficou senhor da situação, pois que era quem nos abria a porta, como povo soberano. É verdade que os Estados Unidos não estiveram pelas veleidades do governo britânico, e reconheceram o Brasil independente antes de qualquer outra nação. Mas, no país conduzido pelo bragantismo, o caso passou como despercebido, e, ainda, hoje, as nossas histórias parecem ignorar a circunstância.

### § 9 – O verdadeiro pacto de família

Como convinha ao governo inglês manter sob as suas vistas imediatas toda a negociação, fez que o governo brasileiro

---

<sup>46</sup> *Hist. da Fundação*, III, 322.



mandasse a Londres os seus emissários, que tiveram de trabalhar com um modelo de tratado ditado pelo próprio Canning. E a vontade de Pedro I – nem essa aparecia? Sim, aparecia, sem poder aparecer, porque o seu intuito exclusivo era garantir a sua sucessão na coroa de Portugal. Ora, veremos em pouco que o inglês também queria assim. Todavia, a intransigência dos brasileiros obrigou um e o outro a velar, ainda, o plano, passando em silêncio por sobre a questão, como já se fizera na constituição arranjada e jurada em 1824. Por enquanto, para o inglês, bastava a exigência sobre os Brasileiros: **“Hão de ser independentes com a monarquia, sob um Bragança!...”** – **Realçar** a casa de Bragança que desejava proteger nos dois hemisférios.<sup>47</sup> Em cinco **itens**, enviados a Palmela, Canning faz a doutrina completa, que será, finalmente, a incorporada no tratado. Nas instruções a Gameiro, o governo do Brasil é obrigado a reconhecer – “que a política, os interesses nacionais, o ressentimento progressivo do povo, e até a própria natureza tornavam de fato o Brasil independente”; mas ao mesmo tempo, insinuava: “Esses foram, por todo o tempo, os intuítos efetivos de todo o arranjo”. Para inteira satisfação de Portugal, D. João VI assumiria o título de **imperador do Brasil; nessa qualidade, e na de rei de Portugal e os Algarves, declararia seu filho e sucessor investido na soberania do Brasil, com direito implícito da sucessão à coroa de Portugal**. Essa fórmula, que está, em essência, no projeto oferecido por Canning, é o que se realizou, com as outras condições também lembradas por ele: restituição das presas, levantamento dos sequestros, o encargo por parte do Brasil de uma parte das dívidas públicas de Portugal, e o estabelecimento de um vantajoso tratado de comércio entre os

47 São palavras de O. Lima. Garante Varnhagem que, assinado o tratado com Portugal, o imperador teve o gesto simbólico de arrancar a divisa – *Independência ou Morte*, que trazia desde os tenesmos do Ipiranga. (*Hist. da Independência*, 348).



dois países. Parecia monstruoso que tal se concedesse por parte do Brasil, que já havia aclamado o seu imperador; que, com as armas nas mãos, havia expulsado os vestígios de ostensivo domínio de Portugal; que não podia temer, em modo nenhum, qualquer reivindicação armada; e que tinha despendido mais, na guerra, do que o próprio Portugal. Mas tudo se obteve porque o Inglês assim o exigiu, e porque o Brasil era representado pelo governo de Pedro I, empenhado em voltar à situação de mero sucessor D. João VI. Canning mesmo reconhece que os termos do seu projeto “são mais favoráveis a Portugal, e menos ao Brasil, do que os da proposta portuguesa”.<sup>48</sup>

Nos primeiros tempos, ainda houve uma relativa contemplação para com o amor próprio do Brasil soberano: eram os seus plenipotenciários que tratavam com os representantes de Portugal. Com isto, porém, demorava-se um pouco a negociação, e a Inglaterra mandou que o seu Stuart, aqui, regulasse tudo, sem mais contemporizações: o caso da sucessão foi deixado em silêncio, e Portugal obteve mais, por intermédio do Inglês que o representava, do que aquilo que, no primeiro momento, pediu Vila-Real. Palmela, com inteligência bastante para julgar do caso, querendo acentuar que todo o tratado foi ditado por Canning, chama-o: “O documento mais vergonhoso da diplomacia portuguesa.” Note-se: isto, ele o disse muitos anos depois, na calma de um exame de consciência, ao fazer a sua autobiografia. Note-se, ainda: Pedro I se portou, em todo o curso das negociações, como quem está tolhido, pelo medo das chamadas **facções demagógicas e republicanas**, contido,

---

48 Instruções a Chamberlain: “Represente os termos da proposta portuguesa, como na realidade eu penso, favoráveis ao Brasil, e menos a Portugal do que os correspondentes do projeto que antes tive a honra de propor e foi adotado pelos plenipotenciários brasileiros.” É preciso não esquecer que, por todo o tempo das negociações na Europa, elas se fizeram no gabinete de Canning, sob as suas vistas, sem a possibilidade para os Gameiros de tentarem outra coisa.

em certo modo, pela opinião pública: “Carecia, contudo, o imperador de proceder com toda a deferência para com a opinião pública, a qual se manifestava adversa a qualquer composição com a ex-metrópole...”<sup>49</sup> Sem isto – sem essa intransigente oposição do Brasil a qualquer acordo que não fosse o simples reconhecimento, que é que Pedro I não teria ousado?... Teria realizado, desde logo, a ostensiva volta da antiga colônia ao útero português... O Brasil se tornava soberano, entre as nações livres, e é a figura e a ação de um Stuart que aparecem. Foi do seu engenho que saiu a fórmula explícita **da carta régia**, mediante a qual, “o rei de Portugal declarava soberano, na pessoa do seu augusto filho”, esse mesmo país já liberado pelo valor dos brasileiros; foi ainda a sua argúcia que lembrou o recurso dos três teores, da mesma **carta**, para que os brasileiros **tivessem a liberdade** de escolher o molho em que seriam digeridos pela sua antiga metrópole. A primeira dessas três formas era a mais exigente, e foi desde logo a aceita. À apresentação das cartas, o imperador recuou espantado, e fez sentir ao inglês que o Brasil não consentiria, nunca, em dar a D. João VI o título de imperador: Stuart lhe fez compreender que era, essa, condição essencial, para ser o seu herdeiro e sucessor, não só no trono de Portugal, mas, na riqueza da Casa de Bragança. Diante de tal argumento, desapareceu o Brasil, e o seu brio, e a realidade da sua soberania. Apesar de inglês, bem da sua época, entusiasta de Canning e da sua obra, Armitage teve de reproduzir, aceitando-a, a crítica em que se dá como “absurdo de ser tratado como uma graça outorgada por D. João VI... o reconhecimento do imperador na qualidade de herdeiro legítimo à coroa portuguesa... que caracterizava a reunião dos dois reinos”. Antes, o mesmo Armitage já havia dito, em linhas assinaladas por aspas: “Aqui (no tratado), a loucura atirou por terra o penacho do vencedor, e recuperou a

---

<sup>49</sup> *Reconhecimento*, pág. 105.

política (portuguesa) o que as armas haviam perdido.” Depois, para demonstrar a justiça da oposição ao primeiro reinado: “... o alto preço pelo qual o reconhecimento da independência fora comprado de D. João VI, fez com que muitos patriotas contemplassem toda essa negociação com muito desgosto.”<sup>50</sup> Esta expressão – **compra da independência** se repete na pena documentada do Sr. Oliveira Lima,<sup>51</sup> “A compra da independência por dois milhões esterlinos, depois dela ser um fato consumado e irrevogável, foi um estigma de que a monarquia, justa ou injustamente, nunca pôde livrar-se no Brasil”. Na época, o deputado Lino Coutinho tem, para o fato, fórmulas mais expressivas: “Os brasileiros compraram a sua alforria a peso de dinheiro. Eu fiz a conta, e sai a cinco patacas para cada brasileiro...”<sup>52</sup> No dia seguinte ao desse discurso, Odorico Mendes trouxe, também, glosas ao assunto:

Estes senhores negociadores, além de nos fazer grande injúria em assinar em um papel em que se dizia que o Sr. D. João VI tinha cedido a seu filho a soberania do Brasil... injúria fatal a face da constituição, que tinha declarado que o povo do Brasil era soberano e que todos os poderes eram delegações da nação, obrigaram-nos a comprar a nossa liberdade a dinheiro; é a maior infâmia... e nem nos poderemos lavar com toda a água que há no mar, se aprovarmos semelhante coisa.

A comissão, que a Câmara dos Deputados nomeara, para estudar especialmente o caso diplomático, considerou os termos do arranjo – pai e filho, como DEGRADANTES... Nem poderiam

---

50 *Op. cit.*, págs. 109 e 140.

51 *Op. cit.*, pág. 254.

52 Discurso na Assembleia, sessão de 1826.

aqueles homens briosos julgar diferentemente, quando, no mesmo arranjo, com a chamada CONVENÇÃO pecuniária, ficava estabelecido que o Brasil pagaria a D. João VI “pelos direitos dos donatários das capitanias, havia séculos incorporados à Nação, e para indenização aos serventuários que voluntariamente, ou por força de outros cargos, haviam deixado o Brasil, acompanhando o mesmo D. João VI...”

### § 10 – A segunda investida para a reunião...

Se essa parte foi a mais ignóbil, por importar numa questão de desbrío por dinheiro, não foi a que mais comoveu os brasileiros capazes de bem julgar da situação; mas a ameaça da **reunião**, uma vez que todas as portas ficaram abertas a D. Pedro. Desde o primeiro momento das negociações, nas instruções aos mediadores, foi recomendado: “... se não faça menção (da sucessão), até que para o futuro, no silêncio das paixões e do furor dos partidos... possam as partes interessadas...” A parte confidencial das instruções chegava a ser explícita: D. Pedro, sucessor legítimo no trono de Portugal, tem de conservar a plenitude, implícita ao menos, dos seus direitos, mesmo porque, um belo dia, talvez lhe seja preciso acolher-se a Portugal... Stuart, que foi quem, finalmente, liquidou o caso, explica: “No momento, não valia a pena tocar no assunto, deixando-o tacitamente regulado pelas leis fundamentais da monarquia portuguesa”, que davam direito a D. Pedro. Essa era a recomendação do próprio Canning, ao mesmo Stuart: “A questão da sucessão decidia-se conforme a desejava D. João VI, com ardor não menor do que o governo britânico, isto é, em favor de D. Pedro, que poderia, se quisesse, usar do título de Príncipe Real de Portugal”.<sup>53</sup> Desde sempre, o gabinete de Londres patenteou

53 O. Lima, *Reconh.*, págs. 109 e 201.

a decisão de garantir a casa de Bragança no trono do Brasil, e de empregar “os maiores esforços para que as suas coroas se conservassem na mesma cabeça, do legítimo soberano”.<sup>54</sup> Isto se destaca nas páginas de Armitage:

Canning aconselhava que fosse o imperador reconhecido como herdeiro legítimo do trono de Portugal, para que se assegurasse por esse modo a continuada união dos dois países, que Mr. Canning julgava dever manter-se, ou para melhor dizer restabelecer, era justamente o que os brasileiros mais desejavam evitar... O predomínio português que se lhe pretendia impor, os privava dos principais foros por que tinham ardentemente pugnado... O reconhecimento do imperador, na qualidade de herdeiro legítimo à coroa portuguesa... caracterizava a reunião dos dois reinos, em que Mr. Canning insistia...<sup>55</sup>

Passado o tratado, D. João VI voltou a insistir, junto do governo inglês, para que lhe fosse dada a garantia de que D. Pedro, por sua morte, assumiria a coroa de Portugal. Responderam-lhe de Londres, ainda pela voz de Canning: “Não podemos garantir a D. Pedro um direito que ele próprio não poderia, talvez, ou não que- reria reivindicar. Por si, D. Pedro parecia, ultimamente, inclinado a aceitar a coroa de Portugal. Quanto ao direito de sucessão, esse tinha sido escrupulosamente respeitado.”

Recebida a notícia da assinatura do tratado, como o queria D. João VI, houve em Lisboa luminárias e o mais, correspondente ao júbilo de uma vitória. O povo português não achou que houvesse motivo de tanta alegria, pois que não via vantagens positivas

<sup>54</sup> Biker, *Tratados*, t. 12, pág. 389.

<sup>55</sup> Armitage, *op. cit.*, págs. 93 e 109.



– numa longínqua possibilidade de reunião, quando os brasileiros podiam, muito bem, não concordar com a coisa. Pelo seu lado, o Brasil só via que, a dinheiro, haviam comprado uma independência já feita, e que assim se manteria, quer Portugal quisesse, quer não: e o tratado de reconhecimento foi um novo valo entre o imperador e a Nação. À medida que se tornavam conhecidos os termos do ignóbil arranjo de família, novos protestos se ouviam. Imagine-se que, nas últimas instruções ao seu representante, D. João VI pedia que o Brasil lhe fizesse uma renda especial, perpétua, para mais brilho da sua casa, e, com isto, oferecia, ao imperador, as armas de Portugal, toda vez que tais fossem precisas, para dominar qualquer veleidade dos liberais brasileiros.<sup>56</sup> No arranjo, de pai para filho, ficara combinado que Portugal não publicaria a carta régia, em que se baseava o tratado; mas, tal foi o orgulho da vitória, que o governo de Lisboa não se conteve, e ostentou-a, publicando a mesma carta, em termos que, no entanto, não tinham sido aceitos no Rio de Janeiro. Armitage, nota que o governo brasileiro ficou indignado com essa falta de lealdade, mas, explicitamente, põe dúvidas sobre a sinceridade da indignação, mostrando que tudo não passava de uma satisfação, em vista das repetidas acusações, que republicanos e constitucionais faziam ao imperador. A expressão de sinceridade está nas palavras que ele escreve ao pai, ao termo das negociações: “... fiz de minha parte tudo quanto podia... V. M. alcançou todas as suas reais pretensões...”

Quando se fez a Independência, para iludir os ingênuos brasileiros, o futuro imperador ostentava desamor a Portugal, desamor que ia até o vitupério, e timbrava em afirmar que, dali, nada queria;<sup>57</sup> mas, agora, considerando-se seguro na posse do Brasil,

<sup>56</sup> Biker, *op. cit.* t. XIII e XVIII, 101 e 354.

<sup>57</sup> Nenhum melhor testemunho do que o do primeiro ministro de Pedro I: “... irá de mal a pior com a morte do pai e com a sucessão do trono português, de que me dizia não queria *nada, nada e nada*. Quem me diria a mim que eu



restabelecida a **paz na família**, ele se considerou logo o necessário sucessor de D. João VI, e passou a tratar o velho reino como coisa sua: “Vencidas as dificuldades da política, interna e externa, D. Pedro menos coacto, já não fala em cortar as ligações que pudessem prendê-lo a Portugal. Bem pelo contrário, não oculta aos seus afeiçoados ‘o propósito de felicitar o futuro reino europeu pela outorga de uma carta constitucional’”. Esses afeiçoados eram o Chalaça e os companheiros. De fato, foi este um dos encarregados, diz-nos Drummond, de redigir a constituição dada a Portugal. Não há mais motivo para dissimulação, e, até um Moreira de Azevedo,<sup>58</sup> o constante denegridor dos democratas republicanos de 1830, terá de constatar o fato:

Era D. Pedro português, e o antagonismo entre brasileiros e portugueses que se foi tornando mais saliente desde que se viu o imperador proteger interesses e intrometer-se nas intrigas do governo de Portugal, cooperou para exacerbar o ódio dos brasileiros, que começaram a considerar o seu soberano como absolutista e estrangeiro. Cresceu de dia para dia a luta entre o povo e D. Pedro...

Este último conceito encerra grande verdade, essencial, para a compreensão da longa crise, em que se atolou definitivamente a política brasileira: a luta de 1826-31 não foi entre D. Pedro e a Assembleia dos deputados, mas entre o representante do Estado português implantado no Brasil, e o povo – o legítimo espírito nacional. Teremos de insistir nas consequências deste fato, cujo aspecto mais frisante é a qualidade de estrangeiro-hostil, como se

---

tinha inspirações de profeta!” As sublinhas são do próprio José Bonifácio – Carta de 4 de abril de 1826, a Drummond.

58 *História Pátria*, pág. 11.



apresentava Pedro I à nação brasileira. Não havia, finalmente, em D. Pedro, nenhum desses motivos íntimos que levam a sentir a nacionalidade, a incluir nela o próprio destino. A realidade dele estava nessa alma de Bragança e nesse empenho com que, dada a morte do pai, ele entrou na política inteira de Portugal.

### § 11 – D. Pedro IV

O Sr. Oliveira Lima mostra acreditar que Pedro I estava disposto, em 1826, a ser bicoroado: “por que não continuariam as coisas (o reinado de D. João VI, no Brasil) com a simples mudança do título de rei para o de imperador?”<sup>59</sup> É, essa, uma conclusão que se **impõe** – para dar expressão a lógica do tratado. D. João VI fez as coisas muito bem, na carta régia: elevou o Brasil a Império, tomou o título de imperador, e cedeu-o ao filho e sucessor, nessa mesma qualidade de legítimo imperador... Tanto vale dizer: o intuito definido na carta régia era **reunir** o Brasil a Portugal. Por isso mesmo, ocultaram-na dos brasileiros. Em toda ela, já se trata do Império **reconhecido** como formalmente unido a Portugal:

...o título de príncipe ou Princesa imperial do Brasil e real de Portugal e Algarves será conferido ao príncipe ou Princesa herdeiro ou herdeira das **duas** coroas imperial e real... Os naturais do reino de Portugal e seus domínios serão considerados, no Império do Brasil, como brasileiros e os naturais do Império do Brasil, no Reino de Portugal e seus domínios, como portugueses.

Neste conforme, extinto D. João VI, seguiram-se as coisas, em Portugal, muito logicamente – como se D. Pedro tivesse de ser (e o foi) o novo rei, o D. Pedro IV da série:

---

<sup>59</sup> *Reconhecimento*, pág. 128.

A Regência (instituída por ocasião da morte de D. João VI), considerando que seria mais consentâneo com os interesses de Portugal a conservação das duas coroas na linha primogênita da Casa Real de Bragança, contando com o auxílio do gabinete inglês, decidiu-se a proclamar D. Pedro rei de Portugal.<sup>60</sup>

De acordo com Stuart, o imperador do Brasil empossou-se na coroa de Portugal, se bem que, sempre acovardado em face das reivindicações brasileiras, logo abdicou em favor da filha, então de 9 anos. Foi rei de Portugal, para deixar de ser; deixou de ser, para continuar reinando sobre Portugal. A abdicação, ele a fez na qualidade de dinasta de um país estrangeiro, e, abdicando, ele continuou, de fato, e de direito, rei de Portugal, pois que continuou a dirigir os negócios dali, pois que fizera a abdicação dependendo de condições que só se realizariam mais tarde – casamento da filha com D. Miguel, aceitação definitiva da constituição portuguesa por parte deste, condições que nunca se realizaram. E, assim, ele foi sempre – **rei de Portugal**: “D. Pedro, não obstante a sua abdicação, continuava a proceder como se nas mesmas mãos estivesse à administração daquele reino, e a do Brasil. Em todos os despachos relativos a administração de Portugal, sua majestade conservou o estilo de um monarca, e continuou a assinar-se D. Pedro IV”.<sup>61</sup> Na lógica desse proceder, D. Pedro IV anulou, acintosamente, a deputação enviada pela Regência de Portugal, para ajustar os negócios do reino. Deu-se, porém, que, nem o ministério da infanta regente concordou com os atos e decisões de D. Pedro

<sup>60</sup> Armitage, *op. cit.*, pág. 110.

<sup>61</sup> Armitage, *op. cit.*, pág. 141. O historiador, que foi, no caso, um simples anotador do que via, consigna muitas providências, em negócios privativos de Portugal, custeadas pelos cofres do Brasil, assim como muitos atos de *suma importância*, na vida de Portugal, e que *eram decididos por D. Pedro, sem ser ouvido o Conselho de Portugal*.

IV, a quem reconhecia como rei, nem D. Miguel aquiesceu em vir ao Brasil, ser prisioneiro do respectivo imperador, e, diante de vontades que ostensivamente afrontavam a sua, D. Pedro, como sempre, se dobrou: mais uma vez abdicou absolutamente, e sem mais condições, à coroa de Portugal, nomeando o irmão revel – seu lugar-tenente regente de Portugal.<sup>62</sup> Desta sorte, tomado pelos negócios do seu reino europeu, assoberbado por dificuldades de lá, decidiu-se o imperador do Brasil a sacrificar as suas pretensões no Prata, e tratou de fazer pazes, fossem quais fossem. O inglês interveio, para aproveitar o que pudesse da emergência, e, assim, foi definitivamente abandonada a Cisplatina, ao mesmo tempo que se realizava a paz com a Argentina.

Finalmente, a insânia grosseira e feroz de D. Miguel se declara numa revolução absolutista, e que era, de fato, contra o irmão – a querer fixar na cabeça da filha a coroa de Portugal. Com isso, D. Pedro que, no Brasil constitucional, nunca fora senão monarca absolutista, apareceu, mais uma vez, a explorar a bandeira constitucional, defendendo, em nome da constituição do Chalaça, o trono de D. Maria, contra as pretensões do irmão. Desde os primeiros momentos da contenda,

os periódicos ministeriais do Rio de Janeiro tornaram-se suspeitosamente constitucionais em suas teorias, e principiaram a preparar gradualmente o público para ver o Brasil envolvido na contenda da sucessão portuguesa... A toda essa interferência os liberais (brasileiros) opunham-se inflexivelmente.<sup>63</sup>

62 O. Lima (*Reconhecimento*, pág. 9), deixa patente que o governo do imperador, em 1824, teria entregue ao governo inglês o Tenente Taylor, se a exigência fosse formal...

63 Armitage, *op. cit.*, págs. 169 e 195 – Foi em atenção a esses *intuïtos* que Itabaiana (Gameiro) teve *ordens* de suspender o serviço do empréstimo português (tratado de *Reconhecimento*), para aplicar as respectivas importâncias em manter os emigrados portugueses, na Inglaterra, e na compra de armas e



O próprio governo inglês estranhou a obstinação do imperador em governar o reino, de cuja coroa abdicara, e lho disse explicitamente, na nota apresentada por Lord Aberdeen, sendo primeiro ministro o Wellington: “Todos os males de Portugal – perturbações de 1828, só devem ser atribuídos à falta de uma política franca, coerente e reta, da parte do governo do Brasil”, consigna a mesma **nota**. É que o gabinete de Londres estava fatigado dos efeitos dessa política de Pedro I, quando pretendia fazer da Inglaterra o centro dos recursos para combater o governo de D. Miguel.

Era, toda essa política imperial, uma serie de dificuldades e ônus criados para o Brasil, sem que os brasileiros pudessem conhecer-lhes os intuitos, e, muitas vezes, nem os processos:

Todos aqueles negócios eram um enigma para os brasileiros, e assim teriam continuado, se o Marquês de Barbacena, em extremo irritado com o decreto que parecia acusá-lo de fraudulento e falsário, não publicasse uma exposição de todas as transações. Com esta publicação, apareceram, também, o extrato de cartas, que D. Pedro de certo, nunca pensou que chegassem ao conhecimento de mais ninguém: tornaram-se, portanto, irreconciliáveis, inimigos.<sup>64</sup>

Pedro I desistiu, finalmente, de ser IV de Portugal, isto é, não teve coragem de fazer a **reunião** em 1827, como o não tivera em

---

navios, quando se preparava a expedição que, depois, foi inutilizada pelo governo inglês. Chegou a coisa a ponto que ante as reclamações do gabinete de Londres, foi demitido o mesmo Itabaiana. A providência não alterou a essência do proceder de Pedro I. O seu representante, e muito amigo, então, e general diplomata Barbacena, representante do governo brasileiro, continuou a fazer as finanças da revolução *pro*-D. Maria II de Portugal. A esse propósito, afirma Drumond que Barbacena fora sócio de Pedro I nas negociatas dos empréstimos; mas como Barbacena era um homem, fez frente às insídias dele e arrostou corajosamente a sua inimizade.

64 Armitage, *op. cit.*, págs. 195 e 196.



1823. Não significa isto, porém, que não tivesse havido o plano. O recuo foi, apenas, falta de ânimo, e, não qualquer respeito a compromissos constitucionais. A carta régia da abdicação, de 1826, é a prova do seu desrespeito à situação de imperador do Brasil, e do como se considerava, ele, soberano de Portugal, bem no exercício dessa soberania: “...sendo incompatível com os interesses do Brasil e de Portugal que eu **continue** a ser rei de Portugal... esta minha abdicação não se verificará se faltar qualquer das condições...” E ele voltaria a ser rei de Portugal, pois que só agia para os seus exclusivos interesses, com alma de puro português, para quem a **união** continuava a ser um desejo vivaz.

Mal acabava de ser firmado o tratado de **reconhecimento**, e já um português bem representativo (a 6 de dezembro de 1825). fazia conhecer o seu – “**Parecer sobre um projeto de pacto federativo** fundamental, entre o império do Brasil e o reino de Portugal...” Lembra-o, o Sr. Pereira Sampaio (Bruno) – levado a reconhecer que esse desejo “teve sempre representação constante em Portugal”, e documenta-se, apelando para o **código** positivo dessa sonhada federação, publicado, em tempos, pelo Sr. Gama Machado, e para as páginas, de ontem, do contemporâneo Sr. Cunha e Costa. Mas, ao mesmo tempo, o Sr. Sampaio reconhece que a ideia sempre foi repetida no Brasil.<sup>65</sup> Na época (1828), ao passo que o forte do partido português, chegando-se cada vez mais para Pedro I, o estimula nas suas pretensões de **reunião**, os brasileiros com voz para orientar a opinião, são intransigentemente, apaixonadamente contra qualquer aproximação com Portugal: “Seria o sinal, como o consigna Armitage, **de uma revolução...**” (pág. 181). A Assembleia dos Deputados foi tão potente na sua posição que, pela sua atitude, influenciou de modo decisivo na queda de Pedro I. Ora, um dos motivos mais insistentes, e de mais efeito, era a política lusitana

---

<sup>65</sup> Bruno, *Brasil Mental*, pág. 82.



do imperador, e o seu intuito patente de **reunir**... É evidente que políticos de tradicional sensatez, como Bernardo de Vasconcelos, Costa Carvalho (Montalegre), não se pronunciariam nos termos em que o fizeram, se não sentissem a ameaça muito perto, se tal ameaça não estivesse na consciência de todos. Os portugueses de hoje podem achar **quimérica** a política dos seus, naqueles dias, mas, no momento, a paixão dos interesses os levava para essa quimera, que para nós foi de malefícios. As próprias informações, em que Marshal, representante da Áustria (no Rio de Janeiro de Pedro I) demonstra ao seu governo – a inutilidade de todo esforço, no sentido de **reunir** o Brasil a Portugal, provam que havia um plano positivo, por parte do imperador, no fundo absolutista e partidário da união.

## § 12 – O partido português

Durante todo o reinado de Pedro I, houve, na política do Brasil, um partido português, e foi com a vitória ostensiva do brio brasileiro (garrafadas) contra os varapaus da portuguesada, que o filho de D. João VI foi obrigado a abandonar o Brasil, tendo compreendido que já não havia lugar a sua pessoa, quando a nação se impunha a tais estrangeiros inimigos. Ao retratar a situação política do Brasil, em 1824-25, Armitage põe em campo dois partidos, bem nítidos – absolutistas portugueses, e constitucionais, “que bem se podem denominar patriotas...”. Páginas adiante, ao analisar a situação política de Pedro I, em 1830, ele deixa a convicção de que ele bem pretendeu repetir o golpe ensaiado em 1823 – a **reunião**, e que, mais uma vez, teve de desistir, porque os **seus** não eram bastante fortes para garanti-lo. É nos dias em que Costa Carvalho (Montalegre) dá a fórmula: “O brasileiro é constitucional...” Muito depois, em 1861, Drumond dá a explicação de tudo: O lusitanismo triunfava mas não tinha a coragem de tentar o golpe: “O partido



português, já que não podia ligar de novo o Brasil, queria que o Brasil fosse governado absolutamente por portugueses.” Veiga, do **primeiro Reinado**, chega a uma conclusão análoga:

O elemento estrangeiro, português, assaz possante para perturbar a paz pública, e para comprometer ainda mais a já tão comprometida lealdade do imperador, era insuficiente e impotente para assegurar o êxito feliz e perdurável de qualquer empresa liberticida e antinacional (pág. 123). A retração covarde de 1831 demonstrou-o cabalmente. Contudo, era com eles, ostensivamente, que Pedro I governava o Brasil. José Bonifácio notava, indignado, nos dias de 1825 – que toda a diplomacia do Brasil estava em mão dos portugueses (*Cartas Andradinas*, pág. 42).

Desta sorte, a tradicional indisposição contra os reinóis se desenvolveu cada vez mais, à medida que a nação se sentia amesquinhada e sacrificada, sob os interesses portugueses. E vemos que na própria Bahia, onde era tão grande a influência deles, tanto pelo número, como pela riqueza, em 1826, há uma vigorosa reação contra o lusitanismo. O já citado Sr. Antonio Viana, hoje, sem outro intuito que uma elucidação histórica, vem a reconhecer que a permanência de Pedro I no Brasil só teve a significação de conservar o possível, das tradições do passado. Ora, esse passado é Portugal, a sua soberania, e os seus interesses. E tudo justifica o historiador português: todo o período de Pedro I foi o de um príncipe estrangeiro, governando despoticamente contra a nação brasileira. Lembrem-se as palavras de Armitage, e que se completam assim, nas mesmas páginas: “o que perdeu D. Pedro foi... nunca se ter constituído brasileiro... Na época da Independência, lisonjeou o espírito da nacionalidade nascente mas, depois, fez apelo a forças estrangeiras...” E acrescenta:

... o tratado de reconhecimento, a continuada ingerência nos negócios de Portugal... a nomeação de portugueses para os mais altos empregos do Estado, a apontada exclusão dos brasileiros natos, haviam suscitado a suspeita de que o próprio monarca era ainda português de coração... e que procurava apoio em um partido estrangeiro.<sup>66</sup>

Vemos então que, muito logicamente, ao voltar ao Brasil, em 1826, reintegrado na amizade e confiança do imperador, o conselho de José Bonifácio foi – **Reconcilie-se V. M. com a nação**.

O Brasil de então, que apenas entrevira liberdade e soberania, não perdoava aos que, acolhendo-se nele, serviam para atormentá-lo, afastando-o sempre da sonhada liberdade. Justiniano da Rocha, que foi também da Assembleia oposicionista, dá a fórmula do caso: “Por mais liberal que seja um português na sua terra, no Brasil era profundamente corcunda” – absolutista e antinacional. Este jornalista, fervoroso liberal e nacionalista no primeiro reinado, entrado no ventre do bragantismo de Pedro II, feito, assim, esteio do partido conservador, e seu jornalista oficial, quando quis explicar a **evolução** que o trouxe ao conservadorismo, em proveito do bragantismo, é explícito: “No Brasil, o nacionalismo, opondo-se ao português, privilegiado, em vez de ser reacionário, retrógrado e conservador, teve que ser – democrata, progressista, mesmo em política econômica, porque eram eles os portugueses, os opressores políticos e econômicos”.<sup>67</sup> Na voz de Custódio Dias (Assembleia de 1826), esses **portugueses absolutistas** eram: “os constantes inimigos do Brasil, três vezes levantados explicitamente contra a nacionalidade”. Sem temor de palavras, ele, Custódio Dias, ergue o epíteto com que pretendem diminuir a

---

66 *Op. cit.*, pág. 206.

67 *Ação, Reação, Transação*, pág. 10.



câmara a que pertence, chamando-a de **jacobina** e **sediciosa**... Vemos assim como nasceu a aliança jacobino-nacionalista... O francês Ch. Reynaut, pena a serviço do segundo reinado, se de passagem se refere a esse período de Pedro I, não tem meios de esconder a verdade: “A assistência sinistra do partido português, que se dizia protegido pelo príncipe, e porque a ordem pública era perturbada por causa dos portugueses, elevou ao maior grau a impopularidade de D. Pedro”.

Foi a coisa a ponto que a portuguesada quis ostentar a proteção que recebia, e o apoio que dava. **O Imparcial**, órgão dos Portugueses, arrotou: “A quase totalidade dos brasileiros naturalizados (leia-se portugueses), e dos estrangeiros, ligam seus interesses a S. M. Imperial, quer ela seja constitucional, quer não”. Nem água, faria mais claro. Até o Sr. Pereira da Silva teve de marcar os portugueses como facção absolutista e antinacional: “... liberais e constitucionais eram em geral todos os cidadãos nascidos no Brasil...” Em seguida, ele fez a sua zumbaia com o pretender que não havia mais republicanos e eram todos dedicados à monarquia com o Bragança, para imediatamente, assinalar: “Existiam absolutistas... a maior força desse partido fundava-se em portugueses de nascimento”.<sup>68</sup> A luta que se travou, e que tanto se desenvolveu, entre a Câmara de 1826 e o Senado vitalício, foi, de fato, pelo motivo de que aquela era brasileira, ao passo que este, o Senado dos corcundas e marqueses, era pelo príncipe: “... as eminências dos poderes públicos durante o reinado de Pedro I eram, com raras exceções, restos da disforme, anacrônica e imprestável mobília dos palácios de D. João VI, os carcomidos cangaços do antigo, velho, cruel e ridículo absolutismo português”. Isto se escrevia, ainda com paixão, em 1876. Iam-se os anos, e a situação se agravava. O ministério dos fins do ano de 1830 causou profunda e explícita

---

68 *Segundo Período*, págs. 21 e 22.



irritação no público brasileiro – por ser ostensivamente composto de portugueses natos. Então, como sempre, o Bragança transigiu, livre de voltar, em melhor situação, a sua política lusitana:

A falta de popularidade do ministério cresceu a ponto de decidir-se o imperador, no princípio de dezembro (de 1830), a demiti-lo e a substituí-lo por outro composto exclusivamente de brasileiros natos. Clemente Pereira, um dos últimos ministros, era português por nascimento, e a essa circunstância atribuíam-se principalmente a conservação da tropa estrangeira, a nomeação de portugueses anticonstitucionais para os empregos públicos, com exclusão dos brasileiros, e a suspeitada coalisão entre o ministério e o gabinete secreto de São Cristóvão.<sup>69</sup>

O novo ministério foi o de Caldeira Brand (Barbacena), despejado, meses depois, sob a formal acusação de malversão dos dinheiros públicos. Tratava-se do próprio caso do empréstimo, comissão e emprego, em que Pedro I fora sócio. Barbacena retrucou, pois, que tinha segredos a revelar; o outro engoliu a resposta, e tudo só serviu para mais emporcalhar uma política já de si turva, maléfica e nauseante. E como o Brasil era uma realidade, chegaram as coisas ao extremo de tornar necessário desembaraçar explicitamente a nacionalidade da peçonha que a mortificava: depois de nove anos de vida como nação soberana, o Brasil teve de emancipar-se, ainda, à custa de uma crise em guerra civil, e que foi, de fato, de brasileiros contra o lusitanismo renitente. São os sucessos imediatos para o desfecho de 7 de abril de 1831.

Desses acontecimentos, devem ser retidos, para especial contemplação, as três ordens de fatos: os termos da representação

---

<sup>69</sup> Armitage, *op. cit.*, pág. 189.

levada a Pedro I pelos vinte e três deputados e um senador; o motivo da maior irritação na portuguesa que, entre berros e arrotos festejava o seu imperador; e o recuo covarde das mesmas hostes de varapaus, quando viram os brasileiros em forma, e unidos no laço, como vieram irmanar-se para enfrentá-los. Dizia a representação:

... Senhor, à sombra do vosso Augusto nome, continuam (os portugueses) na execução dos seus tenebrosos planos; os ultrajes crescem, a nacionalidade sofre, e nenhum povo tolera, sem resistir, quando o estrangeiro venha impor-lhe no seu próprio país um jugo ignominioso. De estrangeiros que se honram de ser vassallos de D. Miguel; e de outros súditos de D. Maria II; nós vimos e ouvimos cobrir de baldões o nome brasileiro... Os atentados, contra os quais os abaixo assinados representam, importarão numa declaração de guerra ao povo brasileiro, de que lhe cumpre vingar ele mesmo, por todos os meios, a sua honra e brio, tão indignamente maculados... A ordem pública, o repouso do Estado, o trono mesmo, tudo está ameaçado, se a representação... não for atendida...

E o que se assentava no trono, sem valor real para sair-se dos próprios lances da aventura em que se metera, deu-se por vencido sem arriscar-se aos transe de luta efetiva.<sup>70</sup> Com isto, sumiram-se,

---

<sup>70</sup> Não pareça exagero o julgamento sobre o comportamento de Pedro I quando teve de enfrentar a reação brasileira de 1831. Daiser, austríaco, legitimista, que aqui estava e pôde conhecê-lo, aprecia-o em traços inconfundíveis: "... ele, unicamente ele, é a causa da sua desgraça, da sua família, e do país, cujos destinos lhe foram confiados. Que papel teria podido representar com um pouco de prudência, de boa-fé e de força de caráter? De que maneira miserável deixou, abandonou o teatro, no qual só mostrou a incapacidade de nele continuar a aparecer!... D. Pedro tinha uma singular predileção pelos maus e gostava de zombar dos bons; se por acaso acreditava num (bom) podia-se

no momento, as veleidades do portuguesismo ostensivo. Partiram os Oliveira Alvares, para continuar a ser português, lá, como já haviam partido os Lapas, Chalaças, e até o Gameiro. Em troca de toda essa boa gente que, com o filho de Carlota Joaquina restituímos a Portugal, recebemos Varnhagem para vir fazer a consagração dos José Clemente, Niemayer, Andreas, Barbudas, Silva Coutinho, Assis Mascarenhas, Vieira de Carvalho, e todo aquele precário de inventário que nos ficou, e para o qual foi bem magra compensação o liberalismo pesadamente sensato de Vergueiro, que só emergiu porque era absoluta a baixa-mar. Sobre a vasa dos 15.000 despejados das naus fujonas de 1808, qualquer estatura de homem devia aparecer; mas foram os parasitas imundos que

---

ficar certo de que meditava já o meio de paralisar-lhe a ação... Foi traído, eis a grande palavra com que procuram explicar o último mês do seu reinado. Mas o seu reinado compõe-se de anos, e o último mês é apenas o conseqüente dos precedentes. Foi abandonado antes do que traído; há alguns anos já a maioria da nação fora induzida a separar-se dele; declaram-no abertamente... D. Pedro nunca teve força bastante para conceber um golpe de Estado, para assumir toda a responsabilidade de um governo... Mas entrincheirado por trás da sua irresponsabilidade, comprazia-se em fazer intrigas, em pôr travas na marcha do governo, em mudar de ministérios, em associar-se às malversações deles, em abandoná-los... no intuito de lavar-se e tornar-se popular... Enquanto tremiam em São Cristóvão, a covardia prevaleceu na Quinta e a coroa perdeu-se... A bordo do *Warspite* perdeu o pouco de prestígio que ainda o rodeava; não há oficial subalterno que não se tenha indignado com o seu proceder. Quando Rio Pardo, seu antigo ministro da guerra e ajudante-general, fiel até o último momento, e que teve de fugir, porque a sua vida corria perigo, chegou a bordo, D. Pedro soltou grandes gargalhadas e caçoou do fugitivo... A Paranaguá – que queria voltar também para Portugal: “Proíbo-lhe que faça isto, antes da minha filha estar estabelecida no trono...” – “Mas, meu senhor, que quer que eu faça: tenho ali uma aposentadoria...” – “Faça o que quiser; não é da minha conta: porque não roubou como Barbacena?...” – À Imperatriz, que pedia auxílio para alguns dos seus, disse bastante alto, para que os assistentes ouvissem: “Impossível, não posso fazer nada; nosso casamento só me tem custado dinheiro, e é tudo quanto dele tenho agora...” O imperador leva a ideia de escrever as memórias... haverá algumas verdades, muitas mentiras e fanfarrices... Os pontapés que deu na primeira Imperatriz antes de partir, em 1826, é que apressaram a morte dessa soberana... Neste momento (26 de abril) já poucos se ocupam de D. Pedro I...

ganharam a partida. Como legítima **vermina** proliferaram tanto que, se voltam 4.000 em torno do lorpa asqueroso e mau, não chega a haver diferença de nível no Estado que aqui se implantara, e o Brasil ficou pertencendo, e por longos anos pertencerá, a esses **brasileiros de D. João VI**, em quem a nacionalidade é iludida, mascarada, traída, deturpada, para miséria do que tem sido sempre a política brasileira. Sinistra vitória do bragantismo, não inscrita nas páginas de desinteressantes mentiras da nossa história, mas que um João Ribeiro soube lobrigar:

... sempre houve nos nossos movimentos de emancipação política, duas correntes liberais separadas: uma dos **mamelucos** que desde o século XVII almeja em suas revoluções a república, o federalismo e mesmo o abolicionismo; outra da sociedade colonial, latina e portuguesa, que fez o constitucionalismo, o império, e com ele a centralização...

## CAPÍTULO II

### A REAÇÃO DA NACIONALIDADE

#### § 13 – O Brasil constitucional de Pedro I

**E**rguido no Brasil em nome do constitucionalismo, Pedro I dissolveu a Constituinte, e deu à nação brasileira, em vez de corpos representativos que a organizassem, as célebres comissões militares, os multiplicados Niemayers e Andreas, que tiranizavam as províncias e arrancavam, à força, aplausos ao absolutismo. Num país nominalmente constitucionalizado desde o começo de 1824, e onde toda a vida pública estava por instituir, só em 1826 se reuniu a primeira assembleia legislativa, eleita pela nação. De fato, a constituição, centralizadora, ilusoriamente liberal, só foi doada para ser uma mentira, como a própria independência. Considerando explicitamente nisto é que Costa Carvalho (antes de ser Monte Alegre) chegou à formula: “Só é brasileiro aquele que é constitucional”. Com Pedro I se iniciou, no Brasil, o costume que já é tradição: de haver constituição – para não ser cumprida. Nunca o foi a do Império, como nunca o foi a da Republica, e nessa mentira essencial vive a nação brasileira. Num país cujo passado era, apenas, o espontâneo e o arbitrário da vida colonial; num país extenso e que possuía tradições de vida local, a constituição arranjada pelos marqueses de Pedro I era, sobretudo, um motivo de constrição irritante e amesquinhadora, sob a égide de um **poder moderador**, que era o despotismo prático e irremissível. Com os costumes que herdamos na política geral, dado o mandonismo em que nos formamos, isso deu em resultado a caligem asfixiante e o liberalismo corruptor do segundo Império.



A primeira prova a que se submeteu o famoso constitucionalismo de 1824 foi o caso de Chapuis, jornalista aventureiro, e que, dentre o soporífico dos escrevedores brasileiros de então, teve a ideia de dizer banalíssimas verdades, quanto ao tratado de **reconhecimento**. Tudo se cifrou em mostrar que o tal tratado era desvantajoso para o Brasil e feria a constituição. No entanto, foi tão monstruoso o proceder do governo **constitucional** do Brasil, para com o jornalista, que Armitage sente cócegas no seu *humour* de inglês:

Estrangeiro no Rio de Janeiro, Chapuis havia formado a sua opinião política pela leitura da constituição, sem verificar se os seus artigos jamais haviam sido executados. Pode-se, porém, produzir como circunstância atenuante que o seu erro foi de pouca duração. Em menos de uma semana... sem nenhum processo anterior, foi lançado numa prisão, mandado a bordo de um navio, obrigado a sair do Império.<sup>71</sup>

Hoje, sob a proclamada libérrima constituição republicana, fazem a mesma coisa com os pobres e honestos operários estrangeiros, escorraçados e perseguidos somente porque têm voz para mostrar a infame espoliação de que são vítimas os trabalhadores nacionais.

Curioso aspecto a notar: os panegiristas de Pedro I destacam, sempre, como qualidade característica dele, o que resulta de um temperamento impulsivo – **arrebatado** diz-se na fórmula de louvores. Ora, todos os momentos em que ele nos aparece assim – impetuoso, ao natural, por conseguinte, e em lances de arbítrio, é, politicamente, despótico, tirânico, pessoal, mau. Foi com esse príncipe que começou a tradição de mentira, apurada no segundo

---

<sup>71</sup> *Op. cit.*, pág. 109.

reinado: uma monarquia constitucional, com efetivo governo pessoal. Em 1860, dizia-se correntemente – “... as violências e iniquidades do primeiro reinado”... (Medrado). Destarte, despejado de modos, vibrante dos ardores de Carlota Joaquina, ele leva o seu personalismo a formas de sultanismo; teve um gabinete de favoritos – o célebre **gabinete secreto**, dos Chalaças. E fazia timbre de nomear para altas funções criaturas ostensivamente absolutistas. Organizou o Senado como se fora uma extensão dos seus paços, com criaturas abertamente avessas às normas constitucionais – Cairú, Barbuda, Baependi, Vilela Barbosa... Assim, veio a encontrar-se na situação de soberano estrangeiro, a impor-se pelas armas dos seus mercenários. Um jornalista liberal (Badaró) é assassinado a mando de um juiz, e o crime se leva a sua conta; José Clemente intenta armar um exército clandestino, e a nação, já orientada pelos seus deputados, alarma-se, e impede o atentado; os batalhões de mercenários, alemães e irlandeses, revoltam-se, o povo arma-se para enfrentá-los, e, finalmente, domina-os. Pedro I sente-se desarmado e inculpa o ministro da guerra – que não soubera conservar-lhe os preciosos **guarda-costas**, pelo que Barroso Pereira é tratado como laçao descuidado...

Que valia o Brasil propriamente dito com um tal governo, nas vicissitudes que daí se geravam? Nem mesmo se sabia que regime prevalecia. Em 1824, as coisas estiveram tão afeitas ao absolutismo que jornais governamentais chegaram a pedir ostensivamente, em campanha evidentemente encomendada – que se desprezasse qualquer constituição: “Nas colunas do **Diário Fluminense** (jornal do ministério) pugnava-se pela **legitimidade** de D. Pedro, ao mesmo tempo que nenhuma palavra se dizia a respeito da sua **unânime aclamação**...”<sup>72</sup> Achavam-se no gabinete sectários da facção absolutista. Niemayer, por haver pedido que se adotasse o

---

<sup>72</sup> Armitage, *op. cit.*, 97.





absolutismo, foi agraciado com a placa do Cruzeiro;<sup>73</sup> Chichorro, porque proclamara o governo absoluto em três vilas abandonadas à sua sabujice, teve agradecimentos especiais do Ministro, Conde de Valença, **em nome de sua majestade**; um Teixeira de Freitas escreve ao serviçal sabujo Ferreira França – exaltando o governo absoluto, e recebe, em agradecimento, o baronato da mesma Itaparica onde propagava o seu **ideal**. O aviltado cabido de Montevidéu **requer** ostensivamente uma monarquia absoluta, e recebem, todos os membros, **comendas e hábitos de Cristo...** Isto continua assim, e tanto que, em 1827, o Padre Custódio Dias, no seu habitual desassombro, fala, na Assembleia, e pede providências contra esses que abertamente “proclamam o absolutismo... recebendo prêmios, em vez de castigo, ficam impunes, e até descaradamente premiados”. Nesses dias, Vergueiro, no seu enfartado bom senso, provava que o governo imperial tinha sido, até então, **ostensivamente pessoal: não havia direito que não tivesse sido desprezado, não havia liberdade constitucional que não tivesse sido violada...** Varnhagem, querendo elogiar a Pedro I, transcreve a sua carta, de 1821, ao pai, onde o Príncipe Real era absolutamente contrário à ideia de aceitar-se uma constituição: “... é indecoroso... é vergonha certa...”

Para bem compreender esta tenacidade no arcaísmo torvamente prepotente, é preciso considerar, uma vez, que os dois aspectos se fundiam – portuguesismo e anticonstitucionalismo. Quando começaram as transações para o tratado de reconhecimento, no intento de fazer o verdadeiro entendimento, o governo de Lisboa

---

73 Niemayer é o mesmo que, desapiedadamente, meteu mais de 1.000 recrutas cearenses num navio, que não comportava nem metade, e, assim, os remeteu para o Rio de Janeiro. Metade morreu, no caminho – de fome, sede e maus tratos. Depois do desembarque, ainda morreu um quarto dos restantes, em consequência da viagem. Ele havia sido mandado para proteger o espírito de liberdade, manifestado ali, em 1824. O próprio P. da Silva, o chama de *duro, cruel, arbitrário...* (*Segundo Período*, pág. 12).

mandou ao Rio de Janeiro, uma segunda missão **Rio Maior**: a de Soares Leal. Já estava Portugal restabelecido no absolutismo dos Braganças, e como havia em Lisboa, uma expedição militar destinada a dominar o Brasil, Soares Leal vinha oferecê-la a Pedro I, para “destruir a constituição e **reunir** os dois países, ficando D. João VI como imperador em geral, e D. Pedro como imperador regente do Brasil... Aceita a conciliação, o imperador regente podia, desde logo, empregar a marinha de Portugal, e uma força de 10.000 homens, para repelir qualquer dissidência nas províncias do Brasil...”<sup>74</sup> A coisa não se fez assim porque, por si, D. Pedro não tinha coragem de enfrentar o Brasil, e todos o conhecem, também, porque a Inglaterra (que garantia Portugal) opôs-se, uma vez que tentaram fazer o acordo por fora dela. Foi motivo, até, para que o governo inglês exigisse a demissão do ministério português, que tentara o acordo.<sup>75</sup> No entanto, tal é o caráter da criatura, que tudo isto mudou quando lhe foi preciso, a Pedro I, em luta com D. Miguel, explorar o constitucionalismo, lá no reino de Portugal. Simples embuste, a maré de constitucionalismo durou pouco; em 1829, Pedro I volta à política de desbragado sultanismo, escolhendo, mesmo dentre os portugueses, os mais ostensivamente absolutistas. Depois, amedrontado com a oposição da Assembleia, voltou à aparência de constitucionalismo, na casca dos Barbacena e Calmon. Francisco Chalaça, que continua favorito, garante que dará o **baque nos cinco crioulos** (os cinco ministros brasileiros). De fato, não tarda que Barbacena seja despedido, com a insinuação de ladrão.

É quando, numa fala do trono, Pedro I se atira a xingar a Assembleia. Ledo, sempre Ledo, incumbido de dar a sua retórica alambicada para a resposta, não quis levantar o desaforo; mas

---

74 Biker, *Tratados*, t. XXIII, 114; XXII, 388.

75 *Idem.*



a Assembleia bem se referiu ao fato, na voz dos seus grandes homens, e, apesar de tudo, a resposta fala em **Temor incutido na nação pela volta ao absolutismo**. Nesse tempo mesmo, é Pernambuco violentamente afrontado pelos sicários do trono, que se erguem nas célebres Colunas... destinadas a garantir o absolutismo e abater os republicanos. Enquanto isto, abandonada a nação brasileira, atacada e perseguida nos seus homens representativos, via-se reduzida a esse estado de miséria, que se pinta nas próprias palavras da fala do trono, de 1828: “O estado miserável a que se acha reduzido o tesouro... a calamidade existente... as desgraçadas circunstâncias do Império...” A calamidade vinha de que, de fins de 1824 a começo de 27, tinham sido esbanjadas 3.683.200 libras esterlinas. Pereira da Silva inadvertidamente indica a causa da calamidade: “A administração geral e particular continuava péssima, não por falta de leis, mas, pelo pessoal...”<sup>76</sup>

#### § 14 – Os marqueses e o respectivo senado

É bem de ver que não poderia haver, nestas páginas, sequência cronológica, mas o simples debulhar de consequências lógicas. Por isso mesmo, muita coisa, bastante interessante, como a incapacidade militar de Barbacena, a alcovitice de ministros, não são notadas. Mas fora impossível não destacar a imoralidade do Império nascente, a pagar polpudas percentagens aos Barbacenas e Gameiros, que as dividem com o próprio imperante, ou o absolutismo do português Vieira de Carvalho (Marquês de Lages), repetidamente ministro. São fatos característicos, prenúncios tristemente expressivos do que será a futura política no Brasil, mesmo nos dias da República. Não menos expressiva é a

---

<sup>76</sup> *Fundação*, II, pág. 26. Do ministério que lhe sucedeu, dizia José Bonifácio: “Ministério venal e imbecil...” (*Cartas*, pág. 80).



tendência de corrupção que **vem de cima**, notada desde os dias de D. João VI, e de que resulta a ridícula fidalguia enxertada pela monarquia no Brasil, necessariamente democrata, essencialmente americana; fidalguia tantas vezes grotesca, não raro pintada de mistura. A constituição não reconhecia corpo de nobreza. Mas, sempre coisa morta, por fora dela, contra ela, antes dela, Pedro I fez para o Brasil uma camada de espúrios aristocratas, tão abundante, como nunca conheceu nenhum país da Europa saído do feudalismo.<sup>77</sup> O espírito popular, para bastante prova de quanto a coisa contrariava a tradição nacional, glosou a derramada fidalguia, na versalhada, em torno do estribilho: **Condes são, posto que vis...** deliciosa redondilha, bem na índole das nossas gentes. Os ministérios se sucediam assim cotados: “Marquês de Maceió, Marquês de Queluz, Marquês de Paranaguá, Marquês de Lages, Marquês de Cairu, Marquês de Nazareth... Marquês de Maceió, Conde de São Leopoldo, Visconde de...” A constituição, em proveito do **moderador**, e com que se embaíra o Brasil de 1824, foi obra de dez cérebros em comissão – os dez do futuro Conselho de Estado: oito marqueses, um conde e um visconde, entre os quais os indefectíveis Paranaguá e Caravelas, o inefável Maricá e o esquecido Fanado... No curso da obra, morreram três dos divinos, substituídos por outros igualmente aristocratizados.<sup>78</sup> Armitage diz

<sup>77</sup> Um bem humorado da época, comenta o fato nestas linhas:

“A monarquia portuguesa, fundada há 736 anos, tinha em 1803, época em que foi reformado o quadro, 16 marqueses, 26 condes, 8 viscondes e 4 barões. O Brasil, que tem oito anos apenas como potência, conta já no seu seio, 28 marqueses, 8 condes, 16 viscondes e 21 barões. Ora, progredindo assim as coisas, como é de esperar, teremos no ano de 2551, quando o Brasil atingir a atualidade de Portugal, nada menos que 2385 marqueses, 710 condes, 1421 viscondes e 1863 barões, desprezando quebrados. E como não há nobreza sem riqueza, serão os nossos descendentes mais ricos que o Grão-Mogol” (*Aurora*, de 1829).

<sup>78</sup> Os outros sete eram: o Marquês de Queluz, o Marquês de Cachoeira, o Marquês de Nazareth, o Marquês de Santo Amaro, o Marquês de Baependi, o Marquês de Inhabumpe. Mortos, Cachoeira, Queluz e Nazareth foram





que um dos mais notáveis, na **companhia**, Ferreira França, “Era, talvez, o mais abjeto e servil de todo o conselho”. Imediatamente depois, porém, o inglês corrige o conceito, com o comentário tirado do próprio Ferreira França: “Meus colegas não hesitaram em taxar-me de servil... Eu não sou um átomo mais servil do que eles; mas o fato é que sou menos hipócrita”. A crônica aí está para dar razão ao Marquês de Nazareth. Onde ela não lhe nega primazia é na crueldade covarde: foi o ignóbil ajudante de carrasco dos heróis de 1824; Lima e Silva e próprio Niemayer intercederam pelas vítimas, após o julgamento militar, mas Ferreira França não deu tempo a que se pronunciasse a imperial clemência, e fez executar imediatamente os prisioneiros. Não era, talvez, por ferocidade própria, senão para completar a crueza do amo.

Na marquesada com que Pedro I fez o seu Império, destaca-se desde logo Carneiro de Campos, que teria sido o autor dos liberais inúteis, salpicados na Constituição de 24. No entanto, Drumond, depois de notar que Carneiro de Campos se negara a dissolver a Constituinte, e que sempre fizera a política para com Portugal **de acordo com José Bonifácio**, afirma, documentadamente, que os Carneiros de Campos eram, literalmente, criaturas de D. João VI, e, que, na Bahia, haviam sido contra a Independência. Apesar dessas relações pessoais, Antonio Carlos, quando se refere ao governo de Carneiro de Campos, é para taxá-lo de “o mais corrompido...”<sup>79</sup> Em mais realce, com legítima primazia, assinala-se o lusitaníssimo Vilela-Paranaguá, com a nota de **oficial do exército português** até depois de ministro do Brasil. Foi quem referendou, para o filho de D. João VI, a primeira ostensiva vitória contra a nacionalidade brasileira – com a dissolução

---

substituídos pelos: Conde de Valença, Visconde de São Leopoldo e Marquês de São João da Palma...

<sup>79</sup> *Anotações*, págs. 30, 33 e 61; Varnhagem, *Hist. da Indep.*, pág. 267.

da Constituinte.<sup>80</sup> Estava o Brasil em guerra com Portugal, e Vilela Barbosa, ministro beleguim do imperador, apresenta-se perante a Assembleia, na sua farda de militar português. Depois, foi o mais constante nos conselhos do imperador estrangeiro, e em constante engrandecimento – visconde, marquês, conselheiro de Estado, senador, dignatário e gran-cruz do Cruzeiro... Esteve seguidamente ministro, de 1823 a 27, e só saiu por algum tempo porque desagradou a Domitila. Assim, na importantíssima pasta da marinha, presidiu a todos os tristes fracassos das armas brasileiras no Prata, e teve como digno executante da sua estratégia ao mesmo Rodrigo Lobo – que arrotara para os pernambucanos a bravura de **entrar no Recife de espada desembainhada, para executar os brasileiros patriotas**; Na regeneração constitucional de 1829, foi de novo ministro, com o gabinete **parlamentar** de Barbacena e Calmon. Quando, poucos meses depois, aquele se demitiu, ficou Paranaguá presidindo a política imperial. Foi isso o que acordou definitivamente os brios da nacionalidade, e os concertou, para o desfecho de 7 de abril. Eis o seu verdadeiro serviço ao Brasil. E foi inestimável. Ainda tentou evitar a abdicação, já escrita; mas Frias não lhe deu ouvidos. Então, considerando finda a sua missão no Brasil, foi para bordo da “Warspite”, empenhando-se para acompanhar o ex-imperante.

**Intelectual** e lusitanófilo, como Vilela Barbosa, era Cairu, o redator do decreto de abertura dos portos, como o tinha decidido

---

80 Deputado suplente às cortes como brasileiro, Vilela Barbosa opôs-se, no entanto, ao proceder de Feijó, Antonio Carlos, Barata... que se negaram a assinar a constituição que nos deprimia. Vilela não a assinou, mas antes, aceitara a medida dos cortistas antibrasileiros, retalhando o Brasil em juntas governativas, medida que ele agravou propondo que os governadores militares ficassem sujeitos às supraditas juntas. E porque se tratava de um conceito *passado em julgado*, Saldanha Marinho, ao lembrar a dissolução da Constituinte, apresenta-a “escarnejada pelo retrógrado mais ousado da época, o brasileiro desnaturado, Vilela Barbosa, que nas cortes portuguesas se opusera à independência de sua pátria (*A Política do Rei*, pág. 98).

o inglês. Foi um dos mais ativos contra as tradições brasileiras. **Charlatão idoso**, como o trata José Bonifácio, ele fez ao Brasil o mal constante dos charlatães. Teve como maior mérito ser um magistrado pobre, “quando pudera ter enriquecido”, aponta um seu biógrafo, à falta de maior valor. Vivia na carapaça de ideias **atrasadas de um século**, isto é, num absolutismo irritante e violento. Combateu a liberdade de imprensa, contra Bernardo de Vasconcelos, e afirmava, na sua veemência de decrépito – **a imprensa faz mais mal do que bem...** Os oitenta anos pesavam-lhe, sobretudo, nas ideias; era já um irresponsável, e, no entanto, arvorara-se sobre o Senado como um dos línguas mais acatados. Apesar disto, deve ser colocado acima de Maciel da Costa, também marquês – de Queluz. Foi o abjeto presidente da Constituinte, na hora da dissolução; só teve voz para responder ao sargento comandante da força: “– Pode assegurar à sua majestade que a Assembleia se dissolveu”.<sup>81</sup> Afirma Drumond que o marquesado veio por haver feito a prisão de um patriota, naqueles mesmos dias. Com estas provas, mereceu fazer parte dos **dez**, genitores da Constituição de 1824, o que lhe foi fácil porque nem tinha ideias, nem se embaraçava com elas. Ministro, absolutista na prática, “teve o desinteresse”, diz o humorismo de Armitage, de afirmar no Senado – que “o regime constitucional não era próprio para países onde as comunicações eram difíceis...”

---

81 Drumond não hesita em repetir o conceito, geral na sua época – de que o imperador fora sócio nas *comissões* de Barbacena. E conta, ao mesmo tempo, documentadamente, que Caldeira, seu amigo e correligionário, lhe negou hospedagem no momento crítico da fuga, em 1823 (*Anotações* 87, 95). Varnhagem, todo bragantista e imperialista, é peremptório contra Barbacena: “... só aceitava a pasta da fazenda, para seus fins particulares... Caldeira Brand já começara a enriquecer-se à custa da nação” (311-341). A definitiva consagração do fato, ditou-a o próprio Pedro I, quando, a despedir o lamuriante Vilela Barbosa, cuspiu-lhe a essência da sua bragantitina: “É pobre? Por que não roubou? Roubasse! Por que não roubou como o Barbacena?” (*Carta do Ministro Deyser*).

Tal é a hora em que a marquesada fermenta e alastra, sem que se distingam estes, que são brasileiros, dos portugueses: José Maria de Almeida, guardado para ser almirante ao lado de Rodrigues Lobo, que mesquinhará no Prata, e Barbuda, marquês analfabeto, e Mascarenhas, Conde-Marquês de Palmas, condes-tável no ridículo da corte bragantina, eleito senador por quatro províncias... Aos destes, casam-se os longos e perniciosos serviços dos Inhambupes e Fanados, já conhecidos ou nulos para tudo, até que chegamos a Barbacena – guerreiro, diplomata, financeiro, estadista, casamenteiro... do império de Pedro I. É brasileiro de tradição, mas, destaca-se, definitivamente, em 1817, secundando a diabólica atividade de dos Arcos, a esmagar o movimento dos pernambucanos. Reassinala-se em 1821, adversário dos liberais, por ocasião da revolução constitucional da Bahia, aonde se achava, ainda. Por isso mesmo, grato, D. João VI o ajuda a fugir para a Inglaterra.<sup>82</sup> Mereceu o título histórico de Barbacena, atendendo-se a que o anterior fora o próprio que ajudara a oferecer Portugal a Junot. Guerreiro, estava abaixo de Lecor-Laguna, e tem como prova definitiva o desastre de Ituzaingo. Lino Coutinho, que o conhecia muito, explicou a derrota: “... generalíssimo, **que não saberia comandar** uma divisão...” Vindo da Inglaterra quando a Independência estava proclamada, verificando a força dos patriotas brasileiros em face da política imperial, tratou de convencê-los de que era também patriota brasileiro: deu-se a dissolução, e o neto do **contratador** se passa, todo inteiro, para o imperador português, para ser agente e sócio nos escandalosos empréstimos de 1824. Tinha topete: de volta ao Brasil, com as algibeiras fortes, farejou a vitória da nacionalidade e passou a ser liberal. Os patriotas condescenderam, e consideraram o seu ministério – **liberal e parlamentar**. Pedro I se irritou de tais veleidades e demitiu-o,

---

82 Varn. *Hist. da Indep.* pág. 354.



a bem do serviço público... Mas, apesar de tudo, Barbacena era um homem, que bem conhecia a qualidade da coragem imperial: replicou em voz forte ao decreto de demissão, tanto mais quanto tinha um grande saco de coisas a dizer a respeito do sócio... Ficou tudo nisto mesmo, e Pedro I refugou da luta. O público é que não se iludiu mais com o antigo diplomata, que, com Gameiro, concertara o tratado de **reconhecimento**, comentado com os escandalosos empréstimos, onerosos para o Brasil, e que lhe deixaram, como ao companheiro, polpudas e confessadas comissões. Foi tão escandaloso o caso que a Assembleia pediu contas ao governo. Armitage, que o conheceu no fastígio da glória, moteja britanicamente dos seus talentos "... gênio universal... ignorância e má direção como general... cortesão sagaz"... Brasileiro de sangue, Barbacena era o nítido oposto dos Vidal, Barbalho, Dessa... Já tinha voltado muito atrás do famoso **contratador de diamantes**...

Outro brasileiro amarquesado, e de destaque, é Maricá. Foi do ministério Vilela Barbosa, que dissolveu a Constituinte. E bem o merecia. Os portugueses consideraram-no pessoa de confiança, tanto que, nas dificuldades de 1822, em agosto, o nomearam para o ministério que, em junta geral, ficaria governando o Brasil quando o Príncipe da Beira partisse.<sup>83</sup> Era natural que o imperador, o Príncipe da Beira, fizesse sua a confiança dos políticos de Lisboa. Foi companheiro de Maricá, no tal ministério fracassado de 1822, o português, governante brasileiro, Vieira de Carvalho; fez parte, logo, do primeiro ministério em substituição aos Andradas; depois, em 1826, foi de novo ministro. Antigo militar do exército português, teve o marechalato brasileiro em 1827, e foi também nomeado senador. Era ostensivamente absolutista, muito do peito de Pedro I, que, em prova definitiva, o nomeou para o famoso ministério dos marqueses, em 5 de abril de 1831.

---

83 Varnhagen, *Hist. da Independência*, págs. 182, 203.

Com isto, compreende-se bem que tinha de ser ministro em 1839, com Araújo Lima, e **maioridadista** em 1840. O seu marquesado – de Lages, foi-lhe dado pelo segundo Império: teve duplicata de serviços.

Foi também liberal, maioridadista, o assinalado Marquês Ribeiro de Rezende. Era da Constituinte de 1823 e serviu de beleguim contra os seus pares, por ocasião da dissolução. Muito merecidamente, foi ministro em 1824.

No seio da marquesada, no mesmo valor, sob o nome de batismo, outras criaturas de Pedro I se elevaram na triste celebridade dos titulados. Um Oliveira Alvares, português, ministro da guerra em 1829, tivera a **coragem** de repetir-se em comissão militar para tyrannizar os pernambucanos. Fez-lhe companhia na façanha o célebre Teixeira de Gouveia. Foram ambos acusados na Assembleia, onde se propôs fossem processados. Pedro I, servindo-se do seu Ledo, tudo fez em defesa desses servidores. Era o ministério de José Clemente,<sup>84</sup> já conhecido como o **ministério liberticida**. A nação brasileira, que naquela época existia em manifestações evidentes, julgou o caso não reelegendo o mesmo Teixeira de Gouveia. A propósito desse ministério, Pereira da Silva tem a fórmula: “Quem se aproximava do governo, tornava-se suspeito à nação”. Oliveira Alvares era um qualificado: havia sido ministro do Príncipe Real antes de José Bonifácio. Imposto pelo governo, em 1829, para deputado pelo Rio Grande do Sul, a Assembleia quase o elimina – por indigno. Salvou-se, de par com José Clemente. Quando viu as coisas mal paradas, em 1830, safou-se para o seu Portugal. Ao despedir-se, do patrão imperador, teria refletido com ele que o caso estava perdido, e mais valia uma retirada a tempo. Foi, então, que se decidiu a abdicação. Em 1832, foi o escolhido, pelos restauradores, para vir comandar o exército do Duque de

---

84 Seria Conde da Piedade; estava marcado; quando a morte...

Alcântara contra a nação brasileira. Cite-se, ainda, o Bispo Silva Coutinho, português, capelão-mor de Pedro I, feito senador por São Paulo.

Nessa época, o Senado já era o absolutismo organizado para a vitória do portuguesismo, e, assim, impor-se ostensivamente à Assembleia Nacional, anulando-a afrontosamente. Foi o lance resolvido na **célebre sessão de quatro dias**. Na perspectiva de uma luta decisiva, mais uma vez, amorteceu a coragem de Pedro I: fora o insuflador da contenda entre as duas câmaras, mas, à última hora, recuou, enviando ao **seu** senado uma mensagem aconselhando que se realizasse o regime da lei, como o reclamava a Assembleia. O Senado **obedeceu**. O Senado era a marquesada, sobre o qual reinavam, incontestados, numa corte de bobagem, Pedro I e o seu Chalaça. José Bonifácio não tem cerimônias, e os abrange, a todos, na definição: “... os maiores alcoviteiros, bandalhos e ladrões...”.<sup>85</sup> Não era muito diferente o conceito do próprio Pedro I, que os possuía. Historiando a época da **dissolução** da Constituinte, o bragantista Varnhagem registra: “... Lamenta-se o imperador do espírito geral de intriga e de inveja, que dominava entre quase todos os que o serviam...”

### § 15 – O governo da marquesada...

Referindo-se à administração dos negócios do Império, por todo o período 1823-31, o insuspeito Armitage não encontra um motivo para elogios. Num certo momento, taxa a gestão financeira de – **péssima**; noutro, qualifica de **despótica** a política; noutro, de **inepta** a administração. Finalmente, generaliza: “... a notória imbecilidade da administração...”<sup>86</sup> Depois: “Os ministros de 1827

85 *Cartas Andradinas*.

86 *Op. cit.*, pág. 136.

excederam os outros em incapacidade administrativa...” Ora, esses outros são aqueles que ele qualificara nos termos transcritos. A seguir, até 1831, as incapacidades se acentuam. Em 1829, podia a **Aurora** resumir assim os seus **moderados** ataques: “Em seis anos, os ministros de Pedro I conseguiram o que os ineptos ministros de D. João não puderam fazer em **doze** – elevar a mais de 140 milhões a dívida pública”. Impulsivo e dissimulado, D. Pedro dava os seus ímpetos feios de malcriação, e os tresvarios de inconsequente, para veículo da estúpida maldade dos seus ministros. Ao abrir a sessão de 1829, confessa, com o desembaraço do irresponsável – duplamente irresponsável, que o estado do país era calamitoso: “... de um golpe, destrua a Assembleia, a calamidade, e melhore as desgraçadas circunstâncias do Império...” No fim da sessão, sem modos, e sem espírito, pensa afrontar a Assembleia com a despedida lacônica: “Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação Brasileira. Está encerrada a sessão”. Se ele pudesse compreender, se algum dos seus marqueses lhe soubesse fazer a lição do quanto se amesquinha um poder, no uso de tais recursos!... O inglês, testemunha de vista, sintetiza o conjunto da situação: “A administração e o chefe do poder executivo caíram em tal descrédito, que as insígnias honoríficas concedidas pelo imperador eram olhadas, mesmo pelo partido moderado, mais como objeto de opróbrio, que como distinção invejada”.

Não havia remédio possível, para o Brasil do império de Pedro I. José Bonifácio, em renovada dedicação pelo filho de D. João VI, aconselhou-lhe a formação do gabinete parlamentar-nacional – de Barbacena, Calmon, Caravelas... Essa gente, porém, não seria capaz de corresponder às verdadeiras necessidades do Brasil, nem mesmo para calmar os zelos da nacionalidade maltratada. É o próprio andradista Drumond quem informa: “... apesar de todos os esforços, o ministro não pode gozar da confiança pública, nem da



maioria da Câmara dos deputados”. A prova de que Drumond tinha razão está em que, pouco depois, pôde o imperador despejar, acintosamente, o maioral deles, Barbacena, sem que a situação de confiança se alterasse, em nenhum sentido. Pedro I voltou, então, aos seus marqueses, no mais genuíno deles, Vilela Barbosa, formando o **royal street** – Paranaguá, Baependi, Aracati, Conde de Lages, Visconde de Alcântara... irritante emético, para uma náusea que só terminou a 7 de abril.

Nunca será demasiado insistir: a política, a administração e as finanças do Brasil eram as daquele Estado implantado, aqui, pelo filho de D. Maria, a **louca**. Ele o criou, como criou o célebre banco, a que, em poucos anos, a nação veio a dever mais do que o capital instituído para todo o giro. Com o tempo, as finanças se **desenvolveram**, nessa mesma proporção. José Bonifácio, para honra sua, e do irmão, foi, intransigentemente, infenso a tais finanças – “Nem empréstimos externos, nem mais dívida ao Banco”. E o faustoso filho de Carlota Joaquina teve mais esse motivo para desterrá-lo: ficar livre, para usar das finanças do Brasil. Em 1824, “... um empréstimo de 4.000.000, a 85%, havia sido todo despendido, e mais seis milhões de cruzados de moedas de cobre, cunhadas pelo quádruplo do valor, e 10.000.000 de cruzados de notas do banco, tomadas por empréstimo”. São dados havidos do relatório do Marquês de Baependi, ministro de então. Para que a estupidez fosse completa, o governo, em vez emitir diretamente, pedia ao banco, emprestadas notas sem lastro, por ele emitidas, e pagava juros. Nesse andar, em 1828, o governo devia ao banco mais de 19.000:000\$000: quase o triplo da receita anual do Império. Aliás, ninguém tem o direito de afirmar que a dívida fosse essa, ou metade, ou o triplo: a escrita do banco não dava a cifra exata, nem aproximada, da emissão. Segundo a sua contabilidade, devia haver, em circulação, seis notas de 500\$000, e apareceram sessenta. Os empregados do banco retiravam os maços de notas, passavam-nos

para o bolso, e a polícia não os incomodava. O banco era particular e oficial, sem ser, devidamente, nem uma coisa, nem outra. E a situação se reproduzirá ao longo da vida do Brasil. A dívida total do país, a aceitar os cálculos dos financeiros responsáveis, era, em 1817, de 7 vezes a receita anual; o déficit anual equivalia à mesma receita: 6.000:000\$ para 7.000:000\$000. Em 1829, Bernardo de Vasconcelos, o futuro organizador do partido conservador, já implacável adversário de Feijó, apesar de tais qualidades, próprias para aceitar as finanças de Pedro I, clamava: “... o Brasil é a nação em que se paga mais impostos, havidos com uma arrecadação que consome 50% da receita... Gasta faustosamente, prodigamente...” Ele dizia isto para os de então ao mesmo tempo que afirmava: “Em São Paulo não há imprensa, não há livros à venda, a não ser algum catecismo da doutrina cristã” ...<sup>87</sup>

Bancarrota e ignorância, tal se tem de sintetizar o governo da marquesada. Se fossem, apenas, os milhares de contos! E o sangue?!... Para deixar o nome brasileiro humilhado, suspeito e odiado pela gente do Prata, o Império despendeu 120 milhões de cruzados e sacrificou a vida de 10.000 brasileiros. E não se conta, aí, o muito que foi pago como indenização, por efeito do inepto e covarde bloqueio de Buenos Aires. Se há um caso destacado, na nossa história, é o dos tristes sucessos militares, ao Sul, desde a fundação da Colônia do Sacramento. Neles, como valor essencial, a política dos Braganças, sobretudo na segunda fase (campanhas da Cisplatina até a guerra do Paraguai) foi um supérfluo de vergonha, mesmo para a linhagem de reis, que começa nas torpezas de D. João VI, e acaba nos refugos deixados em vida pelas revoluções mansas... Supérfluo de vergonha que, sendo genuinamente da torva dinastia, maculou toda a história do Brasil independente. No entanto, bem apreciadas as coisas, a nação

---

87 *Cartas aos Mineiros...*

brasileira, escoimar-se-ia das grandes culpas que foram aquelas guerras... Armitage o atesta: “Os brasileiros não tinham nenhum entusiasmo pela campanha Cisplatina”. José Bonifácio, que não era nenhum sonhador ou utopista contra as guerras, chama-a “a bestial guerra do Sul”.<sup>88</sup> Tudo concorria para essa repugnância – pela campanha em que se continuava o imperialismo do **grande guerreiro** D. João VI: a história de misérias e desastres ligados às guerras do Sul; as insídias e embustes do casal – Carlota e D. João, para empenhar o Brasil naquele formigueiro... Em Sarandi, o exército brasileiro, veterano de campanha, é totalmente batido; perde a vida a metade dos homens, e quase todo o resto é aprisionado; vence-o, assim, um bando de patriotas gaúchos – os 33 companheiros de Lavaleja, que tinham crescido, à medida que, na estratégia dos Lecor e Barbacena, minguava o valor dos imperialistas. O desastre de Ituzaingo foi mais lastimável, sobretudo pela inépcia patente do general. A campanha no mar mereceu de Vergueiro a crítica cortante:

Não conta este Império, que dispõe de recursos muito superiores aos de Buenos Aires, senão, derrotas, quando os seus inimigos se vangloriam de repetidas vitórias, por terra e por mar. As fragatas e corvetas brasileiras... não sabem bater o inimigo muito mais fraco; sabem só fazer presas em navios de comércio neutro; não exterminam os corsários e piratas; sabem somente agarrar embarcações pacíficas, e que se não defendem por não terem armas...<sup>89</sup>

Nesse tempo, a Banda Oriental castelhana, continha apenas três cidades, entre as quais a de origem portuguesa – Colônia do Sacramento: ao todo uns 80. 000 habitantes. E o Brasil bragantino,

---

<sup>88</sup> *Idem.*

<sup>89</sup> P. da Silva, 2º *Período*, pág. 40.

que a ocupava e dominava, não conseguiu absorvê-la e abraçá-la, apesar dos milhares de brasileiros que ali se estabeleceram.

Ao imperador, mais importava a sabujice do Cabido de Montevideu, que os verdadeiros interesses do Brasil, que se carregava de ódios. Iníqua, essa campanha nunca nos pôde trazer territórios livres, nem populações nacionalizáveis. Os infelizes orientais, entre as insídias de Pedro I e os seus ministros, a tirania de Lecor e a miséria de ânimo do seu cabido, eram tratados como conquista de Braganças: “Desde a primeira ocupação de Montevideu pelos portugueses, nenhuma obra pública havia sido empreendida”.<sup>90</sup> Tal domínio, no próprio solo onde nascera o patriotismo platino, deu-lhe alma para um dos mais sublimes exemplos do nacionalismo sul-americano. Ao heroísmo de Lavaleja, o Império do Brasil respondeu com os seus Laguna e Barbacena, e mais a promessa de três contos de réis pela sua cabeça, ao traidor que o assassinasse. Não apareceu nenhum, para corresponder à infâmia. E a nação de Zebalos teve motivos de justo ódio: o mal que o governo do Império calmamente acumulava sobre a pobre nação, torturada pelas discórdias internas, obrigada a defender-se contra a nação mais poderosa do continente. O bloqueio de Buenos Aires foi um desses abusos de força, em que os que se supõem poderosos se desonram... O governo do Rio de Janeiro preparava uma situação de desgraça para Buenos Aires, certo de que os argentinos viriam a suplicar a paz. Desde declaração da guerra, o banco nacional suspendeu pagamento, e a guerra civil esteve a desencadear-se.. Inépcia, a agravar a injustiça: o resultado, para o Império de Pedro I, foram as tristes derrotas infligidas por Brown, as insolências de neutros poderosos (Roussin), e as grandes somas tiradas do magro tesouro brasileiro, para indenizar os mesmos neutros. Finalmente, a nação brasileira ansiava pela paz, esgotada, envergonhada de tal campanha; mas os portugueses e ingleses

---

<sup>90</sup> Armitage, *op. cit.*, pág. 101.





mercantis do Rio de Janeiro, a fartarem-se nos **negócios** da guerra, não permitiam que a paz se fizesse. Foi preciso a premência dos **negócios portugueses**, para que Pedro IV de Portugal se decidisse a aliviar-se da guerra do Sul, e procurasse, agora, fazer a paz a todo custo. Em todo caso, devemos à desastrosa guerra do Sul, um benefício: concorreu para conter o ímpeto de Pedro I, em fazer-se ostensivamente **absoluto** imperador – de um Império Luso-brasileiro. Vencedor, ali, tão forte se sentiria, que teria ido ao cabo do plano...

### § 16 – A propaganda dos republicanos

Sacrificada a Independência aos interesses bragantino-portugueses, vimos os respectivos próceres empenhados, não em assegurar a soberania do Brasil, mas em impedir que a nação se orientasse no sentido suas tradições, para realizar a verdadeira independência – com a república. O triste desastre de **dezessete** foi uma multiplicada desgraça por si mesmo, e porque serviu de aviso aos Braganças, para que preparassem a independência para si, evitando a república, condição essencial na separação necessária. A constituição da nação brasileira em pura democracia republicana não era simples possibilidade, a ser hábil e silenciosamente afastada: era uma aspiração patente na alma do Brasil, até então; era a tradição do Brasil, em ensaios de emancipação.<sup>91</sup> Todos eles, dos que tomaram parte na independência de 1822, sabiam que o desfecho dela seria a república, e, explicitamente, a combateram. É isto que está nas manifestações públicas, e, sobretudo, na atividade subterrânea. Um escritor português, de 1821, deu o grito de alarme: “a revolução do Brasil está em parte verificada... Circulam por lá ideias de confederação republicana.”<sup>92</sup>

91 *O Brasil na História*, § 48.

92 F. L. da Veiga, *Primeiro Reinado*, pág. 19.

Na mesma época, Silvestre Pinheiro escreve a um amigo “... Esse partido (Republicano), que é o maior e o da máxima parte, ficando o príncipe, havia de começar por lhe prestar obediência, porque feita assim mais facilmente a separação de Portugal, tanto mais fácil lhe ficava derribar a nascente monarquia”.<sup>93</sup> Armitage, que alcançou o Brasil dos independentistas, e a estes conheceu pessoalmente, dá o testemunho: “... os sustentadores fanáticos da legitimidade (absolutistas portugueses) alistaram-se na causa dos patriotas independentistas, pensando que... preveniam que para o futuro se fundasse no Brasil um governo republicano”.<sup>94</sup> José Clemente, o mais inteligente e eficaz representante da atividade portuguesa na independência não teve meias medidas, quando veio trazer a deixa, para o **Fico**: “V. A. R. não ignora que o partido republicano aí está, e, fará por si a independência, se não a empolgamos...” Por sua vez, as **cortes**, nas suas vozes mais representativas, deram o testemunho: “As tentativas de independência eram de republicanos, que no Brasil fomentavam a desorganização...”, diz o Sr. Ferreira de Moura, em junho de 1822. Em face de toda a documentação com que trabalhou, o Sr. A. Viana não hesita em concluir: que se Pedro I não se apressa em fazer o gesto de 7 de setembro, seria proclamada a República: “... a demagogia (os republicanos) haveria empolgado a situação, e mais uma república teria surgido”.

Os historiadores a serviço dos Braganças podem negar-lhes importância, aos republicanos, ou, mesmo não lhes citar os nomes, mas todos afirmam a existência, em 1821-22-23, de contingentes republicanos, entre os brasileiros desejosos de soberania nacional. Alguns desses republicanos teriam cedido a motivos plausíveis, ou não bem confessáveis... mas existiam. Muitos, o

---

<sup>93</sup> Cit. de Ausriciano de Carvalho, I, 581.

<sup>94</sup> *Op. cit.*, pág. 29.

maior número, só mais tarde teriam cedido. Drumond, comparsa na representação da independência andradina, afirma que, no correr dos sucessos, em 1822, o partido republicano minava abertamente o trabalho de José Bonifácio “... no sentido de fazer-se a República”, e reconhecia que eles, os republicanos, estavam “em toda a força do seu direito, porque tratando o Brasil de se constituir, a seus filhos pertencia escolher a forma de governo...”<sup>95</sup> Não admira, por conseguinte, que, traçando o quadro político de 1823, tenha, Varnhagem, notado os **sentimentos monárquicos como muito abalados**.<sup>96</sup> Em referência a essa mesma época, consigna Drumond: “Os republicanos procuram aproveitar a perturbação causada pela dissolução em todo o Brasil, para expulsar dele o imperador e fundar a República...” “E é das suas páginas mesmo que vem a convicção: a república era, finalmente, uma aspiração da nacionalidade, a sua propaganda uma expressão de reivindicada contra o português. Armitage, por sua vez também dá pela presença dos republicanos. Não cita nomes, mas repete a história – a trama para o assassinato de Pedro I, motivada pelo receio que tinham os Brasileiros de que ele intentasse **reunir** o Brasil a Portugal. A denúncia do historiador inglês não prova a conspirata, mas reforça as provas de que os republicanos brasileiros estavam atentos...

Durante todo o curso da negociação do **reconhecimento**, combinado e arranjado pelo governo inglês, o argumento soberano de Canning, para a gente da **Santa Aliança**, e para o governo português em especial, era o de que; se criassem qualquer dificuldade à monarquia coxeante de Pedro I, era um dia... e os republicanos fariam a verdadeira independência. Por sua vez, o representante especial do governo inglês na negociata do reconhecimento, presente no Rio de Janeiro – Charles Stuart, teve de reabrir os olhos

<sup>95</sup> *Op. cit.*, págs. de 30 a 65.

<sup>96</sup> Drumond afirma que, em 1821, o Cônego Barbosa ainda tramava a República. (págs. 32 e 53).

aos emperrados do gabinete de Lisboa: “Não forcem a nota, porque os brasileiros que, em 1822, obrigaram o príncipe a fazer-se independentista, para salvar o seu quinhão na coroa, agora, são capazes de fazer a república, se vocês os irritam...” O próprio governo admitia (em 1826) – que os republicanos eram de temer, tanto que, pela sua imprensa, não cessava de os combater e infamar (v. as coleções do **Diário**). E o número de republicanos tendia a aumentar. Armitage consagra o fato, quando censura o governo de 1826, pela prodigalidade estulta com que criava marqueses e barões: “... jocosamente, observavam os próprios monarquistas que essas promoções honoríficas produziram mais republicanos do que todas as maquinações dos democratas”. Um dos republicanos a contar é o sincero democrata Cipriano Barata. Armitage, apesar de todo o seu monarquismo bragantino, depois de o citar como republicano, transcreve, em nota, o artigo em que Barata atacava o governo de Pedro I, quando José Bonifácio criou, para glória do seu augusto amo, a **Ordem do Cruzeiro**: “O imperador é um cidadão, que é imperador por favor nosso, o chefe do poder executivo, mas, nem por isso, autorizado a arrogar-se e usurpar poderes que pertencem à nação... O Brasil deseja ser bem governado, mas não submeter-se ao domínio arbitrário”. Barata é o republicano que já vem da revolução baiana de 1799, de Manuelzinho. Chegaram a condená-lo à morte. Outro a destacar, e que deu dezenas de anos, em porfiada dedicação republicana, é o célebre jornalista Borges da Fonseca. Não o iludiu a independência de José Bonifácio; radical, opositor ao arranjo, foi perseguido sempre pelos sucessivos governos do Império, até cair sob as balas dos soldados de Tosta, na **Revolução Praeira**.

### § 17 – Moderados... porque eram oportunistas...

Desvendados os planos de Pedro I, logo que se formaram os dois partidos – o **português** e o dos **patriotas** ou **brasileiros**, este

foi, na sua avançada radical, intransigentemente oposicionista, não só ao imperador, mas ao próprio Império. Nessa orientação fez a primeira reação contra a política resultante da independência. E assim se explica a **Confederação do Equador**. As comissões militares sufocaram toda voz brasileira, e só em 1826, por entre ameaças e arbitrariedades, começaram as críticas ao governo imperial. No entanto, desde logo, a campanha patriótica se mostrou democrata-republicana, em forma federalista. No ambiente político, fluíam sempre as emanações do bragantismo, mas o vigor de um nacionalismo em puras tradições brasileiras, dissipava-as com vantagem, e aquilo a que se pode chamar de opinião livre, no Brasil de 1826, era intransigentemente oposicionista, ardentemente democrata. Nunca, em tempo algum, em nenhum país teve a imprensa o prestígio de que gozavam os jornais oposicionistas do Brasil dessa época, afirma Armitage. O Sr. Pereira da Silva, sem compreender bem o sentido do fato, consigna – “As ideias democráticas haviam ganho os espíritos...” Nesta forma, toda voz política, que não era dos marqueses e os seus domésticos, ia-se para a oposição democrata.<sup>97</sup>

Essa foi a corrente que levou a oposição à vitória de 7 de abril. Quando já estava verificada a incompatibilidade entre Pedro I e a nação brasileira, apareceram vivedores políticos, prontos a entrar em ação, em vista de um sucesso garantido, e viram que o caminho da vitória era o da oposição. Sem intransigência de ideais nem virtude para sacrifícios, esses, apenas oposicionistas, deram a si mesmo o tratamento de **moderados**, e trataram de aproveitar a situação no modo mais moderado, mais cômodo: obrigar o imperador a subordinar-se, ou, mesmo, aceitar a sua queda, uma vez que ele se via irremissivelmente repudiado pela nação. Incorporaram-se à onda dos que realmente o combatiam, para servir de garantia

---

97 Armitage, 157.



à monarquia, que, numa linhagem de Braganças, seria, eles bem o sabiam, precioso tutelar de políticos facilmente moldáveis – na sua **moderação**. Entraram na campanha para amortecê-la, destemperá-la e reduzi-la a simples mudança de pessoas; em vez de marqueses, **moderados** – futuros marqueses... Foi quando se dividiu a oposição, bem nitidamente, com o aparecimento da **Aurora** de Evaristo da Veiga, secundada pela **As três**, de Vieira Souto. Os democratas e republicanos haviam aluído o Império, que, condenado, repellido, abandonado de todas as dedicações sinceras e brasileiras, vinha cair, agora, no alforje dos aproveitadores de situações. Num ambiente político e social cujas camadas superiores se confundiam nas emanções do bragantismo, a onda dos moderados foi o recesso elástico a que se acolheram quase todos que prestamente sacrificaram o imperante trefego, inadapável, e já imprestável.

Pondo de lado o lusitanismo de Pedro I e os seus marqueses, a política do Brasil de 1827-30 distinguia-se nos dois tons: **moderados**, que apenas combatiam o absolutismo do imperador, e democratas-republicanos, repelindo toda a política do Império, verberando processos de desnacionalização do Brasil, pugnando por uma república democrata, federal, pacífica, e bem americana... Foi quando, para bem acentuar o combate à política imperial, se deu ao termo **unitário** valor especial, pejorativo, como contrário a todas as ideias democráticas e às tradições brasileiras. A nação surgia vigorosa, e assim se afirmava, na voz dessa oposição. Havia uma opinião pública, porque, do povo, todos que podiam julgar a vida nacional davam-se à oposição. Contava-se com uma assembleia de deputados, eleita por exigência implícita dessa opinião pública, irritada, ameaçadora, após os excessos imperiais de 1828 a 1825. O povo brasileiro mostrava, patentemente, que tinha consciência dos seus direitos. Vieram, para essa assembleia muitas das principais figuras entre os que se caracterizaram como bem



brasileiros, nas **cortes** e na Constituinte: Lino Coutinho, Feijó, Vergueiro, Custódio Dias, Paula e Souza... Isso mesmo prova que não foi na assembleia que nasceu a formidável oposição de 1826 a 1831, pois que esse espírito de oposição já influiu na escolha dos candidatos, sempre preferidos os mais afirmativamente contrários ao portuguesismo e à política de Pedro I e dos seus marqueses. A oposição precedeu as eleições e reflete o conjunto da alma brasileira naqueles dias. E tanto é assim que, nos primeiros dias, a assembleia eleita parece dúbia, incerta, hesitante... Mas, é este o primeiro dos seus méritos, em vez de corromper-se, atraída para o poder, tornou-se de mais em mais brasileira e oposicionista, tanto a levava a corrente dominante nos espíritos.

Quanto ao exercício dos poderes do Estado, em 1826, a situação do Brasil era, ainda, aquele sultanismo que permitia ao Governo Imperial prender e desterrar a Chapuis, pelas inocentes críticas ao tratado de **reconhecimento**. Era a época em que Barata, duas vezes eleito representante do povo brasileiro – cortes e Constituinte, podia ser deixado nas masmorras da Ilha das Cobras até ser esquecido, enterrado em vida, absolutamente abandonado de qualquer direito. Barata, sumido, esquecido na prisão, podia parecer, já, um inofensivo; mas a república que ele trazia no coração, mantinha-se palpitante nas aspirações dos brasileiros de fé. Nesse mesmo ano – 1829, o governo dos marqueses teve de decretar estado de sítio para Pernambuco, apavorado com a perspectiva de nova revolução republicana, tramada por Thomaz Xavier em combinação com os emigrados, em atividade nos Estados Unidos.

Em 1830, como reflexo geral da época, toma novo alento a propaganda republicana. Aparecem, no Rio de Janeiro e em São Paulo, novos jornais ostensivamente votados a essa propaganda – o **Repúblico**, a **Luz Brasileira**, o **Tribuno**. Havia, então, em todo o país, 53 periódicos, todos ativos na luta política, sendo 43 de

oposição e 11, apenas, ligados ao governo. Todos os republicanos e muitos monarquistas da oposição pediam abertamente a federação, fórmula explícita de reduzir o poder imperial – central... Os **corcundas** tremiam de medo e de irritação; os **moderados**, aproveitando as brechas abertas pela oposição radical, insinuavam-se para as posições e faziam a crítica das pessoas e dos atos, indiferentes a doutrinas, a não ser um vago constitucionalismo, em vista dessa constituição para o gozo do poder moderador, com senado vitalício, num império centralizado. O governo estava já condenado, e essa nova oposição, sobrelevada em sensatez e moderação, agregou todos que não eram dos marqueses, mas queriam que se não alterassem os processos de governo: sensatez, moderação... emolientes, soporíficos, narcóticos... que Evaristo e comparsas opuseram à propaganda republicana, e que deprimiram por longos anos a vida política do Brasil, narcóticos em que a Nação se desfibrou até o ponto de perder o caráter.

Nessa época – 1829-31, para ter fisionomia em face do lusitanismo corcunda, a oposição brasileira orgulhava-se com a qualidade de **republicana**, título de desinteresse, probidade, nacionalismo e democracia. Armitage não tem outra fórmula para caracterizar a situação: “O ministério (em 1829) em consequência da sua política antinacional, via-se sempre em minoria (na Assembleia dos deputados); o partido denunciado como republicano, sempre vencia o governo, e a ele se deviam todas as leis secundárias de que o Brasil tinha de se congratular”.<sup>98</sup> É esse historiador ainda, que, para dar realce ao caráter e às virtudes de Feijó, diz dele: “Tinha qualidades ultra-republicanas...”

Prossegue a luta, e o lusitanismo ululante, estimulado pelo governo imperial, vociferava contra a Assembleia brasileira: “Morrão os deputados republicanos!!!” Republicanos, ou

---

<sup>98</sup> *Op. cit.*, pág. 208.



ultraliberais, eram os brasileiros radicais que davam tom à oposição contra o trono, com isto, acentua-se a divergência para com os moderados... Os mais veementes, e, assim, mais aplaudidos pelo povo, são os jornais intransigentemente antimonárquicos; a revolução anuncia-se nessa intransigência de atitudes. O governo não tem meios nem coragem de tentar qualquer repressão. A ação dos moderados é nitidamente contrária à dos republicanos; mas como a revolução está iminente, e que todos a sentem no ambiente político, esses mesmos moderados vêm ser revolucionários. É quando o imperador procura amparar-se nos mineiros, e que essa mesma viagem a Minas lhe patenteia o absoluto repúdio por parte da nação brasileira. Na volta, já ele reconhece que não tem outra salvação para o bragantismo (na pessoa do filho) senão a abdicação, e decide aceitar o conselho do seu Oliveira Alvares (pág. 113). A estupidez dos únicos partidários seus, de então, os leva para a rua, a pretexto de desafrontá-lo do acintoso descaso dos Mineiros: desencadeia-se a refrega, e Evaristo reconhece chegado o momento de assaltar as posições: servindo-se do brio e da força dos exaltados republicanos, dá de leme para a esquerda, e, amparado no **laço** nacionalista, leva consigo as hostes dos ingênuos revolucionários. Estes dominam prontamente os **varapaus**, assanhados e avalentoados enquanto acreditam ser os senhores, miseravelmente acovardados mal sentem o vigor dos patriotas. Vencido na sua irremediável incapacidade política, o imperador não vê outra alternativa senão voltar aos seus genuínos marqueses: é o ministério Vilela Barbosa, de 5 de abril... No resfolegar da luta, bastara o laço com que Evaristo se disfarçara para nublar os republicanos, que deslumbrados com o triunfo, nem trataram de assegurar a vitória do momento para as tradições democráticas do Brasil. De novo, a crise turbou o bom juízo dos revolucionários, e eles não meditaram no quanto havia de monstruoso – em que um Evaristo, o homem da sensatez moderada, viesse a ser

revolucionário, e que a ele e aos seus comparsas fosse entregue a sorte da revolução reivindicadora da nacionalidade. Em verdade, os **moderados** de 1831 foram, para as necessidades e aspirações brasileiras em que se animara a revolução, piores e mais funestos que os independentistas de 1822 o foram para a verdadeira emancipação e soberania da nação.

### § 18 – A Assembleia de 1826

Toda obra política de efeitos longos e característicos é o resultado e a expressão de um sentimento ativo, estimulante e exigente, na alma da nação. Sem isso, não há valor de estadista ou de dinasta que dê resultados apreciáveis. O gênio de Aníbal podia bastar-lhe para fazer toda uma guerra triunfante, mesmo sem assistência do seu povo em recursos de homens e de dinheiro; mas não lhe deu com que ressuscitasse Cartago, já abandonada de todo sentimento de intransigência nacional. E o fracasso do grande Barca foi ali mesmo, em contestação com o Romano, que pôde chegar ao domínio de todo o mundo mediterrâneo sem ter tido, para isso, nem um grande general, nem um estadista de gênio. A Roma dos secundários Cincinnatus, Scipiões e Metellus, bastou para fazer os destinos excepcionais do povo romano. A primeira e gloriosa afirmação do Brasil, contra o holandês, foi bem um desses casos: a alma de uma nacionalidade, irradiando nos efeitos prolongados e definitivos de uma grande obra. Nem se pode marcar quem começou a reação pernambucana: com o primeiro homem da terra, senhor de engenho, ou singelo mameluco; o primeiro que, voluntário, se apresentou a Mathias de Albuquerque e lhe deu estímulo para erguer barreiras no **Arraial**. André Vidal era quase um criança quando se engajou soldado no Bom Jesus, e a pátria nascente teve energias de resistência para esperar que ele, em dezenove anos de campanha, se elevasse ao mestre de campo



Vidal de Negreiros. O seu nome é o fecho da grande obra; mas, em verdade, a **Insurreição** não é exclusivamente sua, porque não poderia ser expressão de um só ânimo, senão a condensação de muitas vontades, irredutíveis, na focalização de um mesmo fim. Um vivo aspirar de nacionalidade nascente nutria a essas vontades, e os humildes heróis de Tabocas e Guararapes puderam bastar para bater a nação mais poderosa do mundo de então.

Outra vez, encontramos, para uma vitória do Brasil, a expressão da alma da Nação, nas consciências dos lutadores; na campanha que levou ao 7 de Abril, o brio essencial era do povo brasileiro no seu conjunto. Desde o primeiro momento da luta, desde 1826, notadamente, cada um dos combatentes sentia-se como que insuflado, inteiramente possuído, por um estímulo irresistível. Muitos deles eram, apenas, contaminados pelo ânimo de luta, arrastados no entusiasmo do grande número. Assim se explica que, passado o orgasmo do primeiro momento, muitos, sobretudo entre os políticos de profissão, houvessem desarmado, e alguns chegassem a trair o programa de onde vieram. Já o notamos: não fora a Assembleia quem criara a formidável oposição que deu com o primeiro Império por terra; o ânimo de oposição precedeu a instalação da Assembleia dos deputados, e era de toda a nação brasileira. E já foi esse mesmo ânimo que orientou as eleições – para que fossem eleitos todos os antigos deputados das cortes e da Constituinte, já conhecidos como nacionalistas, democratas e liberais. Contudo, apesar da presença deles, a Assembleia de 1926 começou a sua vida timidamente, hesitante, como sem propósito determinado. Dir-se-ia que aqueles brasileiros, em face de uma situação que já era decomposição, voltaram-se para o grande e vivificante ambiente da nacionalidade: sorveram-no fartamente e tomaram-se do mesmo espírito em que a nacionalidade se exaltava, e foram, então, legítimos representantes dela. Um ano depois da eleição, já existia uma assembleia empenhada na



causa do Brasil, em contraste com o trono. Alteiam-se as vozes, ali; manifesta-se a política da maioria da Assembleia; isso, por sua vez, repercutiu sobre o público, e a oposição cresceu de valor: “Os debates da Câmara temporária de 1827 tinham poderosamente excitado os ânimos... Não houve mais no Império quem dali por diante se conservasse neutro ou indiferente na luta partidária...” São palavras do Sr. Pereira da Silva, que adiante dá a razão do entusiasmo, e a súmula dos debates: “Nem uma voz se ouviu (em 1826-30), em favor do governo... Muitos deputados anunciaram opiniões oposicionistas; nem um apareceu em defesa do governo posto que severamente censurado”. É o momento em que até José Clemente tem voz para ataque... Chega o fim da sessão:

... a Assembleia deixou gravadas no ânimo do povo, impressões, profundas e duradouras... O Senado alienara as simpatias pela sua subserviência ao poder... A casa temporária, pelo contrário, adquiria considerável influência no país; seus debates afeiçãoaram-lhe proselitismo e excitaram o entusiasmo... pela pureza das intenções, acrisolado patriotismo, boa-fé e ativíssimo zelo.

Não é de admirar, por conseguinte, que, mesmo por fora da Assembleia, subisse a maré da oposição. Ensaia-se a campanha no crepitar dos espíritos, ardentes em nacionalismo patriótico, contra Pedro I e seus marqueses. De um dia para outro, no Brasil, que até 1826 não conhecera imprensa livre, multiplicam-se os jornais de oposição; sobe de tom a crítica, e cresce o valor da imprensa sobre a opinião: “Muitos desses jornais (oposição) eram exagerados... Contudo, o espírito em que eram escritos agradava ao povo, e a sua influência em todo o Império era prodigiosa” (Armitage). Nessa maré, subiram os homens que foram os deputados apóstolos, de 1826-30. Responderam às ânsias da



nacionalidade injuriada; vibraram e agiram em unísono com a alma da nação. E isto não lhes diminui o valor, antes o acentua, porque o característico da legítima política é essa correspondência com as necessidades gerais, no estímulo dos sentimentos dominantes do grupo nacional. O muito valor daqueles homens vem, justamente, daí: inspiraram-se nos sentimentos nacionais, condensando nas suas consciências as aspirações da comunidade. Não houvesse, depois, a maioria deles, abandonado o caminho por onde subiram, abandonando, com isto o programa de democracia e brasileiro; não houvessem, alguns dos mais representativos e fortes, por inépcia, ou por ambição imediata, traído o ideal em que se engrandeceram, e o Brasil, no surto de energia e de virtude de 1831, teria reconstituído os seus destinos, como o determinavam as suas tradições de 1640-817.

De modo geral, a oposição ativa, do primeiro reinado, foi de grandes brasileiros. Descontem-se, mesmo, as hesitações e incertezas, as puerilidades, os comprometimentos e as rápidas descaídas, até traições reconhecidas: o que resta, no depurar de serviços, ainda é valor excepcional. Depois da **Insurreição Pernambucana** e a conquista dos sertões, a obra da Assembleia de 1826 é a de maior significação nacional. Foi o que remiu em parte a nacionalidade, dos embustes e traições de 1822. Eleita sob um governo despótico e corrupto, a primeira assembleia democrática do Brasil exprimiu a justa reação de um povo que quer ser livre; nenhuma covardia em face do trono, nenhum contato com a corrupção.

Os mesmos que seriam pelo bragantismo mantinham-se recatados. Essa é uma página da nossa história, tão patente no seu valor, que não pode ser desfigurada nem turvada pela pulhice e má fé dos historiadores a serviço da dinastia. Todos eles dão parágrafos e parágrafos a enumerar e louvar os serviços da Assembleia de 1826: foi toda a organização do país para a liberdade. Foram, em sinceridade, os únicos e reais esforços em prol da justiça e da

felicidade comum, ao longo de todo o primeiro reinado, especialmente importante neste sentido – por ser a iniciação da política nacional. E tudo que se fez de bem para o país, vinha como se fora arrancado à má vontade do Governo: “Daí resultou, nota Armitage, um governo olhado com aversão... uma extrema irritabilidade no espírito público”.

É preciso não esquecer que, apesar de todo o abuso de poder em 1823, quando foi conhecida a Constituição de 1824, muitas municipalidades a repeliram, porque lhes repugnou o senado vitalício, assim como a onipotência irresponsável do Poder Moderador – **chave de toda a organização do Império**. O estado dos espíritos era o de gentes excitadas por quatro anos de afrontas e despotismo, exaltados com a perspectiva de um regime de livre soberania nacional. E a Assembleia correspondeu à expectativa. É longa a lista do seu ativo: regulou direitos, preveniu e curou abusos, instituiu serviços; aboliu quanto emprego inútil havia, desde o tempo de D. João VI; criou a justiça popular – dos juízes de paz; descentralizou quanto possível a justiça e a administração; criou a escrituração da **Caixa da Amortização** – para que o Tesouro tivesse indicações precisas nos serviços dos empréstimos; organizou, em regime democrático, a vida das municipalidades (Feijó); garantiu a liberdade de imprensa; deu justos limites ao direito de propriedade, segundo os interesses gerais da comunidade; regulou praticamente os conselhos provinciais; decretou a responsabilidade dos ministros de Estado, e dos demais funcionários; proibiu o engajamento de estrangeiros no exército nacional. Melo Moraes, verificando arquivos e anais, firma-se na convicção: “Nas primeiras legislaturas cuidava-se muito seriamente das coisas nacionais, e o que temos de bom foi feito por elas...”<sup>99</sup> Já sem prestígio, incapaz até para isto, o governo imperial nem mais tentava obstar a

---

<sup>99</sup> *O Brasil Social e Político*.

votação dessas medidas que, em afronta ao seu disfarçado absolutismo, a Assembleia lhe impunha. Uma das mais frisantes, então, foi a lei que organizou a vida municipal, e a que criou os juízes de paz. No ânimo de combatividade daqueles dias, municipalidade e juízes de paz, eleitos na afirmação dos seus direitos, foram vigorosas barreiras às arbitrariedades dos presidentes de províncias, despóticos e mandões. Finalmente, o governo de Pedro I nem pelo veto se opunha aos projetos da Assembleia. E quando o Senado tentou resistir, foi o próprio imperador quem mais depressa cedeu. O governo reconhecia que a nação brasileira estava com os seus deputados, homens que, em tudo, timbravam por mostrar-se representantes de um povo livre. Assim como propunham a responsabilização dos ministros infratores da constituição, criticavam a política financeira, com a coragem de reduzir o orçamento da despesa a 2/3 do que fora pedido. Tiveram, ainda, a coragem de discutir a dotação do soberano, mostrando, sem rodeios, que ela era, relativamente, a mais elevada, dentre os soberanos constitucionais. E agiam seguros do apoio do país, porque eram criaturas com o prestígio – de quem cortara no próprio subsídio.

### § 19 – Incompatibilidade – entre o Império e a nação

Tudo isso, feito contra o governo de Pedro I, teve o efeito de malquistá-lo definitivamente com a nação: a Assembleia de 1826 cortou todos os laços entre o imperador e o Brasil. Não se dizia revolucionária, mas procedia com um tal desassombro, que, reeleita em maioria, esteve pronta a apresentar e discutir um projeto – considerando Pedro I **incapaz de governar o Brasil**. Não era revolucionária, pois que lutava sobretudo pela realidade da constituição, e, no entanto, servia de voz aos que precipitaram a queda do governo imperial. A oposição republicana batia-se abertamente pela federação; era ideia vencedora entre os liberais, mesmo

aqueles que ainda confiavam na monarquia constitucional; isto é, ao lado dos que pediam intransigentemente a república, havia a corrente intermediária – dos que pretendiam resolver a crise com o Império federado. Como todas as soluções de transigência, essa monarquia sobre províncias autônomas seria monstruosa: o Império, com os Braganças, só podia substituir na forma centralizada, expressão do poder imperial sobre a nação. A federação erguia um outro poder, dos governos locais, fórmula de liberdade e de democracia, que tornaria absolutamente dispensável a ossatura férrea da dinastia hereditária. Com isso, porém, a Assembleia, onde se refletiam tais aspirações, e que, condensando-as, lhes dava novo alento; a Assembleia teve a significação de revolucionária. Note-se, ainda, que alguns dos deputados eram francamente republicanos. Por tudo isso, era a propaganda federalista a que mais feria e ofendia os zelos do Império de Pedro I. No vértice da crise – quando buscou o amparo dos mineiros, falando-lhes, lá deixou a nota de inquietação: “...Escrevem sem reboço, e concitam os povos à federação...” O insucesso, patenteado na frieza e no pouco caso com que foi recebido e tratado, firmaram, então, a resolução de abdicar, coisa que, desde há muito, ele, o imperador, admitia como solução única da situação em que se encontrava. Ora, praticamente, quem é que o levou a essa forma de decisão? Quem eram os seus adversários patentes, e com meios de ação capazes de fazê-lo renunciar ao domínio do Brasil?.. A atitude dos mineiros foi o último, cronologicamente, dos motivos da decisão:

... Regressou ao Rio de Janeiro, desabusado, desgostoso, e de ânimo abatido. A frieza e falta de respeito com que foi recebido em toda parte, juntas ao mau êxito que tivera a sua proclamação (aos mineiros), completamente o desengana-ram, de sorte que várias vezes, no decurso da volta, falou na



intenção em que estava de abdicar em favor do filho, e de retirar-se para sempre do Brasil.

Tais são os termos de Armitage, presente no Rio de Janeiro, e que confirmam o êxito definitivo da oposição, condensada na Assembleia dos deputados. Noutra página, esse historiador ainda insiste no fato de que Pedro I já estava disposto, antes de 7 de abril, a **retirar-se**. É quando refere (sublinhando o verbo), que Barbacena, ex-íntimo e sócio do imperador, dissera aos revolucionários: “**Sei** que D. Pedro facilmente será induzido a abdicar...”

Não para simples amostra de erudição, mas para acentuar o valor da ação política desenvolvida na Assembleia dos legítimos representantes do Brasil: torna-se indispensável verificar esse trecho de verdade, porque, posteriormente, os douradores dos Braganças entenderam empanar a vitória de 7 de abril, transformando a confessada derrota e retirada do príncipe estrangeiro em grandeza de alma, e penhor do seu amor a esta pátria. Então, a abdicção teria sido o gesto de magnanimidade de quem se sacrifica para evitar uma luta civil: Othon em face das tropas de Vitellius... É desse teor, entre outros, o biografista Sr. Macedo, e o panegirista Monsenhor Pinto de Campos. O primeiro é o historiador que só conta para elogiar, e para quem todo biografado deve ser um herói. Nessa facilidade de critério, ele investe contra a verdade, contra a própria lógica, e afirma: “... se o imperador quisesse a 6 de abril resistir à revolução, e combatê-la, teria do seu lado pelo menos uma parte dos corpos militares...” Pinto de Campos, constrói a sua história baseando-se num **contaram-me**:

... que o major Luiz de Lima e Silva, referindo ao imperador o estado de indisciplina das tropas, ofereceu-se para debelar a revolução iminente com o **batalhão do imperador** e o corpo de artilharia montada; mas Pedro I repeliu a

oferta, com a afirmação de que não queria, de modo algum, que por sua causa se derramasse sangue brasileiro...

É muita coragem, no ataque à verdade! O corriqueiro na história, até em Pereira da Silva e equivalentes, é que: falhando o último recurso – do apelo a Vergueiro, abandonado por todos, inclusive, e muito explicitamente pelo seu batalhão; atormentado, irritado, fatigado, Pedro I se decidiu a realizar a velha resolução de **último caso**, e escreveu a curta e vazia abdicação, que, em pranto, entregou ao Major Frias. Abreu Lima, caramuru insuspeitíssimo, por isso mesmo tanto se irrita contra o exército revoltado, e vocifera, em referência geral: “... Esse mesmo, que o imperador havia mantido com tamanho prejuízo da sua popularidade, e sobre o qual havia depositado mais confiança do que no povo, estava destinado a traí-lo”. O mesmo conceito, com menos dureza, encontra-se em Armitage: “Uma sedição militar... abandonado por todos...”

Quanto à manifestação de Luiz de Lima, a mentira foi prontamente repelida, por todos os Limas, inclusive o Luiz: orgulharam-se em afirmar-se realizadores do 7 de Abril. Nem se compreende que fosse de outro modo: naquele momento, os muitos Limas estavam, todos, em posições eminentes sobre a guarnição do Rio de Janeiro; a revolução teve a aquiescência ativa de guarnição militar, que a garantiu, para que não pudesse haver nem tentativa de resistência. E tudo isto se fez sob a influência ostensiva da família Lima e Silva. O próprio Luiz de Lima negou o fato que lhe imputavam, pois que a verdade era toda outra. Empenhados em salvar o trono, mesmo evitando o movimento, os moderados mandaram Francisco de Lima a São Cristóvão para obter que o imperador restabelecesse o ministério parlamentar. Repelindo a insinuação, Pedro I, ordenou a remessa de mais dois batalhões para garanti-lo. Foi quando Lima lhe disse a verdade quanto ao espírito da tropa, quase toda já em marcha para o Campo, e ele

caiu no desânimo em que assinou o papel que entregou a Miguel de Frias. Lembremo-nos de que o chefe da família, general comandante das armas de Pedro I, Lima e Silva, foi, desde logo, membro da regência provisória, donde passou para a regência definitiva; ao passo que não se conservavam os companheiros, na regência permanente, ele foi, de fato, o permanente, quando Bráulio e Costa Carvalho desanimaram e abandonaram o posto. Isto é a prova absoluta de que ele fora o chefe militar da revolução. Macedo, ao biografar D. Pedro de Alcântara, julgou legítimo liberalizar-lhe elogios, com sacrifício da verdade; mas, mesmo na sua pena, a realidade transparece, e ele refere fatos e circunstâncias que patenteiam a **decisão de abdicar**, antes de 7 de abril. Baseado em informações da família Lima e Silva, o biografista garante que, depois de já estar à frente das tropas revoltadas, Francisco Lima e Silva, veio a São Cristóvão para **concitar o imperador a que cedesse às exigências do povo e da tropa**. Nessa ocasião, Pedro I disse estar decidido a abdicar; Lima e Silva fez protestos de sentimentos monárquicos, e o imperador lhe entregou a sorte dos filhos... O comandante das armas voltou, então, para o Campo de Sant'Ana. Na biografia de Manuel Antônio Galvão, vem referido um incidente em contraprova disto mesmo:

... homem de consciência sã, incapaz de faltar à verdade, Galvão dizia que indo tomar posse da presidência de Minas, encontrara o imperador, que voltava dessa província, desgostoso e meditabundo, e que este confidencialmente lhe dissera, que estava resolvido a abdicar a coroa imperial do Brasil.

Feijó, com o intenso interesse que dava às coisas políticas, e o grande amor à verdade, não hesita em afirmar:

No Brasil o monarca abdicou espontaneamente, porque os remorsos o ralavam: a opinião pública o abandonou: não viu mais meios de conservar-se; descorçoou, e teve razão. A reunião de 6 de abril no campo de honra apressou talvez somente de alguns dias a abdicação: ela já havia muito estava projetada, segundo afirmam testemunhas auriculares.<sup>100</sup>

O primeiro imperador foi expellido do Brasil; saiu repudiado pela nação, que, ingênua, foi facilmente iludida e traída. Depois, na reação natural, em vista de decepções e cansaço, pode haver um partido restaurador, sem força efetiva, apesar de revigorado no facciosismo dos Andradas. Depois ainda, esse mesmo cansaço, que já era esgotamento e recaída na infecção, com a forma de uma longa depressão, permitiu o segundo reinado. Nada disto, porém, altera a significação de 7 de Abril: foi uma legítima reivindicação nacional. Sem a vitória de então, se Pedro I tivesse levado a termo natural as suas pretensões, o Brasil teria deixado, inteiramente, de ser expressão do seu passado, e não restaria esperança de que ressuscitássemos as tradições de 1817 e 24. Da mesma sorte: se a revolução de 1831 não tivesse sido frustrada; se fosse levada aos seus desenvolvimentos necessários, é de crer que tivéssemos: alcançado os destinos renunciados para a nacionalidade que, nos meados do século XVII, se achava vitoriosa sobre a Holanda, e senhora exuberante dos caminhos para o interior do continente.

## § 20 – O novo malogro

O Brasil, traído em 1822, reagiu num irresistível surto de nacionalidade, e, vibrante nas aspirações de democracia, sustentou

---

100 *Diogo Feijó*, Eugenio Egas, II, 188.

uma luta de quase dez anos, contra as pretensões do bragantismo aqui implantado. Lutou potentemente; triunfou, e esse triunfo veio a ter, finalmente, na caligem torpe do segundo império: Como se explica tão sinistra monstruosidade de desenvolvimento político?

Não será exagerada a expressão **sinistra**, pois que o liquidar da revolução de 1831 teve efeitos tão decisivos na sorte geral da nação, que até nos parecem definitivos. Que é, em suma, esse lodaçal republicano em que se some o Brasil, senão a continuação, agravada, daquela política de apostasias e transigências, que afogou a luz de 7 de abril no **maioridadismo** de julho de 1840? Abjurando ideais, mentindo aos programas, por entre mentiras e embustes, ela passou a ser a política dos exclusivos motivos e interesses pessoais. Vergonhosos, infames, os processos republicanos são, apenas, a acentuação do bragantismo, já sem D. João VI, ou Pedro II. É um bragantismo nu, despojado de quaisquer escrúpulos, sem veios de pudor, nem recatos de probidade pessoal, porque a República afrouxou o ultimo freio de escrúpulos, aliás, já bambó no Império: a honestidade de dinheiros públicos. Chegamos, então, à miséria atual. Note-se, no entanto: essa honestidade de antanho não vinha da política bragantina. Muito pelo contrário, e assim o demonstraremos. A essência de bragantismo, transportado para o Brasil, é aquela corrupção e venalidade comentadas por Armitage, indo até a concussão e a moeda falsa: “É tradição constante, que em uma fábrica de moeda falsa, descoberta em Paraopeba, bem petrechada, era principal interessado um muito próximo parente de D. João V” (distrito diamantino). Barbacena, Gameiro e Lecor deram, desde logo, a amostra dos processos, na administração já brasileira. Em oposição a isso, a política genuinamente nacional, foi, desde o começo, intransigentemente proba e honesta em assunto de dinheiro. Pode-se, mesmo, dizer que assim se caracterizou a reação do Brasil contra a herança governamental.

José Bonifácio, contraste com a escola de Luiz da Cunha e o Conde dos Arcos, foi o prenunciador dessa reação, em que se modelou a conduta dos políticos brasileiros, intrinsecamente severos e honestos, de Feijó, Lino Coutinho... até Floriano, até Prudente de Moraes... até Buarque de Macedo, Cassiano do Nascimento... Foi a fibra que mais resistiu, em meio a corrupção da política imperial. Ligar essa honestidade dos políticos brasileiros à ação de Pedro II, é a maior injúria que se pode fazer a nossa história, sendo, também, a mais deslavada. mentira, porque, na realidade, foi a política do segundo Império que preparou e cultivou a corrupção, cujo último termo é isso de que nos envergonhamos hoje. A República chegou ao **estado de abjeção** ainda com pessoal educado e preparado na vigência do Império. Se, então, houvesse fé, convicções, verdade, princípios de coerência, probidade política, sinceridade e virtudes de atividade pública, é evidente que, nas mesmas gerações, não teríamos a miséria de quinze anos depois. O Império chegara à situação de que o imperador era a mola de tudo, era o único honesto, timbrando em mostrar que, honesto, era o cinto de castidade dos seus políticos. E a vida pública veio à condição de que, faltando o **cinto**, os homens não se conteriam mais, em nada. É uma marcha natural: transigir, dissimular, abjurar, mentir, desprezar princípios e ideais; condescender, humilhar-se, trair; sacrificar a pátria a motivos pessoais... fartar-se e furtar. A grande viagem de decadência se fez sob a cúpula do Império.

A resolução da crise de 1831 degradada na revolução palaciana de 1840, e as subseqüentes infâmias contra os restos de verdadeira democracia, mostram-nos como, finalmente, o espírito do Estado português se implantou no Brasil, e venceu o espírito de brasileiro, em que se fizeram as revoluções de – 1817, 24, 31 37, 42, 48, 89. É fácil compreender o fracasso de então, contanto que se considerem alguns princípios elementares em sociologia, e de que resulta esta verdade: o bragantismo, único regime de governo

conhecido no Brasil até 1831, empestara tanto as camadas superiores e as gentes governantes que, mesmo através de uma revolução, os que chegavam até o governo, infeccionavam-se, desnaturalavam-se, e já não eram mais expressões legítimas das puras necessidades nacionais, nem vozes próprias às suas aspirações. Empeçonhada, a zona dos governantes comunica aos mesmos revolucionários os defeitos que lhe são próprios, e eles deixam, então, de corresponder aos motivos políticos com que venceram, para transformarem-se em monstruosos instrumentos da tradição dirigente em que mergulham. Tal aconteceu com a queda do primeiro Império: no liquidar da situação revolucionária, em vez de ser a nação uma individualidade social a afirmar qualidades que lhe fossem próprias, e reivindicar novos destinos, era um cerco de coxos desconjuntados, para suínos, só empenhados em conservar o sujo do local de que se apossaram. Temerosa de si mesma, a revolução, consagrada na política dos dominantes, era a negação da véspera revolucionária, torpe atentado **conservador** – contra tudo que se prometera à nação; nega-se a solidariedade das tradições nacionais e das aspirações democráticas, foge-se ao que deve ser, e quebra-se definitivamente o surto da regeneração, porque, definidos – exaltados e moderados, o que se segue se reduz a um conflito de acampamento, e que é, ao mesmo tempo, desbarato de energias, contestação de parceiros, empenhados, agora, em suplantarem-se mutuamente. E a nacionalidade teve de lutar contra si mesma. Ora, a nacionalidade é a própria alma de um povo capaz de ser soberano; exprime a tradição em que se orienta, para manter a realidade da sua existência moral. Não é, por conseguinte, coisa abstrata, e que possa ficar esquecida, quando uma sociedade política defende a integridade dos seus interesses.

A nacionalidade, mesmo por entre revoluções, é a legítima continuidade de um povo; nela está a ordem positiva, que é a

ordem ativa, racionalidade na sucessão das crises, identidade dos fins, sucessão dos motivos. Tradição – consciência da nacionalidade – é, para a coletividade, como a consciência lúcida para o indivíduo. Quando a pessoa não chega a reconhecer-se como identidade em desenvolvimento, isso é, como uma pessoa, como uma individualidade moral, isto significa desequilíbrio, quebra da unidade mental. No mundo antigo, onde não havia equilíbrio de nações, também não havia nacionalidades em função: a humanidade eram grupos, conduzidos pelo grande império do momento. Se a vida moderna elevou os conceitos de liberdade e de justiça, é porque colocou os indivíduos em face uns dos outros, em condições de poderem reivindicar a igualdade política, e fez um relativo equilíbrio nos grupos nacionais, de sorte que eles reclamam os **mesmos** direitos de soberania. Na consciência individual, pode haver contraste de tendências; pode haver, mesmo, conflito de motivos; mas a fórmula de síntese se conserva, e cada ação vem a ser, no momento, a expressão de uma resultante, que é o próprio caráter. Tal acontece na atividade de uma nação moderna: cada agitação é uma realidade de desenvolvimento, em ponderação de motivos, que são as correntes sociais; e a política de cada momento é a expressão resultante das verdadeiras solicitações nacionais. Se, por insistentes desvirtuamentos, não se permite que as tendências íntimas da nacionalidade venham a ter expressão, as suas energias essenciais não se expandem, e o povo está condenado a não manter o caráter em que se definiu nacionalmente: terá de desaparecer noutras tradições políticas. Uma nação evolui, como evolui cada pessoa – mantendo a essência de si mesma. Transformam-se os processos e recursos; sucedem-se os motivos para satisfação de **uma** virtualidade; e a evolução se faz como o ajuste entre o gênio nacional e a experiência adquirida. Quaisquer que sejam as diferenças, o francês de hoje é aquele mesmo com quem Luiz XI impôs a França aos aristocratas



que a abafavam; como o inglês é o mesmo com quem os Tudors construíram a nação que pôde resistir à derrota na **Guerra dos cem anos**, sem perder o seu lugar no mundo ocidental. A prova definitiva da realidade de uma nação é ter a sua evolução própria, em relação com as suas tradições.

### § 21 – Revolução deve ser revolução...

Nas atitudes individuais, para ações características, o mais importante vem dos motivos instintivos, profundos. Se há motivos exteriores que obriguem, ou levem, a organizar e conformar as atitudes em oposição com esses motivos íntimos, todo o caráter se desnatura e se perverte. Também as nacionalidades não suportam que as suas solicitações íntimas e necessárias sejam sistematicamente contrariadas por qualquer política ou regime que a elas se oponha. Se o espírito de nacionalidade pôde estimular o Brasil para luta pertinaz e viva, com que abateu o primeiro Império, é porque havia desses motivos profundos e essenciais, na realidade da nação brasileira. Por isso mesmo, a crise de 1831 não se podia reduzir à solução simples e nula que lhe deram. Os verdadeiros revolucionários (**exaltados**, sim, na consciência desses motivos íntimos) não se podiam contentar com o desfecho írrito e antinacional que os moderados lhe deram, ansiosos de fazer da revolução o simples repasto das suas curtas ambições. Qualquer que seja o resultado de uma revolução liberal, há sempre, conduzindo-a, a intuição de uma conquista a realizar, e de uma classe a substituir revolução está frustrada, se os efeitos não correspondem a essa mesma intuição.

Para os fins nacionais, antes a derrota definitiva da revolução, do que o seu desvirtuamento e desprestígio, em mãos de moderados. No caso do Brasil – contra o primeiro Império, os efeitos de **moderação** foram mais do que o malogro de uma revolução:

valeram como o desastre definitivo, no refazer de política nacional e democrática, pelo reinfeccionamento do organismo nacional, que, dificilmente, penosamente, lutava contra uma longa e extensa contaminação. Em 1822, a nação, empenhada em afirmar-se livremente, fora ludibriada, pois que todo o resultado do seu esforço pela independência deu em resultado guardar-se o Estado português, armado numa constituição arranjada em benefício do **poder moderador** e do Senado vitalício, exercício de uma soberania sem contraste, sobre a soberania nacional, num império monstruosamente centralizado. Daí derivara aquela absoluta necessidade de repetir a revolução – para organizar o país democraticamente, no sentido das tradições esboçadas. Nestas condições, se a nova revolução se anula na covardia interesseira e sensata dos **moderados**, o país terá esgotado as energias de renovação.

E foi o que se deu. No Brasil de 1831, como no de 1822, anunciava-se, exigentemente, uma nova ordem de coisas, inassimilável à antiga, e que, para corresponder legítima e sinceramente às aspirações e necessidades nacionais, tinha que se substituir completamente à ordem anterior, eliminando todos os seus fatores. No entanto, não foi o que se fez em 1822, nem, tampouco, em 1831... E, com a agravante, agora, de que o movimento iniciado em 1824, explícito em 1826, culminante em 1831, trazia motivos longamente meditados nas consciências, aspirações já radicadas nos espíritos dos revolucionários, em vista de uma repetida experiência. Daí, esse ímpeto seguro, que não podia ser abafado em moderatismo, sem que toda a obra da revolução se ressentisse. De 1826 em diante, a campanha contra o Império foi uma enchente – de ardor, crença, fé, expansão sentimental, exaltação confiante e juvenil... Sobre esse referver salutar e depurador, os grandes **moderados** de 1831 se puseram como um tampo: produziram-se, desde logo, as inevitáveis explosões, que, sendo dos vencedores da véspera contra companheiros de campanha, mais enfraquecia

a uns e outros, sem meios de ser uma vitória decisiva. Repetem-se os ímpetos dos **exaltados**, já estramalhados, e que não são facilmente dominados: os vencidos se desmoralizam na derrota; os vencedores se pervertem no uso do poder, e, com isso, derramam-se as desilusões, multiplicam-se os ódios, em proveito, exclusivamente, da reação conservadora, os incorrigíveis instrumentos do bragantismo – os Paranaguá, José Clemente, Calmon, Araújo Lima... Não tarda que com eles se confundam muitos dos lutadores da véspera, almas fortes, mas destituídas de escrúpulos, sem ideais, escravos da ambição rasteira de mando. São os Vasconcelos e os Hermeto, que dão os novos conservadores, agravação do moderatismo, para que neles se constitua a futura política – segundo Império, despejada de preocupações de civismo, e que só não é nula para a nação, porque se converte num amortalhamento em misérias. Lemos os cronistas e comentadores, que foram dos próprios dias, e a nota dominante, neles, qualquer que seja o seu sabor político, é a de uma degradação absoluta das gentes, no universal abandono de convicções, e, mesmo, de princípios confessáveis, se se comparam aos processos e os motivos que conduziram a política de 1829 a 37... As páginas de história, mesmo nos que mais chegam às honras e aos proveitos do trono – Varnhagem, Macedo, Pereira da Silva, Moreira Azevedo... são, em todos eles, o reflexo de uma parábola: a nacionalidade que se desprende em surto de gloriosos destinos, alcançando eliminar o que lhe parecia a dificuldade máxima, inclina-se e cai, na confusão inglória e desbriada – dos celebrados dois partidos do segundo Império. Todas essas penas, que se faziam imprimir na maior pujança de Pedro II, são obrigadas a multiplicar as jeremiadas, quando reclamam o brio, o desinteresse, o tom de ação honesta e convencida dos homens de 1826-32... implicando, as mesmas lamúrias, uma comparação deprimente com as chatezas e os aviltamentos, do mundo em que eles, historiadores, viviam.

De fato, a convicção, o vigor e a intransigência, com que se faziam as reivindicações contra o primeiro Império, eram de um movimento genuinamente nacional e popular, arrastando a sociedade inteira, inclusive os trôpegos bacharéis de Coimbra, candidatos à política da nação. Era um movimento que dizia com a vida completa da sociedade nacional – sentimentos, instituições, costumes, pensamento... Os homens representativos, mesmo alguns que já pertenciam à camada de dirigentes, eram ânimos que ainda refletiam a alma da nação, e tanto se distinguiam dos figurantes da política imperial que, parecia, não haveria, nunca, encontro de ação entre uns e outros: os democratas de 1827, e os marqueses – esturricados, ou fofos, sem ideias, sem brasileiro e sem coração para a justiça. Deste modo se explica que a crise de eliminação fosse como o fácil e simples efeito de um drástico, e que a Nação inteira concorresse para esse efeito. No entanto, foi um mal a facilidade e a presteza com que o imperador se deixou expelir: afigurou-se aos ingênuos (para exploração dos velhacos) que tudo estava feito com a simples dejeção. Ora, isto era o mínimo; era apenas o começo.

Admitir que bastasse o afastamento do príncipe, era fazer o próprio jogo dele, que, verificando a situação, reconhecera a necessidade de, mais uma vez, transigir, a fim de salvar o regime – na sua dinastia. E ele transigiu em 1831, como em 1821. Então, transigira – ficando; agora, transigia – partindo. Desta sorte, a obra da revolução, para atender os reclamos do país iludido em 1822, tinha de ser a reforma dos programas e das instituições, com a substituição completa das gentes, indo-se à República, essência das tradições nacionais. Guardara-se o príncipe, em 1822, para facilitar a Independência; mas, uma vez que ele próprio reconhecia impossível a soberania brasileira com o regime que então se criara, era esse regime que se devia afastar. O critério lógico e justo, para solução da crise, era o dos renitentes revolucionários,

a insistir em que a revolução fora frustrada e estava incompleta. Para eles, não era o aventureiro coroado o objeto atacado, mas o Estado português, que com ele se implantara no país, e que só podia ser eliminado com a adoção do regime democrático republicano. A revolução de 1831 vinha fazer o que a de 1822 não fizera: vinha curar o mal que a independência agravara. No momento, nada se obtivera contra os botes das ambições mesquinhas de uns, e o emperramento de outros. Na covardia do grande número, os mais trêfegos e mais destemidos dentre os **moderados**, no seu acanalhamento, impuseram a sua vontade ao partido, e, em 1832, já era patente que a revolução fora frustrada. Frustrada, sim, porque não havia, razoavelmente, nada a conservar, nem do regime, nem da gente, em que se organizara o bragantismo de 1823-24. É histórico: o Brasil esteve em crise desde o ataque do embusteiro à Assembleia Constituinte. Desse ataque saiu a constituição que anulava a nação para a liberdade; é lógico que o essencial, no ataque ao Império, era eliminar a constituição dos marqueses, A situação resultante dessa oposição intransigente – de dez anos, e que vencera em 1831, era nimamente, excepcionalmente, salutarmente revolucionária: exigia, pela natureza mesmo das causas, um novo equilíbrio político, em que se eliminasse o bragantismo. Não foi assim: o governo teve que voltar aos restos dos marqueses da de Santos, continuado nos outros marqueses e viscondes, e o Brasil teve que continuar a pregar e pedir revolução.

## CAPÍTULO III

### O NOVO MALOGRO

#### § 22 – A insânia da sensatez

Mesmo sinceros, os moderados nada compreenderam do momento nacional em que intervieram, nem tiveram consciência dos seus deveres. Prontamente venceu a revolução; entraram para ela os mais ambiciosos dos oposicionistas, que já se achavam na função de dirigentes, e trataram de fruir imediatamente a vitória sem esquecer de confundir a nação com as suas pessoas. Consideraram que tudo se resolvera com a retirada do insignificante imperador, que nem soubera lutar, e reduziram o movimento a uma simples crise de ministério a ser substituído. Ora, as condições eram muito mais graves, e de significação infinitamente mais extensa: havia a premência de motivos que vinham de longe, com força para determinar uma verdadeira revolução. Era já uma avançada que se não podia suspender, ou desviar dos resultados lógicos, sem anular energias essenciais no soerguimento da nação. No entanto, começaram, esses oportunistas, na hora mesma em que alcançaram o poder, com o gesto de suspender o movimento de avançada; então, daí por diante, toda a sua política se fez no esforço de conter a revolução que apenas irrompia. Sentaram-se no governo e, ao Brasil, que fremente pedia a verdadeira realização nacional, eles fecharam todo o horizonte com os reclamos de **calma**, dando, em vez de um programa de ação, panegíricos da **ordem**.

Quando, a uma nação que pede reformas radicais, a vitória política se anuncia em promessas de ordem, isto equivale a renegar

a essência mesma do movimento, e desistir de toda transformação, em troca da posse do poder. Ora, o movimento vitorioso a 7 de abril fazia-se em nome de uma soberania nacional e democrática, que o Brasil pedia desde 1821, e jamais obtivera. Organização nacional decidida a subsistir, esta pátria era explicitamente uma complexidade de interesses solidários; se o momento político foi tal que esses interesses se concentraram, todos, em combater ostensivamente o regime governamental e a respectiva política, é que havia no Império, instituído em 1822-23-24, vícios essenciais em formal oposição com a vida mesma da nação; a crise não podia ficar em terço, ou em décimo, de solução...

Esse foi o quarto grande desastre, o maior deles, esforço do Brasil para ser brasileiroamente livre: imigração do Estado português, derrota de 1817, independência com o Bragança, revolução de 7 de abril empolgada pelos moderados. A vitória realizadora, numa revolução, depende de serem compreendidas as energias brutais que se desprendem da agitação aparentemente cega, pôr-se a par delas, controlá-las e ajustá-las. Chama-se a isto **conduzir a revolução**; mas, para tanto, é mister não na temer; deixar que ela se manifeste e se expanda. É o mesmo processo do bom educador, para com a criança cuja índole quer conhecer, para bem aproveitar os seus pendores naturais. Lembremo-nos de que a condição do momento era tal, nesse abril de 1831, que, nota Armitage: “Os insultos dos portugueses a Evaristo da Veiga deram-lhe popularidade acima do que era de esperar...”. É o mesmo historiador que aponta como defeito supremo do imperante deposto – o **nunca ter sido brasileiro**. Com tudo isso, demonstra-se que havia motivos profundos e desenvolvidos para essa formal oposição – brasileiro-português. O partido português definia-se como conservador e reacionário; o brasileiro, liberal-democrata. O Império era combatido explicitamente por ser expressão do portuguesismo, em vista do partido que ostensivamente o defendia. Aí está a significação concreta dos motivos que opunham – brasileiro e português.

No Império se fundiam, para os brasileiros, os dois tradicionais inimigos da sua liberdade, e o português era execrado, não tanto pela sua nacionalidade, como por ser o ostensivo sustentáculo do regime imperial. Por isso mesmo, desde os primeiros dias da oposição a Pedro I, houve uma intensa e forte propaganda pela república; houve, mesmo, conspiradores, e dos mais eficientes, que, explicitamente, tramavam a eliminação da monarquia – como condição de liberdade para a nação brasileira.

Desta sorte, se houvera, nos **moderados**, qualquer mediana capacidade política, assistida de sinceridade, eles teriam compreendido que a solução da crise estava no sentido das aspirações em que se **exaltavam** os nacionalistas, e, nunca, em procurar contê-los, dominá-los e anulá-los... Infelizmente, na falta de verdadeiros dons, os oportunistas de 1831 exploraram a sensatez: aproveitaram as posições em que se achavam empoleirados; enfronharam-se cada vez mais em **moderação**, e dela fizeram o balão em que se mantiveram elevados contra os verdadeiros democratas. É bem de ver que uma reforma legitimamente liberal, em que se remisse o Brasil maculado pelo bragantismo; isto era incompatível com a crosta de sensatez de que os moderados fizeram o seu mérito. Havia, entre eles, democratas de essência, um Ferreira França, que propôs, como deputado, a federação e o estado leigo; havia quem estivesse pronto a apresentar projeto declarando Pedro I incapaz de governar... Mas a crosta da sensatez nula em compostura vazia teve como efeito imediato deixar subsistir o influxo dos José Clemente e Vilela Barbosa, que, completados pelos Araújo Lima, Calmon e Hermeto, conseguiram suplantar todos os avanços do Brasil – para a liberdade e a democracia. Sendo de agitação revolucionária, aqueles dias foram, no entanto, o triunfo do bronquismo estéril, em que a solenidade dos modos e a sensatez das falas encobriam a covardia das atitudes e a nulidade das ideias.

Armitage enfileira Evaristo com os revolucionários conspiradores, mas o Sr. Pereira da Silva afirma que, mesmo quando a



revolução já gritava no Campo de Sant’Ana, “Evaristo, Carneiro Leão e Paim propuseram que se resistisse à revolução, porque da sua vitória resultariam a queda do imperador, a ruína das instituições... Alguns declararam-se resolutamente pelo movimento em marcha iniciado, ansiosos de expelir D. Pedro do solo brasileiro, como português que era, e não tardaram em retirar-se da reunião, dirigindo-se para o Campo de Sant’Ana... Os que se conservaram, assentaram em colocar-se a sua frente, para encaminhá-lo no sentido de salvar as instituições (o Império dos marqueses)... No Campo, uns queriam marchar contra os paços de São Cristóvão, e arrancar a coroa ao imperador, e falavam num império federativo; outros, mais adiantados, apregoavam, já, a necessidade de uma república”. Estas linhas, que resumem o noticiário da época, demonstram que o movimento não foi obra dos parlamentares, em conciliábulo, apenas, quando a revolução popular já estrugia na praça pública; que, mesmo dentre os parlamentares, havia quem fosse pela revolução completa – até a república; que o creme dos moderados – Evaristos, Hermetos e Pains, só vieram para revolução no intuito explícito de salvar o Império, aproveitando-a quanto possível como vantagens pessoais... Armitage, bem informado, confirma esse resumo. Estava indeciso o clube dos conspiradores – Valongo, chácara de França Leite – se, “no caso de cair D. Pedro, deveria instaurar-se a república, se a monarquia constitucional.<sup>101</sup> Venceu este último alvitre, e que consistiu em, deposto o imperante, substituído por uma regência, substituir-se o ministério de 5 de abril pelo que havia sido demitido; isto é, transformaram uma convulsão triunfante numa acomodação de sisudos, acovardados em face do futuro, Trinta anos depois, **O Constitucional** ainda abafa a revolução em sensatez: “Em 31, o Império, prestes a descambar, foi salvo por um milagre, à beira do abismo...”

---

101 *Op. cit.*, pág. 216.



Os historiadores de profissão, a serviço do Império, foram unânimes em acentuar que senhores do poder, os moderados deram todo o seu melhor esforço em impedir que a revolução fosse ter ao seu desfecho lógico. O partido moderado, diz um Macedo, “não abusou da vitória: com os maiores esforços conseguiu debelar facções e manter o sistema monárquico... A nobre abnegação do primeiro imperador; a gloriosa e nobre dedicação do partido liberal, puderam salvar a monarquia...” À parte **glórias** e **nobrezas**, ainda há muito que deduzir desse ativo: o partido liberal dos Hermeto e Evaristo desfrutou a vitória; mas a energia para a conquista dela, essa, foi bem mais dilatada, e profunda, e eficaz, do que o que eles poderiam dar: a batalha foi ganha pela nação. Um Sr. Moreira Azevedo é mais elucidativo, ainda:

... uma revolução tão importante... produziu grande abalo; agitaram-se os espíritos, excitaram-se as paixões e revolucionaram-se os ânimos. Acharam-se, em pouco tempo, divididos os vencedores de 7 de abril, formando dois partidos, o exaltado e o moderado. Assumira este o poder, sustentado pela grande maioria da Câmara dos deputados... Desejava o partido moderado que as reformas fossem operadas lentamente, pelos meios legais...

Em verdade, raramente se encontrará mais profunda injúria ao bom senso que esse programa – da gente que se valorizava pela sensatez... Avançaram e alcançaram o poder na vaga de uma revolução, e, uma vez empoleirados, fortificaram-se – a exigir que os intuitos da revolução se realizassem legalmente... E, por isso, o mesmo Moreira Azevedo não mede elogios aos homens da moderação, ordem, legalidade... Na conjuntura, a política dos moderados se aquilata pelo proceder para com o velho democrata e patriota Cipriano Barata. Logo na primeira proclamação da





regência provisória, pela pena **emoliente** de Evaristo, lá vem o jato flácido e resfriante: “... devemos temer de nós mesmos, do nosso entusiasmo, do amor pela liberdade...” E haja: “... moderação depois da vitória... Sejamos amigos da ordem... a lei começa a reinar... esperem tudo das autoridades que a exercem...” As mais falas que se sucedem são apenas outras tantas glosas dos motivos – moderação, legalidade, ordem, paciência, autoridade... Esse empenho em moderar as aspirações e legalizar a revolução teve, necessariamente, o efeito de provocar censuras... logo seguidas de manifestações impacientes: eram revolucionários vitoriosos, depois de uma longa campanha, que traziam um programa novo – de liberdade, democracia e justiça, e a quem se respondia com sensatez e longas objurgatórias contra essas mesmas aspirações, Os historiadores insuspeitos pelo porfiado bragantismo, canonizando o moderatismo, não acham outros elogios: “... um governo regencial provisório de três **varões respeitáveis** e uma proclamação dirigida ao povo no sentido de serenar os ânimos, e reprimir as paixões e arrebatamentos exaltados, que deveriam necessariamente derivar-se do evento extraordinário...” Esta é a primeira constatação, da primeira página, do livro do Sr. Pereira da Silva – **De 1831 a 1840**. Sente-se bem que o intuito do historiante é sublimar o que lhe parece mérito. Por isso acentua a qualidade – **varões respeitáveis**, pois que pela sua curta visão não passa o reparo de que **varões respeitáveis** não realizam obra **revolucionária**. Depois disto, como esperar que o historiador da **Fundação** compreenda o erro de reprimirem-se “**movimentos que necessariamente derivam-se...**” E seguem-se duas linhas, que formam o melhor comentário do caso: “Os ministros trataram de publicar, urgentemente, as providências apropriadas para repor a sociedade no seu estado **normal**, como se um grande choque moral e material não lhe houvesse abalado os alicerces...” Por desgraça do Brasil, os moderados repuseram as coisas, tanto



que, antes de dez anos, tudo estava pior do que nos dias de Pedro I. Nem podia ser de outra forma: um ano depois da vitória de 7 de abril, o moderado Bernardo de Vasconcelos perorava: “Convém, sobretudo, **dar garantias** perfeitas à **ordem pública** e extinguir o **espírito revolucionário...**” As garantias foram dadas, o espírito revolucionário se extinguiu, e o mesmo Bernardo de Vasconcelos pôde orgulhar-se de haver feito o **regresso...** Aos indiferentes, a situação se simbolizará na clássica imagem – **patos chocaram ovos de águia, e abafaram os recém-nascidos apenas os reconheceram... facciosos, anárquicos, desordeiros... sob as asas dos patos.**<sup>102</sup>

As páginas transcritas, com toda a sua pesada autoridade, patenteiam que, a 7 de abril, os moderados teriam impedido a revolução, se o pudessem, e só entraram nela para frená-la, aproveitar as posições, e reduzir as reformas necessárias ao mínimo, ou a nada. A parte viva da nação, vibrante e intransigente, reclamou vivamente, em repetidas manifestações, bem populares nos históricos **farroupilhas**, manifestações que foram outras tantas tentativas de realizar a revolução vencedora. A isto, grasnaram os patos, tachando o momento de **motim, facção, desordem, anarquia...** ao mesmo tempo que tratavam de passar a caudal da revolução para as botijas do parlamentarismo, ainda incerto e já serôdio. Em face à caudal que se derramava, Vasconcelos, já trôpego nas suas pernas de tabético, bradava o monstruoso – **É preciso extinguir o espírito revolucionário...** Fora possível fazê-lo, sem extinguir, também, na política brasileira, toda a capacidade de orientar-se por princípios, e de mover-se para ideais?..

---

102 Natural, necessário, popular... aqueles movimentos pós 7 de abril se caracterizavam pela espontaneidade: “Não há direção no movimento, ele sai dos quartéis acendido pela paixão de uma coisa que ferve em muitos corações, mas não é orientado e prevenido...” O general que atacou os farroupilhas foi o mesmo “Manoel de Moraes, o mesmo que servira a D. Pedro para fechar a Constituinte de 1823”. (Gonzaga Duque, *Revoluções Brasileiras*, pág. 150).





Como falar de **legalidade** e **ordem** naquele momento?... Os próprios historiadores votados ao moderatismo no-lo demonstram: “... havia ansiedade por essas reformas – abolição da vitaliciedade do Senado e do conselho de Estado; o regime federativo, a difusão do ensino... até a separação da Igreja do Estado... até a extinção da monarquia...” Tudo isto tinha sido objeto de projetos. Havia “amor febricitante da liberdade”, continua esse historiador: “Apesar da energia do ministro da justiça... para prevenir e refrear sedições e tumultos, havia exasperação demasiada nos espíritos, impaciência rancorosa nas classes mais ínfimas do povo...”. Como não ser assim, se uma das **medidas de ordem** foi a prisão dos jornalistas radicais, de que resultou fecharem-se os jornais republicanos? É da mesma página:<sup>103</sup>

Exasperou-se o partido exaltado... e entendeu que cumpria repetir a revolução de 7 de abril, que mais feito seu fora do que do moderado, que o monopolizara em proveito seu. Não se acalmara o partido exaltado com a adoção de reformas constitucionais pela Câmara dos deputados; considerava traída a causa da liberdade logo que ficara a sua promulgação sujeita definitivamente à legislatura vindoura...

Isto é, as reformas reclamadas ficaram sujeitas à aquiescência do senado dos marqueses, que, sem reservas, as condenou, e anulou, assim, todo o esforço da revolução. Destarte, justificam-se plenamente os movimentos dos radicais, de 1831-32, empenhados em dar realidade ao 7 de Abril.

Os moderados não deram satisfação aos reclamos da nação; a derrota e o esmagamento dos exaltados reverteu em vitória

---

103 “Sendo preso (em 1832) um jornalista republicano, o redator da *Matraca*, os demais órgãos republicanos fecham as oficinas com temor das perseguições”. (Gonzaga Duque, *op. cit.*, pág. 156).

para o senado dos marqueses, e, sendo o sacrifício da democracia brasileira, foi, ao mesmo tempo, o definitivo aviltamento da atividade parlamentar, convertida em suja politicagem. A coisa vai, de pronto, a um tal estado de degradação, que um pobre de ideais, como o mesmo homem da **Fundação**, não pode contemplar a política vencedora e dominante nos dias subsequentes, sem lembrar, saudoso de luz, os dias salubres – de 1827, 28, 29, 30, 31, 32. “... em que havia **luta de ideais**, incitação de amor pela liberdade... em oposição ao – **desmantelo dos partidos em** 1834... pouco mais de três anos haviam decorrido, e já, todavia, não se viam as mesmas paixões, os mesmos entusiasmos... Lutara-se, na primeira fase, com o ardor juvenil e pujante que incitam as ideias...”<sup>104</sup> Foi bem o triunfo dos patos. Era tudo isto, de fato, o que havia; e, à nação, assim exaltada e anelante, apegaram-se as lesmas da moderação, iludindo-a com as promessas de reformas que não podiam, ou não queriam fazer. Iludiam-se a si mesmo, os mais honestos, julgando-se capazes de, numa crise revolucionária, mas em contrário à revolução, com as peias dos processos parlamentares, realizar aquilo mesmo que levara a nação a apelar para a revolução. **Anárquicos, facciosos**... os radicais de 1831-32: mas, que pretendiam eles? É ainda o Sr. Pereira da Silva quem o assinala: “Pretenderam, os **mais saturados de radicalismo**, que o povo promovesse por si as reformas das instituições, caso as desejasse alcançar, porque dificilmente, e só incompletas, as decretariam as câmaras, formadas, a do senado de espírito retrógrados, e a dos deputados de membros ainda eleitos sob o regime antecedente... A obra da revolução não se podia cifrar no fato da simples mudança de imperador. Não podia o povo continuar sujeito à constituição outorgada, como presente de senhor a escravo; carecia de proclamar outras, que fossem obra de novos mandatários, eleitos

---

104 (De 1831 a 1840, págs. 33, 35, 37, 149 e 153).

especialmente fossem fazê-las”. Para exaltados revolucionários não poderia haver linguagem mais justa, nem mais ponderada. Mas os moderados, que já eram, todos – deputados, e estavam no poder, não quiseram abrir mão da posição em que se encontravam, nem correr os riscos de uma eleição, em que se elegeriam muitos dos exaltados, até então propagandistas livres. E opuseram-se aos intuitos dos adversários com todo o peso do respectivo moderatismo: “Sustentavam, os mais prudentes, que tudo se conseguiria, legalmente, das câmaras que funcionavam, independentemente de novas eleições sem ser preciso sair fora da lei...”<sup>105</sup> Ora, a Nação sabia, sabiam-no os moderados – que uma dessas câmaras, o senado, nunca daria as reformas pedidas, uma das quais era a extinção da sua vitaliciedade... E foi com esse critério que, através dos Araújo Lima, Hermeto, Rodrigues Torres e Calmons, se resolveu uma crise decisiva na organização do Brasil soberano. O povo que aclamara o imperador, e, numa revolução, depusera a esse soberano, obrigando-o a abdicar, não podia, no mesmo movimento – depor as câmaras declarando-as dissolvidas, a eleger outras, que, na inspiração do momento, viesse realizar concretamente a obra da revolução!... Seria **sair fora da lei**... como se ele o povo, não houvesse começado – por sair da lei... É tanta a incongruência que a estupidez, só, não basta para justificá-la: devemos contar com a má-fé, também.

### § 23 – Moderados: conservadores; exaltados: republicanos...

Os moderados insistiam em que as reformas exigidas pelos revolucionários fossem feitas **legalmente**... E como procediam?... “Na Câmara dos deputados, uma ou outra voz se ouvia, pedindo reformas imediatas na constituição, para que cessasse o

---

<sup>105</sup> Pereira da Silva, *De 1831 a 1840*. cap. I.

descontentamento público; alguns oradores declararam, porém, que se deviam primeiro que tudo votar as medidas salvadoras contra os facciosos...”<sup>106</sup> Aí está: escamotearam a revolução, e atendiam ao descontentamento público, com medidas de garrote contra os exaltados, ao mesmo tempo que os infamavam tratando-os de **facciosos** e **desordeiros**. Não tinham coragem de proclamar-se contra as reformas exigidas pela nação, mas limitavam-se a contemporar, confiantes de que o senado dos marqueses jamais concordaria com elas.<sup>107</sup> O projeto de reforma da constituição, adotado pela Câmara dos deputados, consigna as modificações mais reclamadas; foi enviado ao Senado somente em outubro de 1831, e, ali, foi rejeitado em todas as suas disposições substanciais. O projeto preparado (veremos depois) por ocasião do projetado golpe de Estado, de julho de 1832, consigna essas mesmas reformas...<sup>108</sup> Mas tudo se frustrou, porque poucos sinceros e liberais, entre os moderados, estavam inteiramente inibidos pelo mesmo moderatismo. Eram os Feijó, Vergueiro, Lino Coutinho, Martiniano de Alencar... tão empenhados em dar à nação as reformas reclamadas, como em apresentarem-se escoimados da pecha de exaltados e radicais... Pretendiam, antes de tudo, a qualidade de homens de governo, mantenedores da ordem... Daí, o tom veemente e os excessos da luta entre eles e os exaltados, quando não os separava, aparentemente, nenhum programa de ideias. Por isso mesmo, na organização dos esforços, uns e outros organizaram-se em sociedades políticas privadas: os moderados, na sua **Sociedade Defensora da Independência**, os exaltados no seu **Club Federal**. Apesar do vazio do primeiro dos títulos, são,

---

106 Ibidem, caps. I, II, III.

107 Bernardo de Vasconcelos confessou, em 1839, que era contra as reformas; transigiu porque era preciso...

108 A reforma preparada para o golpe de Estado trazia como título – *Constituição reformada segundo os votos e as necessidades da nação*.



ambos, nimiamente expressivos: os moderados, instintivamente conservadores, apegavam-se, assim, ao que estava feito, e que eles defendiam como se fora em proveito próprio; os outros pediam, desde logo, uma reforma radical – a federação, e, tanto vale dizer – a república.

É indispensável insistir, ainda, nesses pormenores das lutas de então, porque daí vai sair o quebrantamento do espírito público, e a subsequente degradação da política, do Brasil soberano. Uma nação não pode ser contrariada nas suas aspirações mais vivas, como aconteceu ao Brasil de 1831, sofrendo formalmente no desenvolvimento das suas tradições essenciais, sem que se lhe suplantem as suas energias primeiras, gastas em desilusões, sem que se lhe desnature o caráter, abatido, diluído em covardia, indiferença, ceticismo... Contudo, antes de se deixar anular, a fração radical e exaltada, de 1831-34, deu repetidos esforços, sempre empenhada em realizar um regime democraticamente brasileiro. Os seus últimos espasmos, estorcer de membros distantes, vão até 1942... 48... Vimos que a luta contra o Império foi aberta, desde logo, pelos que falavam em nome de ideais republicanos e federalistas. Numa política representada exclusivamente pelos brasileiros de D. João XI, abatidos os Andradas, reduzidos os **liberais** de Ledo à pura expressão – José Clemente, parecia a nação brasileira abandonada de todo ideal, no sentido das tradições de 1817. É quando, incontinenti, ressurge Pernambuco. Foi vencida a **Confederação do Equador**, mas estava dado o alarma, e o sangue dos seus vinte e cinco mártires descolou completamente o Império de Pedro I. Assim como o **tratado de reconhecimento**, a ferocidade contra os patriotas pernambucanos deu as razões para o primeiro ataque, a que se seguiram outros, que não mais cessaram. E quando veio a Assembleia de 1826, já achou a nação acesa contra o bragantismo. Por isso mesmo, encontrando-a com uma ação política encaminhada, ostensiva e vigorosa pelo apoio da opinião nacional, os

futuros moderados foram para ela; por isso mesmo, o primeiro golpe desses moderados foi contra os antigos companheiros que lhes tinham dado a vitória, esses exaltados, praticamente propagandistas da eliminação do Império. Apesar disto, em 1831-32, ainda são eles os mais potentes sobre a opinião pública. Tinham, só no Rio de Janeiro, além do seu clube, os jornais: **Luz Brasileira, Exaltado, Jurujuba, a Bússola**; em Pernambuco: a **Sentinela, o Eco da Liberdade**; na Bahia, o **Observador**... Como nomes, destacam-se, constantes na ação: os França, da Bahia, May, na imprensa do Rio de Janeiro, Castro Alves, Paes de Andrade, Borges da Fonseca, Frias de Vasconcelos e o irmão... Essas criaturas, conduzindo as ondas de sinceros revolucionários, levantaram o pendão das reivindicações nacionais, e só o deixaram cair quando já não havia motivo para esperança e ilusões. Desde que reconheceram o logro, de que fora vítima a nação colhida pelos moderados, tentaram obrigá-los a cumprir as promessas de revolução. Note-se bem: os repetidos levantes, dos dois primeiros anos da Regência, não foram, como noutras partes da América Latina, golpes de caudilhagem para galgar o poder, mas movimentos armados para completar a revolução, e dar verdade às palavras com que haviam levado a nação a revoltar-se contra o Império.

O primeiro movimento sério dos exaltados é logo a 15 de julho de 1831. Vejamo-lo, nas próprias palavras dos endeusadores dos moderados, quanto era ele lógico e necessário:

... por entre bastas mangas de revoltados se fazia uma representação à assembleia geral dos representantes da nação, exigindo a demissão dos ministros de Estado (que haviam sido ministros de Pedro I), a promulgação imediata de reformas constitucionais no sentido francamente liberal (que Feijó quis fazer com o golpe de Estado de 2 de julho); suspensão dos funcionários de categoria elevada nascidos

em Portugal, a deportação de cerca de cem cidadãos, per-  
tencentes ao... e ao senado... e a proibição de emigração  
portuguesa por espaço de dez anos... A representação fora  
remetida à Regência para ser presente à assembleia geral,  
coberta de mais de quinhentas assinaturas.<sup>109</sup>

Não poderia haver amotinados e desordeiros mais mansos e  
legalistas que esses. Que é que há de insólito nos seus reclamos? O  
afastamento dos agentes do lusitanismo? Mas Drumond, genuíno  
brasileiro de D. João VI, já havia notado: “nas crises reais, o ins-  
tinto nacional aponta ao brasileiro o português como causa dos  
seus desastres...” (**Anotações**). Por isso mesmo, entre 1823 – 1832  
– 1848, era esse o motivo constante nas reivindicações nacionais...  
E continua a história: vai a representação à Câmara:

... Evaristo e Honório Hermeto a estigmatizaram no  
fundo e na forma, e proclamaram indigna... Os revoltosos  
tinham que entregar-se ao merecido castigo. Muitos depu-  
tados e senadores abundaram em idênticos pensamentos...  
Aprovou-se uma proposta declarando que se não atendia à  
representação... um manifesto aos revoltados... que só eram  
dignos da liberdade os que em paz usavam dos seus direitos,  
não cometiam perturbações da ordem pública e nem pre-  
tendiam violentar os legítimos representantes da nação.<sup>110</sup>

Tais os sentimentos, tal a linguagem, três meses depois, nos  
mesmos homens que se apossaram do governo em virtude da de-  
sordem suprema – a coação sobre o chefe da nação!... Nesse dia, es-  
tava liquidada a revolução: seria preciso refazê-la, precatadamente,

109 Pereira da Silva, *De 1831 a 1840*, pág. 24.

110 Pereira da Silva *De 1831 a 1840*, pág. 25.

numa rigorosa triagem de gentes, para evitar futuros desastres. Não o entenderam assim os ingênuos exaltados, e dissiparam todas as forças em repetir tentativas imediatas. Já os adversários ostensivos da liberdade – o senado e mais restauradores – tinham compreendido a situação, e trataram de arregimentar forças, para dar o combate formal aos desfrutadores do poder; manifestam-se os caramurus, e Pinto Madeira, absolutista da escola e da amizade de Andréa, rebela-se francamente.

Em face dos restauradores em ação, ainda Evaristo tem ênfase para declamar contra as reivindicações populares, vilipendiando-as como – **despotismo em mãos de muitos...** E como a vitória ficou para esses moderados e oportunistas, os historiadores do segundo Império, que os continuam, cantam-lhes os méritos e consagram-lhes os **serviços**. Mais indiferente à verdade e ao bom senso do que o Sr. Pereira da Silva, um Sr. Moreira Azevedo retrata nestas palavras a situação pós 7 de abril:

... o partido exaltado, que queria que as mudanças e todos os melhoramentos fossem feitos já e já... mostrava-se tão veemente quanto precipitado. Arrebatado por inspirações ilegais, por paixões violentas, começou a perturbar a ordem pública, a segurança individual, e travou discussão e luta. Hasteou o estandarte da soberania popular, da resistência ao poder. Devotado à república, desejou estabelecer nova organização política, e clamou pela liberdade, mas não pela ordem. Sem aceitar o termo da revolução, julgou ser preciso solapar e destruir tudo, para reorganizar nova ordem de coisas.<sup>111</sup>

Pobre história!... Pobre Brasil! com tais consagradores!...

---

111 *Op. cit.*, pág. 16.

## § 24 – E o malogro dá em confusão...

Em todo caso, o aranzel do Sr. Moreira Azevedo aproveita à verdade: o que não é declamação estulta e choça; onde há razão, essa está com os exaltados. Como podiam eles aceitar o termo da revolução, se não se realizara nenhum dos motivos essenciais dela? Esse **tudo**, de que o frustrado historiador enche a boca, era o mínimo, reclamado pela revolução: precauções contra os constantes inimigos da nacionalidade, eliminação da vitaliciedade do Senado, do conselho de Estado, e do monstruoso poder moderador; era a federação... Os revoltados de julho facilmente são dominados, porque não são, de fato, facciosos, mas – desorganizados reclamantes. Contudo, não se calam as reivindicações de que eles são vozes: um ano depois de 7 de abril, o mesmo Frias, que arrancara a abdicação, está a frente de outros revoltados contra a moderação embusteira e corruptora. Na praça pública, foi lida uma proclamação que

declarava: destituídos os regentes Lima, Costa Carvalho e Bráulio, nomeando-se para substituí-los Antônio Carlos, Paes de Andrade e Pedro Maynard; dissolvida a Câmara dos deputados; extinto o Senado, e convocada uma assembleia constituinte para decretar as reformas de que o país carecia, como complemento da revolução de 7 de abril, que, no dizer dos revoltosos, o partido moderado procurava nulificar nas suas tendências e efeitos necessários...<sup>112</sup>

Mesmo na pena de um Pereira da Silva, os motivos do movimento eram justíssimos, mas os arranjos são falhos, confusos, incongruentes. Porque o trêfego Antônio Carlos é oposição aos

---

112 *Op. cit.*, cap. I.

moderados, os exaltados admitem levantar o seu nome, e daí resulta a acusação que lhes foi assacada – de terem feito fusão com os caramurus... Não há, disto, outro indício;<sup>113</sup> mas isso foi o bastante para tisonar a política sã e sincera dos exaltados, que, desse momento em diante, são, apenas, pretexto para ostentação de força dos seus adversários. Começa, agora, a ação subversiva dos restauradores, bem mais perigosos e maléficos, porque têm o apoio tácito ou explícito da massa dos lusitanos do Rio de Janeiro. Com isso, a capital se tornou o centro da agitação reacionária, ao passo que o resto do Sul era dos moderados, assim como nas províncias do Norte se repetem os reclamos dos exaltados. Essa é a história dos movimentos em que se agita aquela parte do Brasil. No Pará, são radicais rebelados contra a tirania de Andrea, finalmente deposto pelo povo em confraternização com a tropa; no Maranhão, é um movimento essencialmente democrata-nacionalista: a respectiva proclamação pedia

a suspensão imediata dos vários funcionários portugueses, a eliminação dos postos que ocupavam, nas forças de primeira e segunda linha, de todos os portugueses, a privação dos respectivos empregos, civis e de justiça a vários portugueses notórios, a proibição da imigração portuguesa, excepto os artistas e artesãos...

No Ceará, revoltado com os mesmos intuitos, reclamava-se: expulsão dos portugueses – dos cargos civis e militares, a federação,

---

113 Passado o incidente-Frias, nunca mais se apontou aproximação entre exaltados e caramurus. Tudo não passou de exagero de Frias – a querer mostrar imparcialidade, no momento de consultar a nação; a menos que não fosse uma aproximação provocada pelo próprio Antônio Carlos, o mesmo que passara de republicano de 1817 a partidário da união com Portugal, para ser, depois, antiportuguês, e, depois, caramuru e, depois, liberal ao lado de Paranaçuá... Pereira da Silva, insuspeito, afirma que não houve fusão dos exaltados, com os caramurus, nem era possível... (*De 1831...*, pág. 59).

a anulação da devassa contra os exaltados do Rio de Janeiro... Em Pernambuco, dadas as suas tradições, o movimento de 1831 foi mais veemente e temível, repetindo-se em manifestações violentas e intransigentes (setembrizada). Pediam os revoltosos: demissão dos funcionários portugueses, expulsão de alguns indivíduos dessa nacionalidade, ostensivamente inimigos do Brasil, proibição do desembarque de portugueses, exceto artesãos, capitalistas, arrecadação das armas em poder dos adversários...

Pelo mesmo tempo, com os mesmos motivos, insurge-se a Bahia, reclamando: demissão do comandante das armas e vários oficiais portugueses... Nessa ocasião, quando procurava serenar os ânimos aos mais exaltados, foi novamente preso o inveterado mártir do radicalismo brasileiro – Cipriano Barata...

E com isso, pois que os exaltados nunca se organizaram para a luta civil, ficaram os moderados incontestáveis senhores dos destinos desta pátria, na posse garantida de todos os proventos do mesmo senhorio. Fechou-se, em 1832, a era dos levantes provocados pelo malogro de 7 de abril.<sup>114</sup> Os **caramurus** fizeram a sua manobra com o aventureiro alemão Augusto Honser (Barão de Bulow), e são mais facilmente abatidos do que os desorganizados republicanos.

## § 25 – A política da degradação – 1831-38-40...

Para ter uma ideia da má-fé e da insídia dos moderados, ao prometerem as reformas reclamadas pela nação, basta atender ao que se passou com a descentralização. Era aspiração tão geral, que os próprios monarquistas, dentre os vencedores de 1831, a aceitavam

---

114 Depois de julho de 1832, não mais houve levantes no Rio de Janeiro, por parte dos *exaltados*. Todas as turbações, aí e nas províncias, de então em diante, foram produzidas pelos reacionistas, animados pelos moderados.

sob a forma de um império federado.<sup>115</sup> O projeto de reforma pela Câmara dos deputados, e rejeitado pelo Senado, consignava-a; o projeto que seria adotado no golpe de Estado era o de uma federação. No entanto, a Regência de 1832, num dos seus papéis públicos, afirma que: “os exaltados pretendem abismar a pátria nos horrores da anarquia, pois que desejam que se proclame a federação já e já...” Antecipando-se a tais despautérios, os exaltados, acusados em 1831 pelos mesmos motivos, lançaram o seu desafio em nome da razão: “Povos do universo, conhecei e ficai sabendo que, no Brasil de 1831, considera-se anarquia o pedir ao governo que livre a pátria dos seus inimigos!...”

A vitória dos moderados sobre os radicais de 1831 significou, para o Brasil, a queda da sua vida política, abandonada, depois, de qualquer ideal, reduzida a nomes, toda em baixos compromissos, sem possibilidade de lutas vivificantes e renovadoras, qual se constituiu, em suma, o transcorrer do segundo Império, e, mesmo dantes, na Regência Araújo Lima, quando se inscrevem os rótulos insinceros e mentirosos – liberais-conservadores. Compreende-se, no entanto, que modificação tão profunda não se faria de súbito. Antes da degradação definitiva, liberais sinceros, radicais em princípios, apesar de colhidos na ilusão da **ordem**, procuraram realizar uma parte, ao menos, do programa de 1831. Afinal, o característico essencial desse programa se perdeu; mas aí ficaram medidas parciais, detalhes muito expressivos, para patentear a sinceridade de alguns dos homens de 1831. Mesmo atacando e batendo os exaltados, o governo onde predominava Feijó inclinava-se para a democracia, como se vê na organização da guarda nacional e da justiça de paz. Com uma maioria apavorada diante

---

115 O próprio Sr. Pereira da Silva comenta nestes termos a tirania centralizadora da Constituição de 1824: “A província ficara assim, sob esse regime, de braços atados, despida de ação, como colônia (da corte) antes, do que como parte integrante de uma nação.” (*De 1831 a 1840*, pág. 30).



das reivindicações radicais, a Câmara dos deputados equilibrou o orçamento, proibiu as loterias, vício trazido por D. João VI, vedou a criação de novas condecorações, completou a proteção legal dos índios, declarou livres os africanos importados de contrabando... Nada disto espanta, pois que era do programa formal dos moderados ditos **liberais**, enquanto, ansiosos de fazer carreira, achegaram-se ao programa revolucionário com que se combatia o Império de 1824. O projeto de reforma constitucional adotado pela Câmara, em outubro de 1831, é uma ostensiva realização de democracia. Pelas ideias, os Feijó, Lino Coutinho, Custódio Dias, Alencar, Paula Sousa... eram genuínos democratas; mas peiava-os a sensatez, enleava-os a moderação, o preconceito da ordem, o culto da forma legal. E, com isso, deram razão ao Senado: passado o pavor do primeiro momento, os marqueses em nada cederam. A maioria dos deputados, já classificados em moderados, se curvou e cedeu na pessoa dos mais ousadamente trânsfugas. E o total dos sucessos ligados ao 7 de Abril é uma queda que, passando pelo 30 de julho de 1832, veio ter ao minguado **ato adicional**, fruto mesquinho de um liberalismo castrado – castrado por eunucos.

Nessa conjuntura, repete-se a demonstração com que já nos encontramos: todo o mal proveio da insuficiência dos dirigentes. Era uma generalidade de bacharéis de Coimbra, malpreparados, inaptos para a vida moderna, isolados das realidades superiores e dos interesses verdadeiramente humanos, viciados na tradição bragantina, um passado renitente e mau, que desorganizava os caracteres e enevoava os espíritos. Nos tranSES de 1831, nos debates da Constituinte, nas cortes de 1821-22, eram os mesmos intelectos, travados pelos erros do ambiente: não atinavam com o que realmente convinha ao Brasil; ou, se alcançavam a ideia dos atos bons, não sabiam organizá-los para o êxito razoável. Tanto vale dizer: o conjunto dos políticos dominadores, mesmo de 1831 em diante, não era de homens com o caráter e a mentalidade precisos

para reconstituir a nação brasileira, sanando-lhe os males da aleijada independência de 1822. Por isso mesmo, se queremos compreender alguma coisa desses novos desastres nacionais, temos de andar pelas páginas da história, que nos mostram as almas e os recursos das pessoas através dos quais se fez a lastimável degradação da política já exclusivamente nacional... Torna-se indispensável essa revista de homens, porque o característico, de toda essa prolongada decadência, está em substituírem-se os motivos, de princípios e de crenças políticas, por **nomes** isto é, motivos puramente pessoais. De 1837 em diante, a vida pública é, descaradamente, o – **ôte-toi que je m’y mette**... Em 1840, o imperial menino foi o trampolim de que se serviram os sôfregos com que se fez o respectivo ministério – da **maioridade**, arrastando, embora, os ingênuos Otoni e Alencar... De 1842 em diante, a política brasileira é aquele charco, revolve pela mão do imperante, a fingir de parlamentarismo a elevar e descer os partidos de mentira, e que só se distinguem nas cabeças – Olinda, Paraná, Rodrigues Torres, Zacharias, Franco de Sá, Rio Branco, Cotegipe Sinimbu... Por fora, alteiam-se e ressoam vozes de poetas, abre-se a campanha abolicionista, agitam-se republicanos e federalistas... Tudo sem ligação com a política propriamente dita. E assim, impondo-se à deficiência dos políticos profissionais, faz-se a Abolição, proclama-se a República... Há um momento de ressurgir político, para responder a reação monárquica de 1891-96... Verifica-se que não há mais possibilidade de conservar o Brasil para os interesses diretos dos Braganças, mas ainda não há caracteres para redimi-lo. Decai a vida pública para o charco de sempre; decai ainda mais a política – um bragantismo sem Bragança, e, agora, agravado de despudor absoluto: assalto descarado às posições, gozo impudico do poder, o saque da fortuna pública, a ostentação brutal da força, de mistura com a gatunagem em todas as formas...

Examinemos, pois, as criaturas que se apossaram do Brasil em 1831. Delas, umas são anteriores a esse capítulo de história; outras

apareceram com a campanha de 1826-31; outras surgiram depois, mas ainda a tempo de influir no curso dos sucessos e de concorrer para a inflexão dos nossos destinos, pela degradação dos próprios caracteres. São do primeiro grupo todos esses – Feijó, Araújo Lima, Lino Coutinho, Vergueiro, Paula e Sousa... que vieram das cortes, da Independência, da Constituinte. Os segundos personificam-se nos Vasconcelos, Hermeto... Os últimos aparecem com os Rodrigues Torres, Paulino Soares de Sousa... No primeiro grupo se incluíam os Andradas, mas, em verdade, apesar do rumor com que se manifestaram depois do exílio, nenhum deles teve influência determinante nos sucessos políticos, a não ser Antônio Carlos, na revolução palaciana de 1840.

## § 26 – O Padre Feijó

A primeira menção, nos homens de 1831, deve ser a do Padre Feijó, a figura mais viva e mais distinta, mais forte e mais nobre, de toda a política de então, de toda a política nacional no Brasil monárquico. Valeu, de fato, como um homem – caráter, vontade, inteligência e ação. Caráter até o extremo da virtude; inteligência profunda, original, lúcida e culta, mais do que qualquer clérigo do seu tempo;<sup>116</sup> vontade – incompleta em recursos de congraçamento, mas definitiva como execução. Foi o ânimo dominante nos transe em que organizava a vitória de 1831, e garantiu, com isso, o poder para os moderados – suplantando, ao mesmo tempo, os exaltados e os restauradores. Isso se dava quando, na primeira linha dos que tinham as vantagens e as responsabilidades

---

<sup>116</sup> O valor intelectual de Feijó está patente nos seus pareceres – casamento dos padres, divórcio..., e, sobretudo, no seu *Tratado de Lógica*, perfeitamente a par da ciência da época, mesmo na parte biológica. Feijó compreendeu melhor as necessidades econômicas do Brasil do que todas as sucessivas camadas dos nossos estadistas. Mal se anunciou o caminho de ferro, tratou de adotá-lo no país.

do poder estavam esses Limas – chefes militares com um longo prestígio, de campanhas e vitórias. Em face do senado, de braganhistas reacionários, mais marqueses do que brasileiros, se Feijó o não suplantou é porque se viu traído pelos companheiros: os Hermeto que, no momento decisivo, vão combater com o inimigo da véspera; os Evaristo, que lhe defendem a política diminuindo-lhe a força, com o achar inconveniente e mau aquilo mesmo que defendem...

Intrinsecamente democrata, ligado à política dos moderados, Feijó manteve absoluta coerência com o programa do seu partido na revolução. Armitage, que, aliás não morre de amores por ele, ao contemplar-lhe a vida, sintetiza assim o seu feitio moral e político: “Era de costumes ultrarrepúblicanos...” A coerência do proceder o levou a atos que parecem exageros: um tratado com a Regência e os colegas, ao entrar para o ministério em 1831; uma ortografia pessoal, em meio ao arbitrário da ortografia comum; explícita oposição, apesar de clérigo, às pretensões da Cúria Romana contra o Estado brasileiro. Coerente com o seu ideal de democracia, chegava a reivindicações de efeitos sociais e francamente republicanos. Clérigo, propôs legislação de divórcio e de casamento para os sacerdotes. Abolicionista de coração, uma vez no governo, executou rigorosamente o ajuste que proibia a entrada de africanos escravizados. “Os portugueses estavam desapercebidos”, comenta Austrícliano de Carvalho (II 289). Nas cortes, nenhum brasileiro foi mais radical – liberdade política e emancipação nacional. Aceitava a revolução constitucional, com tanto que a aplicassem integralmente ao Brasil, pois que isto significava a nossa liberdade. Por isso mesmo, com os quatro companheiros, teve de sair de Lisboa como perseguido pela portuguesada. De volta, no Rio de Janeiro de 1823, encontrando a Independência atamancada por José Bonifácio, Feijó envia ao imperador uma exposição das suas ideias, quanto ao que lhe parece necessário como

organização de um Brasil democrático. José Bonifácio se limita a fazer um resumo da exposição; Feijó insiste, e leva pessoalmente a Pedro I a sua exposição, ao mesmo tempo que pede ao governo permissão para publicá-lo. Aparece o opúsculo, e o monarca o considera **republicano**. Vai o **padre** para o seu torrão natal, e, lá chegado, já encontra as autoridades oficialmente prevenidas para vigiá-lo – como **republicano** e **carbonário perigoso**. Tudo isto por ordem do imperador, em cuja sinceridade e liberalidade Feijó ainda acredita.<sup>117</sup> O embusteiro tira a máscara, e quando, em 1824, se pede o parecer das câmaras municipais a respeito da constituição outorgada, Feijó foi um dos raros que, em nome da câmara do seu Itu, fez reservas e propôs várias emendas, no sentido dos seus ideais – descentralização, abolição das condecorações... Não prevaleceram, é de ver, tais emendas, mas Feijó se mantém democrata, para vir a ser, na Assembleia de 1826, um dos mais decididos opositoristas à política imperial. Nessa qualidade, com Alencar, Custódio Dias, Lino Coutinho... ele fez parte dos moderados. Pediram-lhe para aceitar um lugar no governo, quando a situação era incerta e arriscada: ele aceitou, e salvou o poder atacado por todos os lados. Então, julgou-se capaz de, em forma legal e **moderada**, realizar o programa de 7 de abril. Na rua, os exaltados,

117 Varnhagem, empenhado em fazer de grandes brasileiros entusiastas do Bragança, seu amo, recorta três linhas de uma carta de Feijó a Pedro I, antes da dissolução, e afirma que o intemerato regente considerava o príncipe embusteiro o fundador da nação brasileira: “O Brasil deve a existência política a V. M... ao desinteresse, a liberalidade e justiça de V. M...” Naquele momento, em começo de 1823, tais conceitos pareceriam justos a Feijó. Não esqueçamos, no entanto, que, desde 1824, ele foi nítida oposição ao Império de Pedro I e aos seus marqueses. Obcecado – por achar motivos conta os Andradas, o Sr. Porto-Seguro os acusa da perseguição que Feijó sofreu em 1823; mas, no desenvolver dos casos, deixa patente que a iniciativa da portaria inquisitorial foi do próprio imperador, e limita a sua acusação a achar que, defendendo-se, em 1824, – de ser o autor da citada portaria, Martim Francisco devia esconder o verdadeiro autor, e *não descobrir a coroa...* (*Hist. da Independ.*, pág. 121).

justamente descrentes das formas legais, clamavam sublevados, e Feijó, decidido e vigoroso, deu toda a ação de que era capaz, para restabelecer a ordem e salvar os créditos do seu partido – como partido de governo... Grande erro, que entregou a sorte do Brasil à politicagem dos moderados, para a definitiva vitória do senado dos marqueses.

Por que, esse erro?

Feijó, realmente enérgico e inteiriço, tinha a ilusão das próprias forças, e sentia a necessidade de não transigir nem ceder. Assim, resistiu energicamente, eficazmente, à pressão dos companheiros radicais, quando estes quiseram impor-se pela força. Mas, dirá o mesmo Sr. P. da Silva: “Muitas das ideias e princípios dos exaltados eram do seu programa.” Governo, atacado, ele respondeu vigorosamente, e dominou os adversários. Há, no entanto, sua diferença – no modo como foram atacados, já os exaltados, já os restauradores... Para estes é que Feijó foi o inimigo irreconciliável, ao passo que, uma vez senhor da situação, ele não insiste em perseguir os antigos correligionários. E, por isso, os adversários o acusaram de os proteger, como aconteceu no caso da República de Piratinin.<sup>118</sup> Foi assim que, abusando da própria força, Feijó veio a despejar, do ministério, o leal companheiro, França, substituindo-o por Vasconcelos, que, depois, contra ele construiu a sua política de **regresso** e de degradação. Destarte, quando pretendeu apurar os esforços no sentido de cumprir o prometido pelo 7 de Abril, já se achou inteiramente cercado e à mercê dos marqueses do senado,

---

118 “...nunca perseguiu sistematicamente os exaltados, limitando-se a desterrá-los, geralmente para outros pontos do território nacional...” (*De 1831 a 1840*, cap. I). “... despertaram desconfianças os morosos e mesquinhos socorros enviados a reprimir a revolução do Rio Grande do Sul” (Moreira Azevedo, *op. cit.*, pág. 199). Será por isso a tradição de apego dos republicanos rio-grandenses à sua memória, a ponto de que o jornal de propaganda de Venâncio Ayres se chamava – O Padre Feijó. “Feijó mais parecia favorecer e animar os revoltosos que os defensores da legalidade”, no Rio Grande (*De 1831 a 1840*, pág. 195).

que lhe negaram a demissão de José Bonifácio, cujo prestígio animava a campanha reacionária dos caramurus. Foi quando se planejou o golpe de Estado de 30 de julho – para a inteira reforma da Constituição, democratizando-a radicalmente. Tudo demonstra, nessa emergência, que faltava a Feijó visão política, senão, ele teria compreendido que, depois da vitória dos marqueses no caso da tutoria, tudo estava perdido: o apelo para o golpe de Estado, o supremo recurso ilegal, sem a justificativa da revolução, era a confissão explícita da derrota. Agora, a situação era dos reacionários.

Apesar de tudo, o Padre Feijó saiu do governo engrandecido, na auréola que nunca mais se dissipou. Intimamente forte e ativo, quis continuar na política, e concorreu muito para o **ato adicional**. Como vislumbre das últimas esperanças, elegeram-no regente, e ele foi, nas funções majestáticas, o homem puro, probo e simples – de costumes ultrarrepúblicanos. Mas, nada mais havia a fazer: passara o momento, tudo sacrificado à ambição torpe de uns, a explorar a estulta sensatez dos outros. Apesar de tudo, o bom do padre continuou a trabalhar pela realidade da democracia no Brasil. Era, nele, uma necessidade irresistível. Um pobre de espírito, o Sr. Pereira da Silva, dirá de Feijó: “Talento mediano (porque não se exaltava em retórica), doutrinas anárquicas (na medida em que eram liberais e democráticas), incoerência de ideias...” – porque não achava que o regime de liberdade fosse parlamentarismo por fora da constituição, como o pretendia Vasconcelos, como o arremedaram depois, no segundo Império.<sup>119</sup> Dentro dos seus princípios, Feijó exigia dos outros a sincera aplicação das leis.

---

119 O caso do planejado golpe de Estado, de 30 de julho, tem sido mal contado. O Sr. P. da Silva, sem maiores provas, insinua que fora de Feijó a iniciativa respectiva. Aliás, tudo consistia em que a Câmara dos deputados votava a reforma da constituição como se fora constituinte, dispensando o Senado. Nada prova que a mesma proposta fosse de Feijó. Mas certo é que ele a adotou bravamente. Depois em 1837, o traidor Hermeto afirmou que fora Feijó o autor da ideia (*De 1831 a 1840*, págs. 77 e 215).



Era intransigentemente pelo sistema representativo – expressão da vontade da nação; mas, na prática, propendia para o regime presidencial. Daí sua manifesta antipatia pela ingerência do legislativo nas funções imediatas do governo. De boa-fé, não se pode achar incoerência na atividade de Feijó, aquele que, absolutamente escoimado de haver preparado o levante de 1842, foi pôr-se à frente dele – porque era um protesto em nome das ideias que ele sempre professara, porque nesse movimento se encontravam os seus amigos de sempre. E por ser inteiramente coerente com os princípios que proclamava, e absolutamente probro, ao sair do lugar de chefe da nação, apenas tinha o necessário para transportar-se ao seu Itu.

### § 27 – De Olinda, por Vergueiro e Holanda, a Montezuma

Para contrapor-se a Feijó, Araújo Lima era nitidamente o oposto, em tudo. Por isso, acabou marquês, se bem que, com o primeiro Império, parecesse acabada a fábrica deles. Fora injustiça, porém, que lhe não coubesse esta honra. Ninguém representou melhor a espécie nem possuía melhores qualidades para ser figura primacial, na política do Brasil, apanágio dos dois Impérios. Do cérebro nunca lhe saiu ideia válida, ou em forma distinguível. No entanto, esteve sempre no primeiro plano das grandes funções políticas: deputado às **cortes**, deputado à Constituinte, deputado na primeira assembleia comum, ministro de Pedro I, ministro da Regência, regente, ministro de Pedro II, repetidamente ministro enquanto foi vivo... Logo nas cortes, **muito se distinguiu pela moderação...** Antecipadamente moderado, ele o era, principalmente, no brasileiro, tanto que não sentiu necessidade de acompanhar os brasileiros ostensivos – Feijó, Antônio Carlos, Barata... quando tiveram de fugir ao ambiente hostil de Lisboa. Na Constituinte, ainda bem moço, já era um medalhão, tanto que



foi deixado livre, quando o imperante a dissolveu, como foi convidado imediatamente para ministro ao lado de Vilela Barbosa. Aceitou, mas, no fim de três dias, palpitou-lhe o instinto que mais segura carreira faria se se inclinasse para uma moderada oposição: deixou o governo, partiu para a Europa, sendo contado, por isso, como opositorista.

De faro infalível, foi o primeiro oportunista no Brasil. Eleito para a Assembleia de 1826, esperou que as coisas se definissem: só veio tornar assento em 1827, e, chegado, postou-se como oposição moderada e parlamentar. Por isso mesmo, quando Pedro I fingiu fazer governo nacional e parlamentar, chamou-o para o gabinete, e ele aceitou. Costa Carvalho, apesar de que será o futuro Montalegre, carrasco de Feijó, convidado na mesma ocasião, não aceitou o convite – por não lhe merecer confiança Pedro I. Ao lado de Calmon e Barbacena, no famoso ministério parlamentar, Araújo Lima se achou muito bem. Nunca chegou a chefe de partido: ninguém o contava como tal, porque não era homem para posições definidas, como devem ser as de um chefe; mas, qualquer que fosse o momento político, estava sempre à mão para ser governo. Todos o aceitavam: parecia quase inócuo. O próprio Feijó o escolheu dentre os adversários, isto é, dentre os conservadores a mando de Bernardo de Vasconcelos, para ser o ministro a quem ele entregasse a Regência, porque Vasconcelos estava certo de cavalgá-lo sempre. De fato, foi a criatura do iniciador de regresso, até que, bem traiçoeiramente, o deu por terra, nomeando um senador impoliticamente, contra a decisão do chefe partido, o mesmo Vasconcelos. E começou, no Brasil, a mudança de governo sem motivos plausíveis, pelo simples alvedrio do chefe da nação. Vasconcelos não se deu por achado, deixou o gabinete, mas continuou tirando de Araújo Lima o que podia, e este valorizava-se com o dar o governo aos ostensivamente conservadores. Tito Franco dirá dele: “Judas de todos os tempos e partidos, Saturno

de tantos caracteres...”<sup>120</sup> Teve outro realce o seu reinado: timbrou em inclinar a soberania do Brasil aos pés da Santa Sé, e isso o fazia para ser, bem nitidamente, oposto à política de Feijó. E, com esse, outros méritos: multiplicava as adulações e salamaleques ao imperial menino, criando o inefável beija-mão, ao mesmo tempo que era inexorável contra os republicanos da Sabinada, os quais, no entanto, haviam sido estimulados por Vasconcelos, empenhado em criar dificuldades a Feijó. Contudo, amava as suas funções majestativas, e foi preciso que o arrancassem dali. Por outra: o oportunismo não lhe deu para atinar com a solução realmente **oportuna**. Quando lhe pareceu que a coisa era inevitável, foi indagar da imperial criança se, de fato, queria, mesmo, ir imediatamente para o trono, e o precoce Pedro II respondeu-lhe, naturalmente, que **não...** Araújo Lima deixou-se ficar, parecendo, com isto, opor-se à imperial vontade. Rápida nuvem: Pedro II logo reconheceu a utilidade que tinha nele, e, na coroação mesmo, o sagrou – visconde **com grandeza**. Daí por diante, Olinda foi tudo, como conviesse à política do segundo Império, onde devia haver os dois partidos da mascarada parlamentar. Aí, utilidade permanente, ele deu quanto convinha e o para que servia – conservador, liberal, coligado, novo liberal em contraste com os liberais antigos... E tudo lhe foi possível porque havia tanta compostura nos seus manejos, que fazia esquecer a pulhice dos motivos reais. Oportunismo por dentro, no vazio das ideias e convicções, si-sudez e solenidade por fora, e temos um dos mais prolongados estadistas, dos três Brasis – **reinados** e **regências**, um dos mais constantes nesse trabalho de rebaixamento da política brasileira.

Entre os dois extremos – Feijó-Araújo Lima, está Vergueiro. Liberal-democrata-constitucional-português... Feito em Portugal, veio já jurista de Coimbra; mas, em São Paulo, num lar brasileiro,

---

120 *Cons. Tito Furtado*, pág. 14.

na vida bem brasileira de lavrador, o idealista liberal adotou sinceramente a causa do Brasil. Foi aclamado para a **junta** da província de São Paulo, com José Bonifácio. Deputado às cortes, foi tão pelo Brasil como os Feijó e Barata, com a diferença – de menos veemência. Assim, subscrevendo, embora, o protesto dos deputados brasileiros, ele não teve necessidade de ganhar o estrangeiro para escapar à fúria do constitucionalismo desembestado contra o Brasil, e, enquanto os companheiros embarcavam para Plymouth, ele se limitava a vilegiaturar no seu lugarejo de Valporto – Bragança. Contudo, ninguém desconfiou dele, e, de volta, elegeram-no deputado à Constituinte, onde foi oposição liberal, nítida o bastante para que o prendessem em seguida à dissolução. Conta Varnhagem que, no dia seguinte, o imperador ordenava aos seus esbirros: deportem os Andradas e mais brasileiros ardentes, e soltem Vergueiro. Solto, o ex-constituente foi para a sua fazenda, onde ninguém o incomodou senão para fazê-lo deputado em 1826. Absolutamente coerente, Vergueiro foi um dos definitivos liberais e oposicionistas. Esteve frequentemente na tribuna, atacando, sobretudo, as tentativas de absolutismo, do imperador e dos seus marqueses. Vergueiro valia, entre todos, pela postura austera, perfeitamente aturável, porque repousava em sinceridade. O testemunho de Armitage é muito elucidativo: “... sempre impassível, inalterável e tranquilo (modelagem viva da sensatez), mas corajoso, estava bem qualificado para estimular os tímidos e irresolutos (os moderados) e para conter os ânimos ardentes e indiscretos (os exaltados)...” Um tanto tímido e pouco ativo, Vergueiro servia principalmente de – conselho, orientação, conforto moral. Tal foi o seu papel em 1831: os liberais brasileiros nunca suspeitaram dele, e, nas vésperas do movimento, cercaram-no como chefe, de quem Evaristo era o segundo. No entanto, já havia sido escolhido e procurado pelo imperador (que o havia escolhido senador), para formar-lhe o ministério salvador. Nada disto,

porém, pode fazer duvidar da sinceridade do político, justamente amado do liberalismo brasileiro. Como liberal, Vergueiro foi dos que se iludiram – pensando que o novo Bragança, empossado no trono, lhes daria apoio contra a já temível oligarquia conservadora dos Vasconcelos, Hermeto, Rodrigues Torres... Iludido, como Otoni e Alencar, formou com os Andradas e Vilela Barbosa, para o tético liberalismo da **maioridade**. Dada a monstruosa amostra política de 1840-41, Vergueiro voltou para a oposição, onde esteve em espírito com os revolucionários de 1842, e, como o seu companheiro Feijó, quis tomar a responsabilidade ostensiva do movimento. Finalmente tudo passou, sem maiores consequências, porque, então, na política do Brasil, atitudes não tinham mais significação. Feijó, se sobrevivesse, certamente continuaria naquela intransigência necessária ao seu caráter; Vergueiro, mais manso, voltou a colaborar na choldra dos partidos, onde eram grandes, e definitivos, os Hermeto e Soares de Souza.<sup>121</sup> Foi ministro, ainda, e respeitável dirigente até morrer. Todavia não foi visconde, nem marquês, como os Costa Carvalho, Araújo Lima, Calmon, Holanda Cavalcanti...

Foi este último, uma figura que chegou a emparelhar com a do grande Feijó – na disputada eleição para regente. Além disto, Holanda Cavalcanti tinha outros títulos, a ser nomeado aqui. Oficial de carreira brilhante, e vazia, no exército português, sargento-mor (1819) no batalhão do príncipe regente, ele estava por fora nas outras partes do domínio português, até 1824, quando se lembrou de vir ser brasileiro. Desceu em Pernambuco, e teve, como primeira manifestação de patriotismo, o combater contra os seus conterrâneos – os continuadores, em 1824, do André de Albuquerque Maranhão de 1817. Vencedor com Lima e Silva e Andrea, Holanda Cavalcanti enveredou para a política,

---

121 Em 1829, Vergueiro propôs, na Câmara dos deputados, o casamento civil.

e foi eleito para a Assembleia de 1826, onde se fez um dos mais vigorosos opositoristas à política do Império. Antes de qualquer outro, requereu a acusação dos ministros Teixeira de Gouveia e Oliveira Álvares, dando lugar a um dos momentos mais veementes na vivíssima campanha daqueles dias – 1826-29. No entanto, pouco depois, em novembro de 1830, aceitou uma pasta nos conselhos de Pedro I; ao lado de Paranaguá, cujo contato não podia suportar. Contudo, não deixava a pasta, até que, com os outros Calmons, foi despedido por ocasião das garrafadas. Nestas condições, quando os moderados entenderam que o 7 de Abril se reduziria a restabelecer-se o ministério demitido, o futuro Goiana, voltou a ministro, continuando liberal a seu modo. Em 1832, com Calmon, Martin Francisco, Hermeto e Montezuma, foi contra o golpe de Estado. E daí, incontinenti, passou a ministro, no ministério incolor e nulo dos quarenta dias. Saído do governo, foi ser oposição, e pleiteou a Regência contra Feijó. No entanto, em vez de ficar com os opositoristas do grande padre, veio ser liberal contra o arbítrio duro de Bernardo de Vasconcelos e as proezas politiqueras de Carneiro Leão. Esteve, por conseguinte, nas primeiras filas dos maioridadistas. Ministro com a vitória destes, continuou liberal **innomine**, para ser ainda ministro – de 1844 a 47, e, de novo, em 1862. Valia como os demais, com a diferença da desenvoltura, pois teve a desfaçatez de lhes dizer, em face, as verdade quanto à sinceridade e o mérito real deles. Não cultivava, por conseguinte a sensatez, tanto que a coragem de exclamar, um dia, em plena tribuna do Senado: “Nada se parece mais com um liberal do Brasil do que um conservador... Este país vai mal, e não melhorará enquanto não se enforcar algum ministro...” Ele bem sabia que o remédio nunca seria empregado, e nunca hesitou em aceitar pastas. Era honesto, em assunto de dinheiros públicos?... Coisa comuníssima, naquela época em que os desescrúpulos de

Montezuma o destacavam; no entanto, Austricliano de Carvalho o acusa explicitamente de traidor à pátria.

Acaiaba Montezuma fez voz, a 30 de julho de 1832, com os Calmon e Holanda Cavalcanti. Tinha mais talento, certamente, do que qualquer deles, mas era um caráter desarticulado, tido como canalha. Além disto, previa mal, pelo que teve de passar por momentos duros, como qualquer político probo e de convicções, sempre pronto a aceitar mudanças e situações, ainda que tarde, ou mostrava-se tão sôfrego de recompensas que o dispensavam sem cerimônias. Desde cedo, para dar arras de brasileiro, eliminou os nomes portugueses, pois que era Gomes Brandão, e bom mestiço da Bahia. Ainda rapaz, ao chegar de Coimbra, foi altamente agraciado pelo governo de 1822. Em 1823, deputado constituinte, foi para os liberais – democrata, republicano, como se dizia, então. Iludiu-se com a situação, e, apanhado como opositorista nos dias de novembro, foi preso e deportado, para voltar somente em 1831, **emendado**, e tão reacionário que se fez caramuru. Com isso, funcionou como veemente opositorista, aos primeiros ministérios da Regência, manifestando-se intransigentemente contra as reformas constitucionais. A Bahia ferreteou-o, dando-lhe, apenas, 36 votos, quando se apresentou candidato a deputado. Finalmente, já cansado de ser oposição, aceitou ser ministro do regente Feijó, a quem tanto atacara anteriormente. Passou esta quadra, e Montezuma, eleito, depois, deputado, tomou a posição de liberal e opositorista, pelo que veio a ser maioridadista. Já não mantinha nenhuma máscara: liberal, conservador,... ele dava à política brasileira o que ela merecia – desprezo, fazendo abertamente a imediata exploração. Dizia-se, então, que era um **céptico**. E, assim, foi senador e visconde. No entanto, tem a glória de ser, como José Bonifácio e Feijó, um abolicionista de primeira hora.

## § 28 – Evaristo e a turma – de Montalegre a Vasconcelos

Foi no próprio curso da campanha iniciada em 1826, que apareceu o mais decisivo, ou, melhor, o mais característico dos seus grasnadores, da defecção moderada de 1832-34. Certamente, não foi Evaristo o mais ativo na degradação ostensiva que aí começou; mas foi o manancial da sensatez, a palavra educadora – o pneumogástrico daqueles corações, para que não se exaltassem. Vendeiro de origem e de profissão, ele fez política com a honradez, a sisudez e as precauções de um vendeiro, arvorado em jornalista doutrinador. Achou a **moderação** como fórmula revolucionária-reformadora, e, na crise de 1831, foi o **breack** com que se garantiu, a um tempo, a monarquia e o lugar do menino aqui abandonado por Pedro I. Tudo isto, Evaristo o fazia sisuda e convencidamente. Era uma dessas naturezas por igual sinceras e convencionais. Dentro de si, ele nunca achou uma ideia original; o talento, formado no seu comerciozinho, dera-lhe, apenas, para compor um aspecto de sisudez e comedimento. E, com isso, fez-se toda a glória da sua carreira, mesmo porque não lhe havia, n'alma, nenhuma chamas ardentes, das que inflamam a própria, pessoa, e deslumbram os outros. O seu ideal foi o comedimento, escola efficacíssima da política brasileira, no que ela teve, depois, de mais sincera e leal. Língua do moderatismo, Evaristo redigia as falas com que a grei circumspecta excomungava os díscolos exaltados, se bem que da exaltação se tivesse ele bem aproveitado quando as garrafas da portuguesada lhe ameaçavam a integridade craniana. Passados os coriscos, porém, ele voltou à moderação em que caracterizara e distinguira a sua **Aurora**. Com a **moderação**, ele foi poder, e, em nome da mesma, exigia que lhe respeitassem o usufruto do poder. Quando as coisas se turbaram, nessa revolução de que ele se aproveitara, e a que negava o direito de ser revolução; no auge da crise; ele foi a expressão mesma da turbação confusa:



defendia atacando, atacava sem entusiasmo, defendia sem convicção, como por ocasião do governo Feijó. Um fim precoce, por uma morte oportuna, conservou-lhe toda a glória possível: não foi ministro, não teve ocasião de ser escolhido senador, não foi visconde nem marquês, e, assim, não houve possibilidade de saber se, com Feijó, ele se apartaria dos Hermeto e Vasconcelos, ou se deixaria a sua fumarenta candeia abafar-se na sombra dos mesmos conservadores.<sup>122</sup>

De todo modo, Evaristo foi abundantemente coerente: coqueçou moderado e assim acabou, em formal contraste com um Costa Carvalho, democrata-republicano e que acabou marquês e carrasco dos democratas de 1842 – de Vergueiro e Feijó.

... em São Paulo casou com uma viúva rica, informa Drumond. A riqueza lhe aumentou a atividade... Ligado com pessoas da família da mulher, procurou ser o árbitro da província onde residia (São Paulo). As ideias o levavam para o republicanismo, mas os interesses não permitiam que se separasse dos portugueses. Brasileiro, portanto republicano e português ao mesmo tempo. Depois ficou, por certo tempo, exclusivamente republicano... e contribuiu para a abdicação do primeiro imperador. Foi, por isso, elevado a membro da Regência trina; nas horas de perigo, desertou do posto, e veio para São Paulo, recebendo, sempre, os proventos dele. Logo que alcançou posição, elevado pelos amigos, que entre si distribuíam as posições, mudou de parecer. marquês, grã-cruz, conselheiro de Estado e ministro várias

---

122 Até 13 de março de 1831, Evaristo se opusera a qualquer tentativa de revolução; com as garrafadas, mudou de parecer; mas, dois anos depois, afirmava: “– Era eu, então, o revolucionário que defendia a causa da Monarquia Constitucional (com as duas maiúsculas), porque entendia e entendo – não convir o regime republicano ao meu país...”, vendeiro, mas tão intransigentemente monarquista quanto o aristocrata José Bonifácio.



vezes, inclinou-se mais para o absolutismo do que para a monarquia constitucional.<sup>123</sup>

Dir-se-á que Drumond, o amigo de sempre dos Andradas, é, por isso mesmo, suspeito; note-se, porém, que Drumond só aponta fatos. A monstruosa carreira política do homem que de democrata radical passou a marquês, é isto mesmo. Montalegre foi adversário dos Andradas, mas também o foi de Feijó, o constante adversário dos mesmos Andradas. Em verdade, Costa Carvalho pouco fez na campanha de 1826-31, e explorou o respectivo desfecho mais do que nenhum outro. Precedeu a todos que se degradaram, tanto que foi marquês antes que muitos outros. Sempre que achou um caminho para subir, descendo embora em dignidade política, ele o fez. Por isso, coube-lhe o papel de ser o carrasco das duas últimas revoluções liberais – 1842 e 48. Foi um dos primeiros estadistas enfeixados em homem de negócios; funcionou como comanditário de Mauá.

Mais regente do que Costa Carvalho foi o Lima e Silva. E enquanto passavam as regências, e que a política do Brasil declinava, florescia a família Lima e Silva. Já o acentuamos: quem salvou o governo de 1831-32 foi Feijó, no entanto, um dos regentes, mais tempo regente nas primeiras regências, foi um Lima e Silva, o mesmo que tinha o supremo posto militar no Império. Conta Macedo, entre as suas lendas: que Pedro I foi avisado pelo seu comandante das armas de que tudo estava perdido, e lhe respondera: “Bom, vou abdicar... você salve o meu pequeno que aí ficará, e tome conta dele...” Pode muito bem ser verdade. Defendendo a imperial criança, os Limas defendiam as formas políticas que lhes seriam mais propícias e convenientes. Os Limas, que só à última hora se manifestaram – negando-se a sustentar o governo

---

123 *Op. cit.*, pág. 98.

que lhes dera todos os cargos militares de confiança, foram decisivos na crise de 7 de abril. Militares de carreira, palacianos, em solidariedade de família, eles faziam, desde 1824, a polícia militar do Império dos Braganças. No comando das armas, no comando do batalhão do imperador, em alto posto dos guardas urbanos, os Limas, se quisessem, teriam impedido, ou, pelo menos, estorvado muito a vitória do 7 de Abril. Por que não o fizeram?... Pedro I tinha de cair, nada mais o salvaria: por que não entrar logo na nova ordem de coisas? Foi assim que eles se colocaram logo nos altos postos, isto é: passaram-se para os democratas, com os respectivos altos postos em que se encontravam, ou melhorando de sorte, como aconteceu com o que foi regente. Contudo, é de crer que o prestígio guerreiro da família, multiplicado mesmo pelos muitos galões, não era grande, pois que os soldados, inflamados de democracia, entraram a revoltar-se contra o governo que era deles, e foi preciso Feijó para salvar a situação, que eles pessoalmente desfrutavam. É verdade que um deles esteve com a República de Piratinin, mas tão apagadamente que o nome nem se lê. No mais, eles se fizeram penumbra, cada vez mais penumbra, até os dias da definitiva degradação. Então, aparecem Limas – dominando os restos de brios da política brasileira. De 1840 em diante, onde haja revoltas contra a **ordem** e o bragantismo, surgem Limas: para ser **Caxias** com os legítimos democratas maranhenses, Caxias contra os paulistas e os mineiros de 1842; Caxias contra os Farrapos, Caxias contra a Revolução Praeira... Este é o maior deles: caracteriza tão perfeitamente a tribo, que a si tomara o e fazer a polícia do segundo Império. Foi o mais eficaz instrumento do bragantismo, sempre com decência e relativo valor, como general ao mesmo tempo: mata-revoluções e pacificador. Caxias serve, principalmente, para critério de valor de todos os Limas. Das muitas conjunturas históricas em que o encontramos, nenhuma mais eloquente e manifesta do que o seu proceder em 1842, tratando com o ex-regente Feijó. Todo mundo sabia que, profundamente

doente, duramente desiludido, o grande brasileiro não armara nenhuma revolução; por coerência e absoluta honestidade política, veio juntar-se aos companheiros, para defender pela imprensa o movimento, quando já desencadeado. Então, o seu empenho era evitar os horrores da guerra civil, perseguições e a torrente de misérias, na sua terra, possuída e espezinhada pela política torpe de Souza Carvalho. Assim, logo que o futuro marquês, com mandante de grandes forças imperiais, se aproximou, Feijó lhe enviou uma carta, de inteira coragem, e definitivo desprendimento, carta que é dos últimos documentos dignos, da política brasileira.<sup>124</sup>

---

124 ...“Ilmo. Exmo. Sr. Barão de Caxias... Em verdade, o vilipêndio que tem o governo feito aos paulistas, e as leis anticonstitucionais me obrigaram a parecer sedicioso. Eu estaria em campo com minha espingarda se não estivesse moribundo; mas faço o que posso. Porém alguns choques já têm produzido o espírito de vingança, e eu temo que o desespero traga terríveis consequências... Lembra-me procurar a V. Ex. e rogar-lhe a seguinte acomodação: Cessem as hostilidades; retire-se da província o M. de Montalegre; haja anistia geral, e sem exceção, embora seja eu excetuado e se descarregue sobre mim todo o castigo...” Resposta de Caxias: “... As ordens que recebi – que levasse a ferro e fogo os grupos que encontrasse, eu as cumprirei. Não é com armas na mão, Exmo. Sr., que se dirigem súplicas ao monarca... eu com elas empunhadas não admitirei a menor das condições de V. Exa. Disponho de forças quádruplas das do partido desordeiro. Elas marcham sobre a posição em que V. Exa. se acha, e Sorocaba será obrigada pelos meus canhões e baionetas a render-se. Nenhuma proposta recebo que não seja a pronta submissão dos rebeldes...” Apesar da sargenteira da resposta de Caxias, Feijó ainda insistiu: “... Confesso que nunca esperei semelhante resolução sua. Talvez de viva voz eu pudesse convencê-lo da justiça da causa que defendemos, mas o meu estado de enfermidade... Se V. Exa. quiser, aproximando-se mais, eu me esforçarei por comparecer. Se V. Exa. quer poupar sangue, e lhe lembra algum meio decente, eu trabalharei por obter aprovação...” Caxias nem respondeu a esta carta, no entanto, foi o primeiro a escrever ao colega comandante das forças revolucionárias: “Chego da Corte, munido de autoridade para tudo aplanar. Não tenho sede de sangue dos meus patrióticos, porém, não deixarei de cumprir os meus deveres. Ainda é tempo... não acendamos a guerra civil... Responda-me, e não se deixe fascinar por vinganças alheias...” O major Galvão respondeu-lhe que não era um revoltoso; lutava contra uma oligarquia que escravizava o país: “Estou convencido de que não é capaz de empunhar armas para escravizar a pátria em proveito de pérfidos e traidores... Não sou iludido por vinganças... mas guiado pelo amor da liberdade...” A amabilidade de Galvão foi contra a verdade: Caxias

Caxias só teve, para responder ao antigo regente de quem fora esbirro, as mesmas jactâncias duras com que o nulo e cruel Rodrigo Lobo afrontara os recifenses, rendidos em 1817. E a glória proveitosa dos Limas continuou a crescer – gavião peneira, ou caracá, no galinheiro dos patos, em partilha e franca sociedade com eles...

A própria campanha de 1826-31 fez surgir e deu nomeada a um dos primaciais, na política em que a vida pública do Brasil se degradou: Bernardo Pereira de Vasconcelos, que repete, na insignificância das nossas coisas e sem os impulsos superiores do outro, o milagre de Loyola-aleijado. Também sem pernas, que a sífilis em tabes lhas anulara, Vasconcelos refez a vida – para ser um poder. Era uma vontade, inflexível, mesmo. Encontrando-se na situação de decadência orgânica, em que o grande gozo só é possível numa posição de mando, avançou para ela com decisão e sem escrúpulos. Era o momento em que a vigorosa campanha contra o primeiro Império se abria numa perspectiva de vitória, e Vasconcelos, ânimo de lutador, ambição inexorável, veio para a oposição, certo de que por ela teria o poder. Combateu com vigor, e subiu constantemente com o prestígio de combatente eficaz. No entanto, nunca foi um centro de atração, como Evaristo, ou mesmo como Feijó. A intensidade da vontade má, naquele corpo frágil, fazia dele uma víbora cujo contato é repellido. Não tinha contemplações generosas, nem provocava entusiasmos. No fundo dos seus ataques, lobrigava-se o cálculo frio, do feroz e insincero liberal, que seria futuramente o fundador do definitivo partido conservador, e abateria o democrata Feijó, apesar de toda a energia. Esteve com os moderados, Feijó inclusive, até que o sucesso de Hermeto, no desertar, lhe mostrou o bom caminho para ir com aqueles patos ao poder: **andar para trás**. E Bernardo

---

dirigiu as armas – para escravizar São Paulo a Montalegre, e apressar, com o cativo, a morte do mais digno dos políticos brasileiros.



de Vasconcelos, dizem os seus panegiristas, teve coragem para retrogradar... Para muito mais. Não hesitou em confessar que – erara em trabalhar pela democracia nacional, e afirmou que, para regenerar o Estado brasileiro e dar-lhe o indispensável progresso, o essencial estava em, como o entendiam os marqueses – instituir um regime antidemocrático:

Apregoava Vasconcelos a necessidade de centralizar-se a ação política, de fortalecer-se a autoridade, de decretarem-se leis de compressão... Constituíra-se o ministério preponderante (em 1838), e ao mesmo tempo o arauto da reação monárquica... Na sua opinião, o mal da situação derivava também das ideias e teorias democráticas...<sup>125</sup>

Foi justamente nesse momento, quando Vasconcelos quase desatinava sobre o lombo de Araújo Lima, que este o atirou em terra, sem que isto chegasse a ser uma crise para a política de regresso. Vasconcelos, que já estava nas fórmulas políticas assente para o futuro do Império, não se deu por achado, e continuou conservador, a apoiar o torvo regente, que, ele bem o sabia, não podia governar sem a sua ajuda. Fora, o golpe, a expressão de uma política organizada por ele mesmo, Vasconcelos; não havia razão para combatê-la. Voz de governo, no parlamento, Vasconcelos se prestou, um ano depois, a desatar a crise da maioria, diante da qual se lamentava a insuficiência de Araújo Lima. Foi quando ele, o tabético, quis responder com energia ao golpe dos palacianos, unidos aos restos de ingênuos liberais. Temos, aí, o seu último passo em falso: no fim de nove horas, estava abatido, vencido pelo desatinado Antônio Carlos, amparado na palavra e nos gestos de

---

125 “Não era Vasconcelos estimado como cidadão particular, nem mesmo angariava prosélitos políticos... Não inspirava ao partido a que servia a confiança necessária a quem quer ser chefe...” (*De 1831 a 1840*, pág. 309).





Vilela Barbosa. Ainda assim, Vasconcelos mostrou quanto valia a sua política, no meio de trêfegos, ingênuos e covardes: antes de cinco meses, o imperial adolescente, realmente precoce na política instituída, pelos moderados, entregou-lhe as clássicas rédeas do matungo, que seria levado, depois, alternadamente, pelas mentiras dos partidos parlamentares. Foi criação sua o partido conservador do Brasil, para os efeitos da ficção parlamentarista, como a tivemos. Esta, que é a sua glória, foi uma obra de tal consistência que resistiu, depois, às manobras e espertezas da **conciliação** de Hermeto, e às tergiversações de Olinda: esses grandes misturadores passaram, e a polícia do Império voltou ao parlamentarismo de Vasconcelos. A sua glória é dupla: foi o primeiro escravocrata confesso, e conseguiu obrigar o regente Feijó a demitir-se. Para isto, ele não hesitou em ressuscitar a canalhice de Ledo, alugando-o, a preço de uma cadeira na província do Rio de Janeiro – para escrever pasquinadas contra o partido liberal. E Ledo, o eterno adversário dos Andradas, o rotulado liberal, a isto se prestou... Era do tempo, e é assim que ele participa da política brasileira depois de 7 de abril.

A ação deletéria de Vasconcelos se completou com a atividade de Carneiro Leão. Eram **dons** diferentes, mas perfeitamente ajustados – para os processos que, de mentira em mentira, de transigência em transigência, fizeram cair a política brasileira até o abastardamento de espúrio parlamentarismo do segundo Império. Hermeto, merecidamente marquês do mesmo segundo Império, foi uma vida mais cheia, numa ação mais longa e mais complexa do que a de Vasconcelos, e tão funestamente eficaz como esta. Um foi a intensidade do veneno, e outro, a extensão da virulência. Vasconcelos deu o golpe que dobrou a política de 1836, e Hermeto foi a infecção que, nesse golpe, a corrompeu definitivamente. E como a sua vida foi bem mais desenvolvida, o reflexo dela é mais patente. Cabe-lhe, mesmo, o primeiro lugar, na marcha das

misérias. Apareceu quase no fim da campanha, como deputado, em 1830. Formou-se em Coimbra, na época em que o Brasil estava em guerra com Portugal. Não trazia carga de convicções políticas, nem intransigências nacionais. Na Assembleia, ficara sem sucesso até 1832, porque a natureza, que tão bem o dotara em manhas, tudo lhe negara em qualidades francas, necessárias na tribuna. Era um zero, mas sempre metido entre os moderados representativos, e, assim, esteve no célebre conciliábulo da chácara da **Floresta**, para o plano de 30 de Julho. Aí se declarou contrário ao golpe de Estado; mas comprometeu-se a, na Assembleia, não combater a medida, se a maioria dos presentes a aceitasse. No entanto, no dia seguinte, rompe o debate sobre a proposta, logo combatida pela oposição, restauradora, e os poucos conservadores confessos – Martim Francisco, Rebouças, Calmon, Montezuma... e quando menos se espera, como um punhal pelas costas, rompe o gaguejar de Hermeto combatendo a medida... Ninguém se espantou mais do que Evaristo, que, aliás, também havia impugnado a ideia, mas com ela se conformara, comprometendo-se a defendê-la, porque assim o determinara o voto da maioria. Carneiro Leão nada valia, até então; mas tivera o grande mérito do faro: descobrira que os moderados, depois de tantos agachamentos diante do Senado, e já desfalcados dos exaltados, não eram mais capazes de resistir à reação, e teriam de ceder, ou retirar-se... E como ele não se queria retirar, nem perder as posições ocupadas, fez fogo no flanco descoberto dos correligionários, e os obrigou a renderem-se. Ganhou, com esta façanha, um lugar no ministério que nesse dia se formou. Os companheiros, inclusive Vasconcelos, mais comedido em baixeiras, passaram a tratá-lo de – traidor. Os eleitores mineiros chegaram a cassar-lhe o mandato, depois da revolta restauradora de Minas, e a que ele dera aquiescência.<sup>126</sup> Como

---

126 O gabinete de 19 de setembro de 1837 foi ostensivamente conservador. Chichorro da Gama e Aureliano Coutinho estiveram com Feijó para o golpe de Estado... Que consciência e que convicções!...

governo, foi publicamente acusado, pelos próprios moderados, documentadamente – de despótico, arbitrário perseguidor e injusto... Por tudo isso, como ainda restavam pudores políticos, Hermeto teve de demitir-se, no fim de cinco meses, apenas. E ficou desocupado, quase esquecido, até que, com a eleição de Feijó para Regente, Vasconcelos julgou oportuno utilizá-lo na inexorável oposição que fazia ao governo. Foi quando organizou o seu partido conservador, onde lhe deu lugar de destaque, tanto mais merecido quanto era certo que, desde o seu tempo de liberal, já Hermeto fazia política com o futuro Itaboraí. Destarte, para a política de então, ele, Hermeto, trazia processos e qualidades que eram outras tantas vantagens. Contudo, Vasconcelos nunca o teve em confiança. Ministro de Araújo Lima, preferiu deixá-lo na Câmara, com a missão de ensaiar os ataques à **interpretação**. Estava às ordens de Vasconcelos, sem meios de fazer obra por si, tanto que, assim, foi apanhado em política hostil ao arranjo da maioria. Vasconcelos deitou manifesto, e Hermeto apenas se encolheu, como que a protestar: estava, de coração, com a revolução vencedora. Por isso mesmo, em 1842, puseram-no na presidência da província do Rio de Janeiro – em prevenção contra os revolucionários liberais. Como ainda havia espírito cívico, a sua província não o reelegeu. Mas não tardou que o governo dos conservadores atamancasse uma eleição de senador, para dar-lhe o lugar vitalício. Estava garantida a sua sorte: logo depois, foi chefe de Governo, e, em 1849, encarregou-se de acabar com os liberais da Revolução Praieira, como presidente da respectiva província. Daí por diante, alternadamente com Olinda, foi o realizador constante da degradação política nacional. Teve todas as naturais recompensas: em 1852, visconde, em 1854, marquês... Estava na plena expansão do seu gênio, cuja obra-mestra foi a decantada **reconciliação**, partido único, de usufrutuários... Foi uma escola política, a mais caracterizada que tem havido no Brasil, e tanto que,





hoje, nos principais estados da Federação brasileira também se faz a política com um só partido – usufrutuário. Na literatice política do tempo, trataram a Hermeto de – cético; ele se abespinhou, no íntimo considerava-se sincero, crente sincero de que política era aquilo mesmo. É notável! Hoje, exalta-se o Marquês de Paraná como um dos raros chefes autônomos em face do trono... O fato serve para dar ideia do quanto desceu o nível dos caracteres.

Dentre os secundários daqueles tempos, há alguns que merecem ter o nome reparado. Seja um Paula e Sousa, liberal de sempre, desde os dias da Constituinte, e com quem, assim, todos contavam. Seria um exemplo, se na hora augusta de 1842, quando tudo fazia acreditar que ele estaria com os revolucionários da sua terra (até o prenderam), não tivesse renegado os companheiros, ao invés dos Feijó e Vergueiro.

Bem diferente é Ferreira França, que leva a coerência democrática até o ponto de apresentar projetos de federação, de libertação dos filhos da mulher escrava. Os Hermeto e Vasconcelos não permitiram que a matéria fosse aceita para discussão. Nesse mesmo tempo, França expunha da tribuna a sua ideia de uma assembleia internacional de nações livres. Por tudo isso, repetidamente eleito senador pela sua província, nunca foi escolhido pela coroa.

Cite-se, também – França Leite, o democrata da chácara da Floresta, e que, em 1842, foi um dos seis liberais deportados para o estrangeiro, pelo Império.

Cite-se ainda – Martiniano de Alencar, republicano de 1817, deputado às cortes, deputado da Constituinte, da Confederação do Equador, perseguido... Deputado em 1830, para oposição ao Império... sempre amigo de Feijó... nunca aceitou ser ministro... Senador, continuou coerente com o seu passado, e, por isso, em 1842, foi preso. Antes, resistira à política da lei de **Interpretação**; depois, foi contra a conciliação de Paraná... Toma-lhe o rastro Teófilo Otoni, o liberal que também redimiu o erro de 1840... E



quase não há mais a citar, dos homens que efetivamente foram fatores, pois que Araújo Viana, Rodrigues Torres, Fernandes Pinheiro, Calmon, Aureliano Coutinho... quando não foram meros caudatários, mais ou menos interesseiros de uma política por outros organizada, avolumavam-se em camarilhas de aulicismo, como essa que celebrizou Sepetiba!...

### § 29 – Regresso ao senado dos marqueses

A campanha de 1826-31, contra a política imperial, dirigia-se, explicitamente, contra o Senado, recesso dos reacionários, contubérnio de portugueses e brasileiros de D. João VI. Apartando-se dos exaltados, nulificando-os, os liberais moderados, perderam, de fato, a posição de vitória. Guardaram o poder, mas, no mesmo ato em que subordinaram ao Senado as reformas reclamadas, a este entregaram os destinos do país. No primeiro momento, acovardaram-se os marqueses, mas, ao verificarem que as desconfianças e os ataques dos desfrutadores de 7 de Abril se dirigiam aos verdadeiros revolucionários, criaram ânimo, e decidiram reconquistar, ou, melhor, guardar as posições privilegiadas em que se achavam. Até o Sr. P. da Silva consigna o fato:

O partido de D. Pedro (o Senado) desaparecera da cena, parecendo desejar, até, que o considerassem sepultado nas ruínas cometidas pela revolução... E foi assim que, apresentado um projeto em satisfação a medidas solicitadas pelo primeiro governo revolucionário, o Senado prontamente respondeu, e aprovou o projeto proposto, não admitindo discussão... preferindo a maioria dos seus membros nulificar-se a pretender opor-se...<sup>127</sup>

127 *De 1831 a 1840*, pág. 57.



Uma vez, porém, que os vencedores se dividiram; amparando-se, os que tomaram o governo, na chamada **ordem legal** para resistir às exigências dos legítimos revolucionários, o Senado, genuíno representante dessa legalidade, fechou-se nas suas atribuições, e, muito logicamente, nada concedeu à revolução que se fizera contra ele. Recuando do ímpeto inicial, os moderados vieram ao ponto, mesmo, em que se achavam os conservadores. Deu-se, até, uma qual osmose de partidários – entre restauradores e moderados: “Declararam-se restauradores muitos dos cidadãos (da portuguesada) que, depois de 7 de abril, aceitos os fatos consumados, se tinham reunido aos moderados, no intuito de coadjuvarem quem sustentava a ordem e o respeito às autoridades.” Quando tal acontece a uma revolução vitoriosa, os resultados efetivos são de defecção e derrota.

Lesma peçonhenta, o Senado encolhera-se, no primeiro momento, sem se anular, de fato. Desde que as conquistas da revolução ficaram limitadas ao que ele quisesse dar, ele nada concedeu. Com isso criaram ânimo os próprios restauradores confessos, e vieram para a rua com o aventureiro Bulow. Ao mesmo tempo, fundavam o grêmio restaurador sob a designação expressiva de – **sociedade conservadora...** E ainda não foi isso o pior, senão a atividade **legal** dos Cairu, Paranaguá, Santo Amaro, o protegido de Pedro I – Teixeira de Gouveia, Lopes Gama (retenha-se o nome)... completados pelo absolutista Niemayer e sanguinário Andrea... Houve um momento em que, temendo perder as posições nos municípios, os moderados apelaram para o patriotismo dos exaltados, para que, **unidos**, pleiteassem as eleições municipais. Os resultados foram indicações preciosíssimas: “Em todo o Império, o partido restaurador só ganhou a eleição da câmara municipal da corte; em todos os demais colégios, foram repelidos completamente os seus candidatos... as paróquias propriamente da cidade (Rio de Janeiro) se manifestaram dedicadas ao partido restaurador, que não poupou



diligências nem dinheiro para vencer as eleições... e que, de feito, pela sua organização, disciplina, preponderância dos adotivos (portugueses) e das classes elevadas da sociedade (marqueses, senadores, conselheiros de Estado...) provou que possuía notável maioria na população da capital.” Quer dizer: no Rio de Janeiro, o dinheiro da portuguesada, e a influência oficial dos marqueses, deram vitória ao partido restaurador, ao passo que todo o resto do país era pela política liberal, no sentido das reformas prometidas pelo 7 de Abril. No entanto, foi a política reacionária do Senado que prevaleceu: “Não se podia esperar que o senado anuísse às reformas... que só por si robusteceriam a situação, e abririam novos horizontes de influência ao governo da Regência...” A verdade da situação é tão incisiva que até o homem da **Fundação** a consigna. Note-se: as reformas adotadas pela Câmara dos deputados, e repetidas<sup>128</sup> pelo Senado, vinham vencedoras e consagradas no ânimo da nação. Já não se tratava da **república** de Ferreira França, nem das expulsões reclamadas pelos exaltados, e que seriam remédio eficaz contra o lusitanismo inimigo e renitente. Tudo se limitava

128 Redação do projeto aceita pela câmara dos deputados, em 13 de outubro de 1831:

Artigo único – Os eleitores dos deputados para a seguinte legislatura lhes conferirão nas procurações especial faculdade para reformarem os artigos da constituição, que forem opostos às proposições que se seguem.

§ 1º – O governo do Império do Brasil será uma monarquia federativa.

§ 2º – A constituição reconhecerá somente três poderes políticos: o legislativo, o executivo, e o judicial.

§ 3º – A constituição marcará distintamente as atribuições que competem ao poder legislativo; as que competem à assembleia nacional sem concorrência de outro ramo deste poder; as que competem a cada uma das câmaras, que compõem a assembleia nacional; e as que são comuns a ambas as câmaras; fazendo-se nas respectivas atribuições as alterações que forem convenientes.

§ 4º – A câmara dos deputados será renovada por novas eleições de dois em dois anos, que formarão o período de cada legislatura.

§ 5º – A câmara dos senadores será eletiva, e temporária: a eleição de seus membros... (E assim prosseguia, dando plena satisfação aos reclamos dos exaltados.)

a dar satisfação ao liberalismo teórico, e um pouco de autonomia às províncias asfixiadas pela constituição dos marqueses. Mas, nesse tempo, já o Senado cerrava fileiras em torno José Clemente, defendendo-o, absolvendo-o, quando o acusavam de despótico e corruptor. E, quando ali chegou o projeto votado na Câmara, sobre ele saltou o absolutismo senil de Cairu, as saudades do poder de Paranaguá, as esperanças de novos empréstimos de Barbacena, a pulhice moralizante de Maricá, o liberalismo pálido e legalista de Caravelas... E nada se obteve de essencial: nem federação, nem supressão do conselho de Estado e do poder moderador, nem, compreende-se bem, abolição da vitaliciedade do Senado. Nem mesmo se discutiram as reformas propostas, para as quais só houve dois votos, sendo um de Vergueiro.

Destarte, graças aos moderados, o Senado, espúrio no seio da nação brasileira, suplantou completamente a revolução – que foi a mais genuína expressão das aspirações nacionais. Diante disto, o próprio Evaristo se alarmou:

O senado, maioria de servidores de D. Pedro, no seu regime arbitrário e decrépito, acastela-se na sua vitaliciedade, e recusa-se aprovar as reformas, anulando por esse modo o voto nacional. É impossível não efetuar as reformas, porque isto equivale a desfazer a revolução de 7 de Abril, que foi de toda a nação. Que meio empregar, senão o de sair da legalidade?...

Inventor da moderação, Evaristo aconselha explicitamente a fórmula revolucionária. Foi a sugestão manifesta – para o golpe de Estado de 30 de julho. No entanto, na reunião íntima em que tal se decidiu, o mesmo Evaristo, como sempre, hesitou em admitir um processo violento, **inconstitucional**, mas, finalmente,

concordou, comprometendo-se a defender a medida, quando apresentada na Câmara.

Vale a pena repetir a história. Tudo aceito e combinado, é dado para discussão o **parecer** – proposta do mesmo golpe de Estado. Rompe contra ele o reacionarismo de Martim Francisco, reforçado no antigo ódio a Feijó. Acode, com ele, Montezuma, desocupado no momento, e inclinado para os reacionários, em vista dos últimos insucessos dos liberais; manifesta-se igualmente o reacionário Rebouças. Calmon, amoitado desde 7 de abril, cria ânimo, finalmente, e avança também contra o revolucionarismo trôpego e mole dos moderados; falou manso, mas definitivo, mostrando o fundo raso das suas convicções – de restaurador displicente, pronto a transigir com a revolução, contanto que nada se faça em satisfação à mesma... E onde estão, nesse momento, os exaltados? Como se manifestam?... Era já tão explícita a separação de programas, que eles, os exaltados, também foram contra o golpe de Estado: “Só querem **o poder**... clamavam eles aos moderados. Apela para esse recurso, no fim de conservarem-se nele...” (discurso de Ferreira França). De fato, à parte o caso excepcional de Feijó, tudo mais se mostra como ambição de poder em trambo-lhões de partido sem princípios políticos, e sem convicções.

Trata-se de uma fração que se apossou do poder por um golpe de surpresa, continua a zurzir Ferreira França, e que só procura monopolizar os resultados da revolução em seu proveito, quando tudo faz para impedir que a mesma revolução seja uma realidade. Nada nos garante que dessa aventura venha a sair uma reforma democrática.

Houve oradores, dentre os reacionários, que tiveram como melhor argumento contra o parecer: “Querem roubar ao imperador (a criança) o trono que o pai lhe deixou!...” Candido Batista de Oliveira e Paula Araújo defenderam a medida sem

maior ardor, sem possibilidade de êxito, em face de adversários animosos, intransigentes, já senhores da situação, e decididos a guardá-la. Evaristo interveio, bem nos seus modos: numa defesa mole, inconsequente, e que serviu principalmente para dar razão aos adversários: “É uma ilegalidade o que propomos, uma grave inconstitucionalidade... Lastimo – que tenhamos de recorrer a esse meio...” Falou convencido e sincero: mas a sua convicção valia como peso a afogar o parecer. Foi quando interveio a traição certa de Carneiro Leão. Começava o reinado da insinceridade na política brasileira. Altissonante, e indiferente ao compromisso da véspera, babujou: “Respeitemos a constituição e a legalidade! É impossível realizar os intuitos da revolução com desprezo do Senado! Estou certo de que ele virá colaborar conosco. É um crime tentar realizar uma situação revolucionária por meios anormais e ilegais...” Peremptório em estrangular a medida, ele decidiu esterilidade do 7 de Abril, abrindo para si aquela fertilíssima carreira, com que coincidiu a queda da política nacional. Finalmente, nem houve votação: deu-se o escapar dos ratos... e os moderados deram o dito por não dito, e esperavam a resolução do Senado. A marquesada estava na altura da vitória, e tratou os revolucionários legalistas com o desprezo que eles mereciam. Fez mais: estendeu à nação o menosprezo com que respondia aos moderados que a desfrutavam, e só aceitou, de todo o projeto adotado pela Câmara, a regência uma – medida de ocasião, e a transformação dos conselhos provinciais em assembleias, aliás, sem atribuições definidas, talvez propositadamente. Para chegar a esse resultado nem houve discussão. Agora, pro-formula, iam decidir a questão em Assembleia Geral – câmara e senado fundidos.

### § 30 – Confessa-se o fracasso do 7 de Abril

Antes de chegar aí, já havia a queda de tónus, prenunciante das campanhas perdidas: os moderados confessavam, abertamente,

haver malogrado a revolução, e tratavam, apenas, de conservar quanto possível o uso das posições. Em substituição ao primitivo parecer de reforma (golpe de Estado) apresentaram um – em que pediam aos regentes e ministros que se conservassem no governo. Votado açodadamente, numa atmosfera de vela de sebo, foi o parecer bem recebido pelos regentes, que concordaram em ficar; os ministros, porém, insistiram em sair, mesmo porque Feijó, em torno de quem se articulava a situação, já se tinha demitido.

Entendeu a Regência, nessa altura, e porque havia uma grave crise política, organizar um ministério sem cor, isto é, alheio às dissensões do momento. Araújo Lima foi o naturalmente indicado para essa conjuntura – de incolorismo. Todavia, não foi fácil grupar a turma dos desbotados, ou furta-cores. A façanha de Hermeto, com as perspectivas que se abriam, produziu uma tal deslocação de horizontes, que ninguém queria tomar posição na aventura com o futuro Olinda. Apenas Holanda Cavalcanti, que já se manifestava indiferente a coerências, e o nulo Bento de Barros, aceitaram ocupar os lugares vagos, devido à explosão com que Carneiro Leão infectara a política brasileira. Quanto a este, olhado com desconfiança por uns, talvez com inveja por outros, sentiu a necessidade de afastar-se um pouco, para deixar amadurecer ou limpar-se a vitória que dera aos reacionários com quem viria colaborar, na definitiva política do Império brasileiro, até que a generalidade dos companheiros aceitasse a confessada degradação de programa. Foi rápido o interregno. O ministério incolor a ninguém satisfazia: Vasconcelos estava impaciente por ser ostensivo poder; Evaristo reduzira-se a um Jeremias sem veemência...<sup>129</sup> Nestas condições, o partido moderado foi buscar o

---

129 Cinco meses depois da frustrada aventura, choramingava Evaristo: "... o seu fim (do golpe de Estado de 30 de julho) era salvar a pátria, cujos perigos pareciam formidáveis, e ainda hoje não são pequenos. Cinco meses apenas têm decorrido, e muitos daqueles que se intimidaram com os receios de





profeta da nova política para ser o seu representante no governo. A Regência, possuída, então, pelos Lima e Silva, despediu Araújo Lima, e Hermeto veio formar o novo ministério. Em verdade, o gabinete incolor não chegou a demitir-se: foi caindo aos pedaços, apesar de que Vasconcelos e Hermeto apresentavam a fácil homogeneidade da ausência de convicções, e a áspera energia da ganância de poder. Era um exército **em forma**, apenas, para o assalto às posições:

Com Carneiro Leão, conta a pulhice do Sr. Moreira Azevedo, recuperou o partido dominante a sua antiga influência. Assenhoreou-se novamente da situação... “E o Sr. P. da Silva explica a vantagem da nova disposição das gentes”... aliviado da influência de Feijó, que causava sustos a muitos, pela firmeza da vontade e energia, que ia até o arrojo...<sup>130</sup>

Enquanto isto, “... não poupava (o partido moderado) demonstração de júbilo, por considerar sua a situação... Podia agora, desassombradamente, reatar seus projetos de refrear a revolução de 7 de abril, e aniquilar as tentativas de reformas liberais”.<sup>131</sup> Não é de estranhar se, nesse ímpeto de ação, a marquesada vá ao ponto de fechar a porta do seu senado ao grande liberal Feijó, eleito senador pela sua província. Todavia, não era, ainda, o completo abastecimento, e São Paulo o reelegeu, quando a sua política, no momento, não tinha outra força senão a da própria virtude.

---

república reconheceram que a sua boa-fé foi surpreendida por espertos e intrigantes...” Evidentemente, ele pensava no companheiro Carneiro Leão (discurso na Assembleia).

130 (De 1831 a 1840, cap. VI; *História Pátria*, pág. 87.

131 Foram as províncias do Sul que asseguraram a eleição de Feijó; mas, tal era a desorientação, que o Norte radical a ele preferiu o trêfego exibicionista Holanda Cavalcanti.

Não era, ainda, o abatimento completo, mas a infecção já tomara todos os veios de vida, da pátria brasileira. Dentro da crise criada pela traição de Hermeto, os moderados mais ativos só tratavam de resolver as dificuldades do momento, sem perda do poder. Transigiram com os restauradores, cederam-lhes tudo que era essencial à democracia do regime, contanto que abrissem mão de explícita restauração. Liquidada a reforma da constituição, reduzida ela à insignificância do **ato adicional**, reinavam, de fato, os bolorentos oligarcas do Senado, nas costas dos Carneiro Leão, Rodrigues Torres, Bento da Silva Lisboa, Araújo Viana... em meio dos quais se inutilizava completamente o inofensivo liberalismo de Vergueiro. Subsistiam, porém, por fora do bando desfrutador, muitas das ilusões e intransigências primeiras. Bastou, por exemplo, que a camarilha, em ensaio de cortesão, arvorasse (no aniversário do imperial menino) um painel de parva alegoria do trono, para que a multidão popular avançasse, pronta a liquidar – o painel e os seus autores... E tiveram que dar satisfações à multidão suspeitosa. Era o momento em que a pernicioso mansidão de Araújo Lima já estava inteiramente ao serviço do reacionamento do senado, enquanto as tranqüibérmias políticas de Hermeto só serviam para turvar a situação, onde Vasconcelos ainda teimava em passar por liberal... Tudo significa que as dificuldades se tornavam bem explícitas na hora em que – tendo de eleger-se o regente uno (em vista do **ato adicional**), pareceu ao maior número que a virtude de Feijó seria remédio para as dificuldades. E foi o grande padre eleito regente.

### § 31 – O triunfo sobre Feijó

Desambicioso, Feijó aceitou a candidatura à regência por instâncias de Evaristo, que foi o seu grande sustentáculo... Esta circunstância basta para patentear a fragilidade da situação

inaugurada em 1835. Elegera-se o regente Feijó, mas a **política**, quer dizer a situação de fato, pertencia aos Hermeto, Vasconcelos, Rodrigues Torres... completados pelos Calmon e Araújo Lima. Foi possível levar o grande ituano a chefe da Nação, mas não era isto o bastante para deter a decomposição do mundo político, e que já era uma recomposição em misérias. Que o diga o Sr. P. Silva:

Quão diversa era a época em que agora assumira Feijó a regência, daquela em que ocupara o ministério da justiça!... Já não eram as mesmas paixões, os mesmos entusiasmos, que dirigiam os homens públicos... Lutara-se na primeira quadra com o ardor juvenil e pujante que incitam as ideias... Sucedera agora um desânimo, uma prostração e mesmo uma tendência à dissolução dos partidos... a qual os fazia oscilar e tripudiar, conforme as novas circunstâncias, que, não raro, surpreendiam os mais perspicazes...<sup>132</sup>

Qual a causa disto? A mesma pena, na mesma página o diz: “A revolução de 7 de abril fora contida e sopeada em seus efeitos e consequências... Novas combinações se pactearam entre os políticos, que lograram prever as metamorfoses que deviam sofrer os partidos até então pleiteantes. A maior parte dos antigos restauradores se ajuntou ao núcleo constitucional monárquico (Hermeto-Vasconcelos), que, ainda em embrião, patenteava, todavia, abonos seguros de desenvolvimento e influência futura. Os grupos exaltados reuniram-se de preferência aos sustentadores do governo do regente (Feijó).” Tem toda razão o homem da **Fundação**: esse embrião, que foi o próprio embrião do constitucionalismo parlamentar do segundo Império, dominou o futuro, e conformou definitivamente a política nacional. Segue-se a história da torva,

132 *De 1831 a 1840*, cap. VI.

rude, encarniçada e deselegante oposição ao padre regente. Havia a **profícua** abundância de quantidades nos processos implacáveis a completarem-se: a viscosidade de Araújo Lima, a esperteza tortuosa de Carneiro Leão, a ambição inexorável e tabética de Vasconcelos, a unctuosidade de Araújo Viana, a constante traição de Sousa Carvalho, a precocidade política de Rodrigues Torres e, até, o servilismo de Ledo. Enquanto isto, já na falta de Evaristo, teve Feijó de amparar-se no mercenarismo de Montezuma – quando contra ele se uniam todos os tradicionais reacionários, de Vilela Barbosa a Martim Francisco.

Como prenúncio do que seriam aqueles tempos, nas eleições de 1834, a portuguesa do Rio de Janeiro dera os seus sufrágios a José Clemente, e ao constante partidário de Pedro I. Então, foram eleitos os mais decididos, dos novos adversários, na futura oposição a Feijó; Rodrigues Torres, Paulino Torres... Nesse mesmo tempo, o absolutismo de Pinto Madeira, o protegido de Andréa, ensanguentava o Ceará, enquanto o mesmo Andrea façanhava no Pará. Com tais antecedentes, é lógica a formidável oposição, que anulou a Regência de Feijó, e o obrigou a deixar o poder. Franco atirador contra os radicais de 1832-35, Carneiro Leão despertou as invejas e desencadeou a ganância de poder de Vasconcelos, que, logo depois de eleito Feijó, contra este organizou a oposição conservadora, furiosa investida para o poder. Acreditando que o enaltecia, o panegirista Macedo pinta a situação e retrata o homem:

Vasconcelos observou... sentiu a reação antiliberal no espírito de muitos... os antigos partidários do ex-imperador fazendo causa comum com os diversos grupos de oposição, prevendo próximas e inevitáveis combinações futuras, estadista vidente, habilíssimo e astuto, encaminhou-as, coligou os grupos dissidentes, pronunciou a palavra regresso, separou-se dos liberais (quantos, então?), e organizou... o partido conservador...

Faltou ao biografista contar – que a astúcia do conservador tabético o levou, até, a fomentar revoluções, para crescerem as dificuldades da Regência (Sabinada). Conservadores, os Hermeto e Vasconcelos, atirados contra Feijó, negavam-lhe tudo do que era necessário para meios de governo. Negaram-lhe, até, esses esteios da ordem, o estado de sítio, para o Sul em franca revolução.<sup>133</sup> Ao mesmo tempo, acusavam-no de ficar inerte em face da revolução. Feijó, sacerdote virtuoso, mas brasileiro integral, defendia as prerrogativas do Estado brasileiro contra as investidas da Santa Sé, e Vasconcelos, secundado pela hipocrisia de Araújo Lima, encontra nisto mais um motivo para, a pretexto de zelar pelos direitos dos católicos, atacar a política democrática do Regente. Note-se, a Santa Sé tanto não se sentia ferida, que nomeara Feijó para o bispado de Diamantina. Assim atacado, o grande regente respondeu com energia, nas formas que lhe eram próprias. Ao encerrar-se a legislatura (de 1836), marcou-os, aos adversários, com a censura pública: “Seis meses de sessão não bastaram para descobrir remédios adequados aos males públicos. Eles infelizmente foram em progresso. Oxalá, que na futura sessão o patriotismo e a sabedoria assembleia geral possam satisfazer às urgentíssimas necessidades, do Estado.” Responderam em doestos, e ele replicou:

Como me interesso muito pela prosperidade do Brasil, e pela observância da constituição, não posso estar de acordo com o princípio emitido no segundo período da resposta à fala do trono: e sem me importar com os elementos de que se compõe a Câmara dos srs. deputados, prestarei a mais franca e leal cooperação à Câmara, esperando que ao menos

---

133 Vasconcelos, Hermeto e Rodrigues Torres, depois de garantirem a não votação do sítio, deram-lhe, por esperteza, os seus votos pessoais.

desta vez cumpram as promessas tantas vezes repetidas de tomar em consideração as propostas do governo.

Araújo Lima, como presidente, **passou o recibo**; é certo, porém, que Feijó não pretendia fazer efeito sobre o parlamento onde mandavam os seus adversários: falava para a nação, a mostrar que não tinha como obrigá-los a esquecer os seus interesses, para atender aos interesses do país, e que, não tendo meios de obrigar os Hermeto e Vasconcelos a serem probos, preferia demitir-se a ser, mentirosamente, rei constitucional, para o parlamentarismo que eles ensaiavam, e que não era da Constituição. Coerente com o seu programa, deixou a Regência. Ainda chamou companheiros a quem a entregasse: nenhum aceitou, e o padre foi honesto até o ponto de fazer de Araújo Lima seu ministro, para passar-lhe o governo.

A regência de Feijó foi estéril, comentam os historiadores bragantistas; estéril e de um **democratismo incoerente, inorgânico...** A língua em que Feijó falava não lhe permitia as longas explicações, para mostrar como não lhe cabia a culpa de nada, e que não era – nem incoerente nem inorgânico. Não há exemplo, mesmo, na política brasileira, de tanta coerência, tanta intransigência em torno de um programa. Já o mostramos – que a política dos moderados, mesmo os radicais e sinceros como Feijó, estava condenada à esterilidade, uma vez que não ousou realizar revolucionariamente os fins da revolução. No mais, se falhou a ação de Feijó foi porque, no mundo dos homens onde ele teve de agir, não havia o com que organizar uma obra de longos efeitos, a não ser aquilo mesmo que os Hermeto e Vasconcelos nos deixaram, e que lhe inutilizou todos os esforços em prol do Brasil. De fato, Feijó nada fez: prisioneiro da ordem legal, cuja garantia eficaz fora ele mesmo, eram-lhe carcereiros os próprios encarniçados inimigos. O parlamento, onde estes mandavam, fechou-lhe todas

as possibilidades, e ele, o Feijó enérgico, pessoal e indomável, não quis sair da legalidade: nunca saiu da legalidade, exemplo único, na sequência dos chefes de Estado do Brasil. E, assim, foi um governo estéril a sua regência; isto, porém, não prova incapacidade de ação política, em quem já havia dado as provas que ele dera. Falhou, mas toda a falência proveio do vazio hostil e estéril em que agia. Não havia, não podia haver, a colaboração eficaz de companheiros superiores aos egoísmos dissolventes,<sup>134</sup> companheiros, como ele, lealmente votados à realização do bem comum, A estreiteza de critério do Sr. P. da Silva o leva a afirmar que, com o decorrer de três anos, mudara a orientação dos espíritos, e não eram mais as mesmas paixões a conduzir os políticos... Não: era tudo o mesmo; apenas mudara a fase do desenvolvimento, na obra que pelos Vasconcelos e Hermeto se realizava. Como o Brasil era uma vida, em ânsia de afirmar-se, houve o 7 de Abril; como, dentre os dirigentes e políticos, um grande terço se veio colocar nas filas da revolução, o Brasil foi por estes empolgado: é a fase do assalto às posições. Passados, porém, os fogaréus da refrega, vem a acomodação: à beira da cova, afastam-se as dificuldades e eliminam-se os díscolos. Para os políticos que, em definitiva, organizaram a política do Império brasileiro, Feijó era um díscolo. Naquele mundo de insinceros e pulhas, mas ativos e fortes, ocupados exclusivamente em firmar a situação própria e pessoal, não havia lugar para a ação sincera e desinteressada do padre que havia recusado o bispado, e que, padre, em defesa do Brasil, arcara com a má vontade da Santa Sé. Os que inutilizaram a tentativa de Feijó, em julho de 1832, foram os mesmos que fizeram votar a lei de **interpretação**, e que, equivalente a uma reforma da Constituição, não podia ser feita pelo parlamento comum, incompetente para o caso...

---

134 Foi a propósito desta *fala* que o Sr. Rocha Pombo tisonou o grande Feijó, assimilando a sua franqueza sã à grosseria de Pedro I: *Está encerrada a sessão...*

## § 32 – O choco do parlamentarismo

Já Polibio havia acentuado: “Todo Estado contém em si mesmo o gérmen da corrupção.” Mais explícito, ele diria: O uso do poder acaba corrompendo, porque os bons aí aprendem um novo gozo – o mando; os maus agravam a maldade nesse gozo; e, uns e outros, a ele tudo sacrificam. E a explicação mais digna, para a defecção dos **moderados**, tudo sacrificando, no empenho de conservar e gozar tranquilamente o mando. Fora Feijó quem lhes garantira o poder, nos dias difíceis de 1831-32; no entanto, como prova definitiva, eles tudo fizeram contra o governo do antigo companheiro, e que, coerente, queria realizar o programa da revolução que os elevara. E aí se destacam os nomes dos que serão os conformadores da nova política brasileira. Enquanto Vasconcelos ainda se mostra em aparências liberais e democráticas, Hermeto já trabalhava ostensivamente por uma política reacionária, colocando-se entre a **experiência** de Araújo Lima e os esforços de recuo dos novos, que se anunciavam já conservadores – Rodrigues Torres, Soares de Sousa... Assim, desde 1834, reclamavam que as reformas constitucionais fossem emendadas, reduzindo-se a simples satisfações de momento, sem nenhuma alteração substancial **nas instituições nacionais**... Os dias são ainda muito turvos; não se extinguiu de todo a **exaltação**, e eles adiaram a campanha de reação. As últimas ilusões trazem Feijó para o posto supremo, e, na primeira resposta à **fala do trono**,





Rodrigues Torres, secundando Hermeto, investe contra o **ato adicional**, se reclamar, como necessidade urgente, uma interpretação castrante. Vasconcelos tomou a deixa, e fez desse motivo o mais insistente, na sua fúria tabética contra o regente e as liberdades brasileiras. Nesse momento, já está na linha, bem compacto, todo o pessoal do recuo, desde Paranaguá, Calmon... até Soares de Sousa. Arvorado o trapo do **regresso**, a sua primeira concretização, consigna o Sr. P. da Silva foi “dar andamento a uma interpretação do **ato adicional**, no intuito de pôr cobro... Nenhuma providência pareceu à maioria da câmara mais necessária no momento.”<sup>135</sup> O parecer parlamentar em favor da **interpretação** foi a peça de estreia, de Soares de Sousa, em cuja tradição de recuo viemos encontrar a famosa **junta do coice**...

A glória de sancionar essa realização de regresso coube, necessariamente, a Araújo Lima, que, aliás, fora o útero da mesma ideia, fecundada por Carneiro Leão. O futuro Olinda foi, também, a pata solícita, sob cujas asas chocou o ovo do inefável parlamentarismo em que se fez toda a subsequente política do Brasil. O caso tem tanta significação, que merece referência especial. Página adiante, registraremos a primeira manifestação disso que veio a ser o parlamentarismo brasileiro. Vasconcelos, que só combatera Feijó para ser poder, foi o naturalmente escolhido pela coroa, personificada em Araújo Lima, para organizar o primeiro ministério da nova Regência. Não admitindo partilha real do efetivo mando, o chefe do regresso não quis Hermeto a seu lado. Deixou-o na Câmara, a título de **leader**, e fez um verdadeiro gabinete seu, com a fina flor do oportunismo ambicioso – Calmon, Rodrigues Torres, Rego Barros, Maciel Monteiro... Nesse desenrolar de sucessos, consagrados nestas gentes, os costumes políticos tinham feito a evolução precisa para que se caracterizasse o parlamentarismo nacional. O

---

135 *De 1831 a 1840*, pág. 217.

regente (Araújo Lima) era a fórmula ostensiva do rebaixamento: “Produziu (M. A. 265).

O fato – o **regresso** – mereceu que o Sr. P. da Silva o assinalasse: “Mais que ninguém, o regente (A. Lima) principiou a afrontar os prejuízos democráticos... manifestando suas tendências a práticas obliteradas, e rodeando o jovem imperador de respeito e consideração”... renovando o beija-mão. As suas falas do trono serviram de modelo para os da Santa Aliança, e, com isto, desfaz-se em desnecessárias zumbaias em face da Santa Sé, pelo gozo, somente, de contrariar a política zelosa e altiva de Feijó. No parlamento, transbordavam as mesmas ideias, em idênticas manifestações: o confessado arrependimento de Vasconcelos, quanto aos anteriores arreganhos de democracia; um franco desdizer na generalidade dos antigos moderados; como ostentação positiva, uma política acintosamente preventiva contra futuros ensaios de democracia. Na ausência de Feijó, era um coro, em torno dos que a ele sucederam. Só depois, porque estavam fora da mesa, é que os Paranaguá, Martim Francisco, Barbacena... fizeram de oposição, tendo o cuidado, no entanto, de mostrar que – não entendiam o caso como o irredutível liberal, Feijó. Por isso mesmo, era contra este o forte da oratória estrebuchante de Vasconcelos. A prosápia bacharelesca garantia-lhe os aplausos da galeria, mas, em verdade, tudo não passava de ênfase oratória, verbiagem pulha, para justificação de um constitucionalismo de encomenda, em que Benjamin Constant era o molho rançoso, para fazer passar o absolutismo de verdade, com que o escravocrata pretendia garantir o regime que manteria no Brasil o crime da escravidão.

Porque era bem da índole do regime, contratavam-se estrangeiros – para combater a democracia rebelada no Sul, e ainda a afrontavam com o relho sangrento de Andrea. Para completa expressão do momento, surge José Clemente, eleito deputado pela portuguesada do Rio, e que vem dizer: “Esqueci o passado; quero



colaborar com os liberais convertidos às minhas ideias”. Foi aceito, naturalmente, porque tudo aquilo não passava de um refazer de misérias: “José Clemente era favorável ao ministério Vasconcelos, porque a sua política lhe parecia a única azada a restabelecer a ordem pública, a extirpar as doutrinas subversivas...” comenta um dos historiadores convenientes ao momento. E como os dominantes e desfrutadores se chamavam conservadores, e que a única oposição era a de uns raros e sinceros liberais, os trêfegos Andradas, os saudosos do primeiro Império – Paranaguá... todos esses, atirando-se contra os do governo, chamaram-se – **liberais**, e, assim, vão até à aventura da maioria. Nesse lance de oposição, Martim Francisco ataca desabridamente o ministério, que contratara estrangeiros para o exército: “Que terrível reminiscência! Que extraordinária coincidência!...” É que José Clemente já estava com os conservadores; mas não era, apenas, coincidência, senão a reconstituição integral de uma política – o bragantismo. Vasconcelos fizera nome atacando o ministro que organizara batalhões estrangeiros, e, agora, aproveitava a lição, reproduzindo-a como governo.

Com esses sucessos, transcorrera o período do choco, e Araújo Lima, com o próprio primeiro ministério, deu a amostra do que seria o parlamentarismo nacional. Foi precoce, o produto, mas perfeito. Vasconcelos, chefe do partido e chefe do governo, tinha maioria esmagadora no parlamento, e, talvez, abusou dessa força, sobre o lombo do regente. Por isso, ou quer que seja, o manso Araújo Lima decidiu apeá-lo. Deu-lhe ensejo a senatoria pela província do Rio de Janeiro. Vasconcelos a reservara para o seu do peito – Calmon; a portuguesa empenhava-se pelo precioso José; Clemente, alguns aduladores lembraram a do pai de Eusébio de Queiroz, chefe de polícia, ao passo que o regente tinha prometido o lugar ao velho amigo, o indefectível restaurador, desembargador Lopes Gama. Antes, mesmo, da eleição, e porque Vasconcelos

tratava do caso como se fosse o dono único da fazenda, Araújo Lima fez publicar no **Aurora**, jornal de Sales Torres Homem, a notícia aviso – de que o gabinete havia pedido demissão, e que Lopes Gama fora convidado para organizar o novo ministério. Vasconcelos fez-se de desentendido, ou não entendeu, mesmo, a deslavada perfídia, e imediatamente, com o seu nome, pelo **Jornal do Commercio** (de 31 de janeiro de 1838) desmentiu a notícia. No dia seguinte, veio Lopes Gama, pelo mesmo veículo, e contou: que fora, de fato, convidado para chefe de um novo governo, em vista de ter pedido demissão o gabinete de Vasconcelos. A última parte destas afirmações era mentira, todos sabiam, e Vasconcelos continuou no governo. Fez a eleição, pôs o amigo na lista tríplice, com José Clemente e Lopes Gama, e levou à imperial escolha o nome de Calmon. Araújo Lima não lhe disse **sim** nem **não**, e, logo a 16 de abril, escolheu o restaurador Gama, cuja única indicação política, ao lado de Calmon e José Clemente, era ser um caramuru de confiança. Foi esta a primeira prova do parlamentarismo inventado por Vasconcelos, que, por isso mesmo, teve de sair. No entanto, com todo o doutrinário parlamentarista não se deu por achado, e foi para a Câmara apoiar Lopes Gama e o regente que o escolhera. O Sr. P. da Silva, quase ingênuo, espanta-se do caso: “Por uma questão na aparência mais particular do que política, se retirava um ministério que ao tomar posse do governo as mais estrondosas e maiores adesões encontrara...”

Daí por diante, o famoso carro do Estado vai passando aos trambolhões, tais e tantos, que provocam, no mesmo historiador, indignada consideração:

... o parlamento... (maio de 1839), o regente abriu-o com a pompa do estilo, apoiado num ministério incompleto, fraco, sem amigos em nenhum partido, sem um programa, enfim, que lhe afeiçoasse parciais e aderentes... Mostrava-se cada vez mais fraco o governo regencial (em 1840)... na

mesma insuficiência e debilidade... debates prolongados nas câmaras... sucediam-se repetidas prorrogações... deplorável esterilidade... os partidos sempre em atividade se recusavam a praticar reformas, com medo de com elas fortalecerem os adversários quando no poder...

Nesse tempo, todos os antigos viciados do mando, então desocupados, fizeram a sua oposição a Vasconcelos, no intuito, acredita o Sr. P. da Silva, de “salvar os princípios do naufrágio a que eram arrastados pela decadência e desmoralização da sociedade”. Ele queria dizer – da política. Eram os Paranaguá, Barbacena, Martim Francisco... e, que, formados contra a oligarquia torva e arrogante dos conservadores, tomaram o nome de – liberais. Feijó continuava não se confundindo com eles, mas os ingênuos e raros legítimos liberais, aceitaram, nesse título enganoso, a imunda promiscuidade, para o dissimulado liberalismo ali proclamado. Foi sobre esse bando, desencontrado e monstruoso, que agiu a senilidade trêfega de Antonio Carlos para a sinistra aventura da maioria, com que se ultimou a reconstituição formal do braganatismo. Não tardou que os sinceros desse bando tivessem a realidade do mesmo braganatismo: Antonio Carlos, que daí em diante não mudou mais, chegou a ser exautorado, em 1841, das honras de **gentil-homem**; para os constantes liberais, Vergueiro, Otoni... foi a dolorosa lição de 1942.

### § 33 – Um lance de liberalismo – “Quero já”

Num mundo político derivado diretamente do estado português braganantino, quase unânime em bacharéis de Coimbra, uma vez inclinado a descer, a degradação foi pronta e, desgraçadamente, definitiva. De começo, a oposição aos políticos do **regresso** era somente a dos liberais a Feijó. Não tardou, porém, que o poderio áspero de Vasconcelos despertasse despeito nuns, impaciência

noutros, e, sem demora, se formou a segunda onda de oposição amadrinhada no rótulo de liberal. Os ingênuos radicais pensaram que podiam aproveitar o concurso da nova oposição, e, amparando-se no príncipe, abater a oligarquia de escravocratas, com o seu séquito de mercenários... Destarte, no mesmo bando, com o odiento Martim Francisco, o trêfego Holanda Cavalcanti, e o arquirreacionário Vilela Barbosa, completado pelo inefável Conde de Lages. Ao lado desses constantes inimigos da democracia brasileira, tomaram lugar os que ainda restavam dos tradicionais defensores das liberdades nacionais – Vergueiro, Alencar... que serviram de engodo para os novos radicais – Alvares Machado, cônego Marinho, Otoni, Nunes Machado. À turma dos conservadores, em renovação de misérias, veio juntar-se o futuro Montalegre, sobre peso excelente, na balança dos Hermeto, Araújo Lima, Rodrigues Torres, Araújo Viana, Soares de Sousa... Por fora, girava o marcialismo dos Limas, para garantir o governo, fosse quem fosse. De uma tal gente, com tais motivos, que é que se podia esperar para o Brasil?... Produziu-se uma falsa crise, com refalsados intuitos. Criaram-na e dominaram-na os sôfregos de poder. Como havia o menino imperador, para ele se voltaram os mesmos sôfregos. Em 1835, já Luiz Cavalcanti apresentara um projeto – estatuinto a que a maioria do imperador fosse recuada aos quatorze anos.<sup>136</sup>

Restavam laivos de vergonha, e o projeto **nem foi julgado objeto de deliberação**. Em 1836-37, ansioso por arrancar o poder a Feijó, Vasconcelos levantou, por fora do parlamento, a ideia da regência da princesa Januária. Ele pressentia que trazida ao supremo poder por sua mão, ela lhe entregaria o Brasil. Resquícios de pudor político contiveram os homens a quem ele se associara, e tudo não passou de ideia vã, Apontado esse caminho – de assalto

---

136 O Conde de Lages fora do ministério de Paranaguá, de 5 de abril de 1831, ministério que, por tão deslavadamente reacionário, provocou a revolução de 7 de abril. Paranaguá foi o digno condestável, em 1842, para a patacoada da coroação.

ao poder, em fins de 1839 os adversários de Vasconcelos tomaram por aí: Montezuma, nos seus modos destemperados, fez ressurgir o projeto de Luiz Cavalcanti, e toda a política passou a fazer-se em torno da **maioridade**. Foi uma campanha rápida, sem nenhum perigo, e, dada a degradação geral, sem receios de insucesso. Os **maioridadores**, cujos passos eram cuidadosamente seguidos por José Clemente, tiveram no sucesso deste, em 1822, uma preciosa lição; “Quero já” é o parelha, completamente natural, do – “**Fico**”. Numa política que se reduzira a transigências tecidas em insinueridades, com o fim explícito de regresso; quando o melhor recurso – o único confessável, era a sisudez vazia e moderada, o caráter já patenteado do imperante foi uma sugestão a que todos cederam. Habsburgo, feito numa corte ridícula e frusta, cuja melhor tradição era a de D. João VI, Pedro II veio a ser o adolescente circunspecto, alheio a puerícias, avesso a arroubos de juventude, e cujo melhor elogio estava em que “ainda não tinha atingido a idade dos quinze anos... os que o conheciam prestavam homenagem sincera às suas qualidades de reflexão, prudência... ao procedimento grave...”

Previendo os resultados da campanha da maioridade, Araújo Lima, que já conformara a espinha no beija-mão, afanoso em garantir a sua situação junto ao trono, foi esclarecer o caso, e saber os desejos da imperial criança.

Majestade, teria ele falado, a oposição anda a fazer o jogo político de promover a vossa maioridade; com o aqodamento com que a querem proclamar, é uma deslavada ilegalidade... Esta semana, mesmo os conservadores farão passar uma lei proclamando-vos **maior**, e sem demora estareis no trono, se tanto o quiserdes.

Pedro II aquiesceu em que – era esse o modo mais legítimo de maiorar-se, e que esperaria pela solução de Bernardo de

Vasconcelos e a sua gente... Tal nos garante o Sr. P. da Silva; mas, fosse impaciência de criança,<sup>137</sup> fosse capricho de ser proclamado revolucionariamente, como o seu augusto antecessor, a verdade é que o imperial adolescente, com toda a sua circunspecção, aceitou o oferecimento da minoria parlamentar – para escalar o trono, passando embora por sobre a Constituição.

E o país conheceu, então, a mais sinistra das revoluções, sinistra nos fatores, sinistra na forma e nos efeitos. Não houve como esconder a monstruosidade da coisa: “Foi a maioria um ato intempestivo e revolucionário, que agitou o país sem necessidade... foi um movimento que saiu da órbita da lei e da legalidade; não se atendeu mais, nem à constituição, nem ao corpo legislativo...”<sup>138</sup> O homem da **Fundação** é igualmente peremptório nos conceitos: “Outra revolução proclamou a maioria antes da época marcada para ela... revolução feita pelas minorias das duas casas do parlamento, reunidas sem caráter oficial, nos paços do senado...”<sup>139</sup> Sim, foi uma revolução, mas faltou-lhe tudo que dá nobreza e justifica tais crises. Faltou-lhe inspiração desinteressada, espírito de sacrifício, realidade de riscos, força de motivos e de resistências a vencer, diferença de nível a escalar.

Com isso, foi a mais descabelada e mais enervante das agitações, para os maus efeitos de desorientação dos espíritos, abalo das instituições, falseamento das tradições, derrama de ódios... Um salto num tremedal! E, para quê? Para que saísse Vasconcelos e viesse Antonio Carlos, pela mão de Vilela Barbosa... sob um principete que, desde logo, mostrou como entendia a sua função moderadora: antes de quatro meses, antes que o gabinete resultante da revolução tivesse tempo de “fazer melhoramento ou reforma, despediu-o – para trazer ao governo os escravocratas de

---

137 Isto mesmo se lê nas entrelinhas do zangado manifesto de Bernardo de Vasconcelos, em resposta ao golpe que deu o poder aos liberais *maioriadistas*.

138 *História Pátria*, pág. 371.

139 *De 1831 a 1840*, pág. 332.





Vasconcelos. De permeio, a nação teve a medida de degradação a que tinha chegado essa gente. Nos lances do movimento todo realizado nas casas do parlamento, Hermeto, aquele que por apego à legalidade fora até a traição; Hermeto, à vista do trono da criança, abandonou todas as convicções constitucionais: “É um golpe de estado, dizia para os maioradistas; assusta-me, mas submeto-me à sabedoria dos que descobriram esse grande remédio para o mal do momento; não tenho razões para combatê-lo”. Um Navarro, safa-se de entre as pernas bambas de Vasconcelos, para ser um dos mais afogueados maioradistas; o pequeno Álvares Machado, convida enfaticamente o povo indiferente – para fazer revolução, enquanto Antonio Carlos, sem mais delongas, grita para o recinto dos deputados: “Abandonemos esta Câmara prostituída!” Ele tinha razão... teria inteira razão, desde que fizesse a corrigenda de que – não só a Câmara, mas tudo se prostituía. O espetáculo era para náuseas: um punhado de liberais desorientados, num torvelinho de pulhas, que só se aventuravam porque se amadrinhavam com um trono. A Câmara era aquilo, e o Senado?... Apresentada a proposta de **maioridade**, não houve, ali, onde assentavam as instituições; não houve, marquês, ou não, quem se levantasse, para atacá-la, ou para defendê-la. Na votação, foram 16 x 18, e viu-se Paranaguá contra Maricá, Vergueiro opondo-se a Alves Branco, Holanda Cavalcanti contra Caravelas... Já fora dos trâmites constitucionais, manifesta-se, então, Paranaguá, a convidar os presentes para um arremedo de sessão revolucionária, ali mesmo, sessão em que ele foi o liberal-revolucionário em chefe. Como consagração da vitória, organizou o típico ministério da maioridade: 2 vezes 2 irmãos, um sobrinho, aglutinados pelo moderatismo de Limpo de Abreu.

Embuste em 1822, malogro em 1831, ostensivo regresso conservador em 1837, revolução palaciana em 1840, a política nacional teve de ser o entendido paul, donde saímos para esta república, que já é asfixia, como é a mais sensível traição aos ideais de

democracia do que a dos carcereiros de 1832, dos **interpretadores** de 1839, e dos farsistas bajuladores de 1840. De todo modo, a maioria foi a escala geral – a convergência definitiva, dos emaranhamentos e transigências da definitiva política. Depois, não houve mais em que transigir, nem o que perverter. Já estava iniciada a obra de destruição das poucas liberdades conquistadas com o 7 de Abril, e, agora, a destruição se acentuou, sistemática, e inexorável. Timandro dirá: “Oito meses depois da maioria, o novo reinado constituía-se solidário e continuador do antigo, e riscava da nossa história o grande fato da revolução”.

Já o notamos: não foi Pedro II quem provocou o desvirtuamento, a corrupção, a inaniidade de ideias, da política nacional; foi, porém, quem lucrou definitivamente com isto, para reinar como poder incontrastável; foi quem sistematizou os processos corrosivos de caráter; foi quem presidiu e conduziu toda a subsequente degradação da vida pública, em liberalismo vazio, e insincera legalidade. O adolescente do **Quero já**,<sup>140</sup> correspondeu à revolução que o elevou.

### § 34 – A crosta que se refaz...

Aqui estabelecido, o Estado português veio a degradar-nos completamente, com todos os característicos da sua política. Até

140 Interrogado, já na madureza – se havia realmente respondido *Quero já*, Pedro II fugiu à responsabilidade do caso, respondendo que não se lembrava. Mas, se há dito histórico comprovado é este: todos os historiadores, inclusive os da época, o consignam; atestam-no muitos dos principais comparsas, como Otoni; por outro lado, o adversário Vasconcelos também o afirma. Em todo caso, se não foram proferidas tais palavras houve a substância dos fatos a que elas respondem: o imperial adolescente esteve em confabulação com os Andradas, por intermédio do seu médico Meireles; por *precaução* – para frustrar a revolução, o governo da Regência, quis mandar o imperial adolescente para a fazenda de Santa Cruz; os Andradas avisaram o príncipe, e este lhes mandou dizer, pelo mesmo Meireles, que – *não iria*...

as nossas tradições se perverteram, pois que tivemos, mascarando a essência do Brasil, os brasileiros de D. João VI, a serviço do lusitanismo renitente. Sobre a Nação, ingênua e confiante, eles se estenderam numa crosta infectante, vivaz – o bragantismo, e nunca mais nos foi possível descascar dessa miséria. Havia, na massa da Nação, uma alma brasileira, cujas energias alimentaram lutas sérias, porfiadas e longas; mas, era tal a qualidade das gentes dominantes que, todas elas, através de todas as lutas de autonomia nacional, não deram para fazer um herói. Na política nacional, de 1821 até ontem, que figuras nos ficaram – capazes de levar-nos ao entusiasmo reverente de um culto?... Alguns tristes mártires, infamados pelos empreiteiros da história imperial, soterrados nas misérias que se seguem; o único – Feijó, incompleto, amortalhado na sua invulnerável virtude; uns rápidos aspectos de José Bonifácio, que vem para a política quando já está impróprio a redimir-se do bragantismo onde se fizera... No mais, uma nata de larvas e vermes, a afogar os poucos sinceramente brasileiros.

Na campanha de 1825-31, o ânimo de um Brasil livre conseguiu, finalmente, romper a crosta de podridão ativa com que o estado português se despotizara sobre esta pátria: foi quase uma vitória, não a redenção efetiva. O bragantismo, revivendo em novas formas, brotou mais forte, refazendo-se a crosta, mais espessa e mais mortificante, ainda.

Entedia e fadiga – que, para caracterizar a nação brasileira, no Brasil independente, durante o primeiro meio século, haja que insistir, sempre e sempre, em acentuar os sucessos políticos. Infelizmente, não pode ser de outra forma, porque toda a vida pública e social era dominada pela política, única atividade que aparecia e se impunha. Era a nação, não senhora de si, não devidamente constituída, e que insistia em ser o que devia ser. Ao termo, o Brasil foi dominado; mas os que vieram explorá-lo definitivamente, ainda tiveram que concentrar todas as suas energias e os

seus processos nessa obra de disfarçado domínio. E isso ainda foi política. Todo esse período, que vem do último esforço brasileiro pela redenção nacional, até o ressurgir do espírito público com a propaganda pela Abolição e a República, é o latejar de um desenvolvido abcesso, cujas saliências também são movimentos políticos. Então, quem era capaz de votar-se a um ideal, ou, mesmo, os simples traficantes, com ambição e força para a atividade social, ou mental, vinham necessariamente para a política, única forma possível para a ação geral, com qualquer intuito de socialização. O primeiro Império foi uma extensão anacrônica do império luso-brasileiro de D. João VI; e toda a sua ação, após José Bonifácio, foi política – para a realização, mais ou menos ostensiva, do sonho de D. João VI. Vimos que o espírito nacional se insurgiu contra a afronta direta às suas tradições, e acabou banindo o anacronismo. Mas, temos visto, também, que o bragantismo, incluído na vida brasileira, reconstituiu-se, e, contra ele, nada puderam as deficientes energias dos homens de 1831. Os últimos esforços estancam-se na ação de Feijó – 1836-37, com os estertores e os espasmos de 1842-48. Enquanto isto, pelos mesmos votos legislativos, anula-se tudo, do pouco deixado pela revolução de 1831-32, e normaliza-se, nos intuítos de sempre, o novo bragantismo.

Circunspecto, solene, não lhe falta, contudo, o pitoresco a dimanar fluente da própria situação apropriada à maioria. Os verdadeiros orientadores do governo especificam-se no célebre **corrilho da Joana**, efetivo conselho privado do menino imperador, chefiado desde logo pela astúcia de Aureliano. Daí partirá o golpe que dará por terra com o gabinete Andrada-Limpo de Abreu, e que arrancará àquele a chufa despeitada: “Quem se mete com criança amanhece molhado”.

Com que aspecto se apresenta, então, o revivido Império brasileiro?

Tomemos, a espaços, o testemunho de alguns brasileiros, dos bem qualificados para caracterizar o que, finalmente, se

estabilizou como política do Brasil soberano, no segundo Império. Os julgamentos e testemunhos a que daremos fé pesaram, de fato, na verdadeira opinião pública do Brasil; não serão simples retaliações de deputados, anônimos, quando na oposição, nem encomendados artigos de jornalistas sem fé. Repetem-se aqui, porque são conformes à verdade, conceitos de homens que foram dos primeiros no pensamento brasileiro do momento, e que sentiram a necessidade desoprimir a consciência: um Landulfo Medrado, que fala para 1860, um Tavares Bastos, para 1866, Sousa Carvalho, José de Alencar e Melo Morais (o velho)... impressos em 1870-72. Para comentá-los, e completá-los, há, então, momentos em que os enfileirados da política, de Zacharias a Ferreira Viana, tomados de náusea, ou feridos no justo orgulho, deixam ver a verdade do regime. Todos os citados são irreduzíveis monarquistas, sendo que a exceção de Rui Barbosa é a de uma opinião que – considerava a república uma obra de acaso, evitável por conseguinte, desnecessária; se não era republicano, também não era monarquista.<sup>141</sup>

Começemos pelo Sr. Melo Morais, que tem a superioridade de conhecer a história nacional, e ser quase um contemporâneo de toda a organização política: “... entre nós, em lugar de se firmar a independência, não se cuidou dela... A falsa política, que a escola de direito de Coimbra havia plantado em Portugal, tendo-se naturalizado no Brasil, em vez de amenizar-se com nosso clima...” Tavares Bastos já encontra feito o mundo político; quer trabalhar pelo engrandecimento da sua pátria, e, de entrada, tem de constatar: “A miséria moral como a pobreza material... herdamos-las... O passado instalou-se no presente, acompanha-o,

---

141 “A república originou-se de um acidente... Certas reformas... tê-la-iam prevenido e evitado. Certas emergências... poderiam ter abortado o movimento. A nação aceitou-o, mas não era seu. Não havia sido elaborado por ela mesma”. (*Prefácio à Abolição*, de O. Duque-Estrada, em 1918). Não podia ser mais frouxa a convicção republicana de quem tais linhas escreveu.

excede-o, esconde-o, cobre-o, ele, uma sombra!” Dez anos depois, a evidência desses males de origem impõe-se a Sousa Carvalho, e ele constatara:

Fizemos a independência... para vivermos eternamente sob o jugo do governo, para sermos sempre escravos de mandões encarregados de governar-nos... Colhe-se um país na debilidade da infância e já cansado das revoluções inúteis, indiferente às lutas das ideias e persuadido de que novas revoluções não se podem generalizar, e vingar em tão extenso território... concede-se a maior licença nas publicações da imprensa, com certeza de que são respiros que não fazem moessa; o direito de voto a todos os cidadãos, tornando-os ao mesmo tempo... escravizados pelo mais ferrenho regime de recrutamento, da guarda nacional, da polícia e da justiça convertida em arma política; a nação dividida em dois partidos pessoais; associa-se um deles ao governo, para que metade da nação contenha e subjuguue a outra metade, sem tirar-lhe a esperança de ter igual ventura e desforra; entretém-se a vida da nação nessa contenda estéril e brutal; o partido dominante é senhor absoluto de uma das câmaras, mas enfraquecido, embaraçado, reduzido a quase nada como poder legislativo pela organização e condições especiais da outra câmara; o partido do governo tem todas as largas faculdades da administração, mas o outro se conserva à mão, como instrumento dócil e infalível, de ameaça e subversão: não pode haver nada de mais perfeito e sublime em matéria de despotismo embuçado nas formas de governo liberal e representativo...

Outro: “Aqui, não é a nação; é o governo, só o governo quem decide de tudo... parece incrível em um país americano tão

odiento despotismo na administração, tão profunda degradação nacional”. E o antigo liberal fecha o quadro: “Vergonhoso absolutismo do governo, violência da autoridade, inércia e inépcia da administração.”<sup>142</sup> Ele está falando para a mesma época, para aqueles dias de verdadeira crise – 1869-71.

Este é o **Brasil político**, de 1870, que, no entanto, vale como situação de grande crise, aquele renovar de esforços, pela liberdade, e de onde sairá a abolição e a república. José de Alencar,<sup>143</sup> sem intuições políticas, mas bastante probo para fixar a verdade, ao contemplar o mundo onde se move, teve de repetir o conceito de Tácito para a Roma apodrecida dos últimos Césares – **ad servitutum paratum**... De fato, aquela horda, tão pronta sob Itaboraá, como sob São Vicente, ou Paranhos, era uma manada conformada no servilismo. Conservador, José de Alencar viu o Brasil político na mesma visão do liberal Sousa Carvalho:

... neste país democrata, não é o elemento móvel, não é a opinião que domina; mas a vitaliciedade... faça-se a alforria do voto, cativo do governo; a alforria da justiça, cativa do arbítrio, a alforria do país, cativo do absolutismo, cativo da preponderância do governo pessoal... Há um luxo, um aparato, uma ostentação de onipotência, que abate o cidadão brasileiro...

Havemos de encontrar-nos, com esse **poder pessoal**, essa ostentação de onipotência... Dez anos antes, tomando o motivo da

142 *Op. cit.*, pág. 31; T. Bastos, *Cartas de um solitário*; Sousa Carvalho, *O Brasil em 1870*, págs. 50 e 51.

143 José de Alencar manifesta-se, em 1870 e 71, em discursos na Câmara e artigos no *Jornal do Commercio*. O opúsculo de Landulfo – *Os Cortesãos*... mereceu notas à margem pela mão de Pedro II. O exemplar, assim, está na Biblioteca Nacional.

viagem do imperador ao Norte, Landulfo Medrado tem a impressão de:

... um espetáculo burlesco! Tudo mentira, tudo baixeza!... numerosas congratulações que só dizem submissão; não trazem uma palavra digna, livre, conscienciosa, patriótica!... Coisas estrangeiras, alheias a nosso caráter, à nossa história, às nossas crenças. O povo, lá como aqui (no Sul e no Norte), silencioso ante a grande mascarada, sem se inquietar com a sua significação moral.

Landulfo é liberal; para continuar a alternância na identidade dos conceitos, venham os do **Conservador**, jornal político, na orientação do Visconde Camaragibe, Pinto de Campos, e outros qualificados do partido: “A nefasta política do governo do imperador foi quem criou este estado desesperado em que nos achamos... política de proscricção, de corrupção, de venalidade e de cinismo...” Pelo mesmo tempo, o **Diário do Povo**, dos liberais Octaviano, Tavares Bastos, Lafaiete... rugia em lamentos:

No exterior, uma guerra desastrada... No interior, um espetáculo miserando. Fórmulas aparentes de um governo livre, homenagem de hipocrisia à opinião do século; as grandes instituições anuladas, e a sua ação constitucional substituída por um arbítrio disfarçado. (Julho de 1868).

Por todo esse período – 1840-70-88... a história da política oficial do Brasil, quando não é flatulenta pela pulhice, é asquerosa, pelos crimes contra a nação, contra a humanidade. Companheiro de José de Alencar, Ferreira Viana veio gritar no parlamento: “Quarenta anos de reinado, quarenta anos de mentiras, de perfídias, de usurpação!... príncipe conspirador, Cesar caricato!... O



imperador estragou todas as forças vitais da nação... A monarquia governa o país há mais de meio século só pela corrupção e pela violência...” Depois, Ferreira Viana foi ministro do **Cesar caricato**... Era do regime, cuja síntese se fez nestas palavras de Ouro Preto: “No governo do Brasil já nem as aparências se salvam...” Em 1867, o **Diário de São Paulo**, de Antonio Prado e João Mendes havia afirmado: “Para o monarca brasileiro, só há uma virtude – o servilismo”. Confirmando Ouro Preto, julgou Silveira Martins: “O governo é mau, o sistema é mau; os governos que se têm mostrado covardes, fracos, incapazes, sujeitam-se a tudo e sujeitar-se-ão sempre a esse absolutismo disfarçado, sob cuja pressão vivemos e é preciso acabar, para felicidade do Império, onde só sofrem os fracos e campeiam os poderosos...” Outro liberal, Joaquim Nabuco, vem completar a condenação: “É impossível que o país, depois de ter conhecido a abjeção a que tocou esse sistema, continue por muito tempo sujeito a ele, e não faça desde logo um esforço para salvar a sua dignidade e o seu nome”.<sup>144</sup> Coincide com esse discorrer, a campanha do outro liberal, Rui Barbosa, que fulmina inexoravelmente todo o programa, e toda a ação dos dominantes: “A monarquia bragantina...”

### § 35 – Os valores na crosta

Rui Barbosa tem razão, no sentido de que o mal – é a miséria mesma do bragantismo implantado no Brasil. Já o notamos, porém, que não é de Pedro II a responsabilidade imediata, senão daqueles que prepararam, de 1832 a 40, o sistema político em que se caracterizou definitivamente o Império. Produto direto e

144 Destas transcrições, as que não são dos opúsculos de Sousa Carvalho, Melo Moraes, Landulfo, T. Otoni (*Biog. de Pedro II*), discursos e artigos de José de Alencar, são tiradas das – *Origens Republicanas*, de Felício Buarque, e *A política do Rei*, de Saldanha Marinho.



representante supremo do bragantismo, não seria Pedro II que iria extingui-lo. Muito pelo contrário. Naturalmente, necessariamente, com toda a lógica, aproveitou-o bem, afeiçoando-o formalmente, pois que aí se encontrava com os próprios instintos. A ação pessoal desse príncipe tem significação especial, e exige, mesmo, parágrafo próprio; agora, temos a consignar, somente, que essa política, do segundo Império, e o regime que nela se faz, são desenvolvimentos naturais. O imperador que, talvez, não teria capacidade conseqüente para tanto, não foi quem a organizou de origem; mas veio a ser o seu complemento necessário, como que o justo fecho do regime. Apreciamo-la, a essa política, em formas e em valores.

Definindo-se e consolidando-se, o segundo Império teve como primeiro empenho – reagir, em explícita legislação contra as escassas liberdades conquistadas após 7 de abril. Aliás, ainda aí, ele nada mais fez do que continuar a obra dos interpretadores de 1839 e 40. Assim, ele se afirmou, cresceu, fez o seu prestígio, e prevaleceu, com a realização de um duplo programa: a renovação do essencial, na política do primeiro Império, ou seja o reforço do **tráfico**, a subordinação ostensiva das províncias à corte, a beligerância no Sul, a multiplicação dos ridículos marqueses... e uma parte nova, própria, e bem mais característica – o falseamento de todas as formas políticas, a generalização da insinceridade, a ostentação dos puros motivos pessoais, a corrosão implacável do caráter, a corrupção de todos os processos, com uma exceção por demais ostensiva, e, por isso, desmoralizante, a intransigência nos assuntos de dinheiro... Com isto, para que o Brasil fosse definitivamente bragantino, o novo Império abafou completamente as genuínas tradições brasileiras, tentando substituí-las por outras, que fossem a consagração do mesmo bragantismo. Então, deturparam-se fatos, amesquinharam-se heroísmos, na pena dos historiadores de encomenda, no intuito de aproveitar à nova política, tudo nos

mesmos motivos que fizeram erguer o pesado bronze do Rocio – o Bragança soberaneando por sobre caboclos, antas, jacarés e tamanduás... Contem-se os anos – do dia em que o disentérico do Ipiranga foi daqui enxotado até aquele em que o levantaram no Rocio, já em bronze, e teremos o curso da monstruosa degradação da política nacional. E a queda foi registrada a tempo.

Aproximadamente na mesma época, em 1879, Araripe Júnior, funcionário público, em função de crítico para a literatura indígena, sem nenhum intuito de malevolências: “Sem política nada se consegue nesta terra, e onde tudo é grande, menos o homem”.<sup>145</sup> Evidentemente, ele pensava nos que faziam a política. Do valor e da significação de tal política, nos dirão esses mesmos já transcritos, e que, invariavelmente, no-la apresentam como coisa sem fé, sem ideais, nem entusiasmos, nem dedicações, toda feita no empenho de gozar o poder, com o efeito constante de desfibrar a Nação e viciá-la essencialmente: “Para o vulgo, **política** significa o meio de um homem fazer posição... deputado quer dizer pretendente; senador, alto funcionário, ministro, um homem de farda... não se sabe de onde veio... faz nomeações por empenho, e anda de carruagem pela cidade...” Sinteticamente, estas definições de Tavares Bastos se diriam – insinceridade, incompetência, embustes, desonestidade... Na prática, o governo se fazia, (e, ainda hoje) como a perpetuação dos abusos, desleixos, arbitrariedades e espoliações dos tempos coloniais: “... os ministros herdeiros dos bem-aventurados ministros do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves...” Antes, já o mesmo escritor havia deixado a razão de tudo: “... os erros econômicos e administrativos que afligem o império não são exclusivamente filhos de tal ou tal indivíduo... de tal ou tal partido... Eles procedem todos de um sistema seguido, compacto, invariável...”<sup>146</sup>

145 *José de Alencar*, pág. 81.

146 *Op. cit.*, págs. 267, 140.

E vai tão longe esse **compacto** sistema que recebe o novo imperante como para conformá-lo. Otoni, comparsa honesto do entremês, deixou o testemunho: “Ainda ressoavam os vivas da festa (maioridade) e já o governo pessoal se inaugurava”. Do corrilho da Joana, da Tatama... com o sacerdócio de Aureliano, havia de sair aquela atividade política descaradamente em facções – facção áulica... facção praieira. E, dadas as condições dominantes, a educação política, de 1840 em diante, devia produzir logicamente o segundo Império. Parlamentarismo... proclamava-se; mas, já em 1846, Saturnino de Oliveira, ao constituir o seu ministério, teve de incluir um adversário – assim o determinava São Cristóvão. Citam-se, que se multiplicam, grandes estadistas, nomes que o tempo vem trazendo, através de intrigas e cobultas, e que são, todos, de homens acomodaticios, sem princípios e sem saber, válidos, apenas, em trampolinices. Confundiam, todos, os interesses do país com os do trono, e, principalmente, com os próprios – pessoais. Começa a era da idolatria da **utilidade material**: Vasconcelos, Rodrigues Torres... O que se segue, por natural e lógico, simplifica-se tanto que permite distribuir em fases típicas todo o longo segundo Império, em vista da necessária ação do tempo e respectivas erosões: 1840-53 – é a continua e completa liquidação de toda a Revolução de 1831; 1853-66 – atinge-se à culminância do reinado, para a grande prova do seu valor, pelo fastígio da conciliação, a oscilar entre Olinda e Paraná; consagrado na pletora do escravilismo, há energia para tudo, até para o crime contra o Paraguai. Já haviam despontado os Saraiva, Zacharias, Wanderley, Paranhos... até Ferreira Viana, em cuja ousadia já se reflete um declínio.

Num país sem política de opinião, tal sistema, **compacto, seguido, invariável**... confunde-se, evidentemente, com o corpo dos dirigentes, e, por isso, é mais daninho – porque é um sistema vivo. Não é tal, ou tal indivíduo, porque são todos eles, incorporados

na ação política, com maiores responsabilidades para os mais elevados. Se a mesma ação dirigente tem sido sempre em prejuízo da nação, é porque tal regime existe como instituto estranho a ela. E como a miséria dessa política é contemporânea da própria autonomia do país, há, no Brasil, duas tradições nacionais: uma essencial, de sempre – a própria expressão da alma brasileira, vivaz, desde o começo do século XVII; outra, ligada ao bragantismo, expressão dos seus processos, vívida e pertinaz no ânimo dos dirigentes, continuadores diretos do Estado português aqui deixado por D. João VI, implantado na mentalidade dos seus **brasileiros**. São tradições divergentes, repetidamente em conflito, inconciliáveis; uma que está na alma do povo, com a nação propriamente dita; a outra que se liga aos exploradores dela, no papel de dominantes, e que é a própria tradição política. Por isso, o mesmo Tavares Bastos, num prescrutar de vidente, nos dirá: “O que há de pior no Brasil é a gente que o governa”. Adiante, como para iludir o pessimismo latente, ele faz ironia: “... é interessante ver a mediocridade usufruir por fideicomisso o governo do Brasil.” Para o mesmo momento, um desabusado chegou ao doloroso conceito: “É privilégio do brasileiro – ser governado pelos mais incapazes e desonestos”. E dá a razão dos conceitos:

... os homens que há tanto tempo monopolizam todos os cargos do Estado, e cuja condenação os acontecimentos estão lavrando de um modo irresistível. Esses homens não pensam, nem possuem convicções: seus discursos são plágios, seus decretos, cópias, suas palavras, repetição sem elegância das frases que leram no primeiro livro encontrado. Assim ilustram-se, granjeiam fama, e nos governam.<sup>147</sup>

147 *Op. cit.*, págs. 139 e 140.

De fato, sucedem-se os tempos, por aquele longo reinado afora, mudam-se as figuras, mas só há a distinguir os apetites, na pequenez dos motivos, todos levados, no que é essencial, por circunstâncias exteriores à convicções, exteriores, muitas vezes, à própria nação brasileira. A vida pública é um revolver de montureira, e, se tem calor, é porque toda montureira fermenta e aquece.

Examinados de perto, os melhores desses dirigentes são de uma desoladora banalidade. Valem, como sempre, pela composição vazia, a sisudez de falas, a moderação nula de eficiência. Para campar de grandes, afetam o ritos da circunspecção, e agarram-se a qualquer propósito que o acaso lhes dê, para o efêmero renome, indiferentes a coerências e lógica de ação... Os que parecem profundos é porque são totalmente vazios. Apreciados no que fizeram, ou nas palavras que deixaram, verifica-se que, neles, toda a vida íntima se reduz aos desejos de mando, sob a estrutura de instintos elementares, tudo contido pelo temor do trono. E, por isso, podiam ser tão facilmente levados pela habilidade curta e fútil do príncipe. Viviam na pequenez da visão deles mesmos, e compreendiam a vida da nação, e todos os aspectos dela, na perspectiva disjunta e falha de caranguejos que contemplassem uma fachada angular, dando um olho para cada face. Nunca a mentalidade desses estadistas pôde penetrar a essência de um momento político do Brasil. Criou-se a vida da nação, refizeram-se as instituições, para diante, para trás; transformou-se o trabalho; apurou-se e desdobrou-se a bondade do coração brasileiro, sem que eles nada vissem, nada compreendessem, sem que viessem influir, como cabe ao verdadeiro estadista – para definir e focalizar as necessidades gerais, e instituir formalmente a solidariedade prática dos interesses comuns. Subindo de influência, eles cresciam, apenas, em solenidade, sisudez, circunspecção, gravidade... Eram os seus grandes valores de caráter. Com isto, velavam o nulo dos efeitos, e se tornavam tão avessos à sinceridade, tão alheios à realidade, que



lhes eram formalmente hostis. E os modos se fizeram tão tradicionais, que, hoje não haverá um brasileiro que imagine um chefe de Governo a rir francamente, humanamente, com a alma de quem sente o ambiente e nele se inspira. Por isso mesmo, antiestéticos, na medida que saíam da realidade e se untavam de compostura. As falas e os atos são trivialidade ocas, sem o nervo, sequer, do amor-próprio. Como pensamento, Tavares Bastos já o disse:

Não passavam de ressonâncias frouxas e mal-ajustadas do que vai pelo resto do mundo. Não os inspirava sombra de verdadeira ciência, nem mesmo quando passaram por ela, porque, no ajustarem-se à política, eles refaziam a mentalidade em bacharelismo – logo maquiagem e verbalismos. Não conheciam o **a b c** da vida, nem a realidade da terra onde viviam, nem as verdadeiras tradições de onde vinham. E os que o conheciam, procediam como se foram completos ignorantes, tanto assim que, mesmo enfartados de **direito**, ou tocados de filosofias, em momento nenhum (salvo em 1832-36) vemos transparecer na legislação que produziram uma verdadeira doutrina social. Tudo, emplastro de ocasião. Os mais cultos sabiam da vida o que se podia reduzir à erudição, havida através de leituras sem crítica: ora, Benjamin Constant, ora Bentham, ora Mill, ora Comte, ora Yhering,... e sempre pedantes e indigestos. E, assim, até hoje. Pensam do Brasil com pastiches de ideias estrangeiras. Sendo, como caráter, os mais vãos dos bípedes, são, intelectualmente, os mais nulos. Mesmo quando estejam imediatamente ligados à vida prática, (e tantos houve **lavradores**..), são incapazes de experiência própria, pessoal. Pois não vemos, ao longo de toda a política oficial do segundo Império, proclamar-se o Brasil como – país **essencialmente agrícola?**...

Não havia discrepância no conceito, e, de acordo com ele, deixava-se passar o destino desta pátria, assim tacitamente condenada a ser eternamente uma fórmula colonial, para a torva, feroz e voraz exploração de negreiros e mercantis. Mas, como, de fato, eles em nada influíam, o Brasil é, hoje, o mais industrial dos países sul-americanos. Do conceito, resta, apenas, a evidência de que, neles falava o ideal do escravocrata.

Com isso, qualquer enfermidade essencial os incompatibiliza com a legítima liberdade social e política, aquela em que o homem tem de viver, se é um caráter capaz de ser dono de si mesmo, humanamente autônomo e profícuo; capaz de, na plena luz da consciência, realizar o justo equilíbrio de antagonismos, por entre os quais o ser moral se conduz para a justiça e a solidariedade. Num país sempre fechado, pela metrópole bastarda, a toda luz e toda justiça; num país onde o governo tinha sido, apenas, opressão, polícia e espoliação, orientação estéril, totalmente alheio à administração moderna, solidarizante e liberal; num país tal, estabelecidos eles, mesmo depois da boa vontade dos de 1831, nunca se tratou seriamente, patrioticamente, de educação social, política, ou simplesmente intelectual para a massa da Nação.<sup>148</sup> Nunca se tratou de conhecer, metodicamente, as relações de produção entre as diversas partes do país, nem a atuação econômica das diferentes classes, e, menos ainda, estudar a situação moral nas sucessivas gerações... Assim, vemos que se passaram os longos cinquenta anos de paz, do segundo Império, deixando-se abandonados e esquecidos os dois problemas capitais, para a vida de uma nação moderna: a formação do povo político, e a educação das massas para um trabalho realmente livre e inteligente.

---

<sup>148</sup> Ao cair, o Império deixava frequentando escolas primárias públicas, na capital do país, cerca de 9.000 alunos, e não havia uma escola profissional. As duas criações, dos últimos dias – Asilo de Meninos Desvalidos e Casa de São José, eram simples instituições de assistência, orfanatos de caridade oficial.



## § 36 – A glória da insinceridade e da mentira

Com os instrumentos que teve em mão, não foi difícil a Pedro II sistematizar a política em que se glorificou o seu reinado – frouxo verniz furta-cor, sobre mistificações e pulhices. Os homens para essa obra foram os marqueses herdados do primeiro Império, todos os futuros marqueses e mais trãnsfugas de 1831, e o que ainda vem, para a vasta procissão de conselheiros. Melo Morais, que viveu com eles em três gerações, e bem lhes conhecia a qualidade da obra, testemunha: “... no Brasil não há partidos políticos, por não terem princípios definidos e claros, e sim interesses individuais ou egoísticos...; nem existe o sistema representativo, porque o poder executivo o tem abastardado, ou absorvido. A esse abastardamento chamam os velhacos de política...”

Guardemos a definição, para juntar àquela de Tavares Bastos, completando-a com estes conceitos, do mesmo Melo Morais: “... a falsa política, dirigida pelo governo de mentira, que funda todo o seu prestígio no engano dos homens, anarquizando o país com a corrupção e o esbanjamento da fortuna pública”.<sup>149</sup> No forte da sua oposição a Paranhos, Alencar, sem nenhum intuito de desaire, e sem que o contradissem, afirmou, do destacado **conservador**-liberal: “... serve ao país com os seus grandes gestos e com o ceticismo a que tem devido a sua grande carreira política; porque neste país as convicções profundas são barras de chumbo que levam ao fundo.” Antes, já Landulfo Medrado, havia notado: “Adultera-se tudo, as revoluções, que são origem incontestável de todo o nosso direito político (1822 e 31), têm um medíocre interesse para tais espíritos...”

A vida do segundo Império se fez nas vicissitudes dos dois célebres partidos políticos, mas, em verdade, tudo não passava

149 Melo Morais, *op. cit.*, págs. 20 e 49.

de embuste, pois que os dois eram da mesma vasa, num pântano comunicante, com a diferença única – de borbulharem em nomes diferentes. Por isso, mais de uma vez, misturaram-se ostensivamente, e, mais de um nome se transfundiu de um para o outro: Paranhos, que começa liberal, e vem a ser chefe conservador, para fazer reformas liberais; Franco de Sá, que é conservador, passa a chefe do partido liberal; Zacharias, que se pronuncia legítimo conservador, e vem a ser, também, chefe dos liberais. A fermentada mistura data dos dias em que o radical Bernardo de Vasconcelos muda a arma de ombro, para criar o partido conservador, e confirma-se na hora sinistra em que Vilela Barbosa encosta-se aos liberais – para ser governo da maioria. O povo, que não via relação efetiva entre a denominação oficial dos partidos e o resultado da respectiva ação, deu-lhes nomes ao sabor de incidentes mínimos: Saquaremas, Luzias, Cabahus... eram os bandos de Zacharias, ou de Itaboraí... Quando alguns, sinceros, ou despeitados, atingiam a verdade, tinham de manifestar-se contra os dois partidos. Todos esses transcritos são citados, justamente, porque deixaram julgamentos que, sendo para todos, são imparciais. Tudo provinha de que os programas diziam uma coisa, e a realidade lhes dava outra coisa. O despeito levou José de Alencar a dar ao imperador a exclusiva responsabilidade da degradação política, mas, em si mesma, essa degradação existe, é uma realidade: “A segunda era da monarquia brasileira é dominada por um sistema perseverante: o descrédito dos partidos, a solapa das convicções, a eliminação da luta, são dogmas daquela política eversiva. Em princípio, manifestou-se ela com o nome de **camarilha** (Aureliano)... que se transportava de um a outro partido segundo as suas conveniências... notáveis estadistas tiveram que retirar-se da lide, evitando o estigma de intolerantes. Afinal, vem a política do rateio. Considerando o país falido de opiniões e princípios, organizaram

uma administração... para distribuir pingues empregos, posições oficiais, títulos e honras...<sup>150</sup>

Sousa Carvalho, tantas vezes transcrito, por tão nítido em conceito, foi político liberal de grande atividade – deputado presidente de província importante. Pois bem, é o que constata: “Os denominados liberais, nestes últimos 26 anos, têm governado e senhareado o país, mas a política liberal nunca governou, nunca esteve no poder... Lastimo o papel infeliz que tem cabido ao partido liberal no nosso país...” A explicação corrente, dessa anomalia, era que o imperador não queria que os liberais se afirmassem à nação como efetivos realizadores das liberdades constantes do respectivo programa... Talvez não fosse bem assim; talvez – que não havia neles convicções. E aí está o caso da abolição da escravidão. Ao longo de todo o segundo Império, afora – Dantas, Nabuco, Rui Barbosa, e alguns menores ou hesitantes, todos os chefes liberais foram tão escravocratas como os conservadores. Contemple-se o desenvolver dos fatos, daquele momento em que a questão veio a ter a primeira solução. Zacarias, o grande chefe, porque o imperador o mandou, em vistas da sugestão de franceses, inseriu em duas das falas do trono a insinuação – de tratar-se do caso; mas, foi despedido, e tão despeitado ficou que teve arremedos de dignidade em face do trono; surge a questão no parlamento, com a responsabilidade do conservador Paranhos; os conservadores da junta do coice vêm para a oposição; liberais, como Franco de Sá, apoiam o projeto, ao passo que, no Senado, Zacarias, o liberal que primeiro incluía o assunto em programa de governo, combate intransigentemente a medida, que, apesar de tudo, era liberal. Na sucessão dos tempos Sinimbu, Ouro Preto, Silveira Martins, Martinho de Campos... reproduzem a política de Zacarias. E como tudo é confusão no embuste, veremos, ainda, Cotegipe, o genuíno

---

150 *Op. cit.*, 157.

freio conservador, terminar o projeto Saraiva, meia satisfação das ideias liberais de Dantas, e veremos, finalmente, João Alfredo, o que chamou de pirataria a ação humana dos abolicionistas, completado pela fina flor da escravocracia, fazer-se autor da lei de libertação absoluta.

Apreciada na conduta individual, não é menos sensível a miséria. Nem será preciso ir às matrizes – Ledo, Araújo Lima,<sup>151</sup> Paranaguá, Hermeto... Cada fortuna política é um caso de condescendência inconfessável, de servilismo, de abjuração. Um Alves Branco, radical que, em 1831, com Ferreira França, apresentou projeto de liberdade de consciência, de federação, que foi contra o tráfico, com a honra de ter sido liberal ao lado de Feijó, que o amparou enquanto teve prestígio: quase se envergonha dessa glória; não aceita o lugar de ministro – para receber a regência em 1837, e explicava que, antes, só o fora por gratidão; veio a ser, finalmente, o Caravelas conservador – dos conservadores maleáveis de Paranhos. Torres Homem, o temível radical do **libelo do povo**, inexorável contra toda a bragantada; o indefesso advogado dos liberais revoltados em 1842 e em 48: também acaba conservador, na casca de Inhomirim, o que levou o conservador, D. Manuel Mascarenhas, a lançar ao trono a apóstrofe de Seneca – **“Morreram os costumes, o direito, a honra, a piedade, a fé, e aquilo que nunca volta, quando perdido – o pudor.”** Em compensação, Mascarenhas veio a ser chefe liberal, o que, se não prova contra o seu caráter, prova contra a consciência e a sinceridade dos partidos. Nestas condições, não há que estranhar um biógrafo, muito a sério, a modo de elogio, vem dizer de Ângelo Maria do Amaral: “... desenganado, ou convencido da confusão dos partidos, votou, ora, por um, ora, por outro...” Note-se, tão confessadas mutações não chegaram a desacreditar o deputado Amaral.

---

151 Araújo Lima, que *chocou* o parlamentarismo. O cons. *Franco de Sá* renegou-o, no entanto. (Tito 75-77).

Apesar de ser aspecto negativo, a universal insinceridade impõe-se à crítica dos que procuram as causas da miséria moral. Como asfixiado, Tavares Bastos exclamava: “De franqueza carece o Brasil. Temos em abundância a mentira oficial, a mentira ministerial, a mentira parlamentar, a mentira pública, a mentira particular. Verdade nua e crua: eis a primeira necessidade do país”.<sup>152</sup> O longo episódio da questão religiosa, passado ainda nos dias daquela geração, patenteia bem a generalizada pulhice, mais sensível aí porque o caso inclui um motivo íntimo de absoluta sinceridade – a crença religiosa: politiquinhos que teimam em ser, ao mesmo tempo, e publicamente, pedreiros-livres e católicos praticantes; o governo de uma nação constitucionalmente católica, e que castiga bispos por aplicarem aos maçons-praticantes o direito canônico; um chefe de governo, grão-mestre da Maçonaria, e que, na contenda, põe a sua função de governo ao serviço do seu grão-mestrado; um grão-mestre que pleiteia da Santa Sé ter, no seu lar, uma capela privada. Para completar a farsa, há a nunciatura, que está com o grão-mestre, quando Roma parece estar com os prelados. A pena suavemente inflexível de D. Macedo Costa mostra-nos o núncio apostólico a levar, pressuroso, ao grão-mestre, a capela pedida, enquanto deixava sem conforto moral os bispos presos e condenados a trabalhos forçados... de mentira, como tudo que, no regime, devia ser sério. O Supremo Tribunal, que condenara os prelados, fizera justiça nas mesmas condições da que condenara Ratcliffe e Loureiro (§ 2). D. Macedo Costa, como quem não teme contradita, deixa os vulnerantes conceitos: “Que clarão projeta tudo isto sobre o estado moral deste país! Desgraçadamente, a verdade é esta:... condescendências miseráveis, frouxas transações, pactos ignóbeis...”<sup>153</sup>

---

152 *Cartas*, 321.

153 Cotejado o livro de D. Macedo Costa com o opúsculo do Barão de Penedo, verifica-se que o governo imperial mentiu aqui, e mentiu em Roma.

### § 37 – “Conciliação”... para o usufruto...

Refeito o bragantismo, definitivamente composto no golpe de 1840, firmado com as vitórias de 1842 e 48, compreenderam os mais legítimos dos seus comparsas que não havia razão para aquela divisão de hostes, a arrastar o trambolho dos respectivos programas, e, com desembaraço idêntico ao de Vasconcelos ao pronunciar o **regresso**, disseram **conciliação**. Como no caso da **interpretação**, a ideia foi de Hermeto, fecundando a gravidade de Olinda. Conta José de Alencar que a conciliação veio para suceder à **camarilha**... Nada mais lógico: a Aureliano-Vilela Barbosa, sucede Carneiro Leão, puxando Araújo Lima. O poeta do *Guarani* dá o seu parecer:

... conciliação, ideia insinuante, que, sob pretexto de aplacar os rancores da luta, coava no seio dos partidos o filtro da corrupção... A dissolução geral dos partidos, a dissolução dos princípios que nutriam a vida pública do Brasil é o que se convencionou chamar de conciliação, termo honesto e decente para qualificar a prostituição política.

A ideia luziu em 1851, como ensaio de Eusébio de Queiroz, e teve pleno fulgor de realização em 1853, com Paraná, que “... falando ao interesse pessoal, prometendo elevadas posições, excitando a cobiça etc., conseguiu famosas transformações...” Uma das tais famosas foi a do democrata do **libelo do povo**, que se elevou a Inhomirim. José de Alencar, como o liberal-republicano Saldanha Marinho, insiste em deixar com o imperador a responsabilidade da conciliação. Certamente foi ele quem mais lucrou, na obra de prostituição dos partidos; mas é inegável que nada teria o imperante conseguido se não encontrasse a carne pronta a prostituir-se.



Nascida de embustes, nutrida de mentira e traições, a política nacional, de passagem pela conciliação, chegou àquela situação (em 1860), que Landulfo enquadra nestas linhas:

... as crenças pela ação dissolvente dos interesses pessoais se dissipam das consciências; o desânimo se apodera do espírito público e faz suceder, às crenças fortes, um pessimismo desconfiado e pusilânime, que condena o presente sem ter confiança no futuro; tudo se julga pela medida do interesse; a ninguém é lícito a pretensão de exceder a mediocridade; toda aspiração generosa é loucura, todo cálculo ignóbil, sem merecimento e sem lustre – a suprema habilidade... o espírito popular, cruelmente desiludido, descrê de tudo, e lança às aventuras do porvir a derradeira esperança...<sup>154</sup>

De fato, no desenvolver dos sucessos de então, verifica-se o só estímulo dos egoísmos, a ausência absoluta de qualquer ideal vivificante. Nos processos, uma dignidade convencional, por sobre o vazio do pensamento, com a segura de coração dos insinceros. Destarte, a política se caracterizava em negação ativa. Pátria, fé dos seus destinos, nobreza de propósitos, caráter nas afirmações, entusiasmos de intuits, sequência confessável de ação... não intervinham no proceder dos governantes. Chegada a nação a essa atividade torva, Tavares Bastos repetirá, como lamento: “A indiferença mata o vigor do espírito. E há indiferença moral, política e religiosa maior do que a que estamos observando?...<sup>155</sup>

A **conciliação**, prostituição para José de Alencar, fora obra de Hermeto, diz-se, por inspiração do trono; chefe de governo, após a morte inesperada de Paraná, Olinda declarou, no próprio ato

---

154 *Op. cit.*, págs. 37 e 60.

155 *Op. cit.*, pág. 37.

de apresentar-se ao Parlamento: “Venho continuar a conciliação, pensamento augusto, necessidade proclamada do alto do trono...” No entanto, de tal modo se acentuou a subserviência e o servilismo, que esse mesmo Carneiro Leão já não podia dobrar o cangote na medida do que se lhe exigia: teve de sacudir o lombo, e, assim, passou à história como um representante da hombridade política no segundo Império. E, como não bastasse a conciliação de Paraná, veio Olinda completar-lhe a obra de deliquescência, com o seu famoso partido **progressista**. Não era nenhum partido, senão um bando deles, sôfregos pelos proventos do poder, prontos a formar gabinetes – para Pedro II governar e administrar à vontade. Era uma turma de descaracterizados, ostensivamente indiferentes a compromissos, indiferentes, mesmo, ao leiteiro com que entravam no governo. Só faziam questão de serem os preferidos. Hermeto, apesar das aparências, era sincero quando proclamava implicitamente a desnecessidade de dois partidos, se eram todos UM; mas também mostrou desconhecer os companheiros em redor do poder. Olinda, mas experiente e matreiro, foi quem soube achar o que mais convinha à política do tempo: conservou o nome de **partido**, separando nele os mais utilizáveis, fosse para o que fosse. Nesse período, que foi a expressão pujante e definitiva do segundo Império, esse ganhou tanta força que se atirou a grande guerra exterior, de extermínio. Sobre a nação abandonada, emergiu, e definitivamente se firmou, o poder efetivo e único da coroa. Foi o período da **grande obra** – de cristalização da soberania nacional na vontade do soberano. Foi uma cristalização viva, e que teve de fazer-se em águas turvas: a política tem aquela aparência de barafunda – nove anos, de 1857 a 66, em que se organizaram e viveram 10 ministérios. Foi quando Zacarias, por um tanto coerente, não arranjava liberais para constituir um gabinete, se bem que tivesse por si o ânimo e a eloquência de José Bonifácio, o moço, ao passo que Olinda, deserto de ideias e de convicções,





organizava ministério liberal, juntando a mocidade de Sinimbu à senilidade trêfega de Holanda Cavalcanti. Em 1867, justamente, prosperou e definiu o último governo de progressistas, liberal **in nomine**, veementemente combatido pelo que restava de legítimos liberais. O imperial capricho havia exterminado, quase, um povo americano, como havia sacrificado a vida de centenas de milhares de brasileiros em plenitude de forças; o surto para a liberdade renovava-se; a miséria da política já cansava os ânimos, como entenebrecia os horizontes; e abriu-se um novo período na vida da Nação brasileira, em expressões que divergiam cada vez mais, em renovado conflito, de formas e de intuítos; era para a miséria que se agravava, o esforço de redenção peremptória.

### § 38 – Parlamentarismo – sobreconstitucional e representativo

O segundo Império, estrelado no ministério dos maioradistas, definiu-se, nitidamente, quando, quatro meses depois, alijou os liberais de Antonio Carlos, para entregar-se ostensivamente aos Vasconcelos e Hermeto, ao mesmo tempo que cautelosamente guardava a utilidade de Paranaguá, agora completado por José Clemente, ligação muito lógica com o primeiro reinado. Diz-se que, então, o trono adolescente, era, de fato, o mesmo Paranaguá, combinado ao mesmo José Clemente, e mais, Aureliano Coutinho, sob a forma de **camarilha**. Se foi assim, o que tal demonstra é a identidade de ânimo em todos do cimo, tanto que passou a camarilha sem que se modificasse a linha da política em que baixava a vida pública da pátria brasileira. A dissolução **antecipada** da Câmara, após uma eleição em que o país, ainda crente, dera maioria aos liberais, **antecipava**, como num sumário, o regime que seria o do famoso liberalismo, na célebre **paz de cinquenta anos**, do segundo Império. O ministério, falando na constante desfaçatez

de Vilela Barbosa, disse, para justificar a dissolução (que foi a primeira): “A câmara não tem prestígio moral para atender à situação do país...” De fato: na política que se tornava a definitiva do Brasil, uma câmara, se representava realmente a opinião do país, não podia ser considerada com prestígio moral. Esse prestígio era o da camarilha e de quem a apadrinhava. Dezoito anos depois, o reinado tinha atingido o seu **acme**, Landulfo Medrado nos diz por que processos: “... por um abominável sistema, abafam toda aspiração generosa, sob as pretensões que favoneam o egoísmo; autorizam pela voz do governo central uma mais que funesta e detestável prudência, que se rege por cálculo, que se gradua por conveniências...”<sup>156</sup>

Então, já as classes dirigentes (e que só o são porque são as dominantes) se caracterizam por um reles ceticismo, displicência flatulenta, necessária expressão de mentira saturada de insinceridade. De 1841 ao fim do Império, muitas dezenas de ministérios se demitiram, dezenas de situações políticas se renovaram, sem que, **nem uma vez**, tal mudança se fizesse por manifestação da nação. Quando lhe parecia bem, o imperante dava o poder, chamando para o governo, o partido da oposição, se bem que não contasse na Câmara mais que uns raros representantes das suas ideias; dissolvia a **assembleia**, e, a **nova situação fazia uma câmara sua**. Houve situação conservadora em que, na Câmara, só havia um liberal (Franco de Sá). Intrigas e interesses de politicagem interna levaram, algumas vezes, a maioria da Assembleia a votar moção de desconfiança a gabinetes de correligionários; mas nunca se deu

---

156 “Não me recordo de que uma câmara houvesse derribado um gabinete por opor-se, ele, a alguma reforma liberal... (Sousa Carvalho, *op. cit.*, 71). O autor poderia ter acentuado esse outro aspecto do delicioso parlamentarismo do Império: o gabinete de 1863, de Zacarias, viveu quatro ou cinco dias, porque o imperador, a ele, depois de o chamar (quando a maioria era conservadora), lhe negou a dissolução, pretendendo obrigá-la fazer o ensaio da mistura *progressista*...”

que, na vigência dos partidos, realizada a eleição por um governo, das urnas lhe viesse uma maioria de adversários. E foi assim que o imperador teve que se substituir às urnas, fazendo e desfazendo situações, que, sem isto, se eternizariam. Também se dava que, mesmo sem mudar a situação, o imperante se comprazia, muitas vezes, em trocar, a seu bel-prazer, o pessoal assentado no governo: era o ministério conservador de Itaboraí e ele o substituída súbito por Paranhos, e substituída a este pelo **primo** Caxias... Ou, com os liberais: era o gabinete Saraiva (1880), e ele o desce para dar a chefia do governo a Martinho de Campos, dispensado, para vir o ministério Paranaguá... e Lafaiete, e Dantas... Finalmente, com maioria da Câmara liberal, ele entendeu buscar Cotegipe (no caso, tão bom liberal como Saraiva), e que foi quem ultimou a lei de libertação dos sessenta e cinco anos.

Destarte, sempre que subia um partido, berravam os do outro – **golpe de Estado!**... De fato, qual aconteceu em julho de 1868: eram governo os liberais, com enorme maioria na Câmara; mas Pedro II entendeu escolher senador o conservador típico, antigo revolucionário, Sales Torres Homem, e o fez, dando por terra com os patuscos liberais de Zacarias... Por antecipação, em 1842, o desabusado Rodrigues F. Silva tinha traçado o formulário da política em que viverá o segundo Império:

A experiência tem demonstrado que, de 1840 em diante, os gabinetes se formam e se dissolvem sem nenhuma atenção às necessidades parlamentares, aos interesses do país... A influência áulica, médica, oculta, manejada pelo Sr. Aureliano, decidiu da organização da política e da dissolução dos ministérios...

Esse mote, que é, do **poder pessoal**, repetir-se-á ao longo de todo o longo reinado.



Finalmente, não há critério possível para classificar logicamente as vicissitudes de uma tal política, cujos sucessos são passes, e cujo liame é a mesma mentira, que serviu em 1822, e em 24, 37, 40... Quando desapossados, os figurantes da farsa acusavam, escabujavam, clamavam, esbravejavam; uma vez grimpados, repetiam os golpes e as falcatruas precisas para o embuste das eleições – que lhes davam sempre maioria. Isto mesmo se lê nas páginas em que eles trasladam o regime de que participaram: “Deixam a nação entregue à inexperiência, ao pedantismo e aos desatinos ditatoriais do executivo” (Melo Moraes).

É nebuloso o problema do futuro das instituições representativas no Império do Brasil... Tenha descido do Norte, tenha irradiado do centro: o que poucos negam pela palavra, mas todos sentem no íntimo da alma, é essa atmosfera pútrida, sombria, pesada, detestável, que se chama a vida pública do Brasil (Tavares Bastos).

... feroz onipotência do estado ridículo a que chegou o sistema representativo entre nós... No Brasil, um ministério é muito insignificante, para merecer que se lhe faça oposição... Nada mais significa do que a confiança da coroa, que lhe permitiu fazer deputados... Perdida a confiança, ele, deputados, e o partido que o apoia, desaparecerão. Um ministério existe, porque o imperador o nomeou e o conserva... Os conservadores estão agora no poder porque um ato do poder moderador lhes confiou as pastas. Subiram, dissolveram a câmara, fabricaram nova composta de seus amigos, mantêm-se no poder e não de cair como outros, de qualquer dos partidos... têm sido carregados das pastas, obtido dissoluções, arranjado maioria, governado o país e descido do poder, quando o eleitor dos ministros o tem entendido...

Uma vez no poder, o partido tem a faculdade temporária de manejar o látigo oficial, de oprimir e proscrever os seus adversários... e a nação há de viver eternamente como – escravos de mandões encarregados de administrá-la... (Sousa Carvalho).

José de Alencar, justamente apaixonado, é mais distendido: “A coroa, apoiada de um lado no Senado e do outro no conselho de estado, eis a imagem fiel da monarquia constitucional do Brasil... Sistema representativo, aparatosa fantasmagoria... O ministério não tinha comunicação oficial, nem, talvez, confidencial da viagem imperial, e já ela era anunciada pela imprensa... os depositários atuais da confiança imperial (Paranhos, em 1870) tudo ignoravam, tudo... propósito de reduzir o ministério a um simples referendário, e o parlamento a mera chancelaria... O orçamento é um dos sintomas mais característicos da degeneração do sistema representativo neste país... prova da absorção do poder executivo pelo poder moderador, da anulação do gabinete pela coroa... Triste sina, que a liberdade seja sempre, neste país, uma outorga da realeza e não uma brilhante conquista do povo. Mas antes assim do que a degeneração progressiva em que vamos... o aparato dos despachos imperiais (Alencar já tinha sido ministro), ministros empertigados numa farda... em vez de aproveitarem o tempo no estudo de assuntos importantes, consomem cinco, seis horas em futilidades, em fabricarem oficiais de guarda nacional...” Num desses discursos de Alencar, Diogo de Vasconcelos deu o parte: “Hoje, já não há mais sistema representativo...” Era, apenas, a repetição do que, em 1868, com mais autoridade, dissera no Senado, Silveira da Mota: “No país, o que há é a forma somente do governo representativo; a substância desapareceu... A depravação do sistema é profunda.” Zacarias, por sua vez, atesta: “Ninguém dirá que o povo do Brasil governa-se por si mesmo.” Lembremo-nos,

no entanto, que Zacarias é o mesmo liberal que suportou a imposição – de ter como ministro, no seu ministério de 1868, o pleno conservador Caxias, que lhe **dava vida**, diziam os adversários, isto é, garantia-lhe a confiança do imperante.

Vinham de longe os processos absorventes e corruptores da coroa – porque havia corruptíveis. A última reação, análoga à de 1842, foi a de 1848. Estavam no poder os liberais, que se tinham elevado consoante às normas feitas, verificadas em 1842; mas entendeu a imperial sabedoria que bastava de liberais, e, apesar de terem estes, na Câmara, superabundante maioria, inesperadamente os desceu. Havia em Pernambuco restos daquele brio de 1817-24, o que provocou o protesto armado, finalmente, bem útil, ao regime, que se desembaraçou de Nunes Machado, Pedro Ivo e os companheiros. Vencidos os pernambucanos, a execução foi confiada ao competente Tosta, que fez jus, aí, ao Muritiba em que se enobreceu. Otoni, que acompanhou o curso da degradação por todo ele, dos dias de Feijó aos de Paranhos, diz, em 1880: “Por quarenta anos, subsistindo a onipotência dos ministros, ou antes de quem os nomeava e demitia **ad libitum**, a política foi a vontade do imperador, disfarçada hipocritamente com um parlamentarismo petrificado nas eleições.” Otoni, isolado, na sua resistência à corrupção, tem autoridade para levantar a acusação, mas não tem inteira razão: se o mundo dos políticos fora Landulfo, Otoni, Saldanha... nunca Pedro II teria inflado de poder ao ponto de substituir-se à nação. Não há dúvida de que isto foi a expressão mesma da degradação. Muito antes da verrina de Otoni, já Tavares Bastos atestava:

... nem os estadistas, nem os ministros, nem a gente de tom, nem a maioria do país entende de liberdade, nem se preocupa com isto... daí as reviravoltas estranhas, inesperadas, incompreensíveis e inexplicadas, da nossa política

interna. Não há ministério que não possa recrutar maioria, e, não só uma, como duas e três, de elementos diversos... Perdeu-se a fé em tudo: no parlamento, no ministério, no senado, na eleição, nos elementos de governo e nas condições de liberdade.

Sousa Carvalho, porque lhe falam de liberalismo, ele, liberal, retruca: “... liberalismo pessoal, aparentes liberdades, de que estamos fartos... Por duas vezes, de 1844 para cá, os liberais, misturados e fundidos com alguns conservadores... o que se segue é que eles têm gozado o poder, mas nunca tivemos governo liberal...”

Mal podendo arrastar o letreiro, através da confessada mistificação parlamentar, e porque os mais vibrantes já debandam, os liberais, pela pena do seu grande **leader** – Nabuco de Araújo, lançam o célebre manifesto (da sorte), para o fecho cominatório – **reforma**, ou **revolução!**... Não se fez nenhuma legítima reforma, e, quanto à revolução... veio a 1889, contra os mesmos liberais, com quem se enterrou o regime.

### § 39 – A choldra dos partidos – sobre a nação abandonada

Durante esse torvo período, em que o bragantismo brasileiro se definia destruindo os efeitos de 1826-32, sistematizada a política em **conciliação... progressista**; durante esse período, o pensamento e a moralidade se aferiam pela mistificação representativa, concretizada nas mentiras correntes, oficializadas. Finalmente, cristalizou-se a degradação na choldra do poder gangorra – **conservador-liberal**, mas, em essência, tudo a mesma coisa; e a **mesma coisa** se perpetuava. Nestas condições, indaga-se: “Para que **dois** partidos?... Um desses, já transcritos, explica-o nitidamente:

... sem partidos para se oprimirem alternadamente, fora impossível manter o odioso sistema... No sistema

representativo do Brasil, o partido que está de cima sustenta o absolutismo pela fácil dominação que ele lhe proporciona... e o partido que está debaixo tolera o absolutismo com a esperança, filha da experiência, de que um dia também o terá à sua disposição, para saborear o gozo do poder... Este ou aquele partido pode, sempre, sem audiência regular da nação, ser chamado a governá-la, e acha sempre os meios constitucionais aparentes, obtendo o apoio da câmara, ou conquistando-a pela dissolução, e por eleições sempre feitas ao sabor do governo... o sistema representativo tem descido tanto, e a nação está de tal sorte subjugada ao governo, que este pode com uma pincelada pintá-la toda de encarnado, ou de amarelo... Aqui, não é o país, é o governo quem verdadeiramente decide de tudo... Os partidos têm influência segundo são chamados ao governo, e os seus candidatos nessa conformidade são votados...

Bacharel, jurista, Sousa Carvalho leva todo o mal à conta das instituições escritas – por pouco liberais... Se a explicação não tem valor, o fato por ele atestado, no entanto, é definitivo:

... a degeneração do sistema representativo, proveniente da onipotência do governo... Não admira que, assim, o caráter se rebaixe, as inteligências se esterilizem, e a moralidade pública diminua... Os nossos partidos, ora um, ora outro, investidos e desapaosados do mando despótico, representam o papel de escravos que castigam os parceiros, e são, em seguida, por eles castigados...

E fecha a verrina, a proclamar como grande prova de liberalismo seu – o não ter concorrido, como presidente de província, para fazer câmara unânime ao seu partido. E termina citando: “O



Sr. Visconde de Itaboraí presidente do Conselho, na sessão de 18 de Julho, reconheceu que **desgraçadamente neste país não há eleição**, tirando daí a conclusão de que ninguém se podia considerar legítimo representante do país”.

O outro liberal, Landulfo Medrado, é mais sintético, e igualmente cominatório. Depois de acentuar a **impotência e desmoralização dos partidos**, conceitua:

As grandes dificuldades nacionais aí ficam intactas, insolúveis; a longa série dos ministérios, na gerência dos negócios públicos, consomem-se na vida medíocre dos expedientes e palativos estéreis; e enredam-se nas intrigas de uma política de conveniências pessoais, que exclui toda dignidade de sentimentos, e toda elevação de concepções... No alto, uma cediça afetação de simplicidade, sem pensamento nem verdade... em baixo, multidões prosternadas no chão das humilhações... um povo ignaro... encadeado à eterna servidão do corpo e da alma... decepções cruéis... esperanças mentidas, esforços, perdidos...

Tavares Bastos, também liberal:

... o esbanjamento, a afilhadagem, o desperdício, que caracteriza o governo brasileiro... mediocridades sem espírito, sem dignidade, sem nobreza, sem patriotismo, sem orgulho, e que abrem o caminho e prosseguem triunfantes o andar do despotismo... um governo ignorante de seus próprios vícios, arrasta o país ao abismo dos desenganos... a imoralidade pública, o desânimo, os estremecimentos vagos: confia agora nos destinos de uma sociedade constituída sobre bases tais!... Leis que são um duplo crime, contra o código fundamental e contra o futuro do país... O país governado

pelo interesse privado das **coteries**, e dos governícolas... Não reconheço quais sejam os nossos partidos políticos... e sim a facção que se agarra à presa... Lembro-me com tristeza de que sou brasileiro, e de que não há esperança, talvez, neste século, de felicidade para esta pátria!... Quantos brasileiros temos visto nós – erguer a frente e conservá-la altiva?... Neste país compram-se, a dinheiro de contado, e por tabela fixa, honras e grandezas. Há corretores para este negócio...

Melo Moraes, mal-arregimentado, nem por isso é menos explícito e autorizado:

Tomando assento na câmara temporária, reconheci ser aquilo uma farsa... a falsa política tem absorvido tudo... a política do egoísmo e das posições oficiais é o único pensamento... Se as câmaras fizessem o que devem, e não o que o executivo lhes manda fazer, o sistema representativo seria uma verdade, e não uma comédia como temos representado, e continuaremos...

Historiador, ele contempla aquele passado, que ainda alcançara, e mostra: “Nesses tempos, que lá vão e não hão de voltar (de 1826 a 36)... não havia parlamentarismo, não se pediam favores... o ministro respeitava o deputado pela sua independência e poder... Que diferença, entre o eleito de então, e o nomeado ou designado de hoje!...” Continuando, ele, registra a evolução da miséria eleitoral:

Na eleição que se procedeu em 1840, já havia abusos por parte das influências dos partidos, mas ainda não se tinha desenvolvido manifestamente a prepotência governamental... Na eleição de 1842 (pelos conservadores), a influência

maléfica do executivo se fez sentir em algumas províncias, mas, até aí, nunca deixou de haver uma oposição mais ou menos forte e numerosa... Dissolvida essa câmara pelo ministério liberal de Almeida Torres, na eleição que se lhe seguiu, apareceu com mais franqueza a compressão do governo, tanto que, se pode dizer – foi Almeida Torres o inventor da **intervenção imediata do governo na escolha dos candidatos a deputado...** sendo certo que foi por ocasião da verificação de poderes dos deputados então eleitos, que apareceu o expediente das depurações...

José de Alencar, depois de passar pelo conselho da coroa, pôde afirmar:

Não se conta com a nação, que é peça inútil nesse xadrez político... o descrédito dos partidos forma a medula do segundo reinado... ostentação de absolutismo, pois que só nos governos absolutos é que o impulso vem de cima... As ideias em que se definem os programas dos partidos tornam-se propriedade exclusiva de um pequeno número de nulidades que porventura cerquem o trono. Sem o menor escrúpulo, esses homens, baldos de pensamento... escalam o governo...

Tal aparecia, ao poeta de *Iracema*, aquele mundo em que trabalhava: despotismo sobre nulos. No entanto, Araripe Júnior, não político, sem nenhum intuito de propaganda política, ao comparar os dias em que floresceu Alencar com os de 1879, tem destes conceitos: “Ainda não tínhamos chegado à época dissolvente que atravessamos, época que tem gerado em nós brasileiros tão pronunciado desgosto de nós mesmos.”<sup>157</sup>

---

157 *José de Alencar*, pág. 29.

No termo de tudo, quando o regime se esboroa ao golpe dos abolicionistas em quem falava a alma brasileira, a miséria da política de embustes, e mentiras, e interesses vis, desata em desatino, para novos embustes, e transigências, e apostasias: o trono, a repetir 1821-22, vem para a cauda dos revolucionários abolicionistas. Dos políticos, uns, ferrenhos escravocratas da véspera, aceitam aquilo mesmo que mais repeliam, e transigem miseravelmente, submetendo-se a legalizar, em três dias, a abolição, que a nação revolucionada lhes impunha. Outros, mais despeitados do que coerentes, desabafam contra o regime que assim os deixa – a nu. E como no despeito vêm verdades, consignemo-lo: Silveira Martins, ao discutir-se, no senado, o projeto imposto pelos aquilombados do Cubatão: “O parlamento tem atacado todos os princípios e subvertido todas as noções de dignidade... nenhum partido é forte quando trafica com as suas ideias...” Paulino Soares de Sousa, no mesmo ensejo: “Que resguardo podem oferecer homens que ontem pensaram de um modo e hoje procedem de outro; que politicamente não têm corpo para a responsabilidade que lhes cabe?” Esses homens poderão ser muito honrados na vida particular, mas não têm, como disse o honrado senador pelo Rio Grande do Sul, a honorabilidade precisa para a função de governo... E, sem piedade, pegou do correligionário João Alfredo, abolicionista de emergência, atirou-o por terra, pregando-lhe nas costas o palavreado escravocrata com que o mesmo, um ano antes, havia combatido a abolição – **que não admitia sem indenização... que não devia ser brusca**, porque, dizia mesmo o Cons.: “Não sou dos homens que se deixam levar por ameaças e vivórios...”

Não podia deixar de acabar assim, uma sequência política que contava, logo no seu início, com abjeções, como a do Tratado de Aliança Ofensiva, com a Confederação Argentina, celebrado a 24 de março de 1848, retificado pelo governo do Brasil, e não aceito pelo Presidente Rosas, tão infame ele era. Foram tratadores, por

parte do Brasil, Carneiro Leão e Rodrigues Torres, quando no governo havia, Paranaguá e José Clemente. Como comentários, registrem-se estes, de Rodrigues dos Santos, deputado por São Paulo, e ardente monarquista:

... vergonha do Brasil... arriscou a coroa ao desar que passou pela rejeição do mesmo... o governo argentino não o aceitou – por ser ofensivo à independência do Estado oriental, o que foi um quinau dado ao governo do Brasil... o governo aliou a monarquia brasileira ao ditador de Buenos Aires, para o fim de pacificar o Brasil, e deu, assim, o testemunho de que era incapaz de dominar as comoções intestinas do Império...

Depois disso, um governo monárquico que se alia a governos estrangeiros, republicanos, para manter a ordem interna; daí por diante, na marcha que se acelera, é natural que o regime venha acabar na deliquescência de 1888-89. Um grande jornalista, com especialidade de sensatez e bom humor – Ferreira de Araújo, desde 1884 se convertia em profeta:

Atravessamos uma época verdadeiramente calamitosa... Há um micróbio moral que devasta as consciências... A política imperial à amparar-se nestas duas muletas – a corrupção e o favoritismo... quando desaparecer o atual imperante, que fará esta geração de homens de Estado que ele preparou?!...

## CAPÍTULO V

### O ACERVO DO IMPÉRIO

#### § 40 – Já é corrupção...

O segundo Império deu a prova definitiva – do mal que no Brasil se incluiu com a herança direta do Estado português. Longo, bem explícito na longa paz em que transcorreu, ele é, também, uma demonstração – da nação anulada, contida, e viciada nos seus dirigentes. Em cinquenta anos, e que foram os da plena expansão da vida moderna, não há um momento, na política do Brasil, em que se sinta vontade nacional, a não ser no termo de tudo – para impor a libertação dos escravos. Quanto ao mais, de insinceridade a embuste, de embuste a dissimulação, renegamento, traição... a política, sujando o caráter da nação, não tarda ser: degradação, corrupção, dissolução moral... A história, concretização de motivos e acentuação de valores, apresenta-se-nos com este paradoxo, que vale por uma demonstração: apesar dos muitos decênios de luta interna, em paralelo com os nossos quarenta anos de paz interior, a maior parte dos povos neoibéricos apresentam-se, hoje, num mais efetivo progresso político e social do que o Brasil... É que nenhum deles teve de incluir em seus destinos o equivalente do Estado português, ao passo que nós indigestamos de podridão. De tal sorte, não houve valor de virtudes próprias à alma brasileira, nem aspirações democráticas e sãs que pudessem vencer as misérias vivaces em que se emaranhou a política nacional. E quando contemplamos os muitos e longos anos de paz, é para ver a nação gemer, em 1860, dos agravados processos

de 1825, e pedir medrosamente, em 1870, aquilo que, em 1831, se considerava indispensável, mesmo entre os que desfrutavam o poder.

Inteiramente fechado ao verdadeiro influxo da opinião; alheio aos legítimos e necessários estímulos da vida nacional, o segundo Império foi um período de corrupção, O que se salvou, no bafio daquela estagnação, vem de um esforço de artifício, por uma honestidade puramente fiscal, e, ainda assim, incompleta, tudo em moralidade convencional, puritanismo fácil, de quem pode; puritanismo que, pactuando com abjurações e transigências, servindo-se delas, provocando-as, ora explorava a improbidade, ora desmoralizava, desnudando misérias, e desfibrando os homens, a título de corrigi-los. Tal foi o imperante em face dos seus políticos. De modo geral, não podia haver legítima probidade naquela gente que se tinha poluído em todas traficâncias políticas, através dos mais torpes compromissos, renegando repetidamente as próprias convicções. Ora, a probidade é o coração no caráter, como inteira fidelidade do indivíduo à sinceridade do seu pensamento. Naquele mundo de subalternos, nivelados na adulação, não podia haver probidade. A adulação, a mais vil nas formas das relações humanas, é o dissolvente a que nenhum caráter resiste; desnatura a gratidão em servilismo, vale como traição do indivíduo a si mesmo, e, como desfaçatez e despudor, já é corrupção, em que se confunde o corruptor com o corrompido. A história destaca os nomes dos grandes corruptores-corrompidos, criadores da escola política em que se exaltou o segundo reinado. Araújo Lima, Calmon, Hermeto, Vasconcelos, Alves Branco, Costa Carvalho... valem mais, no rebaixamento da vida pública, do Brasil, do que mesmo Vilela Barbosa, ou José Clemente, que tiveram a relativa honestidade de serem sempre iguais a si mesmo, como instrumentos do primeiro e essencial bragantismo; com eles, por eles mesmos, não haveria ilusões nacionais. No momento supremo e

ótimo do segundo Império, quando este se apresentava ao mundo – vencedor, redentor e humano, José de Alencar pôde dizer, em pleno parlamento, sem ser contraditado: “Tais são os tempos, que independência de caráter passa por insensatez, a ductibilidade por sabedoria...” Tomando dos fatos, ele mostra

a repugnância, o desprezo e o tédio, inspirados pelo triste espetáculo da nossa política... a degeneração progressiva e rápida, a degradação política a que temos chegado... a política do Brasil, não vale a competência, nem o caráter, nem o patriotismo; convicções, coerência, independência de vontade são pesos que afundam irremissivelmente...

Subindo, no tempo, com o veio da podridão, encontramos a notação de Tavares Bastos, para 1862: “... presidentes e ministros ignorantes e corrompidos...” Galgando um pouco mais – 1860, encontramos os conceitos peremptórios de Landulfo:

... o silêncio parlamentar, ou a sua expressa adesão, sancionou o **sistema da corrupção**... governo virtualmente morto, inferior ao papel que se lhe confia. Para se manter algum tempo, só tem um recurso – o das violências e reações, porque a mesma corrupção está gasta e impotente... corrupção dos costumes, corrupção política... Para resolver a crise é mister aniquilar a corrupção, e a corrupção campeia impávida, impudente... O governo corrompe e é corrompido. As câmaras corrompem e são corrompidas... A ninguém é lícito manter ilusões de regeneração, quando o princípio donde a esperavam é demonstrado proceder pela corrupção...

E, então, fulmina: “A história dirá, um dia, a verdade da corrupção, e o nome do corruptor...” Anos depois, Sayão Lobato endossará





o conceito, apontando até a origem da corrupção: **Vem de cima a corrupção dos povos...** No entanto, se é um fato a corrupção, não é exato que fosse Pedro II a origem e o fator exclusivo dela. Dando verdade à voz do seu despeito, José de Alencar excedia a mesma verdade quando fazia do efetivo **poder pessoal** a causa de degradação política. Negando-lhe a senatoria, a ele, que era um valor intelectual, do Brasil de então; a ele, José de Alencar, em que havia um tanto de caráter e coerência, o imperador repetia o que já havia feito com Martiniano de Alencar e com Otoni; tratando a escolha de senadores como atribuição exclusiva do seu poder, usando-a como privilégio – para satisfação das suas prevenções, das suas vinganças e dos seus rancores; manejando-a como recurso da sua politicagem pessoal, Pedro II não fazia mais do que repetir Araújo Lima: Bezerra é o equivalente de Matoso Maia. Lembremo-nos de que o regime total começou com a escolha de Barbuda (Marquês de Jacarepaguá), trazendo das urnas 12 votos, somente.

Repetimo-lo: não foi o imperador, majorado por uma política misturada de velhacaria, ambição de mando e ingenuidade chata; não foi ele quem amesquinhou e corrompeu o ânimo dos comparsas na politicagem. Um regime que, vindo de Araújo Lima e Hermeto, passa por Carvalho Melo, não precisa de mais para a declarada degradação. Em 1842, o renegado futuro Montalegre pretende injuriar Feijó com o lembrar-lhe – que ele, Feijó, “por uma lógica que não compreendo, faz alarde de ser um dos principais chefes da revolução”. Em verdade, quando o político que começara republicano, confessa não compreender lealdade e coerência em política, não há mais a minguar, como dignidade dela. Anterior a tudo isso, contemporâneo da crise de 1842, e ativo na repressão, foi Caxias, o general que fez reputação e nobreza com a estratégia de pacificador, estratégia que era a corrupção sob a sugestão das baionetas. Tinha oito anos, apenas, o segundo Império, e Tosta, presidente de Pernambuco, para os fins de suplantarem os

brios da legendária província, baixa um edito que é um modelo de torpeza na corrupção: “Perdoa-se qualquer crime, e ainda se dá o prêmio de três contos de réis, a quem prender revolucionários...” Como se vê, a justiça manda afirmar: o segundo Império já não teve o que corromper; o seu papel foi, apenas, o de sistematizar o bom aproveitamento da mesma corrupção. Bem meditado, se se compararam esses dias, em que recrimina José de Alencar, e aqueles da senatoria do criado Barbuda, a diferença está, somente, em que, então – havia ainda uma nação para insurgir-se, e, agora, (1860-70), o regime já fizera uma obra completa: a degradação já era corrupção, que, sendo de toda a política, manifestava-se como degradação da própria nação, desamparada de brio, sem possibilidade de remissão. Na ausência de efetivos políticos, para os poderes do Estado, o moderador era tudo. Contra o seu absolutismo, só havia, mesmo, o liberalismo farisaico do imperante, único querer sobre a mesquinhez de criaturas feitas para subserviências miúdas e confessadas, sem outro ideal além da ostentação do falso poder, como lhes concedia o parlamentarismo reinante.

### § 41 – O exclusivo da honestidade

A política republicana, numa queda moral que já é degradingolada, faz voltar os olhos para os dias do Império, quando os homens públicos se mostravam limpos e dignos quanto a dinheiro: não se vendiam à moeda; nem metiam a mão nos cofres do Estado... E é esta a virtude em que a moralidade do segundo Império se consagra, a única linha de probidade dos seus homens. No entanto, bem apreciadas as coisas, não há outra conclusão a tirar se não esta: não foi o trono quem fez os seus políticos – limpos de mãos; por mais abjeta que pareça a vida da República com as repetidas rapinagens de muitos dos seus pró-homens, vem da política do Império o movimento que aí conduziu. Para completa demonstração, há,



em primeiro lugar, a questão de tempo: antes de vinte anos, já as práticas republicanas eram tão infames, em tudo, e tão baixos rastejavam os caracteres, que a vida pública aparecia como um fundo de miséria moral, o fundo além do qual não se podia descer. Como se fez tudo isto? Com homens educados ainda na vida do Império, muitos dos quais vinham da política ativa da monarquia. Em verdade, uma tal decadência não pode ser obra integral de tão poucos anos; em verdade, uma geração que fosse educada no exemplo de puras virtudes políticas, não teria chegado onde chegaram os nossos republicanos.

A primeira proposição demonstra-se peremptoriamente com as simples páginas da história, onde se vê que a absoluta probidade, em matéria de dinheiro, foi contemporânea da Independência, muito anterior, pois, ao segundo Império. Houve é certo, naqueles dias, estadistas que engolfaram as mãos nos dinheiros públicos; mas, quando se distinguiu uma política brasileira, já é de absoluta honestidade. Lecor, Barbacena, Gameiro... onde falava a tradição dos corrompidos estadistas portugueses, teriam repetido as façanhas do Conde dos Arcos, sem que isto desse o tom ao proceder geral, que se definia na inteireza pura dos Andradas, e Lino Coutinho, e José Dias... Podia separá-los, a esses, a diferença política, constante, irremissível, que separava Feijó dos Andradas, mas nessa virtude eles se aproximavam. Uns e outros portavam-se tão intransigentemente honestos em face do dinheiro, que tal coisa parecia não ter valor para eles. E assim se formou essa tradição de honestidade que é, naquelas criaturas, uma auréola, e vem pela vida pública do Brasil afora até ontem, quando a intrepidez de Floriano valia, sobretudo, ele o dizia – na defesa do Tesouro. Quaisquer que fossem as convicções, ou mesmo as transigências, nisto, eles eram rigorosamente honestos – Cairus Vilela Barbosa, Araújo Lima, Alves Branco... O segundo Império surgiu e se afirmou encontrando incontestemente a honorabilidade dos políticos, no

tocante à materialidade das finanças. Nesse valor, único é verdade, faz-se a política, através de **maioridadistas**, e **camarilha**, e **conciliados**, e **progressistas**... Note-se, no entanto, que, paralelamente, subsistia a tradição dos Barbacena e Gameiro.<sup>158</sup> Desde sempre, José Clemente tinha escritório onde negociava casos do Estado; Bernardo de Vasconcelos, até onde podiam alcançar as suas pernas trôpegas, mais se movia por interesse das próprias finanças do que por ambição de mando; Carneiro Leão enriqueceu com o preço dos pobres africanos de contrabando – tal ouviu em pleno parlamento; Sales Torres Homem, como se converteu em Inhomirim, arredondou a fortuna dando forças ao seu valimento político; Montalegre, que veio de republicano a ultrarreacionário, foi, através de todos os avatares, um negociista diligente. E chegamos à aura, como advogado administrativo, de Pimenta Bueno, Sousa Carvalho, Octaviano Rosa.<sup>159</sup>

Porque assim vinham as coisas, e que a corrupção já tocava o último regaço do decoro político, Pedro II se mostrou, ostensivamente – barreira, contra venalidades e prevaricações. Como cinto de castidade, o trono veio fechar, impedir a impureza. Tornou-se lendária, em tempo, a imperial inflexibilidade, contra políticos que empenhavam o seu valimento por interesse pecuniário, e que iriam, talvez, até às concussões e mais negócios ilícitos. Ora, esse proceder do chefe da Nação ao mesmo tempo que patenteava a corrupção, mais a agravava. De fato, se não houvera políticos prestigiados, prontos a traficarem com esse prestígio, não teria sido preciso fiscalizá-los tão de perto, e contê-los, assim, quando já precipitados para a falta. E era contraproducente a correção, porque começava revelando publicamente a corrupção, mostrando-a

158 Quando, a bordo da *Waspect*, Vilela Barbosa se lamenta, a chorar pobreza, replica Pedro I: Por que não roubou como Barbacena?

159 É de ontem, o caso dos bondes de Copacabana, negócio menos limpo, em que aparece até o nome do Conde d'Eu...

como coisa já aceita na vida pública. Não é concorrendo para o despudor que se moralizam os indivíduos. Há um pudor de vida pública como o de honestidade sexual. Quem se lembraria de moralizar costumes – gritando de público a desfaçatez das barregãs?... Era desse valor a apregoada moralização dos políticos, sob a férula do imperante. Afrontando a todos; condenavam-se, às vezes, homens sorrateiramente acusados de advogados administrativos, sem que se fizesse prova completa. Nas democracias de verdade, tais criaturas, atacadas pelos concorrentes, sentem a necessidade de fazer a sua defesa completa, porque de outro modo têm de retirar-se da vida política. Há um julgador, que é a opinião pública. O denunciado, ao ar livre da imprensa, ou mesmo perante os tribunais, tem o incentivo da própria defesa, com a perspectiva da absolvição. Na justiça de alçapão, com que o segundo Império fazia a sua moralidade, nada disto se permitia. O consenso democrático, para elevar, ou deprimir, não tinha significação, pois se reduzia a – ganhar, conservar, ou perder o favor do soberano. Tal político, de grande votação numa lista tríplice, não era escolhido senador, e dizia-se: o imperador o pusera na lista negra – por advogado administrativo; ou, porque, num momento qualquer, ele figurara num negócio menos limpo... Mas, da mesma forma procedia o imperante contra a incontestável e inconstada honestidade dos Alencares, Otoni... e outros votados, só condenados – por hombridade de caráter, por não lisonjearem as imperiais fumaças.

A verdade, em tudo isto, é que o segundo Império, integralizando-se num regime de indiferença pela opinião pública; avesso à verdade e à sinceridade, alheio a méritos reais, favorecendo o constante favoritismo, cultivando intensamente a apostasia política, aceitando e manejava o servilismo, roeu as últimas fibras do caráter nacional, afrouxou todas as molas do freio moral, aluiu a base mesma da probidade, e atacou, por conseguinte, a própria resistência às tentações de dinheiro. Se os cinquenta anos do último

reinado se passaram sem que tivéssemos governos ostensivamente ladrões, é que estes antecedentes de virtude, pelo próprio tom pessoal, não podiam ceder de pronto. Em si mesmo, o regime não permitia o desbragado assalto às posições e à fortuna, e, assim, subsistiram os restos de pundonor, em que os homens políticos se dignificavam, e que lhes ficava qual cerne da probidade, para só se esfarelar quando a podridão houvesse embebido todas as fibras. Destarte, a tradição de honorabilidade vem até os primeiros lustros da República – Floriano, Benjamin Constant, Prudente de Moraes, Ubaldino do Amaral... até os secundários Cassiano do Nascimento, Cesário Alvim... Depois, houve um momento em que se romperam os últimos freios, como se fora o cinto de castidade já alegado; sumiram-se as tradições de **mãos limpas**... Fora injustiça, no entanto, dar ao regime republicano a responsabilidade do confessado desescrúpulo dos seus homens no tocante aos dinheiros públicos. Assim como não foi o segundo Império o fator primeiro da degradação dos homens de 1831, também não se pode dar à República a culpa do total descalabro moral dos seus políticos. Pensemos ainda: a honestidade do segundo Império, mesmo no assunto, era bem manquejante.

Foram apontados, · mais de uma vez, felizardos protegidos, senhores de escravos criminosos, e que conseguiam vende-los, por bom dinheiro, para o exército no Paraguai... Todos esses – os já citados políticos dissertadores eram monarquistas, e só tinham o empenho de limpar o caminho, por onde o trono prosseguisse feliz, com a felicidade da nação. Pois bem, em todos eles vêm apontados fatos, que são de franca e completa corrupção:

Acumulam subsídios, **pensões**... aposentados num emprego, vão servir em mais dois ou três; subvencionados pelo governo para tal trabalho que não se faz, percebem a gratificação pelo que poderiam ter em mente fazer... Certo

senador lastimou, se um dia no paço de sua situação pecuniária; poucos dias depois recebia, a título de atrasados, quatro contos, que se julgou suficientes para melhorar-lhe a situação. Certo valido estava arruinado por uma vida de dissipações: é senador, conselheiro de Estado, e... ordenou-se que tivesse mais dois rendosos empregos, e mais não sei que pensão a título secreto, com que teria anualmente a ninharia de 16:000\$000.

Note-se: isso se passa antes de 1860 (Landulfo). Melo Moraes, sempre desabusado, cita repetidas latronagens, no curso da guerra do Paraguai: “... um exemplo. Oferecem a Caxias 6.000 pares de sapatos de tropa, a 3\$000; o ilustre duque os rejeita, em vista da má qualidade; o traficante não desanima: procura proteção, volta para o Rio de Janeiro com os mesmos coturnos, e os vende a 6\$000...” E como o regime se acentua, por ocasião da Questão Religiosa,<sup>160</sup> Penedo, ao partir para Roma, leva 2.000:000\$000 – com que compre o que for mister, a fim de que sejam repreendidos os bispos. Acusado, o governo não se defendeu – não desmentiu, e a **Fraternidade**, do Ceará, disse, então, que foram 3.000:000\$000...

## § 42 – Pedro II

A monarquia brasileira foi Pedro II. Os nove anos do primeiro Império, agitados na luta – contra o príncipe **estrangeiro** e **despótico**; esses nove anos não se contariam, se o reinado do segundo imperante não tivesse normalizado o regime, para a vida

---

<sup>160</sup> *Questão religiosa*, Macedo Costa, págs. 192 a 279. “Em 1868, os conservadores fizeram uma câmara unânime (com 1 liberal) de parentes e afins de ministros, agenciadores de negócios, aspirantes a empregos, jornalistas, mercenários...” Outro: “O gabinete de 16 de julho, de 1868, cuidava mais de arranjos de família... do que do bem do Estado...”

relativamente longa que teve, e que foi a própria vida da monarquia. E, sustendo o regime, Pedro II não foi, apenas, o fecho da política monárquica, mas a mesma substância dela. De fato, quando se revistam os motivos em que essa política foi conduzida, ainda nos pormenores mínimos e nos lineamentos sutis, só se encontra a personalidade do imperador. E naqueles cinco ou seis anos primeiros, quando a insuficiência adolescente não podia ainda dominar o mundo da política!... Note-se, antes de mais nada, que Pedro II não foi propriamente um ânimo de domínio – a reduzir vontades e a abater e anular disposições que se lhe opusessem: foi, apenas, uma atividade de consciência, a encher um mundo vazio, uma vontade própria, substituindo-se a vontades ausentes, ou meditamente submissas. Nos primeiros anos, ao lado dele, encontraram-se logo os mais traquejados na política já assentada, criaturas que bem conheciam a insuficiência dos outros, e que, garantidas no trono, facilmente pairaram sobre todos; foi o período da **camarilha**. Alcançando o pleno desenvolvimento, Pedro II substituiu por sua vez a camarilha, de tal sorte que o seu reinado nenhuma diferença apresenta entre aqueles primeiros tempos, e os decênios seguintes, quando era ele, exclusivamente, o gerente da vida pública do Brasil.

Pedro II fez sozinho o seu reinado: que valores havia, nessa criatura, para tanto poder? Analisado bem o caso, mesmo sem paixão, ele parece monstruoso, não tanto pela usurpação e concentração de poderes, como pela desproporção entre o desenvolvimento desse poder e a exiguidade física da personalidade onde se fez tal concentração. E não se pode compreender a monstruosa desproporção se não se aprecia bem a pessoa, em todos os seus dotes, antes de colocá-la na situação que lhe foi feita, entre os ânimos com quem ela se encontrou.

Não há descrições inteligentes, e metódicas, do caráter de Pedro II; mas era ele tão simples, tanto se patenteou em atos, que



não é difícil achar-lhe as linhas definidoras e a acentuação das qualidades reais em que ele valeu. Temperamento – frio, livre de todo o sensualismo, não só para a paixão sexual, para todo o prazer, como para todo o intenso sentir. Inteligência – mediana, com imaginação escassa, assimilação fácil, tendência ao exame, à crítica, mas sem perspectivas, por isso mesmo que lhe escasseava a imaginação. Tudo isto valendo sob a forma de erudição, tudo isto impondo-se como reflexão e discernimento, muito avolumado pela grande capacidade de estudo. Do que fica notado, já resulta que a sua organização moral se apresentava aliviada das grandes dificuldades que são as emoções, substituídas, para os respectivos efeitos, por uma formidável vaidade, só limitada pela reflexão. Como consequência da escassez de sensualismo e de imaginação, era de uma afetividade também pobre, medida, não concentrada, mas convencional. Mostrava, talvez, mais do que sentia. Coração seco, sensibilidade frívola, tinha uma bondade também toda convencional. Não alimentava, certamente, intenções de crueldades, mas não tinha a bondade essencial e legítima, que o levaria, desde logo, a comover-se pela sorte dos miseráveis escravos, a bondade incompatível com o nefando crime, contra a América e contra a humanidade – a guerra do Paraguai. Se o sensualismo é o grande escolho da moralidade, é, também, por transformações íntimas do sentir, a fonte onde se alimentam as paixões que exaltam e dão beleza à vida moral. Todo esse fulgor faltava à afetividade do imperador. **Refletido, meditado...** isto quer dizer que era uma criatura dotada de acentuado poder de inibição. E tudo isto, num descendente de Carlos V, fez dele um caráter, ao mesmo tempo – forte e apagado, conduzido por uma vontade lúcida, refletida e nítida, a serviço, sobretudo, da vaidade, o estímulo mais forte na sua natureza moral.

Personalidade que a herança assim dispusera, Pedro II teve de fazer-se e completar-se numa educação dispersiva, deformante

e inumana. Além do isolamento e do desconforto moral constante nas crianças régias, ele foi o órfão total, criado e formado numa pobre corte exótica e frustra, representante de um trono desprestigiado, abatido, descendente imediato de um dinasta escorraçado e banido. Por sobre essa infância, triste e moralmente desgraçada, o estímulo bastardo, de carícias mercenárias, em viço de adulação, a pedagogia árida e esgotante de Frei Mariano, o influxo do septuagenário José Bonifácio, logo substituído pelo nulo Itanhaém, ajustados a criaturas que tudo incluíam em lisonja. Como efeito de uma tal educação, através dessa infância suplantada, o natural de Pedro II, já de si acanhado, mais esquivo se fez: conteve-se e concentrou-se até a deformação, para que ele viesse a ser – a consagrada criança sem risos de meninice, o adolescente traçado num ríctus de circunspeção, sem transportes de jovialidade. Nessa vida contrafeita e afetivamente viciada, no estojo de adulação em que o fechavam, somente uma das suas qualidades naturais podia expandir-se – vaidade, que, finalmente, se tornou o motivo mais seguro sobre a sua ação. Conte-se, também, da sua linhagem de Habsburgos, a fidalguia essencial, a dignidade de si mesmo, a decência verdadeira, que é a decência moral. E como nenhum desses dotes secundários se opõe à vaidade, eles vieram formar o mais legítimo valor natural do seu caráter.

Composto assim – em qualidades naturais negativas conduzidas pela vaidade, assistido por aquela pedagogia deformadora e depressiva, só estimulante da mesma vaidade, Pedro II, ao ser senhor de si, achou-se, de fato, sem outra linha de caráter além das depressões – circunspeção, reflexão, sensatez... E por que era um vaidoso, e tinha a inteligência bastante para compreender a necessidade de ter um feitio moral, imperante, compôs um caráter em correspondência com as suas concepções políticas e morais; compô-lo decidido a ser um tipo próprio para a função que lhe foi dada. Tinha força de vontade; não sentia exigências

de temperamento; tomou importância na altura a que o destino o levou: quis ser elogiado como um grande rei, e enfronhou-se numa fórmula de conduta bem determinadamente nesse intuito. Não era um caráter de empréstimo, falso ou falsificado. Tudo que havia nele baseava-se em condições naturais: mas uma mera construção, dilatada por sobre a singeleza da estrutura natural, essencial. Era uma expressão toda convencional, e que, dada a sua escassez de imaginação, mostrava-se, efetivamente, pobre, mesmo naqueles dotes<sup>161</sup> ostentados. Assim, por convenção (que, aqui se distingue bem de hipocrisia) ele foi – liberal, justo, bom, probo, honesto, patriota.

Liberal, Pedro II deixou inexoravelmente cativar as províncias, naquela monstruosa centralização, pior que o cativeiro dos dias coloniais; liberal, ele ostentava o liberalismo, reduzindo-o, finalmente a um favor, com que trazia os Brasileiros à condição infamante de escravos... de bom senhor. E era esse o fim do liberalismo – destacar o mérito de quem o concedia. Justo, ele permitia que a Justiça pública fosse descarada mentira, pois que nunca houve poderoso punido, qualquer que fosse o crime: justo e liberal, ele abusava do seu privilégio – para negar a Otoni e Alencar aquilo que o eleitorado manifestamente queria conferir-lhes. Bom, generoso, ele guardava rancores imperecíveis; bom, ele suportava o espetáculo doloroso do cativeiro como indústria; bom, ele fez exterminar, nos campos do Sul, centenas de milhares de brasileiros moços e válidos; bom, ele quis e fez aniquilar, por longos

---

161 Tornou-se legendária a secura de coração do imperador, comentada, mesmo, nos desvãos do paço. “Afirma-se que, por ocasião do passamento de Joaquim Faro, Visconde de Bom-Retiro e General Cabral, seus amigos, não apresentou a menor demonstração de pesar”. Conta Otoni (Biogr.) que, no mesmo dia do enterro do Marquês de Paraná, seu primeiro ministro, Pedro II foi ao teatro, com manifesta indiferença pelo que os clássicos chamam de grande perda para a política nacional. Antes, em 1848, ao anunciarem-lhe que Pernambuco estava ardendo, ele respondeu (ao Ministro Manoel Felizardo) – “Pois deixe arder...”

anos, uma nação americana, sempre amiga do Brasil, guerreando-a inexoravelmente, até o extermínio completo de todos os seus homens válidos. Amante das letras, ele negava acintosamente o senado a um dos mais legítimos representantes da literatura brasileira, assim como consentia – passasse fome, na Europa, o primeiro e glorioso poeta brasileiro – Gonçalves Dias; cultor da ciência, propugnador do progresso intelectual, ele deixava abandonada a verdadeira prática científica, sem um estabelecimento de desinteressada e alta cultura, sem meios, para os que pretendessem dedicar-se a investigações orientadoras; propugnador do progresso intelectual, o seu governo condenava as sucessivas gerações de brasileiros, inválidos no analfabetismo, aviltados na ignorância profunda. Probo, ele dirigia um governo de deslavados esbanjamentos; probo, ele fazia da probidade ostentação, como virtude rara, e que desmoralizava o ambiente político. Honesto, ele aceitou a corrupção política, cultivou-a, estimulou-a, explorou-a, em proveito do seu poder pessoal; honesto, ele presidiu aqueles decênios de vida pública, para os dias de desmoralização definitiva em que tudo acabou. Patriota, ele converteu a soberania da nação em soberania do trono, e reduziu o Brasil à mera expressão da sua onipotência pessoal; patriota, assim onipotente, ele nada fez do muito bem que poderia ter feito, e o seu reinado foi, somente, de efeitos negativos, ou, explicitamente, maléficos – conservação monstruosa da escravidão, sistematização da corrupção política, guerras injustas com os vizinhos, destruição final de tudo que o movimento de 1831-32 havia trazido às instituições nacionais, resistência a tudo que era verdadeiro progresso... Não é que lhe faltasse, ao imperador, boas intenções, convencionalmente definidas; mas, porque, eram de convenção; porque faltava, a um Bragança, aqui abandonado, a efetiva correspondência com os sentimentos e as necessidades do Brasil. A verdade é que as boas intenções dele não combinavam com o verdadeiro bem



desta pátria. E assim se explica – que apesar de não odiado, foi o imperador o motivo mais forte na campanha pela república. Como ideologia, todos o sabem, a propaganda de 1870-89 nada valeu; para mover a opinião, só se notaram, de substanciais, argumentos concretos – **que o governo imperial se concentrava no poder pessoal**. E como eram os políticos e chefes monárquicos os mais veementes contra esse mesmo personalismo do governo, sendo também os mais autorizados para dar testemunho do fato, foram eles, os monarquistas, os mais eficientes propagandistas da República.<sup>162</sup>

Com esse testemunho do absolutismo ilegal de Pedro II, entraram os republicanos na campanha contra o trono. E era bem fácil a campanha porque, sendo o governo imperial um franco despotismo, era de uma absoluta esterilidade, a não ser para o mal da campanha no Sul. Ora, suporta-se a tirania, pede-se a ditadura, apesar de toda a liberdade sacrificada, em vista das realizações fáceis que ela traz: o poder absoluto não pode ser estéril; está condenado. Foi o que aconteceu com o segundo Império – estéril, apesar das boas intenções do poder soberano. Como se explica isto? É que Pedro II foi absoluto e pessoal, como poder, por motivos alheios à sua compleição psíquica: ele não tinha o feitio moral, nem a energia íntima de um déspota – **Cesar caricato!** invectiva, sem propriedade, um dos línguas mais acatados da monarquia. Pedro II não era um Cesar, nem, talvez, pretendia tal amplitude de realização. Não era caricato, por isso mesmo que não se sentia com alma cesárea. Para ser Cesar, é preciso ter, antes de mais nada, o temperamento em que se definiram os Césares, Luíz XIV, Catarina, Mahomet,

---

<sup>162</sup> Quando o despeito do romântico – conservador e escravocrata José de Alencar, o leva a vociferar no parlamento contra o *poder pessoal* e a sua ação dissolvente, isto fazia mais efeito do que a discursão dos arcaicos republicanos, em bacharelíce bolorenta. “Os partidos, órgãos legítimos da vontade nacional, representam os vigorosos impulsos da democracia. A demolição é pois uma necessidade congênita com o trono”.





Carlos V, Cromwel, Bonaparte... Ou imediatamente sensuais, ou sublimados nos gozos das grandes realizações, todos esses foram almas de intenso e desenvolvido sentir, com a plenitude de forças psíquicas como se exige de um César. A despótica absorção dos poderes da nação não se faz sem a premência de necessidades íntimas – para satisfação irresistível de tendências dominantes e irreprimíveis. Ora, no príncipe brasileiro, não havia, de exigência soberana, senão a vaidade, e isto não basta para fazer uma alma cesariana. Em verdade, Pedro II, no apagado equilíbrio das suas faculdades, dado o tom negativo do seu caráter, com a honestidade e decência pessoal que possuía, como soberano, só podia ser um chefe rigorosamente constitucional: só prestava para isto,.. Coloquemos essa criatura na situação que lhe foi dada, e teremos a explicação do seu despotismo, isto é – de como ele teve de ser absoluto e pessoal.

Criança, mal-formada no isolamento moral em que se encontrava, o futuro imperante teve, muito cedo, o espetáculo sintetizado no beija-mão de Araújo Lima, desenvolvido no servilismo de Itanhaém. Adolescente, é aproveitado pelos manobreiros da maioria, convertido, assim, desde logo, em instrumento superior – para dar e tirar poder aos politiquieiros. Antonio Carlos insuflara-lhe a ingênua vaidade, tornando-o árbitro da situação; quatro meses depois, o companheiro Vilela Barbosa, e a camarilha já constituída, aproveitam o mesmo árbitro, e enxotam Antonio Carlos e os outros vagos liberais. Agora, nesse passo, o manobreiro vai mais longe: faz com que o imperial adolescente lhe dê **a dissolução prévia**. Revoltam-se os restos de autênticos liberais: nunca houve mais legítima revolução; mas, até Paula e Sousa renega o liberalismo, e agacha-se aos pés do senhor moço,<sup>163</sup> en-

---

163 Esta expressão – *senhor moço*, é de Otoni: “A criadagem inferior, submetendo-se a todos os caprichos do *Senhor Moço*, acabava de estragá-lo...” cap. I.

quanto as baionetas policiais de Lima e Silva reduzem os restos de liberalismo. O trono é um rapazinho, aos pés de quem se prosternam todos, qual mais pressuroso, qual mais empenhado em obter as imperiais graças, em troca da nação que entregavam ao seu definitivo e incontestável mando. A vaidade do adolescente inflou, distendeu-se, e veio ocupar toda aquela soberania que a seus caprichos abandonavam os falsos representantes da Nação. Agora, de 1842 em diante, a política é somente o saracoteio tumultuário em torno do rapazelho distendido sobre a nação. E a imperial mocidade, ou por curiosidade de nova ambiência, ou enfado de servilismo conservador, põe fora os José Clemente e Vilela Barbosa, para entregar a empreitada de mando ao liberalismo de Almeida Torres (o futuro Caravelas) e o destemperado Holanda Cavalcanti: nova dissolução solicitada e concedida, novas eleições, com intervenção mais descarada, ainda, do governo, novos ataques contra os resquícios de liberalismo da legislação... Então, no vigor de juventude, o trono vai ocupando o lugar que lhe deixam, vai usurpando as soberanias que lhe entregam... Agora, já nem é preciso que lho deem formalmente: em 1848, a mutação política, e as subseqüentes reações, são da autoria exclusiva de Pedro II, que já não tinha camarilha, propriamente dita, se não os **áulicos**, dentro de cujo servilismo ele escolhia muito livremente. Desse momento em diante, não era de esperar que, por si, quando tudo conspirava para dar-lhe o absoluto poder, fosse Pedro II abrir mão dos privilégios que lhe fizeram, e, viesse, ele próprio, ele sozinho, corrigir o sistema de há tanto tempo em uso. Aí, era o Brasil objeto de experiência da sua bem-intencionada vaidade, e fora preciso portentos de virtude, no imperante, ou muita energia patriótica e independência de caráter nos outros, para mudar a feição da política. Fora preciso milagre.

Em todo caso, é tanta a verdade desse caráter que, no resto da sua existência, Pedro II foi um homem são, morigerado,

essencialmente decente, e pessoalmente digno. A demonstração completa, disto, temo-la no seu proceder – na prova definitiva da queda. Nem parecia um Bragança. Comparem-se as duas cartas, em assunto de dinheiro, escritas por um e pelo outro, no momento supremo de partirem para o exílio: a do primeiro é uma sórdida e mesquinha alegação de quantias a receber, reclamadas na baixaza do querelante ganancioso; a do segundo, a desistência sóbria, essencialmente digna, de uma quantia oferecida pela Revolução. Há, entre os dois documentos, a diferença sempre notada, entre a vida privada do marido de Teresa Christina, e o grosseiro desbragamento do espancador da arquiduquesa Maria Leopoldina. Todo esse conjunto – caráter do imperador e realização das suas funções majestáticas, deu em resultado que Pedro II, só dedicado ao Brasil, não era realmente estimado pela nação brasileira, nem mesmo inspirava o respeito que merecia pela dignidade da sua vida. O achincalhe da miserável política presidida por ele mesmo, envolvia a sua pessoa no merecido desprestígio dos politiquieiros, ao mesmo tempo que se impunham surdamente à alma da nação os grandes males ligados ao seu reinado. Como em tudo mais, o caráter de Pedro II explica-nos até aquela acrimoniosa justificativa do último momento – **Passei cinquenta anos a arrastar maus governos...**<sup>164</sup> Não foi generoso, o ex-imperador, em expurgar-se, desse modo, de uma responsabilidade que foi principalmente sua; não é, mesmo, verdade, que os governos fossem propriamente maus senão abaixo da responsabilidade que lhes cabia; mas, em si mesmo, sentia-se Pedro II sem a responsabilidade do poder que exerceu, porque, em consciência, ele não se sentia um déspota. No entanto, foi a acusação mais repetida contra o seu reinado – a do poder pessoal.

---

164 Contesta-se o dito; é um caso a apurar.



### § 43 – O moderador, pessoal e absoluto

Teria sido gratuita a eiva de absoluto e pessoal, com que se marcou o reinado do último imperador? A unanimidade da acusação, a relativa ufania com que Pedro II a recebia, os fatos alegados, e os efeitos reconhecidos, demonstram cabalmente a realidade dela. Sim: desde que nunca se praticaram os princípios democráticos na organização dos poderes da nação; desde que, sem verdade de eleições, fazia-se, no entanto, todo o jogo parlamentarista, para toda a vida do Estado como se a vontade da nação se houvera pronunciado, é que uma vontade exterior à legalidade, e **superior**, no regime, veio suprir a democracia ausente. Tanto vale dizer: não teria havido a aparência de governo representativo se não fosse o poder pessoal do imperante. Efeito e necessidade da política normalizada no Brasil, desde 1824, o poder pessoal é contemporâneo dessa normalização, anterior, por conseguinte ao reinado de Pedro II. Todavia, na carência total do regime, dada a manifesta miséria da política, os governantes, desde que não estivessem no mando, voltavam-se para o decantado poder pessoal – a mostrar a realidade dele, e a dar-lhe a responsabilidade da mesma miséria política. A alegação não vale mais do que os mesmos políticos, mas tem o mérito de completar a prova da existência do poder pessoal.

Falem, liberais e conservadores.

Sousa Carvalho, por exemplo, não tem má vontade para com o imperador, e reconhece que o uso do poder pessoal foi, antes, um corretivo à miséria da política: “Se o imperador não revesasse os partidos na nomeação dos ministros de Estado, provavelmente seria eterna a dominação do partido que ele conservasse no poder... Não sei em que se fundam os que atribuem à coroa o estado degradante da nossa política...” Mas, com isto, atesta a existência da vontade do trono no curso da política:

No Brasil, o partido que está de cima sustenta o **absolutismo** pela fácil dominação que lhe proporciona... O governo exercita verdadeiro absolutismo... a invencível onipotência, o despotismo ignóbil sob o qual vegetamos... o vergonhoso absolutismo do governo, a nação dividida em dois partidos pessoais... Ditoso país... em que o governo absoluto pode ser requestado e servido à competência por liberais e conservadores!... o nosso liberalismo **pessoal**... tão estupendo e ridículo, que assombraria a consciência do gênero humano e faria o mundo inteiro dar gargalhadas.

Ao mesmo tempo, Sousa Carvalho atesta que: "... com todos os partidos, o governo é tudo, e em vez da câmara fazer o ministério, é este que faz a câmara... as urnas eleitorais nunca retirariam um partido do poder."<sup>165</sup> Reconhece que tal não é devido somente à tendência exorbitante do imperador; mas, bacharel, em face de costumes políticos, ele pretende que tudo resulta da simples forma legal – leis más. Ora, todos sabemos que leis não criam costumes, antes derivam deles. E esse foi o nosso caso: um parlamentarismo por fora da constituição, degradação da política, abjurações e transigências, produzindo a infame legislação reatora de 1839-49... Para a prova definitiva de que a forma legal não garante pureza na prática, nem liberdade de regime, aí temos a célebre e libérrima constituição republicana cobrindo práticas mais antiliberais e mais desbragadas que as do Império. Aliás, Sousa Carvalho mesmo não está bem certo da causa, e, finalmente, só faz questão da realidade verificada:

Sejam quais forem as verdadeiras causas, é certo que vivemos sob o mais perfeito absolutismo. Este estado é

---

165 *Op. cit.*, págs. 6, 29, 47, 48, 50, 53, 66, 72.



intolerável, faz vergonha de ser brasileiro. A voz popular costuma atribuir ao chefe supremo os erros e males da comunidade. O absolutismo do governo vai disputando com a duração do reinado... Se os ministérios têm interesse passageiro em manter o absolutismo, a coroa tem interesse permanente em sustentá-lo...

O conservador José de Alencar é mais formal contra o poder pessoal, porque se sente vítima dele. Começa apontando –

a ostentação de absolutismo, pois que só nos governos absolutos é que o impulso de vida pública vem do alto... Há um luxo, um aparato, uma ostentação de absolutismo que abate o cidadão brasileiro. Neste país, não é a opinião que domina, mas a vitaliciedade. A **coroa**... eis a imagem da monarquia constitucional do Brasil... O país está absolutamente cativo do absolutismo e da preponderância do governo pessoal... O ministério reduzido a um corpo movido pela cabeça aparente, com a coroa como cérebro... O organizador do ministério não é quem de fato o organiza, mas um poder superior... o dono desta terra... o único poder deste Império, aquele que o estrangeiro chama – **o dono esta terra**...

Para que não pareça vazia a acusação, o grande cearense volta-se para o governo da véspera, o de Pimenta Bueno (São Vicente), político sem outro prestígio além do favor imperial:

... nulidade que cerca o trono... Homens sem escrúpulos, baldos de pensamento, decorados com as rubricas de quaisquer opiniões em voga, e assim escalam o poder, e nele se mantêm. É esse um dos meios que o poder pessoal frequentemente emprega... não se carece mudar de gabinete para

mudar de programa... Tem o poder pessoal para seu uso uma provisão de paradoxos. Possuído **intus et in cute** do espírito do governo pessoal, o Sr. Visconde de São Vicente organizou a instituição da presidência do Conselho pelo molde imperial...

Artista, Alencar dá pitoresco às formas do poder pessoal:

São Vicente – órgão parlamentar da coroa, iniciador dos projetos organizáveis à majestade... São Vicente encarnação do governo pessoal. Antes, os ministérios serviam de instrumento à vontade superior; neste, o poder irresponsável se infundiu e incorporou... Que melhor ambrosia se pode oferecer a Júpiter do que a queda de um homem superior?... Os políticos são utensílios do governo pessoal...

Num certo momento, afirmou Sousa Carvalho: “O absolutismo do governo vai disputando com a duração deste reinado...” para fazer crer que, de início, não era assim. No entanto, subimos pelo tempo, e encontramos a constante verificação de – absolutismo em manifestação pessoal. Melo Moraes: “A nação votada inconstitucionalmente à inexperiência, ao pedantismo e aos desatinos do poder executivo, o único poder da nação...” Ora, bem sabemos que o executivo consubstanciara-se num ministério, **instrumento da coroa**. Para Tavares Bastos, a existência do poder pessoal nem merece discussão: “... Os políticos volem e revolem a eterna questão do governo pessoal... brinquedo, distração aconselhada pelo governo, para poder, às caladas, arranjar os seus projetos inconstitucionais e vergonhosos...” Compreensão e crítica muito justas: o poder pessoal, realidade que era, não só aproveitava aos políticos como distribuição de domínio, como lhes dava a desculpa – dos constantes atentados à liberdade e da insuficiência do governo



para o bem. Landulfo Medrado, mais para trás, 1860, clama por um lado: “Declara-se tudo corrompido, exceto o poder neutro (a coroa); insinua-se a necessidade e excelência do governo pessoal...” ao passo que, por outro lado, nota: “As acusações passavam por cima da cabeça dos ministros e iam ferir o poder inviolável... fazia-se sentir de mais a vontade irresponsável...” E pergunta: “... têm a simplicidade de duvidar que de fato existe o governo pessoal?.. Estão satisfeitos com os frutos que o país há recolhido do governo pessoal?...” De todo modo, o grande liberal baiano fala como de coisa incontestável, esse poder pessoal, que até aparecia a muitos – qual remédio contra a corrupção geral.

Havia mesmo uma formal propaganda – para sua ostensiva legalização:

... perdidas todas as reputações, estragado todo prestígio pessoal: sopravam ambições, invejas, ódio, irritações, vinganças, misérias... contavam que a solução do problema seria... a que parecia mais simples, fácil e, talvez, natural e necessária: só um indivíduo, só um poder escapara a essa vasta e funda desmoralização; a nação, portanto, descrida dos **outros** seus delegados, descrida de si mesma, abdicaria a sua soberania nas mãos do único que se não maculara...

Uma tal propaganda indica o termo de uma evolução: o poder pessoal, de tão patente sobre a nação abandonada, tratava de legalizar-se: era o tipo bem definitivo e consagrado, por isso mesmo que a respectiva evolução começara numa forma por demais adiantada. A primeira referência à exorbitação da coroa já patenteia uma completa deformação do regime para os liberais de 1842. O-absolutismo do poder supremo só se explicava como **coação** – dos conservadores, feitos com a camarilha, sobre o ânimo do imperial adolescente. Os resultados da luta travada por eles **para**

**livrar o trono**, demonstrou que – coros e camarilha fundiam-se numa só expressão. Depois, porque, em 1846, são os conservadores os feridos pelo poder pessoal, em toda a força, desandam, os mesmos conservadores, em acusações formais, como se lê no célebre panfleto de Justiniano Rocha, ou Vasconcelos, ou Hermeto. E nunca mais cessam tais acusações, até a **Grande Aranha**, de Rui Barbosa, **reinando na excelsa corte de El-Rei café...** Um Itaboraí, antes justifica, do que acusa: “O imperador reina, governa e administra.” Como bom escravocrata, Rodrigues Torres reservava para si o papel de feitor, do supremo mandão. Euzébio de Queiroz, esse que só foi ministro uma vez, tanto lhe doeu o freio do governo pessoal, dizia: “Nesta terra não se pode ser ministro...” Noutros termos: “Com o imperador, não é possível a um homem, dono de si, ser ministro.” Pelo mesmo tempo, o jornal de Francisco Otaviano abria as cortinas: “O movimento (político) parte de cima; quem governa é a coroa.” E Silveira Lobo completava o julgamento: “Hoje só os servís e os néscios desconhecem a existência do poder pessoal...”

Finalmente, nem havia quem quisesse, ou pudesse passar por néscio – com o negar a realidade da onipotência política de Pedro II. Desde que um partido estava na oposição fustigava as imperiais faces com a acusação. Mas só o fazia por matreirice, para forçar a vez na distribuição do poder. No mais, de um lado e do outro, todos aceitavam a condição subalterna em que os deixava o trono; ninguém resistia à ostensiva usurpação de poderes, por parte do monarca, porque ninguém se podia dizer legítimo representante da nação: “No Brasil não há eleições... O governo é que faz a câmara, em vez de ser feito por ela...” Em tais condições, como poderiam esses espúrios representantes da nação ter segurança de atitudes e independência de caráter para enfrentar o trono absorvente? Eram todos **utensílios do governo pessoal**; disse José de Alencar, que, aliás, também o foi. Bem considerado,

teria sido Pedro II o menos responsável pela inflação ilegal dos seus poderes majestáticos; criança, foram buscá-lo, tumultuariamente – para que a sua pessoinha mudasse a situação política, contra a vontade expressa da nação, representada na câmara dos deputados; antes, já Araújo Lima havia afastado um ministério, por um verdadeiro golpe de governo pessoal; depois, de 1841 em diante, não houve chefe político que não aceitasse o poder – que lhe fosse dado por simples arbítrio do governo pessoal, e, assim como aproveitavam o poder, reclamavam a dissolução da câmara. Ora, quem concordava com o mais, que era esse fácil jogo de parlamentarismo, concordava com o menos: que o imperador interviesse em todos os negócios da Nação, para impor as suas decisões: “A vontade irrevogável (do imperador) não encontra obstáculos... Depois de trinta anos, o monarca não achou ainda quem lhe mostrasse os perigos do governo pessoal...” Sem temperamento de déspota, honesto e circunspecto, Pedro II teria voltado atrás da sua arbitrariedade política, se os chefes tivessem resistido a ela, como deviam, se eles concorressem para dar verdade ao regime representativo e fossem, de fato, legítimos detentores do poder em face do trono. Não houvesse políticos brasileiros – ministros – para fazer a guerra ao Paraguai, e o imperador teria recalcado as suas antipatias, teria recolhido o seu capricho, porque o sentimento unânime da nação era contra esse crime. E foram os famosos **liberais!** Um deles, Saraiva, no seu curtíssimo liberalismo, concebeu uma nova organização eleitoral – a eleição direta, com censo alto; apresentou a ideia a Pedro II, que discordou: Saraiva insistiu (como se aquilo merecesse insistência) e o imperador acabou cedendo – **vencido, não convencido**, teria ele dito ao chefe liberal. E vencido se confessaria, sempre, qualquer que fosse o motivo em causa, se os políticos tivessem cumprido o seu dever, pois é bem de ver que Pedro II não era um ânimo a criar por si, por puro motivo pessoal, uma crise revolucionária, qual seria a de

proclamar-se ostensivamente superior à nação. Os políticos nada fizeram como resistência, nada fizeram no sentido de corrigir os vícios manifestos, e depurar o regime: podiam esperar que o próprio representante do trono viesse fazê-lo?...

Em princípios de 1843, quando Pedro II era simples instrumento da camarilha, e não podia ser um poder pessoal, Feijó teve, então, a intuição da degradação a que estava reduzido o Brasil pela miséria da sua política: “... Se eu pudesse daria o exemplo de resistir às ordens ilegais, sem o que será sempre nominal a nossa liberdade... Uma nação que vê submissa a violação das suas instituições é indigna de ser livre. Já é escrava, e se não tem senhor, terá o primeiro que o quiser ser...” O primeiro foi Pedro II, não que o quisesse, mas porque o destino o colocou em face de quem não era digno de ser livre... Não foi porque o quisesse nem foi o personalismo do seu reinado quem corrompeu e aviltou a política brasileira. Efeitos tão sinistramente profundos, miséria tão desenvolvida, vão além da ação de um indivíduo, demônio ou herói que ele seja. Lembremo-nos, ainda, de que naqueles dias – de fastígio pessoal de Pedro II, essa carência de legalidade era comum a todos os neoibéricos: não havia nação, do México à Argentina, que não estivesse sob governo pessoal, apesar das constituições livres que possuíam. Muitos desses povos já se redimiram, ao passo que, para o Brasil, o governo pessoal tomou a forma abjeta – do mandonismo na ceva. O fato se explica, justamente, pela miséria da alma dos dirigentes.

#### § 44 – Involução e reação

Os homens da ideologia liberal do Império, sobretudo os de 1860 a 75, sempre que procuravam as causas da degradação do regime, citavam a legislação de 1839-1849, em que se definiu a política conformadora do segundo Império – **interpretação do ato**



**adicional**, reforma do código do processo, reinstituição do conselho de Estado... As primícias – **interpretação**... foram ainda na gestão Araújo Lima Vasconcelos, e demonstram, já o assinalamos, que a política do segundo reinado foi anterior a ele – entronização de Pedro II, antecipação do regime, e a que o imperador não se poderia negar. Quando viemos da história de 1826-31, parece impossível este sinistro milagre – de que, pelas artes de quase os mesmos homens, se tivesse feito, para a gloriosa onipotência do neobragantismo, mais do que o sonhara o primeiro imperador (à parte a reunião). Na desfaçatez da abjuração, destruiu-se tudo do que se conquistara em 1831-32. Fora bem pouco, mas tanto sofreram as liberdades públicas sob a legislação reatora de 1830-49, que, daí por diante, os mais avançados radicais entre os liberais faziam todo o seu liberalismo em combatê-la. Os trâmites de gestação dessas leis dá-nos a plena significação delas. Foi, sob a forma de **interpretação**, a primeira obra positiva de Hermeto pós traição, fecundado por Araújo Lima, para estreia do fundador da dinastia – junta do coice. Deu-se o parto antes do entremês de 1840, e, passados os 85 dias de mistificação liberal, refeitos e reforçados os Vasconcelos, Hermeto, Araújo Lima, Costa Carvalho... com os Paranaguá, Araújo Viana, José Clemente, Calmon... servidos pelo marcialismo dos feitores Lima e Silva e Andrea, não tiveram meias medidas. São as façanhas do ministério de 23 de março de 1841, onde Vilela Barbosa, liberal de Antonio Carlos, vem a ser conservador de Vasconcelos. Aí já se encontra o tenor do conservadorismo – Soares de Sousa, freio novo, para uma nação já sem ardores de ginetismo.

Dias sinistros, esses de 1841-49! Revelados os intuitos da **camarilha** no poder, os raros liberais de essência – os cônegos Carinho, Alencar, Otoni, Vergueiro, Feijó, José Bento... vieram a ser **patriarcas invisíveis**, últimos defensores, naquela geração de trânsfugas,

das liberdades públicas.<sup>166</sup> Todos os outros vêm formar o grosso dos conservadores, de Hermeto a José Clemente, cada qual mais cativo na obra de reação – leis de 23 de novembro e de 3 de dezembro de 1841, para o restabelecimento do conselho de Estado e a reforma do código do processo. Note-se: o conselho de Estado fora abolido por um dispositivo constitucional, do ato adicional. A nação, que não pudera acompanhar a vertiginosa descida, em misérias, dos seus políticos, e ainda não ajustada ao neobragantismo, respondeu a esse movimento de reação elegendo uma câmara democrata e nacional – liberal, em formal oposição ao governo. Foi quando o lichen Paranaguá-José Clemente-Soares de Souza venceu o próprio cinismo – para dizer, no palavrório da **dissolução prévia**, que a câmara eleita, alma da nação, **não tinha idoneidade moral ou força...** A afronta não poderia passar em vão, quando ainda havia daquele ânimo brasileiro que produzira o 7 de Abril, São Paulo e Minas entenderam defender a liberdade, e reclamaram, bem explicitamente – “a revogação das três leis... a da interpretação do ato adicional, a lei das reformas do código, e a do conselho de Estado”; a assembleia provincial de São Paulo enviou ao governo uma deputação, portadora de uma representação, nesse teor. A comissão era composta do brigadeiro Gavião Peixoto, o deputado Souza Queiroz e o Senador Vergueiro. Pois bem: o governo Paranaguá-Paulino-José Clemente levou o despalante ao ponto de baixar um aviso, de 5 de fevereiro de 1842, declarando que nem a comissão, nem a representação podiam ser recebidos – por atentar contra artigos da constituição. O atentado estava em dizer, a representação, que o monarca se via coacto pelos Vasconcelos e Hermeto... “que o obrigavam a assinar atos opressivos...” Pecava a

---

166 Nessa geração também haverá apostasias, renegamentos e traições – Meireles cumulado de honrarias, Torres Homem promovido a Inhomirim, Paula e Sousa que renega a revolução de 1842, Limpo de Abreu, promovido a Abaeté...



representação em acreditar que a reação e os ataques à liberdade se faziam sem a aquiescência, ou a contragosto de Pedro II, e os ingênuos liberais pagaram caro a ilusão: ao governo, que se negava a ouvi-los, eles responderam com as armas na mão... Derradeiro espasmo no esforço brasileiro pela liberdade. Vemos reproduzirem-se, aí, as façanhas do Padre Tenório, Padre Pessoa e Frei Caneca: além de Feijó, o Padre Oliveira, em São Paulo, o Cônego Marinho, em Minas, são soldados da revolução liberal, tão nobre e necessária, como frágil e inexequível – num mundo político cujas fortunas eram as abjurações realçadas em servilismo. Os aspectos concretos são copiosamente expressivos: a garantia da ordem destacada para dominar São Paulo; o braço do absolutismo mandado para abater os Mineiros; Vasconcelos e Hermeto a completar José Clemente e Vilela Barbosa; Feijó, prisioneiro às portas da morte, e transportado num leito, por centenas de léguas até a prisão no exílio; absolutamente inválido, forçado a arrancar da sua extrema pobreza os contos de réis com que a justiça imperial o esmaga, e que não o esmaga tanto quanto o vilipêndio do general de polícia, já Barão de Caxias, secundando o renegado Costa Carvalho... Cuidadosamente escolhem-se, entre os políticos, os mais ativos em favor das liberdades nacionais, e são exilados para Portugal, guardando-se, no entanto, os proeminentes, cujo processo deve servir de exemplo – Alencar, Feijó, Vergueiro. O grande ituano tem de vir do seu desterro para responder perante o tribunal político do Senado, condenado a ouvir os doestos dos Vasconcelos e Hermeto, que não podiam suportar aquela superioridade moral, e disto faziam motivo de acusação; Feijó condenado a ser defendido pela flacidez do futuro Caravelas...

E prossegue o declínio, contra o qual de nada vale o generoso sacrifício dos de 1848. Agora, para cada um dos raros Nunes Machado, há dezenas de Soares de Sousa, Tosta, Calmon, Silva Maia, Macaé, Felizardo de Sousa, Itaboraí... Não há mais razões para

tateios e hesitações: o neobragantismo tem um programa e uma rota. Depois da vitória sobre os liberais de São Paulo e Minas, há liberais para alimentar as veleidades do espúrio parlamentarismo imperial. São os homens que completam a degradação eleitoral. Vão-se como vieram; e os Fernandes Torres, Marcelino de Brito... encarregam-se de cumular a legislação reacionária: dec. de 19 de agosto de 1846, segundo o qual “o governo geral era competente para conhecer das irregularidades das eleições municipais, e de juízes de paz, e mandar reformar as que contiverem nulidades...”<sup>167</sup> Um político da época deixou o comentário necessário: “O governo, juiz da validade de eleições locais é monstruosidade que não se vê na França de Napoleão III... Baseado em pretextos, o governo anula as eleições das poucas paróquias em que triunfa a oposição...” Logo depois: a organização da guarda nacional, a lei do recrutamento e a rede da polícia escravizaram totalmente a vastidão do Brasil ao poder central, de modo a tornar saudosos os dias da metrópole de Lisboa. Era, porém, necessário – porque já se preparavam as duras campanhas do Sul, em satisfação do torvo imperialismo bragantino: **recrutados**, ou jugulados na guarda nacional, os brasileiros deviam formar os batalhões que tinham de morrer sob as ordens dos que sucederam a Lecor e Barbacena. Tavares Bastos chamava a tais mostrengos de legislação – “duplo crime, contra a constituição e contra o futuro do país... Os donatários da terra chamam a isto imitar o exemplo das grandes nações...” Sales Torres Homem, quando já fazia a evolução para Inhomirim (em abril de 1853), mostrava:

Despojou-se o poder judiciário das funções constitucionais – de pronunciar e julgar, para conferi-las a agentes do executivo, a empregados policiais, à discricção dos

---

167 Sousa Carvalho, *op. cit.*, pág. 36.

ministros... destruíram a primeira das garantias protetoras da sociedade, deixando a descoberto todos os direitos políticos e individuais. Foram além do que se pratica na Turquia, ultrapassaram o arbítrio do nosso regime colonial. Fizeram o que a mão de ferro de Bonaparte não ousou fazer no código do processo da França.

O despotismo legalizado chegou ao ponto de que os próprios conservadores – São Vicente, Saião Lobato, até dos mais cascudos como Euzébio de Queiroz, José de Alencar... fulminaram tal legislação. Antes mesmo dela dar todos os seus frutos, um dos seus autores, Bernardo de Vasconcelos, como envergonhado, pensou em corrigi-la, apresentando, em 1845 (Senado, 14 de julho), um projeto, que é o melhor comentário do caso: “É revogada a lei de 3 de dezembro, de 1841, na parte que confere autoridade aos chefes de polícia, delegados e subdelegados para proferirem sentenças definitivas e de pronúncia...” Mas, tal era a mentalidade reinante, que Bernardo de Vasconcelos foi liberal; não aceitaram o seu projeto... Em 1860, Landulfo teve de registrar: “O segundo reinado nada fundou ainda; a sua obra tem sido a reação incessante, pertinaz, contra as conquistas dos dois primeiros períodos...”

Para fazer base a essa política, os negreiros portugueses, estimulados, acoroçoados, convidados pelos escravocratas desfrutadores do país, despejavam pela costa brasileira os seus carregamentos; aviltava-se de mais em mais o trabalho, acumulavam-se os óbices a uma organização inteligente e livre da produção, para que os ingleses pudessem apresentar-nos ao mundo como o refúgio da cristandade, e, espezinhando a nossa soberania, viessem fazer a polícia das costas brasileiras contra os mesmos negreiros, mantendo uma presiganga dessa polícia bem em frente ao paço imperial, para, finalmente, atirar-nos a suprema afronta do **bill** Aberdeen...

Constituição engendrada e concertada contra os interesses e as liberdades nacionais, lembrada e obedecida somente para o mal; parlamentarismo de mentira, liberdade de favor... e nenhuma realidade, nem possibilidade de opinião nacional. O antigo regime, de necessária incompatibilidade entre o Estado-metrópole e a colônia oprimida e espoliada, subsiste em novas formas, e, bem senhor do país, refloresce em novo viço: corte-metrópole, herdeira da primeira metrópole, por sobre a nação já desiludida, na aspiração de ser livre e de ter destinos próprios. E, como haver efetiva liberdade, na boa prática de uma democracia inteligente? Como esperar uma política de opinião?... Não havia, não podia haver, qualquer ensaio de intervenção efetiva da Nação no funcionamento do Estado; não havia, nem podia haver, a verdadeira liberdade, de onde pudesse sair uma política de opinião.

#### § 45 – Centralização, para expansão da ignorância pública

Não há governo democrático e livre sem inteira franquia de vida municipal. O **self-government** é, para os povos, como o **self-control** para os indivíduos: a capacidade de viverem livres e autônomos. A autonomia municipal é a prática do bem comum, ligada ao interesse imediato; é o zelo reconhecível pela coisa pública, como escola de responsabilidade, para funções mais altas. Por isso mesmo, parecem, inóspitos à liberdade e ao progresso político esses países onde as liberdades locais foram suplantadas. Ora, não há nação onde tais franquias fossem mais criminosamente dissipadas do que no Brasil, mais no Império do que na era colonial, mais na República do que no Império... Resultado: fizemo-nos soberanos com uma constituição que garantia a liberdade, entregando a nação a si mesma. E nunca fomos livres, nem o Brasil chegou a ser senhor dos seus destinos; mudamos para a República, inscrevendo-a numa constituição ainda mais livre,

dizem os entendidos, eliminando todos os poderes que não fossem emanação imediata da nação, e sentimo-nos cada vez mais ausentes da legítima liberdade política e da realidade democrática. Capacitemo-nos disto: uma sociedade nacional cujos grupos concretos não sabem organizar e conduzir os seus negócios em ajustada solidariedade política; que não sabem governar-se, nunca será própria para o regime democrático. A vida pública local define-se na atividade urbana. Ao menos por isso, deviam os nossos políticos zelar a autonomia dos municípios. A cidade cresce e prospera na medida em que tem vida própria. Os políticos, qualquer que seja a sua mentalidade, têm esse ideal de grandeza nacional – a riqueza material. Ora, não pode haver riqueza sem atividade urbana, em plena autonomia, mesmo nos casos de produção rural. Finanças como capital utilizável e potencial de crédito, acúmulo de riqueza, circulação de valores, distribuição e transformação de produtos... tudo está ligado à estrutura das cidades, e depende da sua atividade. Não seria preciso invocar o exemplo, já cediço, do municipalismo inglês. Acentuemo-lo, no entanto, porque ele, esse municipalismo, levado com a colonização, foi a base mesma da organização norte-americana. Muitos outros fatores terão concorrido para dar ao Inglês a sua especial capacidade de povo livre, com organização política maleável, em que a disciplina não chega a prejudicar a iniciativa do indivíduo; vários motivos terão concorrido para aquele zelo geral pelos direitos pessoais, e o respeito pela opinião; mas nenhum fator, nenhum motivo, terá significação mais nítida do que a tradição de **self-government**, mais constante aspecto na formação e no desenvolvimento do povo britânico.

Colônia que fez o seu início, e o mais eficaz do seu desenvolvimento, quando ainda subsistiam as tradições do primeiro municipalismo português, o Brasil teve, nos dois primeiros séculos, uma vida comunal bem acentuada. Assim o exigia a condição

de povoações disseminadas, e que deviam contar, em primeiro lugar, com os próprios recursos. Foi uma autonomia imposta pela situação da colônia, e que, por sua vez, se impôs à metrópole. Por todos aqueles tempos, até o primeiro quarteirão do século XVIII, eram as câmaras municipais valores políticos com quem o Estado-metrópole tinha de contar, aproveitando-as para as suas necessidades fiscais. Tal acontece na arrecadação dos **quintos**, entregue, mais de uma vez, às câmaras – que por eles se responsabilizavam, encarregando-se de fazer o respectivo rateio entre os mineiros. Houve municipalidades, no Norte, como no Sul, que chegaram a **depor, prender** e recambiar para Lisboa autoridades despóticas, ou concussionárias; e o governo dali tinha de aceitar o fato consumado (Pernambuco, 1660). Os **bons do povo** – pessoas representativas na população urbana, os juízes do povo, surgidos espontaneamente do espírito comunal, foram praticamente aceitos na vida pública da colônia. O absolutismo pretensioso e radical de Carvalho e Melo retirou às câmaras municipais do Brasil direitos essenciais, e que lhe eram influxo de vida, sem que de todo se extinguissem as suas manifestações de boa atividade. E quando o príncipe embusteiro planejou aqui ficar, para burlar a inevitável independência, valeu-se do tradicional prestígio da instituição municipal – que o convidasse a ficar... Southey, a melhor visão da nossa história colonial, dá a nota justa, desse municipalismo de antanho:

Nos tempos antigos, quando o serviço do Estado exigia alguma contribuição nova, era isto proposto pelo governador ao senado da Câmara, e resolvido com o assentimento do povo; este direito continuou a ser exercido, pelas câmaras e o povo, até que em Portugal se apagaram os vestígios de bom governo... e as câmaras eram convidadas não a consultar, mas a obedecer... a câmara de Vila Boa tentou opor-se



a algumas medidas do governador de Goiás e foi asperamente repreendida... Mas, se foi ineficaz a oposição, com ela se prova serem ainda lembrados os antigos direitos das câmaras... Onde boas leis e bons costumes antigos apenas caíram em desuso, restabelecê-los e restaurá-los é possível, é praticável, é coisa que deve ser feita.<sup>168</sup>

Se o Brasil de 1822 houvesse feito independência a valer, o conselho de Southey teria tido plena aplicação; mas, também a constituição finalmente adotada não seria aquele modelo de asfixiante centralização. Por isso mesmo, foi esse um dos motivos explícitos da reação de 1826-31; e porque era patente a necessidade de favorecer a vida local com uma política própria, vitoriosos em tudo mais, quase, nisto tiveram de ceder os reacionários vitalícios do Senado: a legislação de 1832, ao mesmo tempo que libertou as províncias, deu vida e expressão aos municípios. Então, se a obra de Feijó não fosse sistematicamente destruída pelos que abriram o segundo Império, o municipalismo que se instituiria teria alimentado o Brasil dos indispensáveis elementos – de um governo nacional, realmente livre, na indispensável solidariedade dos interesses regionais. E temos, assim, a explicação – da sequência reatora da legislação de 1840 a 1849. Para anular as franquias provinciais do ato adicional, os Hermeto e Araújo Lima faziam-se defensores da união do Brasil. Não tanto por estupidez, como por má-fé; eles confundiam, bacharelescamente – unidade nacional com centralização, não só política, como administrativa. Mas, liberticidas de essência, eles logo patentearam os verdadeiros intuitos da sua política, com a célebre lei de 19 de agosto de 1846, que tornou impossível qualquer veleidade de autonomia municipal no Império do Brasil. No entanto, esta seria a válvula

---

168 *Hist. do Brasil*, conclusão.

possível, num vastíssimo país, cuja união nacional era ameaçada por esse mesmo excesso de centralização.<sup>169</sup> Desde cedo, os que se manifestavam realmente liberais acusavam a centralização, e mostravam que ela era, justamente, um perigo para a unidade nacional. “A centralização é fonte de todos os nossos males... as províncias, espoliadas das suas franquezas... clamam contra a centralização... as franquias provinciais, consagradas no ato adicional, salvaram a unidade do Império... o sistema centralizado, que é indubitavelmente fatal à união nacional...” Para fundamentar os seus conceitos, Landulfo Medrado mostra o governo imperial “a fomentar entre as províncias rivalidades funestas... Se o Norte descontente clama, ameaçam-no com o Sul...” Tavares Bastos, por sua vez, acentuou a unidade essencial da nação brasileira, e que só por isso resiste, apesar dos motivos de desunião: “Se não houvesse nas províncias uma convicção profunda de que, ainda assim, sempre é melhor viverem unidas no seio da paz interna do que desunidas, eu não sei o que sustentaria a integridade do Império... As províncias são governadas com o mesmo espírito do bárbaro sistema colonial...” Assim instituído e realizado – na ausência da legítima liberdade, o sistema imperial podia ostentar liberalismos e derramar garantias vazias pela sua constituição; o despotismo substancial não seria atingido. Dessa profunda perversão da política brasileira resulta o triste e lastimável anacronismo das nossas campanhas liberais, e, mesmo, revolucionárias. Chega a ser ridículo, quando não se conta com a desenvolvida involução ligada ao segundo Império, que todo o nosso radicalismo revolucionário, já nos fins do **século das luzes**, tenha de gastar-se

---

169 Em maio de 1859, Saraiva apresentou um projeto à Câmara dos deputados, com o fim de atenuar os exageros da centralização, e argumentava mostrando que a prática corrente, da centralização – “podia resfriar o sentimento santo e profundo que todos nutrimos a respeito da verdadeira unidade nacional”.



em proclamar as vantagens da descentralização administrativa, a necessidade de vida local, e a pedir verdade eleitoral. E assim se explica que a nossa inefável República tenha tão cuidadosamente anulado os municípios e evitado a verdade eleitoral.

A infecção bragantina, fazendo inclinar os destinos desta pátria, deixou-a em indefinida servidão política. Colônia, Império, ou República, o Brasil tem sido o repetido espojadouro de mandões. Substituem-se as designações, para mais inveterada conservação da miséria, pois que capitães-generais, capitães-mores, governadores e presidentes, são, em essência, a mesma coisa. Trinta e sete anos de mentida República tem sido, apenas, a acentuação da injustiça e do despotismo, agravados em prevaricações e mais torpezas de dinheiro. Tem-se a impressão de que, já agora, é impossível organizar legítima democracia com tais dirigentes, feitos numa tradição política definitivamente pervertida. Não há realidade de autonomia local, como não há compreensão do que seja a liberdade. Sucedem-se os homens, mudam-se as rubricas, e eles não saem do arcaísmo político –governo-domínio-usufruto-privilégio-opressão e espoliação... Pouco importa que o mundo se refaça, eles não passam do megaterismo em que se fizeram, para compreender e sentir o Estado no que ele deve ser, em correspondência com a vida moderna; um grande organismo regulador da vida geral da nação, sobre o princípio da conciliação dos interesses parciais. Tire-se-lhes a função de mandar, e a política lhes aparece sem objetivo. Por isso mesmo, numa legislação exaustivamente reformada, com institutos constantemente remontados, eles ainda não acharam as linhas em que hão de eficazmente organizar a nação brasileira, nem mesmo como hão de conduzir o preparo das respectivas populações.

O simples bom senso, mesmo em dose elementar, o diz muito claramente; para dar valor a uma nação, é indispensável uma cultura geral, inspirada nas condições da terra, ao influxo das

suas tradições essenciais – o preparo do homem, para o meio que lhe é dado, no sentido da vida que ele vem trazendo. Os políticos brasileiros nunca atingiram a singeleza desta verdade, e quando se ocupam do assunto é para acumular desazos mal copiados, em forma de legislações de antemão condenadas, por impróprias, ou desde cedo abandonadas, por ineficazes.

O melhor exemplo disto é dado pelo serviço da instrução pública, remontando-o aos dias do Império. Nunca se compreendeu, (nem então, nem hoje) que o valor do Estado – é o valor da nação, nele representada, nem, tampouco, que a Nação é o homem, elemento essencial dela. Pretenderam sempre, os nossos estadistas – ter às suas ordens um estado poderoso e rico: força e riqueza... Nunca chegaram a compreender que isto não faz a verdadeira superioridade de uma nação; que o Estado é, apenas, o órgão da nação constituída, e que seu poder, sua grandeza devem ser a expressão mesma – do valor efetivo da nação; que o valor da nação é o homem, elemento essencial dela. Intentavam, então, que o sonhado poder e a almejada riqueza se formassem e existissem como fins próprios, indiferentemente às condições da vida geral, e que o Estado se elevasse e se engrandecesse, quando as respectivas populações permaneciam na miséria dos seus piores dias. Os homens de 1831-32, imaginando desenvolver com isto a vida comunal, deixaram aos municípios os encargos da instrução primária; vem o segundo Império, e, na sua inexorável reação, anulou completamente a vida municipal; mas, ao passo que reservou para os poderes centrais o direito de regular os outros serviços de instrução, deixou todo o peso da primária, e de quase toda a secundária, a cargo das finanças locais. Resultado: por todo o longo transcorrer do longo reinado, as populações brasileiras ficaram na ignorância de sempre, agravada pela circunstância de que a diferença de nível, relativamente aos povos cultos, se tornava cada vez mais acentuada.

## § 46 – E a ignorância pública expande-se...

Tudo computado, se se coloca o Brasil de 1840-1888... em face do mundo, verifica-se que a Nação involuiu, pois que aumentou a distância entre a frente de progresso dos outros povos e aquela em que nos encontrávamos ao findar o século. Sufocada pela metrópole bragantina do século XVIII, era a colônia-Brasil a parte mais retrógrada do mundo americano, mais do que as colônias de Castela, onde já havia a imprensa, que já possuíam centros de grande cultura intelectual. No entanto, apesar disto, e dos efeitos de Coimbra sobre as mentalidades brasileiras que saíam para estudar, chegou a haver no Brasil inteligências excelsas como a dos Arruda, os Andradas, Azeredo Coutinho, Vieira Couto, Montenegro Pessoa, Bitencourt e Sá, Muniz Tavares, Cipriano Barata, Feijó, Martiniano de Alencar, Borges de Barros, Lino Coutinho, Alves Maciel, José Custodio, Eloy Otoni, José Joaquim da Rocha; Bispo Pereira Coutinho, Gonçalves Ledo, Sousa e Melo... Com todo o vírus da podridão em que existia, o governo de D. João VI fez com que o Brasil tivesse uma vida intelectual própria com desenvolvimentos sociais e políticos de tal monta que, dez anos passados, todos reconheciam ser impossível reduzir a nação brasileira, já exuberante em manifestações suas, à antiga condição subalterna, de colônia. Resultou daí a independência – manca, falseada desde logo, renegada depois pelo próprio príncipe que a explorara... Pouco importa: lançado a viver, o Brasil resiste a todos esses males e injúrias; expande-se e floresce, num vigor que, por ser essencialmente político, nem por isto deixa de ter acentuados efeitos intelectuais, jurídicos e sociais. E a portentosa reivindicação de 1826-31, até os lances decisivos de 7 de abril. A persistente crosta de bragantismo não pôde ser esfoliada, e, refazendo-se, quase anulou os efeitos de 1831. Contudo, tal era o vigor do Brasil de então, que aquela revolução, amesquinhada, sonogada, traída,

ainda teve poder de realizar as únicas verdadeiras liberdades do regime constitucional, a rara grandeza jurídica nas instituições daqueles dias.

Foi naquela instância de formação que se criaram as escolas superiores, como se desenvolveu e se apurou o estudo de humanidades, por sobre um bem concebido esboço de instrução primária. E havia estímulo para organizarem-se institutos como o **Histórico e Geográfico**. Depois, tanto como se degrada a política, decai o mentalismo oficial. Fecha-se o pensamento sobre aquela estagnação, que é a decantada paz, revivescência e perpetuação do absolutismo colonial, desbotado em liberalismo frouxo e insincero, marcoaurelismo de fancaria, na caligem da política que tramava a turbação das repúblicas vizinhas, e até o crime da destruição de nações americanas. País onde a escravidão já era instituição condenada pelos homens de **dezessete**, e por todos os legítimos estadistas até 1835, o Brasil do segundo Império estimulou a importação de escravos, e viu crescer a infâmia, até aqueles dias de 1865, quando era crime pensar em redimir os desgraçados cativos. Por longos decênios, o país foi mantido na infâmia do trabalho escravo: viciava-se a produção, perdia-se o sentimento da liberdade, ao mesmo tempo que, em necessária correlação, mantinha-se a massa da população no mais ignaro analfabetismo. Em tais condições, ao cair o Império, **letrado e liberal**, apenas dois por cento dos brasileiros sabiam ler e escrever. Na própria cidade da corte, já o vimos, somente 9.000 crianças frequentavam escolas primárias oficiais; havia um ano, apenas, que fora devidamente regulado o funcionamento da primeira escola normal – para a formação de professores primários. Pouco antes, em 1880, Félix da Cunha podia afirmar que “toda a instrução primária está reduzida à leitura elementar, às quatro operações e à cartilha da doutrina cristã”. Como realidade da vida pública, era aquilo a que Euclides chamou de estrutura artificial do Império, e que assim se cifrava:

centralização, guerras no Sul, trabalho escravo, febre amarela, pobreza, e, como glória suprema, o liberalismo do príncipe.

Desprezava-se ignominiosamente tudo que diz com a verdadeira elevação mental, econômica e social da nação. Não havia instrução popular, nem profissional, nem centros de cultura desinteressada. Tudo se resumia na continuação das célebres **escolas régias**, trôpegos colégios de preparatórios, e as três escolas de intelectualismo técnico – medicina, direito e engenharia. Quando se pensa nas necessidades efetivas daquele Brasil, de 1850-1890, cheio de vigor e ansioso de progresso, a condição em que o Império o mantinha era realmente infame e desgraçada. O imperador tomava parte em sessões do Instituto Histórico, assistia aos concursos das escolas superiores, disqueteava com os sábios europeus, complacentes e bem-educados... e isto devia bastar como preparo intelectual e formação industrial dos milhões de brasileiros, quando a realidade é esta, atestada pelos que consignaram as condições da época. Monsenhor Tavares, patrioticamente honesto e sincero: “... a instrução acanhada em todo o Império, por assim convir à política dos dominadores:...” Landulfo, que não pode contemplar a mísera condição do povo sem lembrar a sua bondade generosa: “... O povo brasileiro velou sobre o seu pupilo com generosidade única na história. Que fez, entretanto, pelo povo o tutelado do povo?...” Tavares Bastos, ao procurar os motivos da ignorância pública, faz ver que os lugares de mestre-escola só podiam ser aceitos por miseráveis, ou quem quisesse fazer deles absoluta sinecura: “Pois um moço, no Amazonas, ou no Paraná, ou em Goiás, que saiba ler, escrever, aritmética, elementos de geografia e gramática prestar-se-á a ensinar meninos por 36\$000 por mês? De certo que não!” De fato, era esse o meio seguro de perpetuar a ignorância pública. E é o que o ingênuo liberal constata nas mesmas páginas:

... povo e miserável... não estranhemos... Sim, há uma coisa que se esquece muito no Brasil: é a sorte do povo... Fala-se

de política... canta-se a liberdade... evoca-se a constituição do seu túmulo de pedra... a propósito de tudo, menos a respeito da sorte do povo. Envia-se sábios a estudar a língua dos autóctones... mas não se manda explorar o mundo em que vivemos, não se observam os entes que nos rodeiam, não se indaga da sorte do povo.

Sousa Carvalho confirma tudo isto: “No Brasil as classes numerosas vivem na mais degradante servidão...” José de Alencar concretiza o real abandono das coisas da inteligência: “O Instituto Histórico foi uma associação notável; hoje se acha em manifesta decadência, o que prova contra a influência benéfica da proteção régia sobre as letras...”<sup>170</sup>

De tal sorte, com professores a 36\$000, e todo o imperial mecenismo, o Brasil continuava a ser o reino do obscurantismo, cuidadosa e sistematicamente cultivado, para garantia eficaz do despotismo baço, subjacente ao liberalismo pessoal, contraproducente e hostil à formação democrática e à educação política da nação. Todo o incentivo ao pensamento não passava de repetida mentira, para a perpetuação da ignorância, reduzida a massa da população a hordas ignaras, aviltando-se de mais em mais, como acontece sempre que a vizinhança e o influxo da civilização se não orientam explicitamente para o progresso intelectual e o apuro moral.

---

170 Conta Melo Morais (*op. cit.*, 52), que um ministro de Estado mandou vender em leilão, como papel de embrulho, a *Flora Fluminense* do frade brasileiro J. Mariano da Conceição, e em cujas estampas o Estado havia gasto 1.000.000 de cruzados. Esta façanha faz parelha às do fisco nacional, que, em 1860..., mandou confiscar, na alfândega, *O Ladrão na Cruz*, e a *Cabana de Pai Tomás*, por inconveniente à moral pública. No entanto, o confisco foi também vendido em leilão, e o público teve mais barato as mesmas leituras... Mais expressivo ainda é que o império nunca fez edição das obras científicas do Dr. Arruda Câmara, onde, no entanto, se encontram as primícias de observações e classificação rigorosamente científicas, de centenas de vegetais brasileiros, depois anunciados e classificados por sábios europeus.





## § 47 – O Império brasileiro faccioso no Prata

Sendo a nação mais pacífica da América, o Brasil parece, na vida do seu primeiro meio século, o mais guerreiro e mais irritante vizinho do Novo Mundo. Quase seguidamente, durante aqueles decênios, ele fez cinco guerras externas, todas elas, à parte a primeira, movidas explicitamente contra determinados chefes políticos, alimentadas, todas elas, em motivos perversamente facciosos, quando não eram, imediatamente, o interesse de um caudilho contra fações inimigas. Por isso, elas se designam ignominiosamente: guerra contra Artigas, guerra contra Oribe, guerra contra Rosas... Mesmo a última, tão ostensivamente e encarniçadamente se dirigia contra o ditador, que bem merece ser denominada guerra contra Solano Lopez... E, injustas, criminosas, a história delas deixa o coração brasileiro combalido, entre a vergonha dos motivos, a pena pela vítima e a tristeza por tantos sacrifícios inúteis para o patriotismo, apenas impostos à nação pelo capricho do soberano. Se fora possível caracterizar a política do segundo Império sem referências a essa campanha, assim o faríamos, pois que nem a confissão dos erros e crimes nos redime deles. Serão referências rápidas, o bastante, somente, para completar a demonstração que trazemos, sem insistir em misérias mortificantes.

Toda a história do Brasil, no Sul, é a expressão da política bragantina a embaraçar, turbar, viciar e prejudicar a nova pátria, desviando-a dos seus destinos americanos, cobrindo-a de vergonhas, bloqueando-a, na solidariedade continental, cercando-a de inimigos justificados e, por isso, irredutíveis. Três são as séries de incursões do Brasil nos vizinhos do Sul: a primeira em torno da Colônia do Sacramento; a segunda com D. João VI, e continuada no primeiro Império; a terceira com as campanhas de 1848-70. A primeira, ainda se justificaria, se bem planejada, aproveitando-se

a patente energia de expansão dos paulistas. Tal não se fez, devido à provada incapacidade dos dirigentes portugueses,<sup>171</sup> e dela só resultou, com o povoamento do Rio Grande, eclosão e atuação de formidáveis malquerenças dos platinos, e assimilação, por parte das populações rio-grandenses, dos costumes facciosos desses mesmos platinos. A segunda incursão no Prata, ligada à muito expressiva iniciativa de Carlota Joaquina, foi estúpido maquiavelismo de conquista, nos intuitos de um imperialismo a D. João VI, e que teve como resultados últimos: despertar e exaltar o patriotismo daqueles vizinhos, acentuando seculares prevenções, para indispor contra nós, definitivamente, os neoespanhóis dali, e terminar nas vergonhosas derrotas de Sarandi e Ituzaingo. Além desses efeitos imediatos, há o fato das centenas de milhares de brasileiros, rio-grandenses intrépidos, empreendedores, e que, dada a malfadada anexação, passaram-se para além da antiga fronteira, lá se estabeleceram, para ficarem por lá, quando a ação de Lavaleja veio reparar a infâmia do príncipe português. Foram, esses, os excelentes e abastados estancieiros do norte da Banda Oriental, e que ficaram perdidos para o Brasil, enquanto o castelhano vizinho por isso mesmo ganhava.

Tais aventuras são sempre fecundas para o mal: essa população, recentemente brasileira, largamente aparentada no Rio Grande, já contaminada pelos costumes de caudilhismo, forneceu os primeiros ensejos para o faciosismo do Império na Banda Oriental. Um governo providente, realmente americano estaria atento – para evitar, por todos os meios legítimos, os inconvenientes e conflitos, que se pudessem originar desse parentesco através da fronteira. Em vez disto, o governo imperial explorou desumanamente, contra os interesses nacionais e contra a paz do continente, esse acúmulo de brasileiros, então definitivamente

---

171 *Brasil na História*, § 74.

estabelecidos na terra uruguaia. Aproveitando insidiosamente esta circunstância, imiscuiu-se nas tristes lutas internas da nova República, e tomou parte ativa nas facções que agitavam a vida do Prata, suscitando-as, conduzindo-as ostensivamente, algumas vezes. Tal se mostra, em substância, a história das campanhas no Sul, de 1848 a 1870: estultice de planos, em maldade de processos, com efeitos criminosos, até o aniquilamento do Paraguai. No momento, procurava-se justificar a pérfida e provocante política exterior do Império, na América, com a necessidade de hegemonia no continente, e, para tanto, que o Brasil devia impedir que a Argentina reconstituísse o passado vice-reinado do Prata.<sup>172</sup> Considerado quanto aos interesses humanos, nem se compreende que homens justos produzam tais alegações. Esqueçam-se, no entanto, humanitarismos: não há uma face, na constante política americana do Império, que não seja nefasta para o Brasil e contra-producente quanto aos fins colimados. Assim como a aventura da Colônia do Sacramento despertou o patriotismo dos platinos, para que defendessem eficazmente a embocadura do Prata, também as repetidas provocações do Império brasileiro acabariam (e assim foi) por patentear aos vizinhos dali a necessidade de coesão interna, para bem defenderem-se contra as agressões do estrangeiro. Longos e graves foram os dissídios dos portenhos com os arribenhos; mas, desde a campanha formal do Brasil contra Rosas, acharam os argentinos a fórmula de atender a esses mais graves conflitos de facções, ainda que tiveram de criar La Plata.

**Vice-reinado do Prata...** motivo explícito da diplomacia brasileira na América... É muita estupidez na maldade... Por que

---

172 Só tinha de *americana*, a política externa do Império, o aplicar-se à América. No mais, foi sempre ostensivamente antiamericana, como a de quem armou o maior número de guerras na América do Sul, como a de quem foi o único país do continente a reconhecer o governo de usurpação, defendido por tropas estrangeiras de Maximiliano, no México.



impedir a realização de uma unidade natural, política e geograficamente necessária, como esta? A política federalista de Rosas teria chegado lá, talvez; o imperialismo brasileiro impediu a unidade dos platinos em torno de Buenos Aires: foi um bem? Refeita a grande nação platina, seria o equilíbrio da América do Sul, seria a ponderação, que teria impedido a lamentável guerra contra o Paraguai. Não pôde ser assim: o Império brasileiro pretendeu ditar leis na distribuição dos Estados platinos, para o resultado final, do aniquilamento do Paraguai, para o resultado efetivo de deixar a Argentina soberana no Prata. E como Paraguai e Uruguai de menos não poderiam deter o seu progresso e grandeza, temos, hoje, a República Platina como a nação mais adiantada e mais forte nesta metade da América; forte da verdadeira força – a que resulta de conquistas definitivas, em saber, em cultura, em organização social e em educação democrática.

Euclides, sem desaprovar a política do Império, reconhece que foi **constante**, na ação do governo brasileiro “contrariar o patriotismo argentino quanto ao caso do vice-reinado” (**Da Independência à República**). Por sua vez, Austricliano de Carvalho vai a ponto de afirmar que “o segundo Império quis implantar monarquia no Prata” (*op. cit.*, 501). Para demonstração irrecusável de como foi a política propriamente imperial que determinou e preparou as guerras no Sul, temos a circunstância de que, não obstante o vivo da luta civil dos Farrapos, os governos regenciais não tiveram nem perspectivas de guerra com os povos platinos. Entronado Pedro II, imediatamente começaram os conchavos com os grupos facciosos dali. E, tanto, que o início da diplomacia do segundo Império no Prata foi aquela aliança esquerda de São Cristóvão com o governo argentino, que aceitaria, assim, o papel de combatente contra os republicanos rio-grandenses. O respectivo tratado, assinado no Rio de Janeiro, pelo representante de Rosas, e não retificado por esse, foi causa,

com a correspondente vergonha, da política inamistosa de Pedro II para com o ditador argentino. E tudo se passa em recessos explicitamente sediciosos: Frutuoso, caudilho aviltado em servir mais de uma vez contra a sua pátria, era, no momento, favorável aos rebeldes de Piratini; por isso, levando este a guerra civil para fora das fronteiras, e procurando estrangeiros que o ajudassem, o governo imperial assentou de buscar a aliança de Rosas, que, porém, preferiu não concorrer para a submissão dos republicanos rio-grandenses; despeitado, o imperador, como desforra, entrou a organizar em guerra as facções contrárias ao ditador.

Não se trata de refazer uma histeria cediça, mas de mostrar, em ocorrências triviais e nunca desmentidas, o deslavado facciosismo do governo imperial. Rosas, puro argentino, legítimo governo dentro da sua pátria, talvez com fins à sonhada federação platina, aliara-se com Oribe, oriental de sangue, **castelhano** de tradições, genuíno uruguaio-platino, e, com isto, infenso à política imperial brasileira, que fora o anexionismo, e era, então, o intervencionismo acintoso. Em represália, o governo do imperador despacha Frutuoso, que estava detido no Rio de Janeiro, para que vá fazer a revolução contra o governo legal do Uruguai. Chegado ao Sul, o caudilho junta-se ao parceiro, o caudilho oriental-brasileiro Flores, e depõem o governo de Soares, o próprio que vinha sustentando o cerco de dez anos, auxiliado por Garibaldi. É transitório o triunfo dos **colorados**, amigos do Brasil imperial, e volta Oribe ao poder.

Chega-se, assim, ao fim do cerco de Montevidéu; outras potências, envolvidas na pendência, afastam-se, e temos o Prata – teatro do facciosismo imperial dentro do Uruguai, Argentina e Paraguai. Agora, por intermédio do seu muito do coração Pimenta Bueno, o imperador estimula o caudilho rio-grandense Chico Pedro (Barão de Jacuípe), a fazer incursões na Banda Oriental, com quem o Império está oficialmente em paz. Repete-se a comédia de um

século antes, quando o governo de Lisboa, em paz com Castela, fomenta sorrrateiramente as incursões no território em litígio. Mas Oribe, como bem sabia quem estava atrás de Chico Pedro, não se dá por achado, até que Rosas o sustenta abertamente. Então, o gabinete de São Cristóvão, em represália, alia-se ao antigo general de Rosas, Urquiza, que se rebela abertamente. Agora, a luta de facções é ali: Rosas-Oribe X Urquiza-Império do Brasil, seguido pelos colorados... E aqui está o essencial da história: manda-se ao Prata o já vedeta da política imperial, Saraiva, firmado em poderosas forças de terra e mar, sob o comando expressivo de Caxias-Tamandaré. A ação diplomática do famoso liberal começa pelo acordo secreto – que ministra à facção antiOribe a prestação mensal de 18. 000 pesos fortes, logo substituídos por 60. 000 patações. Vêm, depois, cinco tratados: limites, prestação de socorros pecuniários, comércio e navegação, aliança defensiva e ofensiva, e, finalmente, entrega de desertores e escravos... Nada mais significativo do regime... Nesse momento, era governo uruguaio, oficial e universalmente reconhecido o Presidente Oribe. Todo esse período – de julho de 1850, data do acordo secreto com Flores, até meados de 1851, é o de ação subversiva do governo imperial, a organizar a guerra contra Oribe-Rosa, com quem, aliás, estava o Brasil oficialmente em paz. Mas, como as manobras já não se escondem, em fins de 1850, o representante da Argentina, que tinha poderes especializados do governo do Uruguai, reclamou contra os manejos do Brasil na fronteira da **Banda Oriental**. O governo imperial respondeu que não reconhecia o diplomata argentino como representante do Uruguai, nem tinha Oribe como presidente legal daquela República. Aliado a uma facção, o governo de sua majestade declara ilegal o chefe de urna nação estrangeira – porque era da facção oposta. O diplomata argentino, procedendo como devia, pediu os seus passaportes: era a guerra, como a armara a insídia do governo imperial, e que, por isso mesmo, já tinha tudo disposto para a



campanha. Bem antes da declaração oficial, assigna-se um tratado de aliança defensiva com o Paraguai, é substituído o presidente civil do Rio Grande, nomeia-se Creefeld comandante da esquadra brasileira no Prata, e este se apresenta à frente de Montevidéu com 16 vasos de guerra. Logo depois, manifesta-se Urquiza ostensivamente; mas, tanto influi o Brasil na sua ação, que no tratado de aliança das três facções – governo imperial, Urquiza e Flores, está declarado que só se faria guerra a Rosas, se essa apoiasse Oribe pelas armas. Marcham as forças do caudilho argentino contra o governo do Uruguai, ao mesmo tempo em que Caxias, já presidente do Rio Grande e comandante do exército, invade a mesma República pelo norte. Rosas cumpre o seu dever de aliado de Oribe, e faz a guerra na Argentina, guerra que é, explicitamente de facção – Urquiza contra Rosas. Aquele, senhor dos Estados de Corrientes e Entre Rios, dava-se ares de chefe de Estado, e, se bem que fosse simples chefe de facção, assinava tratados com o Brasil e os prepostos deste no Uruguai. O Governo imperial forneceu a Urquiza 400.000 patacões, um exército de 4.000 baionetas, e uma esquadra de 17 navios, montando 203 bocas de fogo. Agora, o plenipotenciário pela facção do Brasil era o eminentíssimo Paraná, aproveitando-se a precocidade de Paranhos, que será, de hora em diante, um dos línguas na política imperial. Urquiza, verdadeiramente generalíssimo dos exércitos contra Rosas, recambia para Corrientes e Entre Rios as tropas orientais e argentinas, e, levando consigo os 4.000 soldados brasileiros de Marquês de Souza avança para o ataque final ao ditador. Em fins janeiro de 1852, com seis meses de campanha, estão liquidados os chefes das duas facções a quem o governo imperial guerreava; Caxias continuava comandante honorário da guerra, e um historiador desprevenido fecha o capítulo desta história com singela nota: “Reunido, em Montevidéu o exército imperial, em princípios de março, deu Caxias por terminada a sua missão” (Padre Galante).



Foi deposto Oribe, está liquidado o caso Rosas, mas como a política imperial é de facção, continuam as suas irritantes intromissões nos negócios orientais. Em seguida à aventura Oribe, foi eleito, normalmente, o Presidente Giró, do partido blanco, quer dizer guerreado pelo governo imperial, pelo que Flores foi estimulado a agitar-se de novo, e conseguiu apoderar-se do poder. Note-se: nesse tempo, como antigo aliado dos antirrosistas, Flores tinha auxílios do lado da Argentina, tanto mais quanto era ali que ele se abrigava no intervalo das suas aventuras caudilhescas. Mas, sucedendo revolucionariamente a Giró, a sua situação foi tão precária, que o governo do Brasil mandou 4.000 soldados brasileiros para garanti-lo. De nada valeu, a maioria da nação uruguaia estava com os blancos; a própria facção colorada se cindiu, e Flores teve de abandonar a capital e aceitar acordos. Foi quando reapareceu Oribe, e combina-se fazer nova eleição, cujo resultado foi a escolha de Gabriel Pereira, blanco, pelo que, desanimado, retirou-se Venâncio Flores para o seu refúgio em Buenos Aires...

Apesar de sua condição – político em orgasmo de ambição, Paranhos o disse desde logo: “Ainda que o governo imperial não o queira, a sua ação a favor da revolução de Flores, trará a guerra”. E isso justifica plenamente Jourdan quando acentua: “O corpo diplomático de Montevidéu vendo os fatos praticados (pelos representantes do Brasil) considerou a guerra inevitável”. Tavares Bastos, rara visão de estadista naquele charco, desenha em dura verdade a situação: “O perigo de uma guerra próxima, diante da antipatia dos povos americanos, continua o desprestígio continental do Império dos escravos”. O Sr. Alberto de Faria, historiando Mauá, exalta a sua ação no Sul, mas timbra em ter como boa a política imperial no Prata. Defende e aprova a respectiva diplomacia, sem poder esconder que a atitude do Império era a de arma ao ombro, em discreta vigilância nos negócios internos dos nossos vizinhos (Mauá, 294). E se chegasse a uma conclusão





rápida seria para afirmar: O Uruguai necessitou da tutela do imperialismo brasileiro, e, daí, a guerra da qual saiu, logicamente, a guerra ao Paraguai. Como não ser assim? O Império, pela voz e a ação de Tamandaré, alia-se ostensivamente à facção de Flores (Jourdan, 44). Quando vai, do Rio de Janeiro, a missão Saraiva é explicitamente para depor Aguirre. Alarmado, Mauá publica um artigo condenando tal política (Mauá, 358), e afirma: “A vitória de Flores contra o governo legal do Uruguai é impossível sem o auxílio das armas do Império” (318). E ressoa, em eco inconfundível, o conceito de Alberto de Faria: “Empossamos Flores no governo...” Se, com isto, advém a longa e triste campanha para o extermínio de um povo, o historiador acha conforto em que essa guerra “fortaleceu o Brasil”...

#### § 48 – O crime contra o Paraguai...

Toda essa história, lóbrega, coxeante, desinteressante, só é lembrada porque nos dá o espelho mesmo da estúpida, derreada e sinistra política imperial no Prata. As antigas colônias de Castela traziam a trágica herança das facções caudilhescas, e o Brasil, explorando ignominiosamente essa triste condição, foi uma terrível agravante nas lutas internas do Prata, sobretudo no Uruguai, por intermédio dos colorados. Já vimos que era dos blancos a maioria da opinião nacional; mas, unidos os seus adversários com o governo imperial, não podia haver paz interna. Por si mesma, a nação uruguaia elegia um representante do partido guerreado pelo Brasil, e não tardava que Flores, assistido, já agora, por argentinos e brasileiros (governo), viesse dar com o presidente eleito por terra. Foi assim até 1863, quando o governo imperial entendeu abater definitivamente os blancos. O momento pareceu propício, pois que dominavam, agora, na Argentina, os mitristas, antigos aliados do governo de São Cristóvão, na guerra contra Rosas. Governava

em Montevideu Aguirre, blanco, que sucedera normalmente a Gabriel Pereira, e era tido como adversário, não só pelo governo imperial, como pelos mitristas, que haviam combatido contra os blancos de Oribe. Sem gente e sem dinheiro, lá estava em Buenos Aires Venâncio Flores, tão desprevenido para o caso, quando o atiraram a perturbar a paz de sua terra, que só encontrou para a aventura – **quatro** soldados. Nesse mesmo tempo, em grande aparato, é mandado ao Uruguai, o já respeitável liberal Saraiva, incumbido pelo governo imperial de pedir contas das antiquíssimas reclamações (1842-45) dos estancieiros ex-brasileiros, partidários dos colorados. Era, pois, uma alegação caduca, mas não havia outro motivo utilizável, e o grande liberal lá vai com ela e um ultimato formal, tendo às ordens, para demonstrar as razões do Império, uma esquadra sob os bordados de Tamandaré, e um exército com Mena Barreto, Osório e o que havia de mais aguerrido nas cochilhas rio-grandenses. Paissandu, Montevideu... são os passos dessa campanha. Saraiva, Paranhos, Otaviano Rosa... foram as habilidades diplomáticas para a obra, em que, finalmente, abateram os blancos. Nominalmente vencera-os Flores, que entrou em campanha, com os seus quatro soldados, logo depois de entregar o ultimato de Saraiva; e venceu prontamente, porque o governo imperial já não sentia necessidade de mascarar a sua política. E foi nesse momento impropício, que Solano Lopez ousou encarar o imperial poder, e o afrontou, oferecendo-se como mediano, entre o Brasil e o governo legal do Uruguai. Nada mais justo e mais legítimo, em face de todos os direitos; mas o imperial poder não pôde suportar tal atitude, e decidiu castigar inexoravelmente quem parecia querer pedir-lhe contas da sua política platina.

Para alcançar toda a extensão do crime contra o Paraguai é indispensável buscar a história dessa República, desde os seus primeiros dias, porque é a história de uma constante aproximação do Brasil, através de confessada amizade, e que foi até a aliança.

Dadas as suas condições de formação – jesuítas, missões, e com o radicado facciosismo dos platinos, e as suas tendências particularistas, o Paraguai decidiu, desde logo (1812), ficar independente da República Argentina. Governava-o, já, o ditador Francia, de origem brasileira, e que, em vista das pretensões dos platinos, isolou-se completamente deles, isolando-se, quase, do mundo, visto que o Prata é a saída possível para os paraguaios. E foi assim que o Dr. Francia se aproximou diplomaticamente do Brasil. Era como uma aliança implícita: militares brasileiros iam instruir as tropas do supremo senhor do Paraguai, traçar as fortalezas, até que, com o sucessor de Francia, foi uma aliança explícita, se bem que de caráter defensivo. O governo do Brasil aceitou jubiloso a amizade do Paraguai, e correspondeu a ela, prestando os já assinalados serviços; o Paraguai valia com uma fortaleza no flanco da Argentina, com quem o governo imperial teve de lutar. Nestas condições, a amizade de toda uma vida, continuou mesmo depois de desaparecido Francia. Mas aconteceu que Lopez não tinha sangue brasileiro, e o Paraguai de 1860 era próspero, organizado rigidamente, bem disciplinado, fora das agitações do caudilhismo, uma potência. Foi justamente quando o governo imperial, já desembaraçado de Rosas, e confiante nos mitristas, entendeu ser senhor ostensivo nas águas do Paraguai, ao ponto de querer do governo de Lopez (o velho) aquilo mesmo que, no Amazonas, ele negava aos ribeirinhos superiores. Sem mais hesitações, o governo do Rio de Janeiro fez aplicar ao Paraguai os processos correntes, de intrigas políticas usados por ele nos outros países platinos, e Lopez teve de dar os passaportes ao ministro brasileiro, censurando-o em nota oficial de fazer intrigas contra o seu governo. Nesse tempo, já o imperialismo brasileiro fazia questão de obter a livre navegação no baixo Paraguai. Dado o caso dos passaportes, foi mandado a Assunção o plenipotenciário Ferreira, comandando uma esquadra, a pedir satisfação da ofensa. Lopez não consentiu que

subisse a esquadra, concedendo que prosseguisse, apenas, um navio com Pedro Ferreira. Mas esse mesmo navio encalhou, perto de Assunção, e Lopes permitiu que subissem outros afim de safar o primeiro. O plenipotenciário obteve a satisfação que fora buscar, lavrando-se as competentes convenções. E com isto se verificou que o intuito da embaixada militar de Ferreira, intuito não indicado, era bem mais longo e importante: o governo imperial não ratificou as tais convenções, sob a alegação franca de que tinham sido conchavadas antes de concedida a navegação exigida pelo Brasil. No entanto, Lopez demonstrou desejo de conciliação, e logo depois, em 1856, mandou ao Rio um seu ministro de Estado, Berges, para realizar um acordo. Paranhos obteve de Berges tudo o que queria, mas, por sua vez, Lopez rejeitou o tratado do plenipotenciário, se bem que logo depois mandasse o próprio filho (em 1858), o infeliz Solano Lopez, concedendo a livre navegação, como o queria o Brasil.

Com isso, teve o Paraguai justos motivos de desconfiar do imperialismo de Pedro II. De fato, o governo de São Cristóvão, liquidado Rosas, arrancou todas as máscaras; mostrou que a amizade ao Paraguai não valia mais do que o comum das amizades diplomáticas, e pesou sobre a política da Banda Oriental como nos dias da Cisplatina. Enquanto isto, o Paraguai chegara ao ponto de ser a mais poderosa das repúblicas platinas; sentia-se forte e digno de ocupar o seu lugar na política internacional da América do Sul, e jogou um golpe para esclarecer a situação e afirmar a sua soberania... Quem podia garantir que não se faria o acordo – Uruguai para o Brasil, Paraguai para a Argentina?... O tratado de 2 de janeiro de 1859 não chegava a ser um obstáculo. Dados os resultados, verifica-se que Solano Lopez agiu precipitadamente: não deixou, atrás da sua pretensão, a saída que lhe permitisse conservar a paz. É que, fraco diplomata, não supôs o facciosismo imperial capaz de já ter disposto da soberania de

uma nação nominalmente independente. Não foi perspicaz, Lopez, mas patenteou intuítos muito patrióticos e americanos. Se o governo imperial estivesse ali de boa-fé, e tivesse aceitado a sua mediação, sendo, no acordo com o governo dos mitristas, a parte mais forte, teria realizado, certamente, uma política muito conveniente aos interesses brasileiros no que eles tivessem de justo, e o Paraguai lograria sair do ingrato isolamento em que se achava. Assim prestigiado, viria a ser, bem acentuadamente, um fator de equilíbrio naquele sul do continente, e, por mais que a Argentina se desenvolvesse, jamais seria uma ameaça real para a Nação brasileira. Perante a justiça absoluta, o Brasil não devia intrometer-se na política interna das nações vizinhas; perante o tortuoso e insuficiente direito das gentes, ele não podia rejeitar a mediação amistosa do Paraguai, de quem era aliado. Por tudo isto, manifestada a resolução imperial de impor-se discricionariamente a uma nação vizinha e dada a acintosa repulsa da mediação, só restava ao Paraguai considerar-se inimigo, prevendo-se, ao mesmo tempo, contra o faccioso imperialismo do Brasil. E assim teve Lopez de agir. A sua linguagem só teve o defeito de ser peremptória, quando a diplomacia prefere os subterfúgios: “A segurança da paz e a prosperidade do Paraguai ficarão ameaçadas se as tropas do Império entrarem no Estado Oriental... O Paraguai não pode consentir que se desdenhe de sua política; já é tempo que se ouça a voz da nossa pátria.” Foi a sua declaração de guerra.<sup>173</sup> Mas, tão premeditada estava a política imperial no Uruguai, que a atitude peremptória de Lopez já se encontrou com o caso resolvido. A Argentina, ao mando dos

---

173 Alegou-se que Solano procedeu insidiosamente pois que começou as hostilidades sem prévia declaração de guerra... Mesmo na época, reconheceu Paranhos que o protesto do governo Paraguaio equivalia a uma declaração da guerra... Por sua vez, Schneider atesta: “Solano, só depois de muitas vacilações, resolveu dar começo às hostilidades”.

antirrosistas, aceita a missão de ajudar a aniquilar o povo irmão, ou, pelo menos, não teve a audácia justa de a isto se negar, e celebra a covardíssima tríplice aliança, em que o Uruguai é, apenas, na subalternidade de Flores, o caudatário da política imperial. Destarte, três quartos do continente, em extensão, riqueza e população, marcham contra o acanhado Paraguai... Ainda assim, tanto pesa o crime, que levam cinco anos para realizar uma vitória de antemão garantida.<sup>174</sup>

Alegaram, os que pretendiam justificar o crime, que os Lopez eram inimigos do Brasil... Não há, em toda a história, uma só verdade em favor dessa afirmação. Nem o pai, nem o filho, jamais procederam de modo, ou praticaram qualquer ato que se pudesse qualificar de hostilidade ao Brasil, como nunca intervieram, antes, nas questões que o governo imperial discutia despoticamente com os outros platinos. Mudaram de sentimento para com o Brasil, e no final, tornaram-se suspeitosos. Nada mais natural: homens inteligentes, patriotas, puros castelhanos, sem os motivos pessoais de Francia (brasileiro de origem), eles encontraram o seu país enfeudado à política platina do governo imperial; ora, foi quando este, por se sentir vitorioso sobre o resto do Prata, começou a série de exigências – navegação, limites... que se estenderam por seis anos. Dissipou-se, naturalmente, a confiança do Paraguai, ao mesmo tempo que a sua prosperidade e força eram patentes. Quando o governo de São Cristóvão apelou para o tratado de aliança, a fim de que Lopez viesse fazer guerra contra Rosas, ele teve a medida da má-fé imperial, e respondeu, com toda a razão e justiça; não é uma guerra de defesa; não marchou... Pelo seu lado, São Cristóvão compreendeu que não podia contar com o Paraguai

---

174 Militarmente a célebre tríplice aliança foram – 36.000 soldados brasileiros, 3.000 argentinos e 1.000 uruguaios, e, finalmente, custou ao Brasil 100.000 vidas e 600.000 contos, de que ficou, apenas, a compensação do que a Argentina arrancou para si ao desgraçado Paraguai – Jourdan, 12. VIII.



para o seu imperialismo torvo, de funesta e ridícula hegemonia. Agora, continuando o governo imperial na sua política de intervenção acintosa nos negócios do Prata, a guerra com o Paraguai era uma questão de tempo, apenas. Pouco diplomata, o ditador foi adiante dos planos imperiais. Então, os liberais de São Cristóvão começaram a ver em Lopez um tirano, déspota, tratando-o nos mesmos termos em que falaram e detrataram Rosas. Admitamos que os liberais chocados ao calor de São Cristóvão fossem sinceros; partir, o governo imperial do Rio de Janeiro, em campanha contra os ditadores de Buenos Aires e de Assunção é prova bastante do seu facciosismo.

Mas, todos o sentiam e o sabiam: a meditada agressão contra os governos daquelas Repúblicas provinha de outros motivos, e ninguém dava fé à insinceridade das alegações. Só uma boa-fé que já fosse estultice, poderia admitir que o Império bragantino-brasileiro fosse combater Rosas, Oribe, ou Lopez – por amor à liberdade... O Estado que, com toda desfaçatez, tirava riqueza da condenada escravidão, e protegera, enquanto pudera, o hediondo negreirismo Português – **e há um país que a bandeira empresta para cobrir tanta infâmia e covardia!...** O Estado que proíbe a entrada da **Cabana do Pai Tomás**; o Estado onde, mesmo depois de aniquilado o Paraguai, foi preciso um longo discutir – para que se concedesse a minguada e assassina libertação dos nascituros, e que teve legisladores para estender a escravidão para o século XX, pois que tal aconteceria se a nação, revolucionária, não houvesse repellido as leis de 28 de setembro e a de Saraiva-Cotegipe; um tal Estado, apresentar-se como paladino da liberdade, chega a ser irrisão. E é preciso não esquecer que um dos motivos decisivos, no ânimo imperial para atender à questão da escravidão, foi a cerrada propaganda que o governo paraguaio fez contra o Brasil, contradizendo as pretensões liberais do seu governo, apresentando-o ao mundo, qual ele era: um Estado que explora o cativo, e não tinha pensamento oficial, no sentido de redimir-se disto.



O governo imperial pavoneou de defensor da liberdade, mas a verdade é que, dada a miserável tríplice aliança conduzida pelo Brasil, e feita em segredo, só revelada por uma leviandade do ministro uruguaio, todo o resto da América, todo o mundo deu as suas cordiais simpatias ao Paraguai. Dir-se-á: mas o Brasil nenhum lucro tirou de tal guerra (mas tirou a Argentina), por que, então, a fez o governo imperial? E, então, por que acusá-lo? Como culpar o Brasil, se, ao termo, ele não despojou o vencido, nem o submeteu? Não se peça, nunca, explicação de atos insensatos; a estupidez, por si só, é a única explicação possível. Tal se dá no caso. O bragantismo se caracterizou, sempre, por uma sinistra estupidez. Senhor de si, como nos dias do Império, ele virá, fatalmente, a esses resultados. Na essência dos seus sentimentos, o Brasil nunca molestaria nações platinas, ou qualquer nação da América, ou do mundo. Os efeitos da ação brasileira no Sul são manifestações exclusivas da política pessoal dos Braganças.<sup>175</sup> Concretamente, não foi um motivo só que determinou a criminosa guerra contra o Paraguai, mas um feixe de motivos, qual mais estúpido, qualquer deles insuficiente por si só, mesmo em critério de estupidez, mas poderosíssimos quando somados: consequências imediatas da política donde nasceu a Cisplatina; prevenções malévolas, de um governo imperial contra nações vizinhas que se chamam de repúblicas, e que, certamente, viriam a ser democracias, desde que se curassem do facciosismo inicial; empenho de, por isso mesmo, fomentar o facciosismo; empenho em mostrar que, por serem repúblicas, eram aquelas nações organismos políticos agitados, instáveis, incompatíveis com o progresso; estúpida pretensão de

---

175 Os Estados Unidos e o Peru protestaram contra a guerra ao Paraguai, afirma-o o Cons. Tito (Franco de Sá, 473.) Austricliano conta-nos que além dessas duas nações, a Bolívia e o Chile ofereceram a meditação para dar fim à campanha iníqua, oferecimento que o capricho imperial rejeitou, como repeliu a paz que o Lopez solicitou, e foi considerada justa e boa por muitos dos ministros da época, (Austricliano, 829).





impor a hegemonia do Brasil, no continente, não por engrandecimento próprio, mas abatendo os vizinhos, desnivelando-os; finalmente, o intuito de criar, com guerras externas, um derivativo às ânsias da nação, repetidamente burlada nos seus esforços para a realização da democracia. A erupção de 1848, (quando 42 parecia o fim das impaciências políticas), foi um aviso, e o mesmo Tosta, finda a empreitada contra os praieiros, é mandado para fomentar a guerra na Banda Oriental. E o Império veio assim, de guerra em guerra, até o crime hediondo de 1865-70.

Por isso mesmo, deparamos com o estranho paradoxo: o país que teve patriotismo para os sacrifícios de longa campanha, até exterminar, quase, a nação inimiga, não obstante ser o seu povo jovem, exuberante, ansioso por afirmar esse mesmo patriotismo, não teve entusiasmos nenhuns pela sua grande guerra; nunca teve, mesmo, ódio formal pelo inimigo que lhe impuseram. Em verdade, a guerra do Paraguai nunca foi popular no Brasil, que a aceitou, bem explicitamente como penoso sacrifício, em satisfação do capricho imperial.<sup>176</sup> A contraprova do fato, nós a temos no propositado mutismo dos nossos grandes poetas, contemporâneos daquela guerra, imediatamente posteriores a ela. Não que faltassem heroísmos e lances de grandeza de ânimo, nos muitos milhares de brasileiros que lá deixaram os ossos; mas é que o desenvolvimento dado aos mesmos heroísmos repugnava no coração brasileiro. Só poetas menores, ou contrafação de poetas, esgotaram o esfaldado estro em cantar as façanhas de Humaitá e Riachuelo. No mais, a grande e legítima poesia, voz autêntica do sentimento brasileiro, essa nos fala nas estâncias de – **Pedro Ivo**,

---

176 No tempo, afirmava-se peremptoriamente: É o imperador quem quer a guerra (ao Lopez), Saldanha Marinho não tem reservas: “A fatal guerra da Cisplatina, nascida do capricho do rei, como, hoje, a que sustenta o Brasil contra o Paraguai... Foi o rei quem preparou, ele só, a guerra” (*A Política do Rei*, 16... 55). Felix da Cunha reforça a nota: “A guerra contra o Paraguai, guerra da monarquia, e, muito particularmente do imperador” (75).





**Nunes Machado, Vozes d'África, A Um Monumento...** Há mais emoção aí e beleza do que nas longas estopadas dedicadas àquela guerra. Apesar de todo o heroísmo, e dos ingentes sacrifícios, das ondas de brasileiros que destruíram o Paraguai, eles foram lembrados para serem lamentados, como perdas inglórias, porque ainda não bastaram para redimir o crime.<sup>177</sup> Houve muito heroísmo pessoal, nos Argolo, Osório, Porto Alegre, Cabrita, Camerino, Fernandes Machado, Maciel Monteiro... sobretudo nos humildes soldados, de cujos sacrifícios nem o nome resta... São motivos de silenciosa confiança, quando haja ameaças de perigo; são motivos de sentida gratidão, em nome da coletividade; mas, em sincera admiração, o que assombra é a valentia de todo um povo, que luta até a extinção do último homem, e que prefere o aniquilamento a entregar os seus destinos ao adversário implacável na injustiça. E compreende-se, então, que uma festança adulatória, com pretexto de vitórias no Sul, seja a ocasião de, pela primeira vez, desacatar-se em público a pessoa do imperante (Austriiliano, 605).

Fizemos a campanha numa tríplice aliança, e quanto mais se desenvolvia a iniquidade, mais se desuniam os aliados, mais a

---

177 Há, sim, umas estrofes de Castro Alves – *O Pesadelo de Humaitá...* A história desta poesia e o valor dela completam a demonstração de que a alma brasileira não se exaltava com a guerra ao Paraguai. Em março de 1868, o glorioso poeta estava de passagem no Rio de Janeiro, onde foi recebido com um entusiasmo que já era a consagração do seu gênio. Achava-se, certo dia, na redação de um jornal, na Rua do Ouvidor; passa um batalhão patriótico a embarcar, pedem-lhe versos patrióticos, e ele recita as citadas estrofes, que do poeta só lembram os defeitos. Nem inspiração, nem arrojo, nem imagens, nem sentimento... Tudo não vale mais do que o dístico: [Se pisa o Prata – Riachuelo brilha.]

[Se estende o braço – Uruguaiana – fez.]

Não vai além de qualquer das estâncias de um famoso *Riachuelo*. Em compensação, o poeta da *Deusa Incruenta*, não se reconhecendo no mote pueril – *O vil tirano há de beijar-lhes os pés...* desde logo condenou a peça, com a nota, à margem – *Não se publica...* De fato, só em 1913, um impiedoso se lembrou de juntar *O Pesadelo* a um volume das poesias válidas de Castro Alves. Afrânio Peixoto, dando as *Obras Completas* do grande épico baiano, teve necessariamente de incluir as pesadas estrofes, de que o autor se arrependeu.





nação brasileira velava o seu entusiasmo. O povo, em si mesmo, tinha intuição do crime a que arrastavam o Brasil, e nunca teve ânimo para transformar em lendas as infâmias que lhe contavam do homem que defendeu o seu país até o último alento, e nunca admitiu render-se aos destruidores da sua pátria, Anos depois da catástrofe, Paranhos, mais sabido do que ninguém nos arcanos daquela nefasta diplomacia, virá dizer:

Estamos persuadidos, e isto se depreende de documentos do arquivo de Lopez, que ele não se armava para fazer a guerra ao Brasil. O projeto que alimentava era estender os seus domínios para o Sul, conquistando Corrientes; talvez, nem isto, mas somente ganhar fama militar e influência nos negócios do Rio da Prata. A nossa intervenção de 1864, no Estado Oriental, habilmente explorada pelos blancos, fez com que Lopez suspeitasse que pretendíamos fazer uma guerra de conquista. A repulsa da sua mediação o irritou, e a cordialidade que havia entre o governo imperial e o argentino, aumentou aquelas infundadas suspeitas. Consta-nos que o ministro uruguaio em Assunção, Sagastume, conseguiu convencer Lopez de que havia um tratado secreto de aliança, entre o Brasil e a República Argentina para a partilha do Paraguai e o Estado Oriental (**Nota** de Paranhos, à obra de Schneider, pág. 85).

E com a justificação de tais futilidades, abate-se uma nação americana, quando o governo imperial certamente sabia que o seu antigo alado não lhe queria fazer guerra!

Console-nos a ideia de que não foi preciso que Paranhos viesse mostrar a mentira essencial, para que a nação brasileira abrisse o seu coração às vítimas do Império bragantino. A campanha só acabou com a morte do ditador, implacavelmente atezado,



quando já não era poder, quando não mais podia ser o adversário de um Império... E, ao termo de tudo, é a imagem dessa morte que nos fica na sentida lembrança, como símbolo de toda a guerra: com o ventre rasgado por um lançaço inclemente, caído, já sem forças para levantar a sua espada intransigente, debruçado, sobre as vísceras derramadas, abraça-se com ela: querem arrancá-la, os dedos do moribundo tetanizam-se em segurá-la... e recebe um tiro nas costas... Quem assim o conta, refutando a narrativa enfeitada de Pelotas, é o guerreiro Joca Tavares, o próprio que comandava as forças a quem cabe a façanha. Depois, ninguém queria a glória de ter acabado com o Lopez; houve perlanga, desinteressante discussão, donde transuda, principalmente, o desgosto de brasileiros de quem se exigia chacina de **extermínio** (o termo é da parte oficial, de Pelotas). E tiveram de buscar um Chico Diabo, bastante humilde e desconhecido, para ser o herói definitivo. Na calma do inventário, o que se destaca da campanha são erros militares, o desbarato de dinheiro... proporcionais aos anos longos que ela dura: a escolha do generalíssimo, a expedição de Mato Grosso – 11.000 homens que se reduzem a 1.000, sem nenhum combate, a estratégia da **Tríplice**, e que vai, pelo desastre de Curupaiti, à inação de um ano, nos acampamentos de Tuiuti, poluídos de todas as epidemias, e a necessidade de arrastar os soldados brasileiros pelos charcos sinistros até Assunção, depois de Passo da Pátria... Que importa, tudo isto? Os milhões de brasileiros davam para encher todos os claros, até que o imperial capricho tivesse satisfação. E Caxias, o general das pacificações, teve de ser grande estrategista, e a ele se deve, talvez – que a guerra não fosse de dez anos. Note-se: os Paraguaiois só tinham, por si, a abstrata justiça, e o valor inalterável da sua gente; no mais, a sua estratégia estava abaixo da dos aliados. E resistiram cinco anos, numa tenacidade heroica, que só não foi estúpida porque foi sublime. Era a indefectível necessidade de não ceder, para patentear o crime do ataque



inexorável a um povo americano, que não dera nenhum motivo para qualquer ataque. Eis a razão por que um **brasileiro** nunca poderá reconhecer legítima bondade em Pedro II. Nunca! E patriotismo? Não pode haver patriotismo, em valor de virtude, fora da boa justiça e da bondade.

FIM DO TOMO I





© 2012, Fundação Darcy Ribeiro  
 Direitos desta edição pertencentes à Fundação Darcy Ribeiro  
 Rua Almirante Alexandrino, 1991  
 20241-263 - Rio de Janeiro – RJ  
 www.fundar.org.br

1ª Edição. 1ª Impressão. 2014.

BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA – CULTIVE UM LIVRO

**Curadoria**

*Paulo de F. Ribeiro – Coordenação Geral*  
*Godofredo de Oliveira Neto*  
*Antonio Edmilson Martins Rodrigues*

**Comitê Editorial**

*Eric Nepomuceno – Fundação Darcy Ribeiro*  
*Oscar Gonçalves – Fundação Biblioteca Nacional*  
*Norberto Abreu e Silva Neto – Editora Universidade de Brasília*  
*Anibal Bragança – Fundação Biblioteca Nacional*  
*Lucia Pulino – Editora Universidade de Brasília*

**Produção**

*Editora Batel*

**Coordenação editorial**

*Carlos Barbosa*

**Projeto gráfico**

*Solange Trevisan zc*

**Diagramação**

*Solange Trevisan zc*

*Ilustrarte Design e Produção Editorial*

**Tratamento de textos da coleção**

*Clara Diamant*

*Edmilson Carneiro*

*Cerise Gurgel C. da Silveira*

*Carina Lessa*

*Léia Elias Coelho*

*Maria Edite Freire Rocha*

**Projeto de capa**

*Leonardo Viana*

**Assessoria de Comunicação Fundar**

*Laura Murta*

Texto estabelecido segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

B695b

Bomfim, Manoel, 1868-1932

O Brasil nação: vol. 1 / Manoel Bomfim. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.  
 332 p.; 21 cm. – (Coleção biblioteca básica brasileira; 35).

ISBN 978-85-635-7448-0

1. Brasil – História. 2. Brasil – Civilização. I. Fundação Darcy Ribeiro II. Título. III. Série.

CDD-981

Roberta Maria de O. V. da Costa – Bibliotecária CRB7 5587



**Patrocínio:**



**Realização:**

Ministério da  
Cultura



**Impressão e acabamento :**







## **FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO**

### **Instituidor**

*Darcy Ribeiro*

### **Conselho Curador**

*Alberto Venâncio Filho*

*Antonio Risério*

*Daniel Corrêa Homem de Carvalho*

*Elizabeth Versiani Formaggini*

*Eric Nepomuceno*

*Fernando Otávio de Freitas Peregrino*

*Gisele Jacon de Araújo Moreira*

*Haroldo Costa*

*Haydée Ribeiro Coelho*

*Irene Figueira Ferraz*

*Isa Grinspum Ferraz*

*Leonel Kaz*

*Lucia Velloso Maurício*

*Luzia de Maria Rodrigues Reis*

*Maria de Nazareth Gama e Silva*

*Maria Elizabeth Brêa Monteiro*

*Maria José Latgé Kwamme*

*Maria Stella Faria de Amorim*

*Maria Vera Teixeira Brant*

*Mércio Pereira Gomes*

*Paulo de F. Ribeiro*

*Paulo Sergio Duarte*

*Sergio Pereira da Silva*

*Wilson Mirza*

*Yolanda Lima Lobo*

### **Conselho Curador – In Memoriam**

*Antonio Callado*

*Carlos de Araujo Moreira Neto*

*Leonel de Moura Brizola*

*Moacir Werneck de Castro*

*Oscar Niemeyer*

*Tatiana Chagas Memória*

### **Conselho Fiscal**

*Eduardo Chuahy*

*Lauro Mário Perdigão Schuch*

*Trajano Ricardo Monteiro Ribeiro*

*Alexandre Gomes Nordskog*

### **Diretoria Executiva**

*Paulo de F. Ribeiro – Presidente*

*Haroldo Costa – Vice-Presidente*

*Maria José Latgé Kwamme – Diretora Administrativo-Financeira*

*Isa Grinspum Ferraz – Diretora Cultural*

*Maria Stella Faria de Amorim – Diretora Técnica*





